DUNSHEE DE ABRANCHES

A ILLUSÃO BRAZILEIRA

(JUSTIFICAÇÃO HISTORICA DE UMA ATTITUDE)

IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRAZIL
1917

Dunshee de Abranches

Ao

Doutor Urbano Santos,

VICE-PREZIDENTE DA REPUBLICA

espirito de alta cultura philosophica,

O AUTOR.

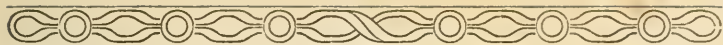
Este livro não foi escripto para os espiritos fracos, sonhadores, casuisticos ou allucinados: mysticos, idealistas, metaphysicos e demagogos. Destina-se, ao contrario, aos brazileiros de acção de vontade e de coragem.

Não se imagine assim encontrar nas suas paginas divagações theoricas de direito, theses de philosophia politica, utopias de organização social.

O momento para o mundo inteiro é de soluções praticas. O que se encara neste trabalho de inspiração, exclusivamente nacional, são apenas questões de facto resolvidas e factos em questão a resolver.

Não se trata assim de um livro de critica ou de combate. E' a justificação historica de uma attitude. E essa attitude foi a do discipulo humilde, mas fiel, de Rio-Branco, que só teve em vida um pensamento e um ideal: — A PATRIA LIVRE PELA PATRIA SOBERANA. — DUNSHEE DE ABRANCHES.

PRIMEIRA PARTE

A CONFLAGRAÇÃO EUROPÉA PERANTE O MUNDO

I

O direito do mais forte

Ha nas massas populares, consideradas como um organismo social, o que se póde chamar o *instincto dynamico*. E' o culto da força, cunho indelevel que, do fethchismo, ficou atravez das gerações que se foram succedendo e que as civilizações, nas suas diversas phases reconstructoras, jámais puderam apagar como o traço historico das raças primitivas. E' o impulso brutal, inconsciente, que arrasta os seres vivos para a luta com o esterminio das especies e iguala de quando em vez os homens aos animaes inferiores. E' a attracção irresistivel pelo poder quando faz sentir que age sem ser coagido: o enthusiasmo subito pela bravura, pelo heroismo ou pelo genio: o fanatismo inexplicavel muitas vezes das multidões na vesania collectiva que se apodera dos animos, quando se lhes pedem sacrificios de vidas e de sangue em holocausto á defesa ou ás liberdades da Patria.

Na verdade, quando, do meio de uma convulsão social, surge uma dictadura, ou quando, atravez de uma guerra ou de uma revolução popular, um espirito superior, alto pelo talento ou ainda mais illustre pelas virtudes civicas, em feitos memoraveis, parece submetter um povo creando-lhe direitos novos ou uma nova nacionalidade, não ha nisso tudo frequentemente uma abdicação de energias dos governados, mas a consagração symbolica do seu valor, o culto externo de si mesmos.

E' que todos nós, por uma lei physio-psychologica, tão fatal e generica como a da gravitação planetaria, temos a tendencia irresistivel de dar uma fórma extrinseca do que somos e do que valemos. Ahi estão para demonstrar essa verdade os idolos grosseiros das tribus selvaticas da Africa; os obeliscos soberbos dos egypcios; os arrojos architectonicos e as esculpturas arrojadas dos gregos e dos romanos, na adoração dos seus deuses ou na deificação dos seus heróes; em uma palavra, todas essas variantes com que, atravez dos seculos, a Arte vae eternizando nos monumentos publicos, parallelamente com o desmoronamento physico das raças, a grandeza politica e espiritual dos povos. E os povos só são grandes quando são soberanos. E a soberania de uma nação, como já o temos demonstrado tantas vezes, não é mais do que a fórma abstracta da sua força.

Dahi, no mundo moderno, os paizes verdadeiramente livres, que são os paizes soberanos, se terem apparelhado dia a dia para a luta. Dahi, exigirem elles governos fortes para lhes assegurarem a estabilidade interna, manterem-lhes as energias civicas e, acima de tudo, prepararem-lhes a preeminencia maritima ou continental diante dos Estados limitrophes, ou a supremacia economica atravez dos oceanos, patenteando ao estrangeiro, com a conservação da paz, não a certeza ou a

desconfiança da sua fraqueza politica, mas a convicção exacta da sua funcção efficaz na estatica internacional.

E' certo, e ninguem o contesta, que a arbitragem é ainda actualmente, como o foi hontem, como o será amanhã, a suprema aspiração dos povos civilizados. Mas tambem a triste verdade é que a situação politica do mundo moderno foi sempre nestes quarenta ultimos annos a de um armisticio sem termo definido. E, quando se decreta um armisticio, não se dissolvem os exercitos. E os exercitos continuaram, por todo esse tempo, acampados por sobre a Europa. E a Europa jámais deixou de ulular sobre a *paz armada*, fórmula politica que serviu de berço a este seculo de industrialismo. E, á plethora do industrialismo, que avassalava as grandes potencias, não serviram afinal de sedativo as Conferencias da Paz, nem de vehiculo bastante os convenios de commercio, que procuraram em vão celebrar, porque não era só o productor, o emigrante, que se exilava do turbilhão industrial, era ainda o producto que tambem já não achava mais collocação interna e tendia a impôr-se cada vez mais aos mercados estranhos, fosse embora pela força...

Tal a genese da grande guerra que ora perturba o universo inteiro. Tal o tremendo perigo que, hora a hora, ameaça de perto as nações novas, mal constituidas ou ainda não definitivamente organizadas. Taes os riscos gravissimos que, de um momento para outro, podem pairar sobre a independencia e integridade das democracias irrequietas e sempre incontentaveis do nosso continente, entre as quaes o Brazil, por uma tristissima fatalidade historica, já não representa hoje, como outr'ora, uma tão honrosissima quão singular excepção...

II

A illusão brazileira

Fomos um dos poucos homens politicos que, desde a primeira hora do conflicto europeu, viram bem claro entre nós o problema nacional em face da temerosa equação em que fôra posta a guerra.

Mal acabavam de romper as hostilidades e de se travarem os combates iniciaes entre as grandes massas de belligerantes, sentiamos o imperioso dever de subir á tribuna da Camara dos Deputados afim de appellar para os sentimentos civicos de todos os brazileiros no sentido de que nos compenetrassemos das tremendas difficuldades com que bem cêdo iriamos enfrentar, e não nos deixassemos impellir por arrebatamentos e devaneios que só se justificam quando em causa estão os interesses immediatos da Patria.

Que assim pensando e agindo assim, só nos inspiravam os mais nobres e sinceros impulsos, os acontecimentos não tardavam a demonstrar de um modo eloquente e positivo.

O primeiro acto da Inglaterra, ao entrar na luta, fôra cortar os cabos telegraphicos allemães do Atlantico, afim de isolar espiritualmente os Imperios Centraes do Novo Mundo e monopolizar o serviço de informações da guerra.

A sociedade brazileira, atturdida com as noticias fantasiosas e apaixonadas que nos vinham dos paizes alliados que, envolvidos na contenda, procuravam chamar a todo o transe ás sympathias estranhas para a sua causa, tendia assim a se dividir em dous partidos oppostos. Os artigos espectaculosos de certa imprensa desta capital dirigida por estrangeiros e de perto influenciada pelos agentes britannicos e francezes, ligados alguns a negocios da mais alta importancia commercial e financeira, muito concorriam para agitar os animos, tocando ao sentimentalismo, tradiccionalmente inflammavel, dos brazileiros desde que lhes fallem com mais calor ao coração. Mesmo nas duas Casas do Congresso Nacional, dadas a inepcia e a impopularidade crescente do governo que, para poder chegar ao seu termo constitucional, tivera de decretar por longos mezes seguidos a lei marcial, o demagogismo achara uma larga brecha para se desfazer em esgares academicos. E houve até um momento em que se ousou proclamar em plena Camara dos Deputados, sem protesto siquer do *leader*, que a força das circumstancias personificara então em uma figura ephemera, sem idoneidade moral e politica, que « estava na honra e nos brios do Brazil atirar-se tambem aos campos de batalha em defesa do que emphaticamente se começou a chamar — *a alma latina e a causa da civilização e do direito...*

Houve, sem duvida, entre parlamentares, jornalistas e litteratos brazileiros, assim como na burguezia abastada que vive das rendas de seus capitaes e não os põe mais em movimento, desfructando parasitariamente os seus juros, ora em

Paris e nas estações de aguas da França, sem procurar conhecer outros paizes europeus, ora nesta Capital e em Petropolis, adeptos sinceros e ardorosos da *causa alliada*, uma vez que a esta se achava ligada aquella gloriosa nação de que, por bastantes annos, haviamos recebido quasi que exclusivamente o influxo espiritual.

Apezar, porém, dos nossos maiores scientistas contemporaneos possuirem todos, sem excepções pelo menos conhecidas, a cultura germanica, e as classes productoras nunca deixàrem de reconhecer que os nossos mais caros e vitaes interesses economicos e mercantis têm estado sempre, como ainda estão hoje, com a Allemanha, que é a nossa melhor cliente e a nossa mais equitativa fornecedora, tudo se começou a fazer para antipathizar na opinião nacional os Imperios Centraes.

Sob esse ideal antipatriotico e reprovavel, não se escolheram os meios. Fundaram-se *ligas* ridiculas *pró-alliados*, dando mais tarde ensejo a que se creassem outras *pró-germanos* no partido contrario que não se demorara a ser tambem instituido. Organizaram-se *meetings* de adhesão á *Entente* e festas publicas em beneficio da Cruz Vermelha destes e daquelles belligerantes. Em pleno estado de sitio, sob o regimen da mais estricta neutralidade, decretada pelo Governo Federal, permittiu-se que prestitos caricatos, com andores e estandartes symbolicos, em que se liam inscripções injuriosas á Allemanha e á Austria, percorressem as ruas, ao som da Marselheza e de outros canticos patrioticos das nações alliadas. Nos theatros, diariamente, se articulavam cançonetas immoraes em que, na presença das autoridades, eram estupidamente insultados os soberanos teutonicos.

Em um delles, transformado em café-concerto, todas as noites, ao terminar o espectaculo, um grupo de meretrizes subia ao palco repetindo em baixo calão aquelles indignos

apodos no meio de gritos orgiacos de espectadores, seus partidarios exaltados. Em certos jornaes, emquanto os seus redactores eram perseguidos e encarcerados por chamar por uma antonomasia sarcastica o irmão do Presidente da Republica ou o proprio chefe do Estado pelo seu novo appellido em familia, consentia-se que sahissem com o *visto da censura policial* artigos infamantes contra a honra do KAIZER, cujo nome illustre era sempre seguido de um epitheto cruel, com que se procurava estygmatizal-o como o mais vicioso dos seres humanos ! Em summa, só depois de energica, embora cortez, reclamação de um plenipotenciario de grande potencia amiga, foi que o poder publico prohibiu que se exhibisse em um cinematographo uma fita em que o glorioso soberano dessa nação apparecia para ser esbofeteado por centenas de mãos anonymas e vingadoras dos alliados !...

Explicavam-se, todavia, essas fraquezas do Governo Federal diante de tão insupportaveis abusos praticados por um grupo, aliás sem imputabilidade moral e politica, de insensatos e assalariados, appellando quer para a situação melindrosa em que se encontrava o Chefe do Estado, repellido e coberto de odios pela grande massa da população, quer para o facto de ser o Ministro das Relações Exteriores filho de allemães, o que o tornava quasi um suspeito nos seus menores gestos em face das grandes potencias em guerra.

Em outras espheras, porém, de maiores responsabilidades e de mais fina cultura, não eram menores os desvarios nem menos deploravel a falta de senso na orientação a seguir diante dos gravissimos problemas que o momento historico mundial começava a desenrolar aos destinos politicos e ás necessidades economicas e commerciaes da nossa Patria.

Emquanto, nas ruas, nos cafés e nos restaurants, não se respeitavam os melindres dos subditos allemães e austriacos,

que alli se encontravam pacificamente agrupados, dirigindo-se-lhes indirectas soezes ou provocações grosseiras, o que deu logar mais de uma vez a lições moraes dos insultados, que se limitaram a responder erguendo as suas taças em honra ao Brazil e aos brazileiros, e emquanto essas aggressões intolerantes chegaram mesmo um dia ao desrespeito ostensivo a alto personagem estrangeiro quando fôra assistir a um casamento, não menos dignas de censura se mostravam as exhibições oratorias em plenas sessões parlamentares.

« Genio francez ! segue o teu rumo ! bradava uma voz na Camara dos Deputados. Caminha ao lado da Inglaterra, a tua irmã, a liberal Inglaterra, que, nas suas instrucções praticas e serenas, completou a ousadia e o arrojo das concepções latinas ! Cumpre o teu destino ! Que seja a tua victoria a expressão da generosidade e da bondade da nossa raça ! Que os teus aviadores tracem o triumpho francez com o seu sacrificio, com o seu martyrio, symbolizando na imagem do heroismo de Garros a magnanimidade da tua raça e do teu povo ! Genio francez ! França heroica ! Nós todos palpitamos pela tua victoria ! Que esta seja, no momento actual, com o triumpho assignalado da nossa raça, a supremacia do direito, da justiça, contra os pregadores da politica da força e da brutalidade, entregues hoje aos azares desgraçados da guerra ! Que, no triumpho inexcedivel das armas francezas, se encontre a realização dos votos de todos os corações brazileiros, e que tu, França querida, tu, França amada, sejas mais uma vez como o cavalleiro errante, o cavalleiro andante da humanidade e da justiça ! »

Outros Deputados, si não se mostravam tão eloquentes, não se exhibiam menos ardorosos.

Este affirmava que o mundo civilizado contemplava espavorido e attonito a Allemanha rasgando, trahindo e des-

respeitando os mais nobres e solemnes tratados internacionaes». Aquelle queria que «todos se congregassem para enviar a Liége uma placa de ouro em nome do Brazil, perplexo e fascinado por tão heroica adamantina resistencia aos barbaros que se haviam despenhado para derrocal-a ! !» Aquell'outro empenhava-se para que a nossa Patria, com os Estados Unidos, a Argentina e o Chile, se juntassem afim de proteger e garantir a cidade de Bruxellas, de modo a não ser devastada pelo *genio ferocissimo* da guerra !

Urge, gritavam daqui, que se dê um paradeiro «a essa demencia brutal e infame que faz com que rios de sangue estejam a jorrar e que se levante dentro do espirito das *hordas barbaras* aquella violencia que ensanguenta, envergonha e enoja a civilização !» Alli, era o annunciado arrazamento de Louvain que se proclamava ser «a macula indelevel, com que o povo germanico houvera infamado as conquistas todas da liberdade e do direito no mundo moderno». Mais além, finalmente, era um rosario de crimes nefandos, de attentados inominaveis, a se disfiarem, como praticados pelos exercitos sanguisedentos do Kaizer, verdadeiras cohortes de Hunos a exterminarem tudo por onde iam passando no seu delirio rubro de destruição e de morte !

«Porque essa perseguição contra a Belgica, peroravam mesmo um dia, contra esse povo honrado, contra esse povo trabalhador, contra esse povo digno, que, nas suas pequenas proporções, era o mais adeantado, o mais prospero, o mais intelligente e o mais esforçado de quantos habitam o continente europeu? Porque defende, por ventura, a sua independencia, porque mantem a sua neutralidade, porque observa os seus deveres de honra e de humanidade? Não ! A Belgica soffre uma punição imposta á sua cultura, á sua dignidade, á sua fé religiosa; supporta os rigores do odio allemão porque

não se deixou corromper nem aviltar, porque não consentiu na sua destruição moral. E, porque não se vendeu o seu povo, nem trocou a sua honra pelos marcos germanicos, cahiu-lhe sobre a cabeça a furia prussiana, que fuzila os seus sabios, que mata os seus sacerdotes, que destróe os seus templos religiosos e scientificos, que bombardeia os seus hospitaes e as suas ambulancias da Cruz Vermelha, que mata mulheres e mutila crianças, com o mais revoltante desprezo de todas as leis de guerra e de todas as conquistas do direito e da civilização, deshonrando-a e fazendo-nos retroceder aos tempos em que os homens erravam sobre a terra como bandos de animaes selvagens! »

Não se poderia dizer mais... Maiores offensas e ultrages, sem um protesto ou sequer uma admoestação dos que, na Camara dos Deputados do Brazil, tinham a suprema responsabilidade dos seus destinos e da sua direcção ou representavam o pensamento do Poder Executivo, não seria licito lançar a paizes amigos, grandes amigos mesmo da nossa Patria, e povos que, dentro do nosso territorio, constituiam interesses da mais alta monta social.

No proprio recinto augusto do Senado, pela palavra flammejante e sempre facil em não medir consequencias nem discreções de um dos nossos eggregios delegados ao Tribunal Permanente da Haya, não se tardaria a entoar tambem um hymno enthusiastico pela victoria immediata e fulminante dos *Alliados*, fazendo-se uma invocação prophetica (textualmente) « á grande Inglaterra, a immensa, a excelsa e gloriosa Inglaterra, a maior das nações contemporaneas, a Mãe não só dos nossos parlamentos, mas das nossas liberdades, a Mãe de uma familia immensa de nações, cada uma dellas tão grande como ella mesma, aquella debaixo das azas de cujo poderoso genio parecia estar, naquelle momento, a sorte da civilização universal!...»

Um sopro de insensatez e de insania como que se afigurava estar prestes a produzir uma vesania epidemica em toda a população brazileira...

Discipulo de Rio-Branco, seu obscuro auxiliar de todas as horas, orgão, annos seguidos, do seu pensamento politico perante o Congresso Nacional, tendo conquistado por sua generosidade um certo nome dentro e fóra do paiz como um estudioso do direito internacional e perfeito conhecedor dos nossos negocios exteriores, não era digno nem patriotico que, Presidente da Commissão de Diplomacia da Camara dos Deputados e com as responsabilidades pessoaes e politicas de um passado já não pequeno, todo devotado á defeza e ao proseguimento das tradições gloriosas da nossa Chancellaria, em tão grave momento nos conservassemos mudo e impassivel quando se procuravam arrastar governo e governados por um plano inclinado em que só encontrariamos sem duvida as mais amargas decepções ou, quiçá, a propria ruina da Republica.

Além de que, tinhamos regressado, poucos mezes antes, da Europa. Estavamos em Madrid quando se déra a eleição de Poincarré para Presidente da Republica Franceza. As nossas ligações de sangue com a alta aristocracia hespanhola facilitaram-nos o conhecimento exacto da tempestade cruenta que ameaçava o continente. Aliás, nos circulos politicos e diplomaticos do Velho-Mundo, ninguem mais tinha illusões. O novo governo de Paris seria o governo da guerra. Tambem era o ultimo que faltava constituir entre os povos da poderosa colligação anti-germanica. A Hespanha fôra em vão seduzida para se inscrever entre os grandes conjurados. A visita do Rei a Paris não conseguira alterar os elevados propositos da alta politica da Velha Castella. Affonso XIII e, com elle, Maura, Dato, Romanones e os outros politicos em evidencia na peninsula, revelavam-se mais do que estadistas de larga visão,

salvavam o seu glorioso paiz como inexcediveis e argutos patriotas. A lição da ultima contenda com os Estados-Unidos fôra severa de mais...

Conhecendo assim as causas, os pretextos e os fins da conflagração, que acaba de abalar o mundo civilizado, seriamos mais do que um criminoso de lesa-patriotismo, porém o ultimo e mais indigno dos brazileiros si não procurassemos chamar a Nação á consciencia de si mesma.

A situação, com effeito, para o Brazil, em face das potencias em luta, aggravava-se fundamente todos os dias. Além das difficuldades e dos riscos que nos estavam creando as campanhas de insultos e de diffamação, feitas pelas agencias telegraphicas e por certa imprensa assalariada, contra um dos grupos de combatentes, eram publicas e notorias as violações á nossa neutralidade e á nossa soberania pela nação que procurava a todo o custo ficar com o dominio absoluto dos mares. Com uma fraqueza inconcebivel, apezar das mais instantes reclamações recebidas, o governo federal vivia a mostrar vista grossa para tudo, mesmo em face de attentados que feriam dolorosamente a dignidade nacional. Si lhe denunciavam que uma esquadrilha belligerante se havia apossado dos Abrolhos, alli fazendo a sua base de operações contra os navios inimigos que buscavam as nossas aguas, facto que era successivamente confirmado pelos relatorios dos capitães da nossa marinha mercante, enviados ao Ministerio da Marinha, julgavam-se logo desaggravados os altos poderes do Estado destacando um vaso da esquadra para ir verificar, não o que lhe era denunciado como existindo no archipelago bahiano, mas si, na longinqua e despovoada ilha da Trindade, haviam feito ancoradouro os cruzadores e couraçados que, pelas regras officiaes de neutralidade, não poderiam demorar mais do que vinte e quatro horas em os nossos portos... Em uma palavra, si o caso entre nós não era propriamente o que revelava o saudoso es-

tadista do Imperio quando proclamava que o governo e o parlamento haviam descido para as ruas e as ruas eram quem dirigia o paiz, a triste verdade é que, naquelle desgraçado periodo da vida brazileira, a Nação estava de facto acéphala e entregue quasi que inteiramente aos seus proprios instinctos e inspirações !...

Mais do que a estabilidade interna da Republica perigava para nós ainda a ordem internacional. Era o momento para uma acção, pessoal embora e embora arriscada e audaz, mas necessaria e inadiavel em beneficio da honra, da cultura mental e da integridade politica da Patria. Ninguem se animava a fazel-o. Fizemol-o nós.

III

A conflagração européa e suas causas

Foi na memoravel sessão da Camara dos Deputados de 26 de setembro de 1914 que nos desempenhamos do grave e patriotico dever que, em face da desorientação geral dos espiritos em apreciarem o conflicto europeu, nos impunham a nossa posição parlamentar e as nossas responsabilidades na politica internacional do Brazil durante o decennio aureo em que a inspirou o tacto superior do Barão do Rio-Branco.

Ao subirmos á tribuna, era fóra do commum o aspecto do recinto. Correra célere a noticia de que iamos tratar da grande luta do momento. E, si bem que se ignorasse qual seria o nosso modo de sentir e de pensar sobre a sangrenta peleja que, áquella hora, ameaçava convulsionar todo o Velho Mundo, havia anciedade de ouvir-nos, não tanto pela nossa autoridade no assumpto, tão desvaliosa sempre se confessara, quanto pela tradição, que representaramos largos annos alli, como o defensor constante e o interprete fiel e devotado do

pensamento diplomatico do immortal chanceller cujo passamento recente ainda a Patria inteira deplorava.

Velho e traquejado conhecedor da arena parlamentar, não nos foi difficil fazermos de um só golpe de vista a psychologia precisa do auditorio. Na primeira linha, achavam-se, irrequietos e murmuradores, promptos ao applauso exagerado ou ao escarcéo do despeito e do odio fementido e gratuito, seis ou oito dos demagogos que, em lances estudados de um academicismo farfalhoso e fôfo, viviam a querer demonstar pela causa dos *alliados* um enthusiasmo e um devotamento que, nos proprios paizes em guerra, jámais se haviam manifestado em tão ridiculos quão perniciosos excessos. Aqui e alli disseminados, não nos escaparam em seguida á observação os espiritos cultos de alguns scientistas e homens de lettras, naturalmente receiosos de que tambem nos fossêmos alistar nas tumultuarias fileiras dos que viviam a proclamar, provocando lá fóra o riso ou a commiseração, de que o dever dos brazileiros era marcharem quanto antes para as linhas de frente da França. Mais além, viamos os indifferentes e os apathicos; e, como que para fechar o quadro com uma nota mais vivida e caracteristica, não nos faltou mesmo apanhar, em frente bem a nós, de maxilares proeminentes e rigidos e olhar torvo e incerto dos degenerados intellectuaes, ao lado da figura não menos curiosa do vencido da vida, a quem uma fatalidade politica fizera então o representante do pensamento do Poder Executivo, a desprezivel *mediocridade laureada,* que não tardaria a deshonrar o governo actual, chefiado por um caracter tão integro e digno, e que, um dia, misericordiosamente evitaramos que fosse expulsa dos corredores do Itamaraty, onde procurára illudir a bôa fé do Ministro do Exterior em um acto de baixa e ignobil advocacia administrativa...

Foi, através de tão tensa quão indecisa athmosphera, que começamos a falar.

As nossas primeiras palavras, todavia, foram bem claras e incisivas. Accentuamos desde logo a nossa responsabilidade, inteiramente pessoal, em tudo que iamos dizer. Não deixamos duvida alguma no animo dos assistentes.

«Emquanto, entre nós, assim começavamos, algumas almas bem formadas e magnanimas generosamente se agitam em uma nobre cruzada pela restauração da harmonia e da concordia entre os povos mais cultos do Occidente, e outras, mais ardorosas e impulsivas, se recreiam em tomar partido ou fazer as mais curiosas e extravagantes previsões diante da guerra que ora convulsiona a Europa, conturbando todo o mundo civilizado, permitta V. Ex., Sr. Presidente, que eu tente estudar este gravissimo momento historico sob o ponto de vista verdadeiramente brazileiro, procurando tirar delle ensinamentos avisados para a afflictiva situação economica da nossa Patria e, ainda mais, para a sua propria destinação politica no continente.

«Cumpro assim um dos mais altos deveres civicos que se me têm imposto á minha vida publica. E, fallando mais como publicista, que sempre fui, do que como politico, sinto grande satisfação em reconhecer que a opinião nacional tem sabido honrar e applaudir nesta difficil emergencia a attitude guardada pelos poderes supremos da Republica, mantendo-se na *mais estricta e inquebrantavel neutralidade* em face das nações belligerantes e proseguindo firmemente a linha tradicional da nossa diplomacia, linha que, accentuada decisivamente pelo immortal Barão do Rio-Branco, jámais poderá ser alterada na sua portentosa directriz em pról da paz constante e da confraternização geral de todos os povos da America.»

Passavamos então a estudar o mal organico que, ha longos annos, vinha trabalhando as sociedades modernas, parecendo preparar dentro em breve uma nova ordem de cousas para o mundo civilizado. Bem errados tinham andado assim os dis-

cipulos de Rousseau e todos os pensadores de cem annos passados, quando, no meio da erupção revolucionaria, que abalava todo o mundo civilizado, afigurando-se tudo destruir e tudo reformr, proclamavam que o seculo XIX havia de ser fatalmente um seculo de grandes soluções e que nós seriamos os herdeiros venturosos da sua obra gigantesca de regeneração social.

A crise, entretanto, ainda perdurava, crise quasi bisecular, cada vez mais tensa e mais aterradora nos novos aspectos que iam tomando as suas phases, cada vez mais aguda e temerosa na intensidade dos seus multiplos symptomas. E estes se revelavam nestes dois ultimos decenios, por toda a parte, com a brutalidade das coisas evidentes, palpaveis ao primeiro exame, pullulando nos menores acontecimentos e provocando as mais perigosas reações.

Era a anarchia que ia avassalando a tudo: anarchia nos espiritos, anarchia nos sentimentos; no culto sem idéal e no idéal sem arte; na sciencia sem uma só fórmula definitiva, na politica sem uma fórma salvadora.

Sentiam-se as sociedades modernas abaladas profundamente nos seus mais fortes alicerces, destruidas como haviam sido todas as regras do direito antigo, sobre que repousavam e que tinham como uma emanação da divindade, e substituidas por umas regras metaphysicas e de um artificio grosseiro com que o poder temporal, em um desvairamento illimitado e em uma luta ingrata e sem treguas, tinha procurado submetter, neutralizar ou mesmo destruir para sempre o poder espiritual, na sua ascendencia prodigiosa sobre as massas.

O que parecia caracterizar neste momento o mundo civilizado e o que o tornava nesse ponto inferior ao mundo barbaro, era a instabilidade em tudo.

Estava-se dando com elle o que haveria de acontecer fatalmente, em um futuro remoto, ao nosso systema planetario,

com o resfriamento solar; pequenos choques provocando grandes desequilibrios, fortes commoções não produzindo minimos abalos.

Via-se por toda a parte a organização artificial das instituições. A unidade das nações repousando sobre a diversidade das raças, sobre o antagonismo dos costumes e, acima de tudo, sobre a rivalidade das crenças. A tendencia geral para a desagregação, para o retalhamento e para novas fusões ficticias, sem base solida nem explicação historica. O falseamento das allianças, procurando confraternizar raças que por indole se repelliam, atirando, uns contra os outros, povos que tinham uma tradição sagrada a guardar. A attração irresistivel para a conquista, para a absorpção, para dilatar dominios que por si sós eram difficeis de conservar intactos e unidos. O enfraquecimento dos governos diante dos governados; a aspiração cada vez mais crescente e ameaçadora dos governados pelo governo das massas, desde a utopia socialista até as aberrações do anarchismo; as reacções victoriosas das colonias contra as metropoles; as populações inferiores reconhecendo a sua força; em uma palavra — a previsão sinistra cada vez mais certa e aterradora de uma invasão inevitavel do oriente sobre o occidente, presentindo-se de mais a mais a cada passo da historia, como o ruido longinquo de uma catastrophe universal...

Explicavamos em seguida como a *ideia socialista* não pudéra resistir á influencia esmagadora do industrialismo que avassalava as grandes potencias e acabava agora por decidir a luta dos mercados pelo cruzamento das armas nos campos de batalha. Mallográra-se desastradamente a *revolução social* que tudo parecera annunciar ao crepusculo sombrio, tempestuoso e ameaçador do seculo XIX. Uma tremenda *guerra economica* ainda se precipitava no mundo civilizado, assistindo todos nós ao espectaculo curioso dos representantes do mais

rubro radicalismo serem dos primeiros a tomar armas pela defesa das gloriosas nações que os viram nascer, e a acceitarem postos de destaque nos governos directores das batalhas sangrentas que se estão travando. E exclamavamos:

«Não direi, Sr. Presidente, como outros talvez o façam, que o socialismo, já muito combalido por successivos e crueis desastres, acaba agora de abrir de todo fallencia. As grandes idéas não morrem. Modificam-se, transformam-se, adaptamse mesmo aos meios que tentaram de todo refundir ou aniquilar; mas não deixam, jámais, de provocar os resultados fecundos que estão destinadas a produzir.

«A philophia socialista, si assim m'a deixam chamar, ainda entretem mais os espiritos superiores nas suas cogitações platonicas do que impressiona sincera e fundamente o animo das classes menos esclarecidas. Em certas manifestações grosseiras das massas, o que se tem feito é confundir com um credo o que não passa de impulsos instinctivos de necessidades pessoaes mal satisfeitas. E, tanto isto é uma verdade que, neste instante, o que se acaba de vêr é os socialistas de todas as castas, de todas as côres, de todos os schismas, desde os mais evangelistas entre os teutos até os mais praticantes entre os gaulezes, correrem anciosos e ardentes para os campos de combate, esquecidos, como viviam a proclamar, de que a humanidade é uma só familia, de que todas as raças são irmãs, de que as fronteiras são as bastilhas da liberdade, e todos, todos, dispostos a darem o seu sangue pelo sólo sagrado em que vieram ao mundo, defendendo a todo o transe a unidade nacional, tudo abandonando e sacrificando tudo pela victoria e pela grandeza do seu povo e de sua terra — e só tendo diante dos olhos essa incomparavel imagem — a imagem sacratissima da patria!

«Eu bem sei que as grandes revoluções não se fazem num dia. As idéas socialistas muito têm conseguido do seu largo

programma; mas a verdade é que perderam o caracter violento dos primeiros annos de luta, e, o que têm conseguido no terreno pratico das reformas postas em execução, representa mais os impulsos generosos dos corações dos dirigentes do que a victoria effectiva dos seus principios ou o producto de suas ameaças á ordem de coisas estabelecida.

«No actual momento mesmo acabamos de ver que o socialismo ainda não é na Europa uma força organizada, capaz de provocar fundas commoções internas nesta ou naquella nação, ou de evitar, em nome dos seus principios e dos seus ideaes, uma conflagração internacional, em que tantos milhões de vidas se estão sacrificando. A GRANDE GUERRA, preparada, aliás, ha alguns annos, rebentou, sem que a preconizada GREVE GERAL procurasse, ao menos, minorar-lhe as sangrentas consequencias. E o proletariado é o primeiro a marchar na vanguarda dos exercitos para disputar a VICTORIA DO INDUSTRIALISMO, para garantir á sua Patria a supremacia economica e commercial sobre as suas rivaes!»

E fechavamos esta primeira parte do nosso discurso deixando bem evidentemente comprovado que a tremenda disputa, que se desenrolava no Velho Mundo, irradiando-se já aos mares da Asia, era unica e exclusivamente uma GUERRA COMMERCIAL. Não era a primeira na historia: não seria, de certo, a ultima. Essas guerras se tinham mesmo precipitado nestes annos derradeiros. Já houvera a hispano-americana; vieram após a russo-japoneza e a italo-turca; e a actual o que visava, acima de tudo, era a destruição da assombrosa prosperidade nacional da Allemanha e a sua incontestavel supremacia no commercio mundial!

Entravamos então na demonstração circumstanciada da nossa these. Diante da conturbação perniciosa em que se procurava precipitar o espirito publico brazileiro, illudindo

a boa fé proverbial das massas, sempre pouco esclarecidas, e tentando arrebatar para o erro pela paixão e pelo enthusiasmo do momento a nossa juventude, ainda inexperiente e ardórosa, em nome de grandes causas, que realmente não estavam em jogo, seria mais do que uma cobardia inamoldavel ao nosso temperamento, seria um crime de lesa patriotismo, se não tentassemos collocar o grande problema do conflicto europeu nos seus verdadeiros termos.

Affrontamos assim desassombradamente a tempestade dos apartes e a grita desordenada dos demagogos, que nos aggrediam quasi inconscientemente de diversos pontos do recinto parlamentar, fazendo ver que illusorio seria pensar-se que a luta actual, em que se achavam empenhadas a Allemanha e a França, tivesse por objecto as *liberdades politicas da Alsacia-Lorena*, ou que nella se decidisse a tomar parte a Inglaterra só para salvaguardar a *integridade territorial e a independencia da Belgica, em nome das suas tão preconizadas e famosas tradições liberaes.*

Não menos extravagante se tornaria imaginar que houvessemos retrogradado aos principios da Idade Média, passando a figurar os cultos allemães de hoje como os barbaros do norte de outr'ora; ou que fosse uma luta apenas de raças que levasse a Austria a invadir a Servia e a Russia a mover os seus milhões de cossacos; ou que outros, que não os seus interesses economico-mercantis, explicassem a attitude da Italia em face da *Triplice Alliança* e o açodamento do Japão em cumprir certas clausulas dos seus tratados secretos com a Grã-Bretanha, procurando desde logo apossar-se das colonias germanicas do Extremo Oriente e iniciando sobre o Pacifico essa curva de conquistas insulares, ha tanto tempo sonhadas, afim de marcar caminho mais rapido e mais firme para o Panamá !...

O que animava, pois, os dous formidaveis exercitos, que se dilaceravam em pleno coração da França, quasi ás portas de Paris, já não era mais o fogo sagrado que unia outr'ora os patriotas em torno do monumento de Strasburgo ou fazia Bismark lançar os fundamentos da mais poderosa e da mais prospera das nações do Velho Mundo. Não se tratava mais de uma cruzada em pról da libertação politica de um povo. A questão nacional da Alsacia-Lorena passára; tivera o seu tempo. Como a causa socialista, entrara para o rol das abstracções philosophicas. E, como a Alsacia-Lorena, treze outras pequenas patrias viviam tambem na Europa a sonhar com a sua autonomia...

Os povos fracos não podiam ter questões, ponderavamos depois. No mundo civilizado, houvera sempre a questão britanica, a questão allemã, a questão austro-italiana, a questão franceza ou a russa, como ha presentemente as questões norte-americanas e as nipponicas. Isso que se chamara um dia a questão alsaciana, a irlandeza, a mecedonica, a finlandeza, a albanica ou a poloneza, pouco a pouco se tornara uma mera modalidade dos interesses em jogo entre as grandes potencias. Por traz da *questão belga*, que uma vez pareceu incendiar todo o Velho Continente, como agora, o que estava a se agitar era um gravissimo problema que, si de perto affectava a França, a Prussia e outros paizes, chegara até a ameaçar a propria integridade nacional da Grã-Bretanha.

Hoje, como hontem, proclamando a necessidade de manter a todo transe a independencia territorial e a autonomia politica desse pequeno e glorioso Estado, que, por uma creação artificial, se jungira em 1814, aos destinos de outro povo tão diverso na raça, nas tradições e nos costumes, e entrando na guerra sob o pretexto de amparal-o de um provavel exterminio quando queria esmagal-o no Congo, a Inglaterra não fazia

mais do que procurar defender-se a si propria, ao mesmo tempo que precipitava o aniquilamento do mais perigoso e ousado dos seus emulos na concurrencia internacional nos mercados estrangeiros.

Seria irrisorio que, em nome do seu classico liberalismo, o Governo de S. James corresse abnegadamente a evitar a escravização da Belgica, quando ainda mantinha com mãos de ferro confiscada a liberdade da Irlanda.

Da mesma fórma, seria uma insensatez sustentar-se um instante que fossem os ideaes supremos da liberdade, da justiça, do direito e da civilização, que guiavam áquella hora as marchas forçadas das hostes russas e austriacas que, em luta encarniçada e feroz, devastavam o solo infeliz da martyrizada Polonia, outra opprimida a sonhar eternamente com a sua redempção, como se o nosso seculo não fosse de soluções positivas e de exterminio sem treguas ao sentimentalismo dos povos fracos e tyrannizados, unicos que ainda vivem ingenuamente pelo coração !...

E ainda insistiamos, provocando maior ruido e escandalo na turba multa dos nossos aggressores:

« Senhores, não nos podemos nem nos devemos illudir. Esta guerra européa, diante da qual a Grã-Bretanha nos faz mais uma vez lembrar a Roma do mundo antigo, é puramente *commercial* e *economica*. E, o que se procura a esta hora destruir ou, pelo menos, fundamente abalar com a colligação para a luta de todas as outras potencias mundiaes, é a unidade politica do Imperio Allemão, base de toda a sua presente grandeza nacional e, mais do que tudo, da sua incomparavel supremacia economica e commercial no mundo contemporaneo.

« A grandeza politica do Imperio Allemão pela consolidação da sua unidade nacional foi a obra portentosa de

BISMARCK. A sua supremacia commercial e economica no mundo conteporaneo — o grandioso commettimento de GUILHERME II.»

Proseguiamos então em o nosso discurso, demonstrando quão mal informados andavam certos orgams, respeitaveis embora, da imprensa desta capital quando diariamente viviam a proclamar que, deante da poderosa e onimoda colligação de quatro das mais fortes das potencias do universo contra os Imperios Centraes, a resistencia destes seria de poucos mezes e inevitavel o seu aniquillamento, sendo fatalmente riscados do mappa da Europa dentre as grandes nações e reduzidos a pequenos Estados tributarios, uma vez que para sempre seria esmagado o *militarismo prussiano*.

Essa expressão de *militarismo prussiano*, argumentavamos com toda a imparcialidade, digno émulo do chamado tambem *navalismo inglez*, não passava de um espantalho engenhoso com que se vinha procurando tornar odioso o *imperialismo germanico*, que nada se tinha de envergonhar do *imperialismo russo*, do *imperialismo francez*, do *imperialismo britannico*, enfim, de todos os *imperialismos*, que caracterizam as nações poderosas da actualidade, constituindo, na phrase caustica de Weulersee, uma verdadeira molestia mundial...

Fazendo a synthese da constituição interna do Imperio Allemão, do maravilhoso apparelhamento da sua administração publica e do modo admiravel com que, dentro das suas fronteiras, se encararam e resolveram todos os problemas ligados ao progresso e á grandeza do paiz, sustentavamos convencidamente a opinião de que, o que tornava a Allemanha invencivel em terra, como não tardaria a fazel-a vencedora nos mares, não era simplesmente o seu extraordinario poder militar, mas, acima de tudo, a sua formidavel organização economica e social.»

E terminavamos, no meio do assombro e da algazarra de certos espiritos obcecados e pouco instruidos, com estas palavras de que, ainda hoje, não nos arrependemos:

« Espectadores imparciaes do grande conflicto imperialista e amigos da paz por indole, por tradição e por escola, nós, os Brazileiros, si lastimamos sinceramente tão ingrata e cruel contenda, em que se acham empenhados, de parte a parte, dos belligerantes, povos a que nos ligam as mais amistosas relações e os mais caros interesses, não devemos comtudo deixar de reconhecer a severa lição que, ao nosso patriotismo, estão a cada passo inflingindo tão lutuosos successos.

« Cem annos quasi já se passaram sobre a nossa libertação civil no continente; e continuamos a ser senão o mesmo povo possuido de então, um paiz apenas geographicamente autonomo. A' nossa independencia politica não succedeu ainda a nossa emancipação economica. Somos uma nação de facto tributaria. Vivemos do estrangeiro, pelo estrangeiro e para o estrangeiro.

« Agora mesmo, diante da conflagração européa, sentimonos bruscamente asphixiados em todas as nossas energias vivas quando, dentro do nosso sólo privilegiado e uberrimo, possuimos sem faltar uma só que seja, todas as fontes de riquezas naturaes e todas as mais ricas producções do universo.

« Aproveitemos o momento. O que garantiu á Allemanha esse formidavel poder militar com que está resistindo ás investidas dos exercitos colligados das outras grandes potencias, foi a prodigiosa organização das suas industrias, do seu commercio, da sua lavoura, do seu credito, da sua fortuna publica e particular, em uma palavra, da sua incomparavel administração interior.

« No Brazil, senhores, nada existe organizado. Somos um paiz corroido pelo partidarismo pessoal e pela burocracia —

os dous nefastos parasitas que, ha longos annos, minam e entorpecem toda a vitalidade nacional. E, o que se acaba de provar pelos factos, é que, si já sabiamos que eramos politicamente uma nação desarmada, agora verificamos que, de um momento para outro, poderemos ser facilmente humilhados e vencidos; e, para isso, não precisará que nos affrontem com a força: bastará que não nos mandem o que comer e nos renderemos pela fome! E' a hora de reagir. Reajamos.»

IV

Acção e reacção

As nossas palavras, no seio do parlamento brazileiro, si outras virtudes não possuiam, tiveram comtudo a vantagem de ser as primeiras manifestações do bom senso, da razão e da verdade atravez da vozeria insensata e perniciosa com que se procurava perturbar a vida interior da Republica, arrastando-nos a inutil e imbecilmente participarmos de uma contenda que só nos restava deplorar diante dos graves prejuizos, que nos viria sem duvida acarretar, como amigos, que sempre fomos, da paz e da concordia entre todos os povos do mundo civilizado.

Foi um acto de coragem, houve quem dissesse e nós mesmo o reconhecemos; mas era um gesto necessario, imprescindivel e inadiavel em tão melindroso momento historico para o Brazil. Si não o praticassemos, outro teria necessariamente de o fazer, porque o patriotismo não é monopolio de um só e não é privilegio de uma cabeça unica enxergar os perigos,

que corre a existencia de um povo, quando uma vesania collectiva ameaça impellil-o aos mais estravagantes ou nefastos desatinos.

Si a morte de Rio-Branco se tornára para a nossa politica externa uma irreparavel catastrophe, e si a marcha interior dos negocios do paiz fôra de erro em erro, de desvario em desvario, desde que expirara o governo fecundo, cauto e profundamente reconstructor de Rodrigues Alves, para a Republica Brazileira assignalára-se ainda, como maior desastre, o facto de irromper o conflicto europeu quando a sua suprema magistratura se achava entregue ás mãos rudes e inhabeis de um militar pouco esclarecido, embora bem intencionado e bom, em consequencia de uma revolução latente que estivéra prestes a lançar o paiz no regimen sombrio dos pronunciamentos de quartel.

Naquella difficil emergencia, acéphalo de facto o poder executivo, entregue o ramo, essencialmente popular, da representação nacional ao dominio de uma camarilha ouroxuga, incompetente e mendaz, com um *leader* tirado de improviso da parentela do Presidente da Republica e desmoralizado logo na opinião pela desfaçatez, leviandade e pouco escrupulo de seus habitos e de suas acções, forçosamente se impunha ao espirito, quer dos nossos homens de Estado, quer dos que tinham principalmente alguma responsabilidade na orientação da politica internacional do Brazil, o dever altamente patriotico de procurarem quanto antes chamar a Nação á consciencia de si mesma.

Além de que, como mais tarde a Historia terá de revelar, havia ainda gravissima *razão de Estado* a exigir que uma voz, com a sua autoridade propria ou pela sua representação official, se fizesse escutar no recinto augusto do parlamento pondo um paradeiro ás orgias tribunicias em que quasi dia-

riamente se preconisava alli a victoria de um dos grupos de belligerantes de envolta com as mais tôrpes e pezadas injurias aos seus adversarios.

Para muitos, tão delicada missão seria um sacrificio doloroso. Para nós, confessamol-o com a mais sincera franqueza, tornou-se até um immenso prazer, porque era não só o desempenho de um compromisso de honra, assumido com a memoria de Rio-Branco, que jamais receiara a impopularidade, os insultos e as ameaças na defesa dos altos interesses da Patria, como tambem um movimento de justiça e de dignidade em honra de uma Nação que, como a Allemanha, nos tratara sempre com especial cordialidade e fidalguia, nos déra dos melhores colonos para os campos e soldados dos mais fortes para a guerra, e, como paiz civilizado, não encontrava rival entre os coévos.

Tinhamos a certeza, pronunciando o discurso que, traduzido logo em diversos idiomas e commentado largamente nos principaes centros civilizados do estrangeiro, foi tão mal comprehendido em geral dentro do paiz nos elogios exagerados de uns e nos ataques brutaes de outros, da tempestade de odios, de inveja e de insultos que iriamos levantar.

Antes da guerra, as sympathias do povo brazileiro pela Allemanha, especialmente entre os seus homens de sciencia, os seus militares de terra e as suas classes conservadoras, eram já grandes e unanimes. No proprio commercio estrangeiro, estabelecido no paiz, o elemento portuguez, representante da mais numerosa e espalhada das colonias, que entre nós se fixaram, possuia as mais solidas ligações com Hamburgo e com as importantes firmas germanicas, que aqui exerciam em larga escala as suas operações. E, si a grande maioria dos viajantes procurava quasi inteiramente os navios teutonicos e ninguem pensava mais em instruir-se ou aperfeiçoar os seus es-

tudos a não ser nos grandes centros scientificos do coração do Rheno, desde 1910 os principaes orgams da imprensa do paiz, tendo á frente o *Jornal do Commercio,* então propriedade ainda de um illustre brazileiro que, forçado a se afastar da Patria muito joven, educara o seu espirito nos Estados Unidos e na Inglaterra, já viviam a proclamar a necessidade de mandarmos vir uma *missão allemã* para preparar as nossas forças e dar-lhes o espirito de disciplina e os conhecimentos technicos de que tanto estavam carecendo.

Ao romper a luta européa, era assim natural que tudo tentassem fazer a Inglaterra e os seus alliados para modificar uma tal situação que era de facto, mais ou menos semelhante, em todas as outras Republicas do nosso continente.

Entre nós, o primeiro acto dos seus agentes, depois de estabelecida a campanha de diffamação telegraphica com o córte dos cabos allemães, foi apossar-se da grande imprensa da capital do paiz. Essa tarefa mesmo não lhes foi até certo ponto muito difficil uma vez que, na sua maioria, as emprezas jornalisticas do Rio de Janeiro teem o caracter quasi puramente industrial e, no momento, eram propriedades de estrangeiros ligados pelas suas patrias á causa britannica.

A's aggressões pitorescas, que soffremos no recinto da Camara dos Deputados, ataques ineptos e ridiculos que, para honra da cultura nacional, é força confessarmos, não partiram de uma só cabeça equilibrada e illustre, pois que os proprios adeptos eminentes, que alli contavam a França e a Belgica, fizeram justiça ás nossas intenções e comprehenderam logo os fins elevados e patrioticos do nosso discurso, era logico que se succedessem os mais descabidos ou menos justos commentarios dos jornaes, jungidos intimamente aos interesses da Inglaterra e de seus satelites na luta.

Nessa mesma tarde, antes que fosse divulgado o que dis-

séramos no parlamento, já soffriamos de algumas folhas os mais acerbos insultos. Eramos, entre outras cousas, um *vendido* á Allemanha...

O mais interessante, porém, é que, na propria imprensa de grandes responsabilidades perante a opinião, não houve a calma desejavel para analyzar a nossa oração, atacada inepta e iniquamente nas mesmas columnas em que era simultaneamente divulgada.

O publico teve assim uma feliz opportunidade de fazer na mesma hora o confronto entre as nossas palavras impar-ciaes, previdentes e documentadas, fructo do mais puro patriotismo e do mais reflectido estudo, e as censuras e doestos com que eram recebidas sem ser todavia contrariadas nem respondidas com argumentos á altura dos conceitos em que haviam sido formuladas.

O *Jornal do Commercio*, com a autoridade da sua tradicção de decano respeitavel do jornalismo da capital do paiz, para só citarmos um orgão cuja linguagem se manteve em tão melindroso momento internacional para a nossa Patria nos limites da mais digna cortezia, perdia mesmo a sua habitual serenidade e assim se expressava:

« Falla-se que o incidente de sabbado na Camara não ficará limitado ao extemporaneo discurso do Sr. Deputado Dunshee de Abranches e á replica prompta e feliz de seu collega, Deputado por Minas.

« Realmente, consideramos dos mais graves esse incidente. Grave, pela sua impropriedade e grave pela investidura do primeiro orador citado e pelas quasi forçosas ligações deste com o Ministro das Relações Exteriores.

« O referido Ministerio, ou antes o nosso Governo Federal, declarou em varios decretos successivos, a nossa neutralidade em face da conflagração. Foram fixadas e estão vigorando

plenamente as regras que devemos observar em relação aos contendores.

«A que titulo, pois, o Sr. Presidente da Commissão de Diplomacia da Camara intempestivamente se pronuncia para fazer o elogio caloroso do Imperio allemão, nesta hora tragica, quando outras nações importantes, igualmente amigas do Brazil, cruzam com o referido Imperio as suas armas?

«Qualquer Deputado é livre de ter as suas preferencias particulares, as suas sympathias pessoaes por este ou aquelle dos belligerantes.

«Mas, em rigor, nenhum deve prevalecer-se da circumstancia de estar investido de um mandato popular temporario para expender da tribuna parlamentar essas sympathias ou preferencias. Varios já commetteram essa imprudencia no recinto da Camara. Cederam, porém, esses ao seu temperamento e agiram sem que se pudessem attribuir-lhes quaesquer outras ligações, que arrastassem responsabilidades de terceiros.

«Não é esse, infelizmente o caso do Sr. Dunshee de Abranches. O illustre representante maranhense não é só Deputado: é tambem Presidente da Commissão de Diplomacia da Camara. A natureza especial dessa funcção empresta ás suas palavras uma autoridade e importancia, que ellas, no caso occurrente, não podem absolutamente ter, por mais que se faça circular o seu discurso nas secções remuneradas dos quotidianos.

«Para concluir que o Brazil necessita reagir contra a desorganização profunda que o abate, não era preciso apontar tendenciosamente o exemplo da Allemanha, com o elogio desabalado e parcial da «incomparavel administração interior», que garantiu ao grande Imperio «esse formidavel poder militar, com que está resistindo ás investidas dos exercitos colligados das outras potencias».

« Nem deve um Deputado, como Presidente da Commissão de Diplomacia, e, sobretudo, com a tradicção pessoal de ininterrupta concordancia com os actos de nossa chacellaria nestes ultimos annos, entrar na indagação das causas dessa guerra, levantando affirmações de rivalidades que a nós pouco importam e menos ainda aos representantes federaes de um paiz proclamado neutro.

« O illustre representante maranhense perdeu uma excellente occasião de ficar calado, o que traria a vantagem de não pôr a nossa Chancellaria na obrigação estricta em que ella inilludivelmente se encontra de desautorizal-o.

« Somos insuspeitos, fazendo estas observações, porque temos mantido e saberemos manter, nesta horrivel guerra, uma linha de perfeita imparcialidade, limitando-nos ao nosso papel de informações e acolhendo-as tanto de uma como de outra procedencia.

« Se o Brazil se declarou neutro, o dever de todo homem que possua uma parcella de autoridade no Governo ou no Congresso, é manter-se dentro da affirmação official, ainda quando pretenda ou julgue fallar mais como publicista do que como representante da nação ».

Entretanto, apezar de tão graves e solemnes conselhos, era o *Jornal do Commercio*, mezes após, o primeiro orgão de nossa imprensa a incitar insistentemente o Governo Brazileiro a imitar o exemplo de Portugal, apoderando-se dos navios allemães e austriacos, internados em os nossos portos e confiados á nossa guarda, para entregal-os tambem, naturalmente, á Inglaterra, uma vez que um tal attentado importaria fatalmente em uma declaração de guerra ao nosso paiz, por parte dos Imperios Centraes...

Mesmo, porém, dentre os jornaes genuinamente brazileiros, da capital da Republica, á excepção do *Correio da Manhã*, do

Jornal do Brazil, da *Noticia*, da *Tribuna* e da *Gazeta de Noticias*, esta ultima ainda sob a direcção superior de um jornalista, que jámais enxovalhou a sua penna com o baixo insulto, houve alguns que, movidos sem duvida por uma errada comprehensão dos verdadeiros fins da guerra travada, não nos pouparam com as suas criticas injuriosas e tanto mais lamentaveis quanto só e só redundavam em prejuizo dos mais caros interesses da Patria.

Commentando tão inqualificavel attitude, em face do nosso discurso, o chronista politico do *Jornal do Brazil*, illustre escriptor que é tambem um dos mais eminentes senadores da Republica, depois de salientar a imparcialidade e o desassombro com que haviamos encarado o problema mundial, assim terminava com uma synthese feliz do nosso trabalho:

« Para justificar tão justas quão formidaveis conclusões, o Sr. Dunshee de Abranches, na sua longa oração em que applaudiu a *absoluta neutralidade*, que o Brazil mantém no conflicto, analyzou *a politica mundial no seculo XIX e no mundo moderno, a crise européa, a revolução social, a fallencia do socialismo, a victoria do industrialismo, as reivindicações antonomistas na Europa, a independencia da Belgica, o home-rule na Inglaterra* e as causas da guerra actual. Estudou em seguida, com demonstração de longa cultura, a obra de Bismarck e a sua continuação pelo Imperador Guilherme II, cujos esforços pelo progresso material e intellectual do seu paiz, apreciou, apresentando rapida e bem organizada estatistica da respectiva população e do trabalho, do material technico e dos progressos scientificos, das industrias e agricultura, da valorização do carvão e do ferro, do commercio exterior, da espiritualização do trabalho e do ensino profissional, do problema operario, do capital e do credito, da

organização financeira, do movimento economico, da expansão commercial e da politica colonial.

« Feitas essas indagações, cuidadosamente expõe o Deputado maranhense o que pensa sobre a *paz armada, o imperialismo e seus perigos universaes*: o *perigo allemão*, o *inglez*, o *americano*, o *francez*, o *slavo*, o *nipponico*... Compara o imperialismo das grandes nações conquistadoras... E conclue fazendo um appello aos dirigentes do Brazil, onde nada existe organizado, porque somos um paiz corroido pelo *partidarismo pessoal e a burocracia* — os dois nefastos parasitas que, ha longos annos, minam e entorpecem toda a vitalidade nacional...

« Tão valente quão corajoso trabalho em um momento em que, em vez da razão, impera o sentimentalismo irreflectido, devia produzir um effeito semelhante a uma explosão.

« De facto, na *Camara, onde illustres Deputados tinham tomado a liberdade de erguer a voz em pról de cada uma e de todas as nações representantes da alliança contra a Allemanha, levantaram-se protestos contra a analyse fria, clara, documentada, feita pelo Presidente da Commissão de Diplomacia*, dos elementos que se contracombatem na guerra *formidavel de 1914* !... Porque esses protestos? Leiamos primeiro o discurso e combatamol-o se não fôr verdadeiro ».

Não nos combateram infelizmente: insultaram-nos...

V

A quebra da neutralidade

A primeira accusação formulada contra as theses, que haviamos desenvolvido em o nosso discurso sobre a conflagração européa e suas causas, foi que, presidente da Commissão de Diplomacia e Tratados da Camara dos Deputados e, sobretudo, «com a tradicção pessoal de ininterrupta concordancia com os actos da nossa chancellaria nestes ultimos annos», expressando-nos com nos expressáramos e entrando na indagação das origens da guerra», haviamos concorrido para a *quebra da neutralidade* do Brazil, tão solemnemente proclamada no decreto do Poder Executivo de 4 de agosto de 1914, logo ao romper o sangrento conflicto.

Dentro e fóra do parlamento nacional, fôra essa a grita desabalada que logo se levantara. Para isso, influiram directamente as palavras despeitadas e dignas de lastima do Deputado que, logo após a minha oração, precipitadamente se levantava, e, movido por interesses inconfessaveis que, contra

nós, já de longe lhe conturbavam a alma, dava a mais triste cópia do seu caracter e da sua mentalidade, mostrando ignorar os mais comezinhos principios de direito internacional e interpellando-nos sobre si « *diante de uma manifestação tão séria de quebra de neutralidade por parte do Presidente da Commissão de Diplomacia e Tratados, ainda nos sentiamos a gosto* nessa mesma Commissão ! »

Ora, si ninguem ignorava nos meios politicos que esse representante da nação, ha longos annos, vinha ambicionando occupar o posto, que sempre contra os nossos mais intimos desejos e conveniencias partidarias fôramos forçado seguidamente a exercer, tambem era sabido que, entre os altos dirigentes do paiz, a minha presença nessa posição era tida por imprescindivel, pois, na phrase generosa de Rio-Branco em carta que é para nós um padrão de honra, representavamos *junto ao Itamaraty, depois da morte de Cabo Frio, o archivo vivo da nossa diplomacia.*

Não nos alimentava assim a ambição nem a vaidade no desempenho de tão elevado encargo. Já explicamos uma vez que a nossa entrada para aquella Commissão permanente da Camara fôra mesmo uma surpreza, que tiveramos, quando pleiteavamos um logar na de Instrucção Publica, afim de pôrmos em pratica as reformas que nos inspirara o inquerito a que procedêramos nos institutos de ensino superior e secundario da Republica durante o governo Rodrigues Alves. Diante de escriptos nossos sobre as questões de limites com a Bolivia e o Perú, o immortal Chanceller Brazileiro promovêra, sem que nada soubessemos, a nossa eleição para aquella investidura parlamentar; e, dahi por diante, mesmo quando outro era ainda o presidente dessa Commissão, já nos fazia o orgão do seu pensamento politico em todos os debates legislativos referentes ás nossas relações internacionaes.

Morto Rio-Branco, quizemos retirar-nos desse posto que, ha longo tempo, desempenhavamos, e só não o fizemos, como se tornou publico e notorio, porque o eminente Sr. Lauro Müller, que succedera na pasta do Exterior áquelle grande patriota declarára ser questão fechada continuarmos a obscuramente auxiliar a sua administração, recordando-nos, em generoso appello, os serviços que desinteressadamente vinhamos prestando a tão importante departamento do paiz.

Accusado, todavia, de um modo tão grosseiro e tão baixo de apego a um cargo, em que só tinhamos tido trabalhos penosos e, em geral, desapercebidos do grande publico, porque ficam occultos para sempre entre os documentos secretos do Estado, e, ainda mais, apontado como estando a comprometter a linha neutra, que desejavam manter os altos poderes da Republica, em face do conflicto europeu, tudo isso de certo não nos incommodaria si um conjuncto de circumstancias de facto melindrosas não exigissem que mais longe levassemos a nossa attitude parlamentar em tão grave emergencia.

Na verdade, que o nosso discurso, esclarecendo a consciencia nacional e fixando bem claramente as causas e as consequencias da grande guerra economico-commercial que ameaçava arrastar o mundo inteiro aos campos de batalha, em nada attentava contra a conducta de absoluta imparcialidade. que resolvêra sabiamente o Governo brazileiro guardar perante as potencias em luta, seria facilimo demonstrar-se. Bastaria lembrarmos, para pôr a calvo a imbecilidade de quem primeiro ousára atacar-nos nesse sentido, que — *a neutralidade só se quebra por actos e por factos e que, em qualquer nação, só é tida por violada quando os seus orgãos competentes ostensivamente infringem as regras estabelecidas em direito ou permittem no seu territorio as infracções, que se acham capituladas nos mais comesinhos manuaes diplomaticos*. O facto de sermos nós o presidente da Commissão de Diplomacia e

Tratados da Camara dos Deputados não impederia que fossemos por *palavras* adepto deste ou daquelle dos paizes em guerra. No regimen que adoptamos, as commissões parlamentares, além de puramente technicas, são delegações directas do poder legislativo. Já nas sessões secretas, em que se discutira memoravel accôrdo de limites com o Perú, convenio de que foramos o relator, respondendo ao eminente tribuno, o Sr. Barboza Lima, tinhamos tido opportunidade de deixar bem evidenciado que, si representavamos naquelle instante o pensamento do Barão do Rio-Branco, era por uma circumstancia toda pessoal, mas que, como membro da Commissão de Diplomacia, não eramos um delegado do Poder Executivo, ou o orgão de qualquer dos ministerios, mas unica e exclusivamente um mandatario da Camara.

Demais, a praxe da maioria governista em ambas as casas do Congresso Nacional sempre fôra dar ao relator do Orçamento do Ministerio das Relações Exteriores o encargo de defender ou sustentar os actos deste nas discussões legislativas. Essa tradição apenas fôra alterada uma vez antes de sermos nós indicado pelo Barão do Rio-Branco para fazer parte da Commissão de Diplomacia e Tratados. E dahi proveio toda a confusão em que se permaneceu depois, imaginando-se que o presidente daquella commissão, em lugar de um eleito da Camara para examinar puramente com os seus pares os pactos celebrados pelo governo brazileiro com as outras nações, era tambem um defensor perpetuo dos actos da nossa Chancellaria em todas as suas relações com o mundo exterior.

Foram mais longe ainda: Durante o quatriennio findo, si mais de uma vez tivemos de repellir insinuações pouco dignas para transformar a Commissão, que tinhamos a honra de dirigir, em uma banca de negocios, insinuações que tentaram fazer-nos até por intermedio da mesa da Camara, felizmente avisada por outros a tempo de tomar as devidas precauções,

não faltou quem ineptamente imaginasse caber-nos ainda, como presidente daquella mesma Commissão, o dever curioso de entoar da tribuna dithyrambos em todos os feriados nacionaes dos paizes extrangeiros!...

Por outro lado, em o nosso discurso, tornado então em pedra de escandalo, não *havia uma palavra, uma só, em honra da guerra ou desejando a victoria deste ou daquelle belligerante*. Começaramos, ao contrario, não poupando louvores á orientação do governo federal pelos termos do decreto em que proclamara tão firme e solemnemente «a mais estricta e inquebrantavel neutralidade por parte do Brazil perante o conflicto travado no Velho Mundo». E recordaramos mesmo que, assim agindo, «soubera dignamente o Poder Executivo honrar a linha tradicional da nossa diplomacia, linha que, accentuada decisivamente pelo Barão do Rio-Branco, jámais poderia ser alterada na sua portentosa directriz, em pról da paz constante e da confraternização geral de todos os povos da America».

Em logar de ferirem a neutralidade brazileira, o mais que se poderia dizer das nossas palavras, proferidas tão serena e reflectidamente, era que, ao contrario, teriam restabelecido o equilibrio de opiniões dentro do parlamento, uma vez que, prestando homenagem á cultura intellectual e á grandeza economica e social da Allemanha, compensavamos com os nossos elogios, aliás merecidos, as maldições e os insultos a esse grande paiz amigo dirigidos por outros deputados quando, nos desvarios dos seus rasgos tribunicios, enastravam os mais calorosos hymnos á victoria dos alliados e á civilização franceza, ao liberalismo britannico, ao martyrio da Belgica e ao amor e ao culto da Russia e da Servia *ao direito, á justiça, á moral e á ordem*...

Si, porém, é muito cedo o momento para se desvendarem por completo os graves e importantes motivos que nos fizeram assumir essa tão necessaria quão patriotica at-

titude no Congresso Nacional e, em seguida, nos levaram a aproveitar o gesto leviano do bemaventurado representante mineiro, convidando-nos a renunciarmos o posto em que sempre souberamos guardar bem alto a tradição de Rio-Branco e da nossa diplomacia, ninguem poderá contestar-nos tambem que, agindo como agimos naquella hora, concorriamos para collocar o Governo da Republica, não só em uma situação de completo desafogo, como da mais ampla liberdade de movimentos.

Com effeito, a primeira impressão, que se teve, diante da grita levantada pela demagogia assalariada e de certas perfidas insinuações dos jornaes, defensores exaltados da causa britannica, é que não procederamos por conta propria e que, por traz de nós, quem procurára reagir contra os excessos alliadophilos das ruas, da imprensa mercenaria e da tribuna parlamentar, fôra a propria chancellaria brazileira. Dirigida na occasião por um filho illustre de allemães, como viviam a denuncial-a, timida nos seus primeiros passos, titubeante nas attitudes, indecisa nos actos, diante das desconfianças e exigencias crescentes de um dos grupos dos belligerantes, e das queixas do outro fundadas em factos gravissimos, tudo concorria mesmo para acreditar-se que, conscio das nossas responsabilidades na politica internacional do Brazil, de bôa vontade nos prestaramos ao sacrificio de affrontar toda a onda ludrosa das injurias e da diffamação, afim de que se não rompessem as nossas boas relações de velha e cordial amizade com os dois grandes Imperios Centraes da Europa.

Mais do que, todavia, pudesse influir sobre a nossa conducta no parlamento a melindrosa situação politica ou a delicadissima conjunctura pessoal em que se achava o Sr. Ministro das Relações Exteriores ao irromper a guerra, tinhamos a exigirem esse sacratissimo dever civico, além de outros motivos de ordem superior, o espirito tradiccional da

nossa diplomacia, do qual jámais deixáramos de ser sempre um extremado defensor, e o compromisso solemne, que assumiramos, de não consentir, emquanto pudessemos, na destruição da obra immorredora do MAIOR DOS BRASILEIRO .

Homem politico, bem pouco mais idoso do que nós e, modestia aparte, sem a nossa experiencia de longos annos ao serviço da diplomacia nacional, certamente o illustre sr. Lauro Müller não se animaria a tentar fazer da nossa individualidade o instrumento dos seus interesses em jogo, maximé quando lhe sóbravam virtudes e talento para agir sempre por conta propria.

Não faltou assim a verdade o illustre ministro quando, accusado então pelos ataques brutaes de alguns periodicos que queriam a todo o transe fazer do nosso gesto um movimento nascido nas altas cogitações da chancellaria brazileira, se apressou a declarar pela imprensa que, acerca de seis mezes, não tinha o prazer de avistar-nos ».— E' que, de facto, ha mais tempo do que isso, seguiamos ambos por caminhos oppostos. Depois da morte de Rio-Branco, perseveramos de nossa parte na mesma rota rectilinea, que firmemente na historia continental assignalára sempre a marcha gloriosa da diplomacia nacional. S. Ex. quizéra, ao contrario, dar costas á tradição, trilhar em sentido inverso; e a triste verdade foi que, quando pretendeu voltar sobre os seus passos, já trazia n'alma as amargas desillusões do tratado do A. B. C. e das suas duas malaventuradas excursões á America do Norte...

A renuncia do nosso alto posto na Commissão de Diplomacia da Camara dos Deputados tornára-se assim o complemento logico da nossa patriotica attitude. As nossas convicções irmanaram-se firmemente com a nossa dignidade. Viamos claro o dia de amanhã. A opinião nacional não tardaria a reconhecer que fôramos o primeiro a não nos illudir nem a illudir. Na politica internacional do Brazil, parecendo estar em unidade, a nossa palavra ficaria como um ponto de reparo entre as incer-

tezas do prezente e, muito breve quiçá, valeria como um argumento precioso para as difficuldades do futuro...

Foram inuteis, pois, todos os esforços empregados para nos demoverem desse firme proposito. Por mais que alguns dos chefes proeminentes da politica nacional nos ponderassem que o mais acertado seria retrahir-nos e deixarmos esmorecer o temporal que levantaramos dentro e fóra do parlamento, resistimos obstinadamente a todos os seus amistosos avisos. Tambem não acceitamos os conselhos de outros que, menos conhecedores do que se estava passando nas escusas espheras diplomaticas do paiz, queriam a todo o custo que esmagassemos com meia duzia de argumentos e revelações sensacionaes os libellos ineptos que, em torno da nossa oração, se haviam ridiculamente articulado. E, logo na sessão seguinte da Camara, faziamos chegar á meza o seguinte officio:

« *Sr. Presidente da Camara dos Deputados* — Tenho a honra de communicar a V. Ex., que, nesta data, renuncio o meu lugar de membro da Commissão de Diplomacia e Tratados. E como esta resolução é irretractavel, peço se digne, nestes termos, leval-a ao conhecimento da Camara. Agradecendo as provas de delicadeza com que sempre me distinguio no exercicio daquelle encargo, posso affirmar a V. Ex. que, neste meu acto, só obedeci aos dictames da minha consciencia e do meu patriotismo, pois em toda a minha vida publica tenho tido sempre por norma pouco me importar do sacrificio das posições ou dos faceis applausos do momento, quando estou convencido de que, mais dia, menos dia, se evidenciará que, assim agindo, como ora procedo, concorro decisivamente para acautelar e defender os mais altos e sagrados interesses da Republica. — *Dunshee de Abranches* »

Na Camara, infelizmente, não se deixou passar em silencio, como tudo aconselhava, a leitura deste documento de formal desistencia de um cargo, que sempre exerceramos com a

maior cautela e discreção; e, entre outras manifestações extravagantes, ficou para sempre figurando nos Annaes Parlamentares, como um grave corpo de delicto para vindouras difficuldades na politica internacional do Brazil, o discurso que se segue e que a falta de idoneidade e compostura pessoal do seu autor não servirá de allegação um dia para não ser tomado em consideração uma vez que, por desgraça nossa, fallou como *leader* do Governo da Republica:

« Ouvi lêr, declarou o orador, no expediente da sessão de hoje, um officio dirigido a V. Ex. e á Camara pelo illustre representante do Maranhão, no qual houve por bem, irretratavelmente, renunciar o alto posto de membro da Commissão de Diplomacia e Tratados, e, em consequencia, o de presidente da mesma commissão.

« Sem entrar na apreciação do final da renuncia de S. Ex., tendo tão sómente conta a renuncia em si, sinto-me bem em declarar á Camara, para que conste da acta e dos annaes, que o illustre representante do Maranhão, ao proferir o discurso em apologia á Allemanha em a sessão transacta, fallou em nome dos seus sentimentos pessoaes; a sua oração não tem outra significação, além daquella que lhe empresta a autoridade do seu autor. S. Ex. não fallou em nome da Commissão, de que é illustre membro; não fallou em nome da maioria da Camara, e, menos ainda, exprimindo os sentimentos do Governo da Republica.

« A Commissão, a maioria da Camara e o Governo não desejam, em relação aos acontecimentos européus senão a observancia absoluta da mais restricta neutralidade que, infelizmente, não se coadunaria com os conceitos do discurso de S. Ex.

« Cumpro o penoso, mas inilludivel dever, como *leader* da maioria da Camara, de oppor ás apreciações e injustas referencias sobre a politica de paizes amigos o protesto que se

inspira num criterio desapaixonado, tanto quanto na lealdade que temos pelas nossas amizades e nos deveres que nos impõe a nossa neutralidade no actual e lamentavel conflicto.»

Assim se expressava, em nome do Governo Federal, o irmão do Presidente da Republica, imposto á força como *leader* da situação de facto, que arrastára de ruina em ruina o paiz durante esse malfadado quatriennio, quando, alli mesmo, no recinto parlamentar, assistira impavido e apathico, sem murmurar um protesto, aos mais tôrpes e crueis ataques, articulados por amigos do governo e opposicionistas, a essa mesmissima Allemanha, cuja *apologia economica e social*, celebrada por nós, sem uma allusão desairosa aos seus inimigos ou uma palavra em honra da sua victoria, bastara para *quebrar a neutralidade da Republica Brazileira!*

A propria imprensa alliadophila como que se sentiu enojada diante de tão desastradas quão impoliticas declarações do representante do governo, não as acompanhando de uma só phrase de applauso e limitando-se a transcrevel-as sem o menor commentario. E, noticiando o facto, escrevia seccamente o *Jornal do Commercio*:

«A Camara approvou a renuncia do Sr. Deputado Dunshee de Abranches depois de breves palavras do *leader*, declarando que o discurso daquelle Deputado era a manifestação exclusiva dos seus sentimentos pessoaes e não representava o pensamento da maioria parlamentar e do governo, que desejam permanecer dentro da mais estricta neutralidade». E accrescentava em um gesto de gentileza revelador da penna delicada que traçára a noticia:

«Entretanto, a renuncia do Sr. Dunshee de Abranches, motivada por circumstancia tão lamentavel, não impede que digamos que elle deixa no archivo da Commissão de Diplomacia um accervo consideravel de trabalhos e estudos de real importancia, tendo sido na Camara o relator de muitos pa-

receres de actos diplomaticos pratricados na gestão memoravel de Rio-Branco.»

Em compensação, não foram poucos os periodicos que expandiram o seu jubilo com o que logo appellidaram o *gesto feliz, severo e castigador* do presidente da Camara, *alma latina por excellencia,* nomeando para o cargo renunciado por nós na Commissão de Diplomacia o mesmo Deputado que, ha muito o pleiteava e fôra o autor do estranho convite para que o resignassemos. Havia esperanças talvez de que, com a nossa ausencia no exame e fiscalisação dos documentos referentes aos negocios exteriores do paiz, desapparecesse o grande obstaculo aos planos cúpidos e vorazes de certos advogados administrativos sobre famosa estrada de ferro internacional, cujo projecto, para honra do governo, tiveramos instrucções expressas de Rio-Branco para de fórma alguma ser entregue á discussão.

O golpe, entretanto, si vizava tão triste alvo, ficára no ar. O ambicioso, corrido de vergonha, não se animou a levantar os despojos da sua acção mesquinha e ingrata. E viu-se forçado a renunciar tambem o posto que com todo o praser lhe haviamos cedido.

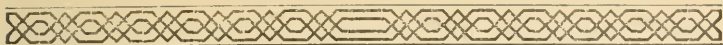
E' que certamente, em um instante de bom senso, cahira em si; reconhecera que fôra um precipitado; e esquecera-se de que vivemos no *paiz das sorprezas e das mediocridades laureadas*, na phrase celebre do velho estadista do segundo Imperio...

Diante, todavia, de tanta insensatez praticada e de tantos e tão lastimaveis despauterios, não faltou quem nos concitasse a uma reacção immediata e fulminante.

Acima, porém, da vontade ou do amor proprio dos homens politicos, devem estar sempre as conveniencias superiores do paiz.

Alta razão de Estado dictára a nossa attitude no Congresso Nacional. Outros quiçá teriam cedido aos impulsos de uma justa e natural revolta diante do que poderia parecer uma desautoração ou uma affronta.

Nós, comtudo, tinhamos a convicção de que, em o nosso silencio, estava naquella hora a salvação internacional do Brazil. O nosso discurso era uma peça que fôra elaborada vizando um alto fim patriotico. Outros que o discutissem. A Nação que o julgasse. Quanto a nós, restava-nos dentro d'alma a fé inabalavel de que souberamos cumprir o nosso dever.

Cahiramos para sempre no conceito publico, bradavam-nos de todos os lados; mas, de que valia todo esse alarido e todos esses improperios si a consciencia no seu mutismo reconfortante nos estava a cada momento reaffirmando que ficáramos de pé?

VI

No Brazil e no estrangeiro

O escandalo, feito em torno de nosso discurso, foi de tal ordem que passou muito além de nossas fronteiras. Emquanto dentro do paiz, dez edições rapidamente se exgotavam, logo nos dias seguintes recebiamos telegrammas dos Estados-Unidos e da Hespanha pedindo-nos autorização para ser traduzido em inglez e castelhano. E, dentro em breve, vertido tambem para o francez e para o allemão, attingia nos Imperios Centraes a um sem numero de tiragens, tal a anciedade de se saberem as *cousas extraordinarias* ditas sobre a Allemanha e a guerra pelo obscuro Deputado brazileiro.

Com a sua campanha de diffamação e de insultos, não poderiam ter feito melhor propaganda em favor dos seus inimigos os agentes dos alliados no Brazil.

Si, por um lado, com a leitura do nosso trabalho imparcial e reflectido, não foi pequena a decepção de muitos que imaginavam ir apreciar algum dos multiplos pamphletos facciosos

e apaixonados, então em voga, a favor deste ou daquelle dos blócos dos belligerantes, por outro, em numerosos espiritos pouco esclarecidos ou dominados pela influencia dos telegrammas diarios em que eram pintados o *Kaiser* e seus subditos como uma horda sanguisedenta de barbaros, a verdade não tardava a se mostrar em toda a sua plenitude e cada qual ia fazendo sobre a grande luta o seu expontaneo e recto julgamento.

Por mais que quizessem diminuir-nos perante a opinião publica, apontando-nos, quer como um obcecado pela cultura allemã, quer como um instrumento dos interesses occultos da Chancellaria Brazileira, quer, finalmente, como um influenciado pelos milhões de marcos, que o governo de Berlim vivia a espalhar por todo o mundo, naturalmente para contrabalançar as historicas *balas de prata,* com as quaes o *leader* das potencias alliadas tem sido sempre accusado de fulminar no estrangeiro as consciencias e as convicções para vencer mais depressa, a realidade é que, de todos os Estados do Brazil, não nos tardariam a chegar os mais honrosos e variegados testemunhos de applausos e de adhesão á attitude que, em boa hora haviamos assumido no Congresso Nacional.

Certamente, diante da grita levântada contra nós, não houve no paiz quem não procurasse ler o que, de tão grave e tão monstruoso, haviamos dito para ser assim apontado ás maldições nacionaes. E o resultado foi que, além do beneficio enorme que nos prestaram, popularisando o nosso nome e tornando-se credor das sympathias geraes do paiz, prestaram ainda os inimigos da Allemanha um inesquecivel serviço a esta grande potencia, modificando a má impressão causada em muitos pelas mentiras telegraphicas das primeiras semanas da guerra sobre suppostas barbaridades das tropas germanicas na Belgica e esclarecendo-as sobre os verdadeiros

motivos que haviam arrastado os povos europeus aos campos de batalha.

Si, para nos tranquillizar o espirito de que não haviamos sequer de leve melindrado a neutralidade da nossa Patria nem commettido um acto precipitado ou leviano, além da nossa propria consciencia, bastavam as felicitações que receberamos pelo nosso discurso de membros dos mais illustres e conspicuos do corpo diplomatico das nações neutras, acreditados junto ao nosso governo. por outro lado bem poderiam tocar-nos á vaidade a transformação evidente que, desde logo, se começou a perceber em todas as classes sociaes no modo de encarar a evolução sangrenta do conflicto, e o nobre arrependimento de muitos que, de boa fé, na primeira hora, tão rudemente nos haviam tratado.

Mesmo dentro do parlamento brazileiro, com estranheza dos mais exaltados, reconheceu-se logo que reprezentavamos uma corrente forte e selecta e que não estavamos nesse izolamento singular e odioso a que alludira o Sr. S. Pichon, no *Petit Journal*, naturalmente esquecido do que entre nós viu e colheu quando, antes de ser Ministro do Exterior do seu paiz, esteve aqui como plenipotenciario e, daqui, partiu sem levar de certo saudades do Visconde de Cabo-Frio...

Vale a pena trasladarmos o que disse então esse estadista a proposito da nossa attitude para mais uma vez nos convencermos de quanto somos mal conhecidos «nessa França, que tanto nos ama e tanto amamos», mesmo por aquelles que já exerceram entre nós importantes commissões.

«On a lu récemment, escrevia o Sr. Pichon na popularissima folha de Paris, le compte rendu de la manifestation germanophile, faite au Congrès brésilien par M. Dunshee d'Abranches, alors président de la commission de diplomatie de la Chambre des Députés. Cet apôtre isolé de l'influence

allemande dans la grande république de l'Amérique latine reçut un tel accueil de ses collègues qu'il dut interrompre son discours et se démettre des fonctions qu'il exerçait à la commission dont il avait la présidence.

« Aucun de ceux qui ont vécu dans le merveilleux pays où la France fut des premières à implanter la culture européenne ne s'étonnera de la mésaventure arrivée à l'un de ses ennemis. Si l'Allemagne occupe, par le chiffre de ses émigrés, une place considérable dans certains Etats comme le Rio Grande du Sud, nous n'avons jamais cessé d'exercer, au point de vue moral et intellectuel, la plus grande part d'influence dans l'ensemble de la République fédérale.

« C'est l'éducation française qui domine les classes cultivées, ce sont les idées françaises qui ont prévalu dans l'organisation politique du pays. Après le portugais, c'est la langue française qui est la plus répandue. Il y eut une époque où notre situation économique égalait, à Rio-de-Janeiro, notre situation morale. La principale rue de la capitale brésilienne était couramment appelée *la rue française*, parce qu'elle était peuplée par nos compatriotes, dont les maisons de commerce étaient réputées comme les meilleures et les mieux achalandées. Depuis, nous avons souffert de la concurrence, et nous sommes loin d'avoir le même rang dans les transactions industrielles et commerciales du Brésil. Mais nous avons gardé la primauté littéraire et scientifique que nous avions acquise et dont le rayonnement demeure, dans toute l'Amérique du Sud, la force et la gloire de notre génie.

« Demandez aux fondateurs de la République brésilienne si c'est en Allemagne ou en France qu'ils ont puisé les éléments de leur propagande et de leur action libératrice, si c'est à Berlin ou à Paris qu'ils ont trouvé le fondement de leurs pensées d'indépendance, si c'est à la philosophie allemande ou à la philosophie française qu'ils ont emprunté les principes de

leur émancipation. Sans doute, ils doivent beaucoup à l'influence de leur puissante voisine, la République des Estats-Unis du Nord, mais si l'on étudie les origines du mouvement que a constitué leur nouveau régime et la forme qu'ils lui ont donnée, on y trouve encore plus la trace et le développement de l'influence française. C'est Auguste Comte qui reste parmi eux le philosophe le plus connu, le plus célèbre et le plus respecté.

«Aussi, dans la crise actuelle, l'opinion publique ne s'est-elle pas méprisée sur le caractère de la lutte que soutient la France et sur les conséquences qu'aurait eues la victoire de l'Allemagne. Elles ont été dénoncées dès le premier jour par les écrivains, les hommes d'Etat et les diplomates brésiliens. C'est en vain que les Allemands ont essayé de réagir contre une opinion qui leur était foncièrement défavorable, en vain que, suivant leur coutume, ils ont essayé d'acheter les journaux à prix d'or. Leurs efforts n'ont abouti qu'à des résultats minuscules.

«Il y a peu de jours, un membre du Sénat qui est un des représentants les plus éminents du parti gouvernemental, M. Azevedo, (1) faisait un éloge vibrant de la France. Il proclamait

(1) Esse « Senhor Azevedo » a quem se refere o ex-ministro francez, hoje um dos desanimados sobre os destinos da França na guerra e opposicionista feroz ao gabinete Briand, é o Sr. Senador Antonio Azeredo, antigo presidente, como nós, da Commissão de Diplomacia do Senado e vice-presidente dessa casa do Congresso. Si, comtudo, como alliado enthusiastico, S. Ex. « bebendo pela victoria da França », não offendeu a neutralidade brazileira, apezar das suas altissimas responsabilidades no governo da época, não escapou tambem á diffamação: accusaram-no, ao desembarcar, entre outras cousas feias, de nos haver chamado de doido, o que, para honra nossa, teve a gentileza de desmentir logo no dia seguinte em discurso no Senado.

O mais curioso, porém, é que nessa oração, proferida em tão augusto cenaculo, em face do chefe da politica nacional, o saudoso general Pinheiro Machado, o Sr. Azeredo reaffirmava solemnemente que « embora não desconhecesse os serviços pela Allemanha prestados ao Brazil, desenvolvendo as nossas communicações e incrementando o nosso commercio, não podia deixar

que notre victoire serait une revanche du droit et de la justice, alors que notre défaite aurait été pleine de dangers pour tous les peuples libres et particulièrement pour les nations américaines. Hier, un des principaux agents diplomatiques du Brésil en Europe, M. Graça Aranha, déclarait que «son pays désire ardemment le succès des Alliés», dont le triomphe sera salué avec enthousiasme «dans les deux hémisphères.»

«Il faut remercier ceux de nos représentants qui ont travaillé consciencieusement à maintenir et à fortifier cet état d'esprit dans des conditions souvent difficiles: nos ministres à Rio, nos consuls dans les principales villes brésilienes, notre vaillante et laborieuse colonie répandue dans les Etats de la République, tous les Français de là-bas qui se trouvent en concurrence et en rivalité avec des étrangers beaucoup plus nombreux et pourvus de moyens d'action plus puissants. C'est à eux tous qu'on doit une situation, qu'ils sont assez patriotes et assez forts pour nous conserver et pour défendre contre les tentatives hostiles, et qui ne pourrait être que compromise par d'injustifiables intrusions.»

Com effeito, si mais errada não poderia ser a idéa do Sr. Pichon, cuja sinceridade de caracter não devemos pôr em duvida, sobre a situaçao mental do Brazil em face da sua bella nação; si, até irromper a presente guerra, os nossos mais eminentes homens de sciencia, como os nossos mais modestos

de desejar no momento — não pela sympathia que votava á França, não por ser latino, não pela sua grande admiração pela Inglaterra, não pelo enthusiasmo que lhe despertavam a bravura e o sacrificio da Belgica, mas, principalmente, como brazileiro — «a victoria da civilização contra a barbaria!» (sic). E o caso é que ninguem achou que deveria intimal-o a se demittir da Commissão de Diplomacia e de «sub-leader» do governo no Senado, assim como, na phrase admiravel de Carlos de Laet, o maior dos nossos estylistas, o Sr. Ruy Barbosa, não se sentiu coagido a se exonerar de juiz brazileiro no Tribunal da Haya, perante o qual talvez se haja de discutir a paz, quando, alli mesmo no Senado, fez votos explicitos pelo «triumpho final da cavalheirosa Albion!..»

estudantes, não pensavam mais em illustrar-se a não ser nos institutos de Berlim e de Vienna; si a cultura allemã era a que já dominava, ha mais de trinta annos, o animo dos nossos jurisconsultos, dos nossos estadistas e dos nossos pedagogos; si, a começar pelo actual vice-presidente da Republica e a grande maioria dos membros da alta magistratura do paiz e dos politicos dominantes nos Estados, era ás lettras germanicas que deviam a principal orientação do seu espirito; si, entre as classes armadas, o regimen prussiano passára já de uma simples aspiração para uma effectiva realidade; si ninguem mais cogitava entre nós em adoptar, quer para os estabelecimentos superiores e secundarios de instrucção, quer para o ensino profissional e technico, quer para as industrias, o commercio e a agricultura, os methodos francezes, tidos geralmente pelos nossos especialistas como retrogrados em face dos progressos assombrosos do grande imperio teutonico — em menor illusão não laborava ainda o eminente parlamentar e ex-ministro do Exterior da França, quando emphaticamaente terminava a sua critica ao nosso discurso, affirmando que « essa obra maravilhosa de manter e fortificar a influencia de seu bello paiz na Republica Brazileira, obra merecedora da gratidão eterna de seus particios, era devida ao esforço ingente de seus *ministros plenipotenciarios, dos seus consules e da sua valente e laboriosa colonia, espalhada por todos os Estados da União !*

Ora, a verdade é que, dentre as colonias estrangeiras, fixadas no Brazil, a franceza é uma das menores, pouco diffundida e menos culta e influente. Já não falando nos portuguezes, allemães, italianos e hespanhoes, os turcos, os russos, os polacos, os inglezes e os suissos levam-lhe decidida vantagem. E ninguem hoje ignora que, de todo o norte do paiz, os filhos da grande Republica da Europa acabaram por desapparecer quasi completamente.

Em todo o caso, o Sr. Pichon não poude deixar de confessar, embora veladamente, que a sua patria, que já tivera sensivel importancia commercial entre nós, fôra pouco a pouco *cedendo á concurrencia estranha*, mas não teve a coragem de dizer que tal concurrencia fôra a allemã, e acabara por não mais occupar hoje o mesmo lugar saliente de outr'ora nas transacções industriaes e mercantis do Brazil.

Si, porém, na propria capital da França, as nossas palavras tão forte impressão tinham causado, a ponto de haver quem, nos circulos officiosos, chamasse a attenção do governo dominante, não só para os nossos conceitos, como para o abandono em que se achavam entre nós os interesses daquella Republica, fazendo vêr que não era com tropos e metaphoras de viajantes e demagogos que se fazia politica proveitosa, mas com os actos e as acções dos homens de governo e de negocio e que estes, no Brazil, como em muitas nações da America do Sul, olhavam sempre para o Sena com ininterruptas reservas, não menos interessante era o que occorria a esse proposito em outras nações da Europa e do nosso continente.

Na Inglaterra, emquanto certos jornaes nos denunciavam como um vendido ao marco allemão, chegando um delles a fixar o *quantum* do que haviamos percebido, o que aliás não constitue um insulto nessa nação em que tudo se resolve pelo dinheiro e não tem escapado de iguaes calumnias desde os principes até o ultimo dos párias sociaes, que se contam alli por milhões escravisados ás classes parasitarias do paiz, vozes autorizadas, todavia, não se importaram de falar a verdade e de demonstrar que, tudo quanto se continha em o nosso discurso, já estavam fartos de proclamar publicistas e parlamentares inglezes, quando concitavam os governos a mudarem de rumo e a abandonarem o espirito de rotina em que vinham arruinando, ha longos annos, o Reino Unido. Alludiramos, ponderava um dos

grandes orgãos londrinos, ao memoravel discurso em que certa vez Lord Rosebery proclamara que, sob o ponto de vista pedagogico, a Inglaterra vivia em um perfeito cahos. Provava, em seguida, que não eramos injusto ao recordar as palavras propheticas com que, em 1902, em Belfast, o venerando presidente da *British Association for the Advencement of Science*, ao lamentar a decadencia das industrias chimicas inglezas em confronto com a sua assombrosa expansão na Allemanha, annunciava a derrota fatal da sua patria no campo industrial: *Educate, educate, or perish* — bradara elle. E o facto é que concluiramos demonstrando a realização pungente desse terrivel vacticinio, isto é, que a Grã-Bretanha, não podendo mais lutar com a sua rival no terreno economico, tivera de recorrer ás armas na esperança derradeira de só assim vencel-a e sobrepujal-a...

Na Hespanha, *La Vanguardia*, o importante jornal conservador de Barcelona, para não citarmos outros orgams não menos autorizados do pensamento dos seus grandes estadistas, analysando sensatamente o nosso trabalho, dizia que era um estudo de profunda critica social em que a politica internacional, ao alvorecer o seculo XX, era encarada sob um aspecto inteiramente novo, e a grande guerra européa apresentada corajosamente como a consequencia da disputa tremenda de mercados, na qual se vinham debatendo, ha alguns annos, as principaes potencias mundiaes. As nossas affirmações não deviam ser tidas assim como um aviso salutar simplesmente aos governantes do Brazil: constituiam ensinamentos severos que bem poderiam ser aproveitados pelos homens de Estado de outras nações que, como as Republicas Sul-Americanas, e como a propria Hespanha, tanto se têm descuidado de fortalecer-se, arruinando-se em estereis disputas na sua politica interior.

Na gloriosa patria castelhana, a esse tempo ainda se não haviam escutado sobre a contenda as opiniões dos seus principaes parlamentares e chefes de partido. Maura, o grande estadista, que tanto faz lembrar Cotegipe pela sua admiravel visão patrotica e o seu culto fervoroso pelas formulas e pelos principios monarchicos, só mais tarde proferia o seu monumental discurso do Theatro Real, de Madrid. Os liberaes, sem animo para tomarem uma attitude definida, e, com elles, os socialistas de todas as côres, deixavam apenas que algumas figuras secundarias ou conhecidas por irrequietas e indisciplinadas se exhibissem nos comicios ou nos artigos de imprensa, cada qual doutrinando ou bramindo conforme as suas paixões ou as suas sympathias pessoaes.

Seria, comtudo, darmos uma extensão fatigante a este livro se nos dispuzessemos a transcrever, mesmo sem o menor commentario e pondo de lado o que occorreu dentro do Brazil, tudo o que se disse e se escreveu no estrangeiro sobre o nosso discurso, relativo á conflagração européa e suas causas.

Na Italia, cujo governo ainda se não havia decidido a romper o tratado da *Triplice Alliança* e onde a maior parte da aristocracia e das classes eruditas pendia para a causa dos Imperios Centraes, as manifestações sympathicas, com que nos cumularam espiritos dos mais eminentes na politica e no jornalismo, harmonizavam-se admiravelmente com as phrases generosas da sua imprensa entre nós. «Sentiamo di dover, escrevia *Il Corriere Italiano*, associarci ai sentimenti di solidarietá espressi verso Dunshee de Abranches, il cui atto nobile e coraggioso puó non meritare il plauso di quanti animati da spirito di imparzialitá, deplorano l'opera de aggressione che a torto conpiesi contro l'elemento germanico.» E, como estes, não nos faltaram outros generosos testemunhos de conforto e de apreço.

Em o nosso continente, todavia, é que as opiniões se agitaram nos mais differentes e controversos pronunciamentos. Cada jornal *yankee*, por exemplo, que commentou o que sustentarmos na tribuna parlamentar, póde dizer-se, encarou e discutiu as nossas theses sob o seu ponto de vista especial. A grande maioria, felizmente, dos criticos não viu atravez das nossas palavras um sentimento inconfessavel ou esse *germanophilismo* cego e apaixonado de que muitos com a mais cruel injustiça nos fizeram preza.

Não aconteceu o mesmo no Chile e nos outros povos do Pacifico, entre os quaes o enthusiasmo pela victoria dos allemães domina quasi a unanimidade das camadas sociaes, o que se explica por motivos particulares de odiosidade historica á Inglaterra, odiosidade essa que aliás nunca chegou a ser tão intensa na Argentina, apezar do litigio por demais irritante das Ilhas Malvinas. E' facil justificar assim a anciedade e os applausos com que foi recebido naquellas Republicas o nosso discurso — diante dos telegrammas em que se lhe exaggeravam os intuitos e os conceitos.

Mais sobrios e discretos, os jornaes do Rio da Prata, si jamais deixaram de revelar nestes dois annos uma grande habilidade favorecendo o mais possivel o seu governo a tirar os maiores e mais solidos lucros da guerra, seguindo o exemplo opportunista dos Estados-Unidos, no caso particular que nos affectava estabeleceram uma justa medida para as suas apreciações, destoando ainda nisso dos periodicos do Uruguay. Alli, a paixão pela causa da Inglaterra e de seus alliados desvaira inteiramente a quasi totalidade da população, dando assim um excepcional realce ás figuras brilhantes de Luis Herrera e alguns outros espiritos superiores e libertados que tanto se têm esforçado para orientar a nação e mostrar-lhe que, em face de um *conflicto de interesses* entre povos poderosos e egoisticos, a philosophia do *Eu* é a unica que podem pro-

fessar os verdadeiros patriotas em um paiz novo, pequeno e avido de progresso e de florescimento.

De tudo, porém, que se disse e publicou em torno do nosso discurso, nada mais curioso seria do que compendiar, o que faremos um dia, as apreciações e criticas vindas á luz nos Imperios Centraes, especialmente na Allemanha. Ver-se-ia então que, átravez das palavras de justiça e de verdade com as quaes synthetizamos o assombroso progresso material, scientico e moral dos Estados Germanicos, houve tambem da nossa parte reparos severos e imparciaes que provocaram contestações e réplicas brilhantes de uns ou mereceram applausos de outros que haviam profligado tambem o que condemnaramos como erros ou faltas de previdencia dos governos de Berlim. Emquanto, entre nós, perfidamente se affirmava só havermos erguido loas ao Kaiser e aos seus feitos grandiosos, não se dava o mesmo na grande nação, agitada embora pelas mil e uma preoccupações da guerra. Reconhecia-se, não ha duvida, o juizo elevado e merecido que nutriamos da obra do Grande Imperador e de seus gloriosos antecessores; registravam-se com desvanecimento a nossa velha e sincera admiração pelo Genio de Bismarck e o nosso amor pela cultura allemã e pelas suas incomparaveis instituições scientificas, economicas e sociaes. Ao mesmo tempo, assignalavam-se a independencia e a sinceridade dos nossos conceitos e das nossas criticas, quando, por exemplo, condemnaramos em uma das passagens da nossa tão discutida oração parlamentar as reformas administrativas applicadas á Alsacia e á Lorena. E, o que é mais honroso para nós, as conclusões a que chegavam os publicistas germanicos, eram sempre que, mais do que um amigo leal e sincero da Allemanha e de seus filhos no Brazil, mostravamos ser um decidido e previdente patriota.

O futuro não tardará a deixar bem claro demonstrado si tinham razão...

VII

A guerra de commercio

Destruida a imputação calumniosa de que, como presidente da Commissão de Diplomacia da Camara dos Deputados do Brazil, violaramos a neutralidade, proclamada pelo Governo Federal, com o nosso discurso sobre a *Conflagração Européa e suas causas,* e reduzida aos seus sordidos intuitos a campanha de diffamação, feita dentro e fóra da Republica, em torno da nossa attitude patriotica e digna, resta-nos agóra encarar a grande accusação levantada contra a these fundamental, que sustentaramos, affirmando que a guerra recem-travada era, acima de tudo, *essencialmente economica e commercial.*

Se crime houve em uma tal asserção, foi apenas por termos sido a primeira voz que, revestida em uma nação de certa responsabilidade politica, teve o desassombro de dizer em publico o que todos que estudam e haviam acompanhado nestes diversos annos a marcha dos negocios internacionaes

das grandes potencias do mundo civilizado, intimamente sentiam e pensavam.

De facto, depois de nós ou quasi simultaneamente com o nosso pronunciamento, mesmo nas camaras inglezas, não faltaram tribunos e politicos que se expressassem da mesma fórma, tornando-se echo de correntes francamente anti-bellicosas ou profligando a sanguisedenta vesania em que não se demorariam affogar as derradeiras ficções do archi-famoso liberalismo britannico.

Si, das universidades e dos institutos scientificos do Reino-Unido, já tinham partido os mais intensos protestos contra a furia matricida com que a Grã-Bretanha provocara a luta e proclamara ao orbe inteiro que havia de exterminar a Allemanha, lembrando-se que, com uma tal politica, seria ferir-se de morte a civilização no que possuia de mais caro e mais precioso, não menos formidavel era a revolta que se erguia nos circulos parlamentares do paiz. Condemnado este fatalmente a quebrar a sua tradição de vigilante izolamento para se atirar ás aventuras de uma contenda odienta e perigosa, uma vez que a victoria final passara a ser pela primeira vez uma hypothese em toda a historia da velha soberana dos mares, não eram poucos os homens de Estado e simples representantes do povo que viam mais que indecisos e sombrios os horizontes da patria. Quer entre os *Communs,* quer na casa dos *Lords,* gestos semelhantes ao nosso se tiveram. Nos mesmos termos quasi em que formulamos as nossas despedidas á Commissão de Diplomacia da Camara dos Deputados de nossa Patria, fez-se tambem uma renuncia no parlamento britannico. Tres membros do gabinete se demittiram e, entre elles, John Burns, um dos chefes do *Labour Party,* declarando que assim o fazia por não concordar «*com essa guerra feroz de concurrencia commercial*». E a verdade é que,

nas primeiras semanas da terrivel contenda, apezar dos telegrammas farfalhosos com que se procurava desorientar o mundo exterior, a grande maioria da opinião publica ingleza era franca e dicididamente infensa á luta contra os allemães.

Na verdade, dado o genio pratico e frio dos filhos da Velha Albion, era cousa impossivel convencer o paiz de que fôram a violação da neutralidade da Belgica e os principios abstractos do Direito, da Liberdade e da Justiça, que fizeram o governo de S. James conflagrar a Europa e encabeçar a horrenda campanha pelo esmagamento politico, economico e commercial da Allemanha. Emquanto estas phrases bonitas eram telegraphadas para todo o universo afim de engodar os neutros e attrahir-lhes as sympathias para os alliados da *Entente*, tornou-se desde a primeira hora uma tremenda diffuldade para o governo bellicoso, que dirigia a Inglaterra, encontrar uma fórmula em que pudesse perante a grande massa da população justificar a sua attitude e os sacrificios collossaes que não tardariam a ser exigidos dos contribuintes. Violenta se tornara a reacção contra a guerra desde a sua proclamação inicial. Aos rasgos altivos de alguns ministros e sub-secretarios de Estado, demittindo-se do gabinete como um protesto solemne contra o rompimento das hostilidades, seguiu-se logo a organização da *Union of Democratic Control,* dirigida pelo Sr. G. D. Morel e outros liberaes. Essa liga inscrevera como divisa do seu programma esclarecer a opinião publica sobre as questões de politica internacional e acabar com a diplomacia truculenta de que tanto abusara Sir Edward Grey para organizar o *trust commercial* da guerra e atirar todo o velho continente á sangreira ouroxuga em que se estava debatendo. Entre os seus membros, não tardavam a figurar, além dos demissionarios do ministerio, mais de cem representantes da Camara dos Communs e diversos Lords da mais alta re-

speitabilidade do Reino-Unido, e, ao lado destes, innumeros escriptores, banqueiros, economistas e industriaes.

Explicando esta agitação desde os seus prodromos e confessando no fim de contas que o grande conflicto não passava de uma luta de interesses mercantis, um anno exactamente depois de havermos revelado a mesma cousa em o nosso discurso de 26 de setembro de 1914, o correspondente do *Jornal do Commercio,* do Rio de Janeiro, em Londres, adepto aliás fervoroso da causa britanica, assim se expressava:

«O objectivo ostensivo da *Union of Democratic Control*» é por termo á diplomacia secreta e fazer com que no fim da guerra a paz seja negociada, não segundo os caprichos dos burocratas do *Foreign Office,* mas sim sob a fiscalização rigorosa do parlamento. Além disso, a *Union* está investigando a escabrosa questão das relações dos diplomatas e de certos funccionarios militares e navaes com as firmas que pertencem ao *trust* internacional dos armamentos e pretende, depois da guerra, agitar este assumpto na imprensa e no parlamento.

«Entretanto, a *Union,* que dispõe de amplos recursos financeiros, iniciou uma campanha publica para educar a opinião nacional em questões de politica internacional. E tão activos são os organizadores desse emprehendimento que hoje se realizam na média uns cem comicios publicos por dia no Reino-Unido para prégar a guerra á diplomacia de Sir Edward Grey.

«A propaganda da *Union* está causando grande anciedade ao governo e, ha algumas semanas, procurou-se pôr termo a essa campanha por meio de actos de violencia directa. As autoridades militares organizaram turmas de soldados do exercito que atacavam os *meetings*, espancando os oradores e dispersando os ouvintes. Mas, como tantas vezes acontece nestes casos, os executores da violencia comprometteram os man-

dantes por um excesso de zelo no desempenho das ordens recebidas. Tendo-se realizado um grande comicio em que deviam fallar varios membros da Casa dos Communs, a soldadesca destacada para dispersar o *meeting* não foi devidamente industriada ácerca da posição social e politica dos oradores e da necessidade de affastar o publico sem magoar a pelle dos deputados. Julgando que a tactica a seguir devia ser a habitual, alguns soldados, emquanto os seus camaradas distribuiam murros e ponta-pés pelos ouvintes, galgaram a plataforma e assaltaram com o maximo desembaraço e vigor os oradores e outras pessoas notaveis que alli se achavam.

«Um dos deputados presentes, o Sr. Ponsonby, foi uma das victimas preferidas pelos ferozes atacantes e recebeu lesões corporaes sérias. O Sr. Ponsonby pertence a uma das familias mais conhecidas da aristocracia ingleza, foi membro do corpo diplomatico britannico e é um deputado radical que goza de grandes sympathias na Casa dos Communs. O attentado causou, portanto, uma grande indignação, não sómente no parlamento, como na alta sociedade, e o governo, depois de apresentar satisfações ao offendido, foi obrigado a mandar dar ordem aos commandantes dos regimentos para que puzessem termo a esse systema de dispersar comicios politicos por meio da tropa.»

E, para demonstrar a funda impressão que a campanha anti-governamental movida pelo Sr. Morel com a sua *Union of Democratic Control* estava então causando no animo por demais abatido e descontente do povo inglez, ponderava ainda o insuspeito correspondente londrino do *Jornal do Commercio*:

«Na verdade, a corrente favoravel á terminação immediata das hostilidades augmentou tanto ultimamente que o governo resolveu agora começar a reprimir violentamente as manifestações pacifistas. O primeiro golpe nesse sentido foi

dirigido contra um orgão socialista, o *Labour Leader*, que representa as opiniões de uma das sessões mais importantes do partido laborista e que, desde o começo da guerra, tem divergido do resto do partido pela sua opposição á intervenção ingleza no conflicto continental. O *Labour Leader* é um excellente jornal, que sempre foi respeitado pela sua moderação e bom senso e que conta entre os seus collaboradores muitos publicistas notaveis, inclusive alguns que não seguem as doutrinas economicas daquelle orgão. A opposição, feita á guerra pelas columnas do *Labour Leader*, era, não sómente moderada, como patriotica, abstendo-se systematicamente o jornal de publicar qualquer cousa que pudesse ser util ao inimigo ou causar excitação entre as massas populares. Foi, portanto, com extrema sorpreza que os circulos jornalisticos receberam a noticia de que o governo, depois de uma busca dada no edificio da redacção do *Labour Leader*, decidira processar os responsaveis pela publicidade daquella folha. O processo já começou e, a requerimento da justiça publica, será feito em segredo de justiça, conforme o permitte o recente *Defence of the Realm Act.* O crime allegado contra os redactores do *Labour Leader* é terem feito publicar cousas que «podem prejudicar o recrutamento e espalhar indisciplina entre as forças armadas».

«Apezar do segredo de justiça, que impede a imprensa de dizer cousa alguma sobre o processo, já se sabe que o libello basea-se em duas ou tres phrases apanhadas destacadamente no jornal e que em outros tempos ninguem se teria lembrado de usar como arma de accusação contra um jornalista. Sabe-se tambem que o verdadeiro motivo da ridicula denuncia é o desejo de supprimir o jornal, não para pôr termo ás divagações de pacifismo platonico que elle tem o costume de fazer, mas sim com o intuito de impedir que

uma serie de artigos, que estão sendo publicados no *Labour Leader* pelo Sr. E. D. Morel, continue a apparecer. O Sr. E. D. Morel (1) não é um socialista e sim um membro muito conhecido do partido liberal, que ha muitos annos se especializou em questões de politica internacional e que, tanto na imprensa, como na Casa dos Communs, tem sido o flagello de Sir Edward Grey. Sobre questões de politica européa, o Sr. Morel é considerado hoje como uma autoridade de primeira ordem; e os seus diversos livros, sobre os principaes problemas internacionaes agitados durante os ultimos 15 ou 20 annos, conferem-lhe uma posição de destaque em toda a Europa.

«Logo que rompeu a guerra, o Sr. Morel, que durante annos atacara Sir Edward Grey dizendo que a orientação do Secretario do Exterior tornaria inevitavel uma conflagração européa, assumiu uma attitude de franca opposição, procurando organizar uma resistencia á burocracia do *Foreign Office* e a Sir Eward Grey. Foi devido aos esforços do Sr. Morel que se fundou a *Union of Democratic Control* e poucos mezes depois o infatigavel politico publicava um livro *Nine Years of Secret Diplomacy*, que é um formidavel libello documentado contra Sir Edward Grey, mostrando que, longe de ser o cordeiro innocente que os *blue books* do *Foreign Office* pintavam, o Secretario do Exterior da Inglaterra tinha sido um dos principaes, senão o principal responsavel pela guerra.

«O livro do Sr. Morel causou grande sensação, apezar dos esforços do governo para impedir a repercussão do caso, e, depois de ler as provas e a argumentação cerrada do autor do

(1) As agencias telegraphicas alliadas nos haviam pintado na occasião esse illustre chefe liberal e eminente escriptor como um anarchista, inteiramente desclassificado e sem prestigio algum perante a opinião.

Nine Years of Secret Diplomacy, muita gente mudou de opinião sobre a origem da guerra e sobre as responsabilidades de cada um dos protogonistas da tragedia européa. Mas tratava-se de um livro que só podia chegar ás classes educadas; e o Sr. Morel que, além de ser um erudito, é um homem de acção e de combate, quiz collocar a synthese dos seus argumentos ao alcance das massas populares. Assim se originaram os seus artigos no *Labour Leader*.

«Tratava-se de artigos que nada tinham de «revolucionarios» e que nem de leve lembravam o estylo usual do demagogo. O Sr. Morel fazia uma exposição fria, logica e imparcial de factos, apoiando os seus argumentos em transcripções de documentos apanhados na longa série de ***blue books*** e de ***white papers*** parlamentares dos ultimos 10 annos. Com a cruel impassibilidade de um advogado que envolve o réo na rêde da prova, o Sr. Morel ia convencendo, ou, para melhor dizer, fazendo com que seus leitores se convencessem de que, desde 1906, Sir Edward Grey, propositalmente, ou por ser um docil instrumento da burocracia do *Foreign Office*, preparou uma alliança anglo-franco-russa com o intuito de saltar sobre a Allemanha na occasião opportuna.»

Ora, o que affirmava assim tão illustre parlamentar e erudito publicista inglez, em pleno coração da sua patria, era nada mais nada menos as mesmas verdades da these fundamental do discurso em que esclareceramos o espirito publico brazileiro e tão graves ataques recebeu de falso, de absurdo, e de imaginoso.

«Senhores, exclamavamos nós nessa tão malsinada peça oratoria, é contra a formidavel organização economica e commercial da Allemanha que ora se acha colligada quasi a Europa inteira e, com ella, a esta hora, o imperio nipponico.

«Uma colligação semelhante, e incluindo mesmo o Japão,

já esteve prestes a ser organizada, ha oito ou nove annos passados (1904 a 1905) contra os Estados Unidos, por occasião das presidencias de Roosevelt e do seu illustre successor.

«Nessa época, tal qual se vê hoje, era contra o «perigo americano», que se clamava, como uma ameaça incessante á paz universal: era o «imperalismo yankee» que se denunciava como dia a dia se apparelhando para escravizar a America inteira e intrometter-se após, intrusamente, na vida politica e nos negocios mais intimos do Velho Mundo. E chegou até a affirmar illustre publicista francez que o imperialismo economico da patria de Washington, posto ao serviço do seu insaciavel imperialismo politico, houvera mesmo modificado duas vezes a fórmula de Monroe, proclamando a principio — a «America dos americanos do norte», para depois accrescentar — não só a America, mas o «Mundo aos Estados Unidos»!

«O «perigo americano» teve assim o seu momento agudo na politica mundial durante os primeiros annos deste seculo.

«Pouco a pouco, porém, a campanha contra os Estados Unidos, campanha que, só em Paris, provocara mais de duas centenas de livros profligando as audacias da Casa Branca, foi perdendo o seu primitivo enthusiamo. Não faltou quem insinuasse que o portentoso plano salvador da hegemonia européa mallograra porque a Allemanha habilmente se retraira, allegando que as suas questões de tarifas com a grande Republica não eram de molde a lhe causar irremediaveis abalos na sua vida economica. Houve mesmo quem se arriscasse a explicar essa mudança gradual de attitudes das potencias mais interessadas «em livrar o mundo civilizado das garras aduncas da «aguia americana», escrevendo que, á Inglaterra, não parecera mesmo opportuna e sábia tão grandiosa empreza contra a sentinella avançada das liberdades politicas do Novo Con-

tinente. Era cedo ainda para mais essa cruzada em nome da civilização e da paz universal. Tudo tem o seu tempo e o seu momento na historia. As questões do canal interoceanico em breve resurgiriam mais fortes e cada vez mais graves. O Japão lá estaria, ao longe, na outra face do mundo, sempre vigilante e activo como um alliado precioso. O Mexico haveria de ser perennemente um agitado ou um agitador, como uma excellente base de operações. E seria ridiculo, ou, o que é mais grave, seria uma loucura que a Europa se atirasse além-mar a uma aventura arriscada quando, dentro de casa, ainda possuia o maior inimigo da sua tranquilidade interior e do seu proprio equilibrio politico...

«Surgiu logo tambem a Triplice Entente. A França, como latina, apoderou-se-lhe présaga do coração; a Russia ficou sendo o seu braço vingador; a Grã-Bretanha, como sempre em tudo, o cerebro...

«O «perigo allemão» tornou-se o succedaneo do «perigo americano.»

Effectivamente, comparando estas nossas palavras com os artigos e discursos de Morel e de muitos outros politicos e jornalistas de alta nomeada na Inglaterra, o mais que se poderia dizer é que foramos precipitado ou imprudente em intentar a divulgação de uma verdade tão grave antes que se dispuzessem a sahir do regimen da hypocrisia e da mentira os grandes responsaveis pela sangrenta convulsão européa.

Nós, porém, estranhos ao conflicto, não seriamos um bom patriota se concorressemos com o nosso silencio ou com a complicidade do nosso mutismo para que, em o nosso paiz, apanhado por tamanha catastrophe quasi inteiramente desapparelhado de todos os elementos para subsistir sem as importações collossaes que, em grande parte, recebiamos do Velho Mundo e especialmente da Allemanha, as classes dirigentes

e as que regulam immediatamente a economia nacional fossem illudidas ou se deixassem illudir sobre as causas e os resultados da luta.

Não era sem seguros fundamentos que, falando á Nação, affirmáramos que a guerra, além de essencialmente economica e commercial, desde 1905, vinha sendo preparada pelo governo inglez, com a complicidade do throno, representado pelos dois herdeiros da rainha Victoria. Fixando mesmo aquelle anno durante o qual se começara a desdobrar tão sinistro programma, tinhamos elementos precisos de prova. Ao regressarmos á Patria de uma larga excursão pela Europa em fins de 1906, duvida alguma poderia mais pairar em nosso espirito sobre a tempestade cruenta que, mais cedo ou mais tarde, assolaria fatalmente as grandes potencias européas. Desempenháramos com felicidade a missão confidencial de que nos incumbira Rio-Branco, confirmando as suas admiraveis previsões diplomaticas, fructo de aprofundado estudo de gabinete sobre a evolução da politica utilitaria que dominava os grandes centros economico-mercantis do mundo civilizado. Apezar da immensa confiança que o immortal Chanceller Brazileiro depositava no amôr á paz tão carinhosamente cultivado pelo espirito clarividente e cauto do Imperador Allemão, e da certeza mathematica com que mais tarde nos afiançava que o incidente de Agadir ainda não quebraria o *statu quo* estabelecido pelo genio incomparavel de Bismack, nada disso o persuadia de que a grande guerra não estivesse nas vesperas de estalar.

Ora, si, a taes conclusões, havia chegado a Chancellaria do Brazil, não é licito admittir-se que as das outras nações cultas tambem não se achassem devidamente informadas de tudo o que se estava passando nas altas espheras diplomaticas e militares das grandes potencias da Europa.

Não era de certo privilegio da Belgica ter diplomatas finos e argutos que, acreditados em Berlim, Londres, Paris e Petro-

grado, dia a dia trouxessem admiravelmente instruido o seu governo de modo a habilital-o a tomar posição no momento preciso conforme lhe parecesse mais vantajoso e seguro aos seus interesses politicos ou dynasticos.

Os embaixadores belgas, sem duvida, revelaram uma invejavel sagacidade e um inimitavel labôr. A' semelhança ,porém, dos documentos que os allemães appreenderem nos archivos do Ministerio do Exterior em Bruxellas quando se apoderaram do paiz, quantos outros não menos interessantes sobre o momentoso assumpto da conjuração anglo-franco-russa para o exterminio dos Imperios Centraes, não existirão competentemente guardados sob o maior sigillo nos cofres dos segredos de Estado de outras chancellarias, quer mesmo da Europa, quer das duas Americas?

Em todo o caso, as informações secretas prestadas pelos embaixadores da Belgica na Allemanha, na Inglaterra, na França e na Russia, e mandadas publicar, depois da occupação germanica, pelo Governo de Berlim, mostraram á saciedade que não mentia nem fantaziara o Presidente da Commissão de Diplomacia da Camara dos Deputados do Brazil, quando, quarenta e cinco dias após a declaração da guerra, expendia convencidamente as suas opiniões sobre o conflicto e procurava indicar á sua Patria o caminho unico que deveria seguir.

Na correspondencia confidencial daquelles diplomatas do pequeno e bellicoso reino de Leopoldo II, de inesquecivel memoria no Congo e em todo o mundo civilizado, enviada para a capital do seu paiz, desde 7 de fevereiro de 1905 a 30 de julho de 1914, não ha um topico em que se não confirme uma por uma as theses que ennunciamos e desenvolvemos.

Um dos grandes diarios da Republica Argentina fez pagina por pagina, de tão sensacionaes documentos, uma synthese curiosa e rapida em que se vê desenrolar em meia duzia de

excerptos toda a tremenda machinação que acabou por incendiar quasi a Europa inteira.

«O embaixador belga, que velava no ambiente do Foreign Office, escrevia esse jornal platino, e o que observava no Quai d'Orsay, desenham o mesmo quadro dos acontecimentos mundiaes, traçado tambem por Greindl, que actuava em Wilhemstrasse.

«Recordando os prolegomenos da guerra, ao ler essas informações diplomaticas, firma-se e robustece-se a certeza de que a causa da luta actual não tem de ser procurada nos dias que precederam ao rompimento. Por muito importante que appareçam os derradeiros dias do mez de julho de 1914, por incerto que surja o destino de cada uma daquellas semanas, nas quaes a historia do mundo registrou uma nova palavra creadora, instantes comparaveis áquelles nos quaes uma nova phase paleontologica fez surgir o mundo, não é menos certo que o encadeamento de causas vinha desde tempos muito anteriores e que já em varias occasiões o destino pareceu ser tal que se teve por imminente a explosão da guerra. Durante muitos annos se foi tecendo a rêde que se queria arremessar sobre a Allemanha para dominal-a; durante muitos annos se foi elaborando o veneno que devia proporcionar um fim terrivel áquella nação.

«Demos, porém, a palavra aos plenipotenciarios da Belgica em Berlim, Londres, Paris e Petrogrado:

«A causa verdadeira do odio dos inglezes contra a Alle-
«manha, rezavam muito antes da guerra essas informações, é a
«inveja nascida do desenvolvimento extraordinariamente rapido
«da marinha mercante e da industria allemãs.

«A rivalidade entre a Inglaterra e a Allemanha tem raizes
«demasiadamente fundas, para que possa ser attenuada com
«palavras de pessoas bem intencionadas. Os inglezes não to-
«leram qualquer competencia perigosa ao seu commercio e ao

« seu predominio maritimo. Os gigantescos progressos da Alle-
« manha constituem uma ameaça constante para a Inglaterra
« e esta não retrocede ante nenhum meio para se oppor a esta
« expansão.

« O recente encontro do Kaiser com o Czar, a visita do
« imperador Guilherme a Copenhague, a presença em aguas di-
« namarquezas de uma esquadra allemã, tudo serve de pretexto
« á imprensa ingleza para se entregar a accusações e recrimi-
« nações contra a Allemanha. Por toda a parte onde a Inglaterra
« possa crear difficuldades á Allemanha, fal-o sem deixar
« passar a opportunidade para isso.»

Mais tarde continuavam essas revelações:

— « O temor e o ciume determinantes de um estado de
animo anti-allemão, do que ameudadamente hei tido a honra le
« informar-vos, *não cederam uma unica linha.*

« Com visivel inveja, vê a Inglaterra que um povo em
« luta pelos mercados mundiaes, ganha terreno cada anno e que
« tambem sob este ponto de vista ameaça a preponderancia que
« aquella tinha assegurado.

— « A imprensa ingleza com os ataques ao Kaiser, ao seu
« governo, ao seu povo, suscitou taes receios que o publico está
« desconfiado. A Allemanha é o grande competidor commercial
« e militar e talvez naval no futuro; dahi, cada bom cidadão
« crèr-se obrigado a odiar esse paiz, porque se diz que é o unico
« do qual ha que temer depois do debilitamento da Russia e da
« entente com a França ».

— « Concebe-se o que a Russia possa ganhar na sua ami-
« zade com a Inglaterra, mas vê-se muito menos claro de que
« póde servir á Inglaterra a amizade russa.

« Que outra cousa se póde desejar em Londres do que
« crear inimigos contra a Allemanha?

....

— « Em geral presto pouca fé aos designios pacificos da

« Grã-Bretanha, paiz em que não se vê com maus olhos que os « demais se despedacem entre si » !

O embaixador Greindl não se descuida ainda de assignalar a verdade historica, de que a Inglaterra sempre se alista para anniquilar as forças militares das nações extrangeiras, assim que estas chegam a ter certa importancia. E, com muita ironia, accrescenta o embaixador belga em Paris que a Inglaterra depois de empurrar a França no embrulho de Marrocos contempla satisfeita a sua obra.

E insiste:

— « A soberba franceza chegou agora a ser igual á dos « peores dias do segundo imperio; disso a Entente Cordial tem « a culpa.

« O que aconteceu em Bruxellas, Berlim e Copenhague, « talvez não seja um signal isolado. Provavelmente a França « em outra parte incorreu na velha falta de não se preoccupar « com antigos compromissos, que lhe são pezados, para impôr, « aonde quer que seja, a sua vontade ».

Tambem a Russia, appareceu bem caracterizada naquella documentação diplomatica:

« — « No povo russo, que se suppoz despojado pela Alle« manha do fructo da sua victoria, nasceu o odio contra o seu « visinho occidental, augmentado pela inveja sentida ante o ra« pido desenvolvimento do poder allemão.

« E um diplomata tão sagaz como o francez Sr. Paul « Cambon, não vacilla em declarar que « os politicos russos são. « em seu maior numero, vehementes panslavistas, constituindo « o maior dos perigos para a paz europea ».

No que diz respeito á Italia, falam com clareza as seguintes communicações de um dos diplomatas belgas ao governo de Bruxellas:

— « Ha muito tempo que não só em Berlim como em « Vienna, ninguem mais alimenta illusões sobre o concurso

« eventual da Italia. O Quirinal contrahiu compromissos com a « França e a Inglaterra e *flirta* as escancaras com Londres e « Paris. Apezar disto, mantem-se na Triplice Alliança para ter « uma garantia da fidelidade de seus novos amigos, que lhe « inspiram uma confiança muito limitada.

« A Italia acerca-se dos que julga mais fortes, como fez « em Algeciras, onde apoiou a França e a Inglaterra, e recen- « temente no problema do Oriente, no qual, se bem que se « pondo ao lado da Allemanha e da America, não o fez senão « depois de se manter numa vacillante espectativa, á espera de « que o exito, inclinando-se para um ou outro lado, lhe mar- « casse o rumo mais proveitoso ».

Mais interessantes ainda são as revelações dos plenipotenciarios do Rei Alberto sobre os planos da Grã-Bretanha de izolar a Allemanha, contra ella depois colligando a Europa em pezo:

« E' assim que, a 23 de março de 1907, a chancellaria de Bruxellas é informada de que toda a força da politica ingleza se concentrava sob esse absorvente ideal. Para attingir esse fim, chegou-se a envolver na rêde de uma grande intriga a propria Hespanha. Já antes, em 1905, quando a Inglaterra firmava uma alliança com o Japão, com penetrante intuição a diplomacia da Belgica ainda participava ao seu governo que o resultado desse pacto não era outro sinão levantar uma nova potencia hostil á Allemanha. Demonstrava ainda mais tarde o ministro em Londres que a *Entente Cordial não se cimentara nem se iria desenvolver sobre a base positiva da defesa de interesses communs e, sim, sobre o odio contra o grande imperio do Rheno.*

« O rei da Inglaterra, escreve o embaixador Greindl, asse- « gura que a manutenção da paz tem sido o constante objectivo « de seus esforços; disse-o e repetiu-o desde o principio da « sua campanha diplomatica, corôada pelo exito, para isolar a « Allemanha.

« Mas não é dado subtrahir-se á evidencia de que a paz
« do mundo nunca esteve mais ameaçada do que desde que o
« rei da Inglaterra se occupa em « assegural-a ».

A diplomacia do Rei Alberto mostra então quanto uma tal affirmação era falsa. Alludindo ao almoço offerecido a Delcassé por Eduardo VII, quando estivera incognito em Paris, faz ver como esse acto despertou as mais serias apprehensões entre os amigos da paz. E terminava dizendo que conseguira saber que, nesse encontro, o monarcha inglez promettera auxiliar a França contra a Allemanha com um desembarque de cem mil homens em Holstein.

Depois da morte de Eduardo VII, quando, com a visita de Guilherme II á Inglaterra, tudo parecia annunciar que a vertigem guerreira não mais ameaçava ensanguentar a Europa, dados os sentimentos pacifistas do Imperador Allemão, ainda são os embaixadores belgas que esclarecem o seu governo revelando-lhe que, ao contrario, Jorge V era um continuador da politica bellicosa de seu pae. Dia a dia, a chancellaria de Bruxellas recebe as mais importantes communicações. A psychologia dos homens de governo das grandes potencias é feita com admiravel precisão. Delcassé, Iwolsk e Grey são perfeitamente retractados. A questão de Marrocos é esmiuçada nos seus mais intimos detalhes. Descreve-se tudo que fizeram os governos de Paris e de Londres para provocar, impellir ao desespero e humilhar o governo de Berlim. Finalmente, a eleição de Poincarré para presidente da Republica Franceza é commentada como o ultimo grito de guerra que faltava lançar-se aos Imperios Centraes.

— « Nos dias turbulentos que a Europa vive, escrevia então
« o embaixador da Belgica em Paris, a presença de M. Poin-
« carré no Elyseu constitue um perigo. Sob o seu ministerio des-
« pertaram-se os instinctos militaristas e algo chauvinistas do
« povo francez. Nesta mudança repentina conhece-se a sua mão.

«E a 16 de janeiro de 1914, accrescentava ainda:

— «Os senhores Poincaré, Delcassé, Millerand e os seus «amigos foram que suscitaram e seguiram a politica naciona- «lista, militarista e chauvinista, cuja reapparição annunciamos. «Tal politica constitue uma ameaça para a Europa *e para a* «*Belgica*. Nella vislumbro o maior perigo que ameaça a paz «europea, não no sentido de que me sinta auctorizado a suppôr «que o governo francez premedita perturbal-a — creio antes o «contrario — e, sim, porque a attitude do gabinete Barthou «originou uma inflação das inclinações militares na Alle- «manha.»

«Dahi por diante, os horizontes mais e mais se foram condensando; e ponderava então, a 10 de março, o mesmo diplomata:

«Junto com os srs. Delcassé, Millerand e alguns amigos «mais, apregoou o sr. Poincaré incessantemente o resurgimento «militar e politico da França, simultaneamente com a creação «de relações mais estreitas e intimas com a Russia.

«Sendo presidente do ministerio foi a São Petersburgo; «mezes mais tarde volta alli como presidente da Republcia.»

Finalmente, a 8 de maio, sahem-lhe da penna estas propheticas palavras:

— «Inegavelmente a nação franceza augmentou seu chau- «vinismo e sua confiança em si, durante os ultimos mezes. «Até aquellas personalidades notaveis e entendidas, que dous «annos atraz sentiram vivos temores ante a simples menção «de possiveis difficuldades entre a França e a Allemanha, mu- «daram de pensar: affirmam a segurança da victoria, fazem «grandes elogios dos progressos reaes do exercito francez e «sustentam que este está em condições, pelo menos de entreter «e fazer frente ao allemão para dar tempo a que o russo se «mobilise e empurre suas forças para atirar-se como uma «avalanche sobre o seu vizinho occidental.»

«Semanas depois, rompiam as hostilidades, e o pequeno e valoroso paiz, a formosa Belgica, apezar de assim tão bem orientada pela sua argutissima diplomacia, era imprudente e ruinosamente levada de roldão pelo seu irascivel soberano para os campos de batalha!»

Ainda na Europa, a Côrte de Madrid, estamos certo, tambem não deveria estar menos ao par com grande antecedencia de tudo que se tramava contra a Allemanha do que a de Bruxellas. Quando visitamos a Hespanha de janeiro a abril de 1913, nos altos circulos diplomaticos falava-se abertamente sobre a proxima guerra, preparada pela Entente, como um facto inevitavel. De outra fórma, não se conceberia a habilidade e a prudencia com que se têm conduzido Affonso XIII e seus ministros atravez do grande conflicto, resultado necessariamente de uma orientação maduramente reflectida e executada.

Demais, a esse tempo, já eram publicos e notorios os preparativos, especialmente por parte da Inglaterra e da França, para a destruição pelas armas da crescente influencia economica do Imperio Allemão, cujas audacias já chegavam a disputar os mercados até dentro das colonias das suas rivaes. A 6 de setembro de 1912, mezes antes da eleição do Sr. Poincaré para presidir os destinos da sua Patria, o Sr. H. W. Maningham, director do importante jornal de Londres, o *Daily News*, demonstrava em sensacional artigo o pouco tino da politica de S. James, concertando o estrangulamento da Allemanha ao mesmo tempo que simulava bons desejos de celebrar com o governo de Berlim um accordo amigavel.

«Vamos progredindo! escrevia aquelle eminente jornalista. Sir Edward Grey parece que se propòz organizar o systema continental contra a Allemanha. O mais grave, porém, dos successos é a noticia da imminente «transferencia de toda a frota de guerra franceza para o Mediterraneo». E a explicação que sobre isso dá a imprensa parisiense, officiosa

e não officiosa, é que essa transferencia representa o resultado de uma « alliança naval com a Inglaterra ». Póde a Inglaterra comprehender o que isto significa? Se não, o *Temps* e seus collegas a esclarecerão completamente.

« Como uma consequencia — diz um desses jornaes — das declarações formaes e dos « compromissos precisos de S. Petersburgo e de Londres, a esquadra franceza occupou seu posto num plano de acção naval, cujo objectivo só póde ser este: isolar a frota allemã de seus alliados e destruil-a pela esquadra ingleza, apoiada nos seus flancos direito e esquerdo pela Russia e pela França.

« Não se occulta, de fórma alguma, estas intenções ! O *Temps*, que ainda é mais fiel expoente da politica franceza do que o nosso reaccionario *Times* da de Sir Edward Grey, expõe as tres partes principaes do plano, a saber: a Russia deve dominar o mar Baltico e impedir que toda a esquadra allemã se concentre no mar do Norte. Então, nós alli liquidaremos a esquadra allemã e lhe tolheremos a passagem pelo norte e pelo sul. Além de que, garantimos á França a defesa de suas costas no Atlantico e no Canal.

« Para esta empreza serão utilizadas as flotilhas de torpedeiros e submarinos reunidas, ao passo que « a França, com dezoito navios de guerra, fará frente, no Mediterraneo, ás frotas italianas e austriacas.

« Jámais se concebeu semelhante plano contra uma grande nação, em tempo de paz? Algum dia se fez uma tal politica provocadora desde que Napoleão tentou excluir a Inglaterra do commercio com a Europa? O encurralamento da Allemanha ! E' natural que se investiguem as causas desta importantissima mudança de nossa politica, antes que se reuna o parlamento. Supponho que se proporá a prorogação do parlamento ou que, o que seria melhor, se pedirá uma inter-

pellação e ella será concedida. Antes de tudo, Sir Edward Grey terá de responder a algumas perguntas.

«Sempre se negou a nossa alliança com a França! Que outra base, a não ser esta alliança, póde haver para um tal plano? «Arriscar-se-ia a França a abandonar a defesa de uma parte tão grande de suas costas aos nossos couraçados e submarinos, se não existisse, realmente, uma alliança?» E que faz a nossa politica historica — não me refiro á do liberalismo — a politica do nosso paiz, em face de uma tal offensiva e distribuição irreflectida do poder naval?

«Sir Edward Grey pronunciou apenas um discurso sobre politica externa, o qual, por certo, não contém argumento algum nem base de argumento. Mas, em geral, o seu discurso, em seu desdobramento de uma nova fórmula á outra, contém uma declaração incidente de que não temos plano algum offensivo contra a Allemanha. Mas esta concentração naval que outra cousa é sinão um cerco progressivo, real e positivo? Nenhuma grande potencia jámais manteve tão aberta ameaça! Em varias expressões se faz saber, na Allemanha, que o isolamento e a destruição de sua frota e o bloqueio de suas costas é cousa já de antemão combinada por estas grandes potencias!

«Não queiramos enganar-nos a nós mesmos: «O coração desta colligação anti-allemã está na Inglaterra! Nem a França, nem a Russia, podia tel-a concebido! Estes dous ultimos paizes não dispõem dos navios nem das tripulações, e tampouco da situação estrategica necessaria para tão poderosa e ameaçadora distribuição de poder naval. Somos nós, «a liberal Inglaterra», que apparecemos ante os povos da terra como activos e principaes intigadores da guerra. De que serve fallar na approximação de uma nação que nós insultamos e ameaçamos de tal maneira?

« De que serve propôr á Allemanha que reduza os seus armamentos, quando está muito claro que a obrigamos a armar-se, quando a simples modificação de um vigilante e alevantado patriotismo só póde obrigar a novos esforços?

« Si o parlamento não foi intencionalmente enganado pelo governo a respeito da questão do Mediterraneo, pelo menos foi, por certo, desorientado por elle. Realmente, esta politica e este espirito da politica nunca foram approvados na Camara dos Communs, e é de esperar que tampouco jámais o sejam. Por isso temos de fazer, agora, algumas perguntas. Lord Morley approva essa politica? E' possivel imaginar-se com que sábia reserva e habituaes conselhos encarou a questão e como terá tentado modificar o desdobramento desta politica? E que tem elle agora a dizer quando a nau do Ministerio do Exterior marcha pela corrente da aggressão, como não se encontra outro exemplo nas horas de ventura de nossa historia?

« Não se póde fallar em defesa para justificar esta politica. Não se vêm nella, nem de longe, os interesses britanicos. Não se póde allegar, em favor da mesma, nenhum perigo para a paz, nenhum perigo para a civilização nem para o progresso geral das nações, como se allegara em favor da conspiração de Pitt contra Napoleão. A politica anti-russa de Lord Beaconfield tinha atraz de si uma theoria meditada ou, pelo menos, um tenaz costume espiritual inglez.

« Mas esta politica agora nada tem de bom em seu favor: nem direito, nem honra, nem tradicção, nem justiça, nem criterio ! »

Um pouco antes, em agosto do mesmo anno de 1912, o illustrado norte-americano, Sr. Thompson, que era consul em Aachen (Aix-la-Chapelle), na Allemanha, quando rompeu a guerra, e exercera o mesmo posto em Shefield, na Inglaterra,

em uma entrevista, publicada pelo *Houston Chronicle*, fazia estas admiraveis previsões:

«A Allemanha é hoje a nação mais adiantada e capaz da terra. Presentemente acha-se o commercio da Allemanha sómente atraz do commercio da Inglaterra, emquanto os Estados Unidos estão no terceiro logar. Em cinco annos, a Allemanha tambem vencerá a Inglaterra. A politica allemã tem por fim desenvolver a industria e commercio em concurrencia pacifica. Procura evitar os attrictos, mas a Allemanha tambem está resolvida a ter voz decisiva para o futuro na regularização das cousas internacionaes. A Allemanha procura promover o seu desenvolvimento industrial por todos os meios, e, certamente, não terá receio de, sob esse ponto de vista, com outro paiz provocar um encontro. Assim virá o dia em que o commercio da Allemanha vencerá o da Inglaterra, e talvez seja causa da guerra pela sensibilidade ingleza. Na Allemanha não desejam esta guerra. Sobre a possibilidade da guerra fallam lá sómente officiaes, que teem naturalmente, por sua obrigação, estar preparados para todas as eventualidades do seu officio. Tambem corretores da bolsa fallam ás vezes sobre expectativas de guerra, mas os factores mais importantes na Allemanha, industria e sciencia, não querem guerra de especie alguma».

Soube-se ultimamente, pelo livro *England and Germany at War*, publicado pelo Sr. Thompson, depois que se demittiu da carreira consular por divergencias com o Sr. Bryan, então secretario de Estado da grande Republica do Norte, que esse serventuario, em uma série de cartas confidenciaes, trouxe sempre muito bem elucidada a Casa Branca sobre todos os movimentos preliminares para a actual conflagração européa. E, certamente, a diplomacia *yankee* teve ainda fontes mais preciosas e seguras de informações, como aconteceu com outros paizes do nosso continente.

Além de que, só quem não leu com a devida attenção o discurso de Sir. Edward Grey, a 5 de agosto de 1914, isto é, tres dias após o rompimento de hostilidades da Russia para com os seus vizinhos dos Imperios Centraes, poderia deixar de acreditar que outros que não os mais instantes interesses mercantis da Inglaterra a arrastaram a tomar parte na contenda. Procurava demonstrar esse estadista que, com a entrada do seu paiz na luta, não iria soffrer mais no seu commercio do que si se conservasse neutral, o que aliás seria impossivel em face dos compromissos assumidos com a Russia e a França. Perovava, emfim, affirmando que, com a destruição do Imperio Allemão, a Grã-Bretanha poderia encarar com segurança o seu futuro e a sua crescente grandeza no mundo civilizado.

Por seu lado, Lord Rosebery, orando em um grande comicio, praguejava:

«Nós estamos em presença de dous factos de uma importancia capital: 1°, a nação britannica, si abandonasse a luta, seria aniquilada, mas não cederemos antes de haver sacrificado o nosso ultimo homem, o nosso derradeiro *shilling*; 2°, a Allemanha, a maior potencia militar do mundo, *combate tambem pela sua vida, e, si fôr vencida, nunca mais se erguerá*».

O que ahi está, pois, é um duelo de morte, como o affirmamos, travado entre as duas grandes potencias rivaes no commercio mundial; e, por assim sentil-o por seu turno e dizel-o corajosamente em publico, Bernard Shaw, considerado o maior dos escriptores contemporaneos do Reino Unido e cognominado até por Anatole France o *Molière Inglez*, foi forçado a emigrar para os Estados Unidos diante das mais crueis ameaças por parte do seu governo.

Para o eminente publicista, a Grã-Bretanha é a unica

culpada da guerra, porquanto, sem o seu apoio e os seus incitamentos, a França e a Russia não se teriam animado a entrar na contenda e o conflicto austro-servio ficaria limitado a essas duas nações.

«O primeiro artigo de Shaw, publicado em New-York, escrevia o correspondente do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, a 13 de dezembro de 1914, causou um verdadeiro escandalo na colonia ingleza dos Estados Unidos. Aliás, o grande escriptor nada tem de impatriotico e está convencido, como todos os seus patricios, de que a Allemanha tem de ser batida e de que, antes de uma victoria completa, a paz é impossivel. Mas diverge da maioria da opinião do seu paiz no tocante á attitude da diplomacia de S. James nas vesperas do conflicto e aos motivos que fizeram a Grã-Bretanha entrar na guerra.

«O ponto, todavia, mais irritante para os inglezes nesse trabalho, foi aquelle em que Shaw tratou da *questão da neutralidade da Belgica*. Acha o grande escriptor que a Inglaterra está amplamente justificada em fazer a guerra, mas não se póde conformar com a *falta de sinceridade* de Lord Grey a querer illudir a todo o mundo e buscar o pretexto da violação de neutralidade belga para explicar uma *guerra dictada unicamente por interesses britannicos*. Preferiria vêr o seu paiz declarar franca e honestamente ao universo que *ia atacar* a Allemanha porque *o poder germanico se estava tornando uma ameaça para os interesses inglezes e porque a derrota da França seria o prologo da destruição da Grã-Bretanha*.

«Assim procedendo, a Inglaterra, na opinião de Shaw, teria merecido o apoio moral de todos porque a ninguem se póde negar o direito de legitima defesa. Mas Sir. Edward Grey, usando como pretexto a questão da violação do sólo belga, revelou uma enórme inepcia, porque apresentou o seu

paiz como uma nação hypocrita, quando poderia resalvar o seu procedimento dizendo simplesmente a verdade. E Shaw conclue, entre outras cousas, affirmando que não ha um unico homem de bom senso no mundo que tenha acceitado a explicação de que a Inglaterra entrou na guerra para defender *a inviolabilidade do territorio belga*».

Não menos positivo e claro era o grande orgão da politica britannica, o *Times*, quando, na sua edição de 8 de março de 1915, sete mezes após o inicio da guerra, para apaziguar a irritação que já se fazia sentir em todo o paiz diante dos processos mentirosos com que se procuravam ainda occultar os verdadeiros fins da participação do Reino-Unido na luta, assim se exprimia com a mais rude e espantosa das franquezas:

«Nós, inglezes, não estamos pelejando por amor das pequenas nações, nem para supprimir o militarismo. Não estamos combatendo, quer pela França, quer pela Russia. Desembainhamos a espada por nós mesmos, porque desejamos permanecer senhores do mar e do commercio do mundo.

«Nossa honra e nosso interesse ter-nos-hiam compellido a juntar-nos á França e á Russia, mesmo si a Allemanha houvesse escrupulosamente respeitado os direitos dos seus pequenos vizinhos. Nós sustentamos nossa palavra, uma vez que a damos, mas não a damos sem solidas razões praticas e não nos arvoramos em D. Quixotes internacionaes, sempre promtos a reparar offensas que nos não attingem. A Inglaterra está pelejando pelas mesmas razões por que combateu Philippe II, Luiz XIV e Napoleão...».

E o Sr. Hugues, cuja palavra autorizada na opinião ingleza vale tanto quanto o seu largo prestigio na orientação dos governos, não tardava a confirmar as declarações cathegoricas do grande orgão londrino com estas phrases memo-

raveis, proferidas em solemnisissima assembléa em que se achava presente todo o gabinete e depois de haver largamente conferenciado com o Rei:

«Participamos de alma e coração nesta guerra. Para alcançar a victoria não conheceremos obstaculos. *A Allemanha conseguira impor-se no commercio do mundo e especialmente no mercado dos metaes,* onde exercia um mando decisivo. Seria, porém, para nós, um *suicidio nacional,* deixarmo-nos manietar pelo octopodo allemão. *Para extirpar esse cancro* algo fizemos.

«A Allemanha, pela sua conducta, perdeu todos os seus direitos. O que agora nos cumpre é esforçarmo-nos, custe o que custar, por *destruir o commercio da Allemanha, encurralal-o, desferir-lhe um golpe tão violento como possam representar as victorias que sobre ella ganhem os nossos exercitos em terra.* Felizmente, qualquer que seja a solução da guerra, está desde já desfeito em fumo o sonho de dominio commercial que ella tanto procurou realizar!»

Não se poderia, com mais limpida clareza e com mais respeitaveis testemunhos, confirmar em todos os seus pontos a these capital do nosso discurso, these em torno da qual tanto escandalo se fez e tão graves accusações nos levantaram.

Effectivamente, como o proclamamos a 26 de setembro de 1914, a *Inglaterra, não podendo mais lutar no terreno economico com a sua grande rival do continente, teve de recorrer ás armas para ver si assim conseguiria vencel-a e sobrepujal-a...* E conflagrou o mundo...

VIII

A inglaterra e os seus associados

Collocado, como acabamos de fazer, o problema do grande conflicto das potencias em os seus devidos termos, a opinião nacional facilmente reconhecerá uma vez ainda que, com a nossa attitude desde o rompimento das hostilidades, o que quizemos foi orientar firmemente o povo brazileiro para que se não desvairasse, imaginando que a Grã-Bretanha, procurando levantar toda a Europa contra o Imperio Allemão, abnegadamente se batia pela liberdade e pela autonomia das pequenas nações e fizera da mais bella das causas do direito e da civilização moderna o seu lábaro de guerra.

Atravez de toda a sua historia, o Reino-Unido não tem tido de facto outra politica a não ser provocar e urdir lutas armadas contra os povos, cujo florescimento o incommoda, ou entre aquellas nações que se tenham tornado ou possam vir a ser suas rivaes. O *Times* definiu assim admiravelmente a actual contenda, affirmando que o que anima as hostes

inglezas neste instante contra a Allemanha são os mesmos motivos que as levaram a combater Phelippe II, Luiz XIV e Bonaparte...

O proprio nome de *Entente*, escolhido para a colligação das forças anti-germanicas, exprime admiravelmente os sentimentos e os intuitos dos estadistas que imaginam estar completando a obra gigantesca de seus antepassados, tão magistralmente proseguida no seculo findo por Pitt. E' uma *liga de interesses* que ahi está constituida e não uma alliança sagrada por um conjunto de principios juridicos ou de formulas liberaes cimentando, em um mesmo grande ideal altruistico e nobre, povos e raças que, tanto pela sua natureza quanto pelas suas necessidades de vida e de relações, se odeiam e se repellem.

Si ha motivos profundos para a animosidade da França contra a Allemanha e desta contra a Russia, ainda maiores razões de ordem historica, politica e moral concorrem para o rancor secular, intimamente recalcado, do povo francez para com a Grã-Bretanha, profundamente detestada tambem pelos moscovitas. Falla-se a cada instante que a Italia não podia por longo tempo supportar a affronta que lhe inflingiram os exercitos austriacos arrebatando-lhe o Trentino, mas os italianos ainda mais cruel humilhação soffreram das armas tricolores quando lhe arrancaram Niza e a Saboya, de cuja Casa ainda se intitulam donatarios os seus actuaes soberanos. O proprio laço, que parece hoje indissoluvelmente jungir os Imperios Centraes da Europa, não foi estreitado sinão pela imperiosa necessidade de uma salvação commum.

Em face da *Entente* a Russia está como a Italia perante a *Triplice Alliança*.

Mais do que as suas duas poderosas visinhas do continesne, a Inglaterra sempre foi, é e será a sua mais perigosa ini-

miga. Durante a guerra com o Japão, emquanto os governos de Berlim e de Vienna se mantinham na mais severa neutralidade, no gabinete de S. James se tramavam os mais sinistros planos e punham-se em pratica os mais terriveis estratagemas para enfraquecel-a e aniquilal-a no Extremo Oriente. E todas as vezes que a politica *yankee* se movia para tambem prejudical-a, ainda era das margens do Tamisa que partiam as mais crueis inspirações afim de que a sua diplomacia fosse mal succedida.

Entre os proprios homens de Estado e os intellectuaes do grande imperio dos Czares não são poucos os que teem francamente confessado que jamais se illudiram ou alimentaram a esperança de que a politica britannica venha um dia a concorrer sinceramente para que o grande sonho da sua Patria se realize com a cubiçada posse de Constantinopla. Dos Dardanellos á India, só ha um passo. A Grã-Bretanha, de fórma alguma, consentiria, a não ser pela força, em uma tal occupação, considerando que o ottomano é em todo o caso um mais pacato e menos ambicioso vizinho. A historia dos nossos dias registra que, ao se celebrar a paz russo-turca, foi a mão de ferro da Inglaterra que, por trás dos reposteiros diplomaticos, impediu que ficasse em poder do Czar a chave preciosa do Bosphoro.

«Si a Allemanha fosse agora vencida, pondera eminente escriptor e philosopho contemporaneo, e, portanto, reduzida a um seguro enfraquecimento por alguns annos, com certeza mathematica, immediatamente, amanhã, a Grã-Bretanha havia de tentar por todos os meios tornal-a a sua melhor amiga... E contra quem? Contra a fortalecida Russia, primeiro; e, depois... depois contra a França...»

Isto prova sobejamente que, como affirmámos no discurso, cuja justificação historica estamos fazendo neste estudo, o

que agita hoje, como hontem, os exercitos que se degladiam brutalmente no Velho Mundo, ameaçando arrastar tambem á luta algumas nações de outros continentes, é uma questão pura e exclusiva de politica commercial e economica.

« Na verdade, escreve um dos actuaes criticos da guerra, o Imperio Britanico e o Imperio Allemão, tanto um como outro, sempre foram inimigos acerrimos da França. A Inglaterra expoliou-a das suas melhores colonias, tomou-lhe a Luisiania, o Canadá, as Indias e o Egypto. Assim aconteceu que os XVII XVIII e XIX seculos significaram um duradouro retrocesso. Mas, vencida de um lado, a nação franceza ficou vencedora de outro, porque, contra a Allemanha, foi a conquistadora. Este duplo jogo, alli retrocesso, aqui progresso, mais se salientou nos tempos de Napoleão. Emquanto todo o continente se curvava diante do imperador, perdeu-se o dominio da Europa sobre os mares devido á Inglaterra. Mas, finalmente, foi o imperador vencido pelos dois inimigos, alliados contra a França, isto é, pelas forças unidas da Inglaterra e da Allemanha.

« Qual destas duas potencias merece mais o odio da França? Depois de 1870, não pensa esta em outra causa, senão nas duas provincias européas, que perdeu, e esqueceu a desforra que teria que tomar pela perda de um verdadeiro mundo de colonias. Proviria isto da França já ter por habito sempre recuar perante a Inglaterra, porém não perante a Allemanha? Ou seria porque os paizes do continente, na sua predilecção por terra européa, davam maior valor a um bocado de terra continental do que a todos os mais territorios dos outros continentes? O principe de Bismarck fez o possivel para desviar a politica franceza do continente e dirigil-a para as colonias; e a França parecia tambem ir ao encontro de um novo conflicto no Mediterraneo, de um conflicto colonial com a Ingla-

terra; formou-se de facto uma questão egypcia, e assistimos ao ignominioso caso de Fashoda.

«Quando então, pelo fim do seculo XIX, a luta pela existencia entre a Allemanha e a Inglaterra começou a tomar aspecto mais pronunciado, originou-se a pergunta: de que lado se deverá collocar a França? Ligada á Allemanha, ficava o seu territorio intacto; o numero de homens que deveria ter perdido em uma guerra teria sido diminuto; gosaria mesmo uma segurança absoluta, de fórma que lhe teria sido possivel emprehender a sua explosão de vingança contra a Inglaterra por causa do roubo de suas colonias.

«A França parecia hesitar; ainda nada estava resolvido. Nesse momento, porém, surgiu a questão marroquina e o mundo sorprehendido assistiu a uma rapida evolução tanto da Allemanha como da Inglaterra, na questão franceza das colonias: A Inglaterra fingiu conformar-se com tudo e animou mesmo a França a investir contra a Allemanha.

«Assim aconteceu que, em consequencia do caso de Marrocos, a França entrou na luta anglo-germanica: foi um habil golpe da diplomacia ingleza. De então em diante, estava a posição partidaria da França resolvida. Veio a «Entente Cordiale» por Marrocos e contra a Allemanha. Mas lembramonos de certas vozes em França, que se levantaram para advertir sobre o «perigo marroquino», pois se via bem que alli se cruzavam os caminhos de tres potencias, que uma vez se deviam encontrar para se estrangular mutuamente.

«Mais tarde ainda, veiu Constantinopla para a segunda encruzilhada, na qual se devia encontrar a Russia com a Allemanha e a Inglaterra. Começou então uma febril oscillação no barometro politico da Europa: aqui, o caso de Marrocos; alli, Constantinopla; e, no meio, a Alsacia. A tormenta começou a se elevar no continente européu, e a atmosphera es-

tava suffocante. E vieram os prenuncios da tempestade, annos terriveis que já traziam o horror da guerra nos seus olhares.

«E' duro ser inimigo da Inglaterra, «mas ainda mais medonho é ser seu amigo», já houve quem dissesse. Deve-se ter decahido muito, para se chegar a sel-o. A Hespanha, durante tres seculos, foi por ella flagellada com a guerra, a ponto de empobrecer e ficar reduzida ao estado de mendicancia, até que, em 1810, a consideraram sufficientemente abatida para defender interesses inglezes; e Wellington alli desembarcou as suas tropas. Portugal ficou uma nação puramente nominal.

«E o que fez a Inglaterra a França? No seculo XVII, escarneceu da sua cultura, quebrantou o impulso e o enthusiasmo da revolução e derribou o colosso do imperio. Naquelle tempo, 1815, depois da invasão, ahi foi humilhada a França, que pareceu digna de se tornar a amiga da Inglaterra. Debaixo de Napoleão III, vêmos, pois, pela primeira vez, os francezes alliados com a Inglaterra contra a Russia; depois, porém, após a guerra da India, parecia que esta França se ia tornar novamente forte. E, por isso, deixou-se-a em 1870, a sós, contra a Allemanha, até que ella finalmente foi considerada em condições de ser aproveitada em uma coalisão...»

Do seu lado, os irmãos Goncourt, que sempre foram, entre os espiritos lucidos da sua patria, adversarios declarados de uma politica de approximação com a Inglaterra, em curioso retrospecto historico, já haviam demonstrado que, desde meiados do Seculo XVIII, a França perdera a herança gloriosa de Luiz XIV, a flor de sua juventude, metade de sua riqueza e ainda a audacia e a fortuna do arrojo desesperado. Seus exercitos retrocediam derrotados, suas bandeiras fugiam, a marinha arruinada escondia-se nos portos sem atraver-se a cruzar o Mediterraneo. Com seu commercio anniquilado e a cabotagem arruinada, a França, exgotada e humilhada, via

a Inglaterra arrebatar-lhe, um dia, Luisburgo; outro dia, o Senegal, a Gorea, o Pondichery, o Coromandel e Malabar; hontem, Guadalupe; hoje, S. Domingos; amanhã, Cayenna. A Inglaterra, dona de Belle-Isle, podia passear impunemente o incendio e o terror por todas as suas costas, de Cherburgo a Toulon. A immerecida humilhação da França acabava de ser autorizada pelo tratado de Paris, pelo qual cedia ao rei de Inglaterra toda a posse do Canadá e de Luisburgo, que tantos homens e dinheiro custára á França, e mais a ilha do Cabo Bretão e todas as do golfo e do rio S. Lourenço. Do banco da Terra Nova, o tratado de Paris apenas deixava á França, para a pesca do bacalhau, as ilhotas de S. Pedro e Miquelon, com uma guarnição que não podia exceder de cincoenta homens. Em sua possessão de Luisiania, a França ficava apertada e fechada por uma linha traçada a meio do Mississipi. Expulsava-a de seus estabelecimentos industriaes do Ganges. Arrebatava-lhe as Antilhas mais ferteis e ricas, a parte mais vantajosa do Senegal, a mais notavel da ilha de Goréa. Por ter ajudado a França, era a Hespanha castigada, arrebatando-se-lhe a Florida. Mas a Inglaterra ainda não estava satisfeita com a imposição dessas condições, que quasi lhe davam todo o continente americano, de 25,0 graus de latitude até o polo. Quiz e obteve nova humilhação da França. Em summa, pelo tratado de Paris, as fortificações de Dunquerque não podiam ser reparadas, e a cidade e o porto deviam ficar, indefinidamente, sob a vigilancia de commissarios inglezes, estabelecidos á distancia fixa e pagos pela França. Houve momentos em que a França temeu que a humilhação fosse ainda maior e que a Inglaterra lhe exigisse a completa demolição do porto.

Finalmente, mesmo depois de declarada a guerra actual, em um dos jornaes dos departamentos do norte da França, occupados pelas tropas germanicas, perguntava-se:

« Digam-nos os francezes:

1.° Quem lhes tomou o Canadá, que lhes pertencia de direito e é cem vezes maior e mais rico do que a Alsacia Lorena, paiz este que, ha dous seculos, sempre foi allemão?

2.° Quem lhes roubou o canal de Suez, depois dos francezes o terem projectado e construido?

3.° Quem encheu de serpentes venenosas a mais rica das ilhas francezas das Antilhas, no momento della ter de ser cedida aos francezes?

4.° Quem queimou Joanna d'Arc, a heroica virgem franceza, e quem, sem motivo algum, destroçou e esgotou o seu formoso paiz durante muitos seculos?

5.° Quem, na ilha de Santa Helena, tratou Napoleão quasi como um condemnado a galé perpetua?

6.° Quem pagou a imprensa da « révanche » e quem mandou assassinar Jaurés para evitar o accôrdo imminente entre a França e a Allemanha?

7.° Quem levou a Belgica á guerra, abandonando-a depois, mas resguardando-lhe o thesouro de ouro?

Respondam os Russos:

8.° Não se queixaram amargamente, na guerra japoneza, da falsa conducta da perfida Albion? Não tiveram de reconhecer a magnanima conducta da Allemanha e da Austria?

Concluam todos:

9.° Quem roubou Gibaltrar aos hespanhoes e despojou Portugal das suas melhores colonias?

10° Quem roubou Malta aos italianos?

11°. Quem roubou as Indias aos Hollandezes?

12°. Quem está envenenando, constantemente, a consciencia popular do mundo inteiro, atirando os povos uns contra os outros, para debilital-os a todos e logo poder expolial-os com toda a tranquillidade? »

Ora, por mais apaixonados e suspeitosos que possam ser

todos estes conceitos, o que se não póde contestar é que a caracteristica da Inglaterra atravez de toda a historia da humanidade, desde que se constituiu em potencia naval, foi sempre a de uma commerciante por excellencia, pondo invariavelmente os interesses do seu trafico acima de todas as conveniencias sociaes e tudo sacrificando na ordem politica, como na moral, principios, fórmulas, compromissos, tratados, liberdades, direitos e deveres, á sua expansão economica e mercantil.

Honston Stewart Chamberlain, em uma interessante monographia, e monographia ainda mais curiosa por ser obra de um inglez genuino, descreve-nos, embora com um pessimismo cruel, toda a génese dessa insaciavel voragem politica do Imperio Britannico. Começa demonstrando que foi com a mais justa razão que John Robert Seeley combateu, em seu classico livro « The Expansion of England » (Expansão da Inglaterra), a lenda de que os inglezes, desde sua origem, foram marinheiros audazes, como os « vickingers » ou os primitivos normandos. Muito pelo contrario: custou bastante tempo e trabalho bastante para incutir nos inglezes o gosto pela navegação. Explica-se isso pelo facto de não serem no fundo os inglezes verdadeiramente conquistadores: fundaram colonias em terras desertas ou povoadas por tribus primitivas; outras foram por elles obtidas, por meio de tratados, dos hollandezes, francezes e hespanhoes, ou, violando tratados, tal como se apossaram de Malta. A India foi submettida com tropas hindus. A Inglaterra jamais emprehendeu expedições de conquista por meio de armas, como os hespanhoes e os francezes. O inglez não faz a guerra por amor á gloria, como Alexandre, Cezar ou Napoleão. « Para a Inglaterra, a guerra é uma industria, uma das tantas fórmas de enriquecer, o melhor negocio e a mais lucrativa probabilidade que ha em

pôr seu dinheiro a juros. Seja isto louvavel ou não, só o menciona, declara Honston Chamberlain citando Seeley, por ser um traço que completa os demais, isto é, os inglezes não serem soldados e tão pouco marinheiros valentes e audaciosos, e, sim, terem sido attrahidos ao mar unicamente devido ao commercio.

«Fazer commercio na paz, prosegue o illustre escriptor, fazer commercio por meio da guerra, ter o exercito e a marinha, não para defender e fortalecer a patria, mas para poder transportar e defender as riquezas adquiridas nas cinco partes do mundo, isto é inglez na verdadeira accepção do termo.

«Claro está que a posição insular da Inglaterra fez com que, por uma consequencia natural, fosse ella obrigada a receber muitas cousas de além mar. De lá não só vinham os invasores e conquistadores, como tambem mercadorias de toda a ordem. Durante seculos, esse commercio ou trafego esteve em mãos estranhas. Dentre os successores de Guilherme I, foram os francezes na Normandia e Picardia que monopolisaram o commercio inglez. Depois interveiu especialmente a Hansa Allemã, e, mais tarde, a assim chamada Hansa flamenga.

«Devido a contrastes especiaes, Veneza e Genova abarcavam todo o trafego do Mediterraneo, sem a intervenção de navios inglezes. Até a pesca na costa ingleza era feita por hollandezes, de modo que, quando Henrique VIII tentou auxiliar as timidas tentativas da primeira sociedade dos «Mercant Adventurers» (Aventureiros Mercantes), creando para isso uma pequena frota de guerra, não soube elle de onde tirar a tripulação: a Inglaterra não dispunha de marinheiros. Para remediar esse mal, no reinado de seu successor Eduardo VI, foi promulgada, em 1549, uma lei que obrigava, sob pena de multa, todos os inglezes a comerem peixe nas sexta-feiras e domingos, assim como nos periodos de jejum e em todos os dias de penitencia!

«A rainha Elisabeth tambem persistiu nessa medida, tratando de desenvolver, quanto possivel, a pesca em geral. Numa época, portanto, em que os italianos, hespanhoes e portuguezes ha muito contavam com gerações de navegadores geniaes e heroicos, os inglezes ainda tinham de ser obrigados a pescar arenques e solhas, para que se acostumassem a agua! (Consulte-se Cunnigham: «Growth of England Industry and Commerce»). E' certo que, então, o progresso foi rapido e aquelle Doge que, agradecendo, recusou o auxilio dos soldados inglezes, de muito boa vontade acceitou o apoio de alguns navios de guerra da Inglaterra, os quaes, si bem não passassem de navios mercantes armados em guerra, eram, comtudo, contados entre as unidades da esquadra real. Foi assim que, pela primeira vez na Historia, entraram sete navios de guerra inglezes no Mediterraneo, tomando parte modesta numa poderosa esquadra hollandeza e veneziana. (Corbet: «England in the Mediterranean»).

«Então, comprehendeu a Inglaterra a nova situação do mundo e a opportunidade que se lhe offerecia para enriquecer-se. Todos os grandes problemas já haviam sido resolvidos por outras nações: o caminho das Indias estava descoberto, achava-se aberto o Novo Mundo, as Indias já eram accessiveis, as relações já tinham sido estabelecidas com a China. Tratava-se, pois, de agir, segundo a moral de Mephistopheles.

«Não se pergunta como, pergunta-se o que. Era preciso que não se soubesse o que fosse a navegação: nella, a guerra, o trafico e a pirataria constituem uma trindade inseparavel. E assim ficou exactamente firmada a politica que a Inglaterra então encetou: guerra, commercio e pirataria.»

Honston Chamberlain passa então a descrever tudo que occorreu dahi por diante desde que os inglezes iniciaram a navegação transatlantica. Começaram as campanhas de in-

trigas, de odio e de diffamação no trato internacional. A' primeira reacção ingleza foi contra a *Hansa Allemã*. Seguiu-se-lhe a pirataria em acção. Sem declarar a guerra, atirava-se a Grã-Bretanha sobre a Jamaica hespanhola e assim se fundou o Reino das Indias Occidentaes. Por muito tempo, limitou a sua actividade colonial em capturar os galeões castelhanos carregados de ouro e mercadorias preciosas. Torna-se depois o caracteristico do seu progresso mercantil expandir-se á custa de outras nações, desenvolvendo-se cada vez mais com o exterminio das demais. A pirataria é a sua vanguarda e só move a guerra quando a sente inevitavel, mas sempre procurando exercer a *Island Policy* de Lord Belingbroke. Allia-se assim á Hollanda para anniquilar o imperio colonial da Hespanha; depois, com a França para cortar a arteria da Hollanda; em seguida, observa como foi que, tão engenhosamente, o grande francez Dupleix soubera resolver o problema das Indias. Imitando-o, instrue agentes que instigam os hindus contra seus proprios irmãos, e, assim, por ultimo, *sem conquistas*, consegue subjugar um dos maiores reinos do mundo.

Recorda, neste ponto, o erudito investigador as palavras memoraveis de Kant quando annuncia já em fins do seculo dezoito que a Inglaterra é o Estado mais tyrannico e mais provocador de guerras em todo o universo. Mostra como, durante longos annos, monopolizou ella o trafico de escravos, fazendo delle a sua principal riqueza. Cita as phrases de Lecky, na sua celebre *Historia da Inglaterra*, quando narra que, depois do tratado de paz de Utrecht (1713), esse nefando commercio se tornara o objectivo de toda a politica britannica. Liverpool não se engrandecera pela industria, mas sim em virtude da caça feita a milhares de infelizes negros africanos e á sua venda usuraria; e a abolição dessa abominavel compra e venda de carne humana só foi decretada quando isso conveio á pro-

pria Inglaterra afim de prejudicar as outras nações que estavam florescendo tambem á custa de tão barbaro ramo de negocio !

Depois de rememorar tudo que se fez no Reino Unido em torno do famosissimo caso da Companhia das Indias, e do processo contra Wassen Hastings, que tanto escandalisou o mundo civilizado pelas suas crueldades e rapinagens naquellas uberrimas regiões da Asia, affirma que todas as maravilhas da evolução das sciencias, das artes e das lettras na nossa idade não conseguiram modificar esses processos classicos da politica avassadora da velha Albion. A moderna Inglaterra continúa tal como a anemathisara Burke: «traiçoeira, hypocrita, mentirosa e falsaria». E, desgraçadamente para o socego e a felicidade do mundo, ainda parece remota a realização da prophecia amaldiçoada de Ruskin quando bradava: «Não nos importemos com essa Inglaterra: daqui a uns cem annos será uma nação morta !»

A verdade, todavia, é muito outra. Apezar da decadencia latente dia a dia accentuada no que se póde chamar a *ilha-metropole do Grande Imperio dos Mares*, o seu mundo colonial é muito vasto ainda e, em geral, bastante inculto, para intentar de uma hora para outra a sua libertação do jugo secular a que já se habituou e em que se foi deixando lentamente atrophiar. As tendencias autonomistas desta ou daquella das multiplas possessões em que fluctua o pavilhão britannico, tornam-se facilmente dominaveis. E as riquezes da Inglaterra são tão grandes e tão espalhadas pelo universo inteiro, que só mesmo uma derrota completa das suas armas poderia marcar o inicio do desmoronamento do seu poderio nos quatro cantos do globo.

Como o grande commerciante, porém, que é e jámais deixou de ser, na hora em que deveras presentir que, de facto,

se acha completamente vencida e não poderá triumphar pela força e á custa dos seus alliados na guerra travada, não deixará sem duvida que lhe abram a fallencia politica e procurará logo fazer uma liquidação amigavel da luta de modo a salvar, ao menos nas apparencias, o credito de seu nome e a sua fama de invencivel e omnipotente. Pouco lhe importará então o prejuizo dos seus associados; e, como bom homem de negocio, dir-lhes-á o seu gerente principal de S. James: «Que fazer, meus amigos; foram-se os anneis, mas ficaram os dedos...»

IX

O commercio da guerra

Dado o typo puramente economico-mercantil da guerra, ora desencadeiada sobre a Europa, nada mais logico do que a Grã-Bretanha, que a promovera e a precipitára, tratasse desde logo de dirigil-a financeira e commercialmente antes que, pela força das circumstancias, acabasse tambem por chefial-a directamente sob o ponto de vista militar.

Si, para tranquilizar a opinião publica, alarmada diante da quebra da linha tradiccional da politica ingleza, ao ver o paiz participar do conflicto em vez de ficar de fóra para intervir apenas ao se approximar a paz e tirar da contenda todos os proventos sem o menor sacrificio, Lord Grey procurara logo, ao romper das hostilidades, demonstrar que seria *melhor negocio entrar na luta do que manter-se neutro*, por seu turno, Lloyd George, mezes após, apezar das primeiras decepções já soffridas, insinuava habilmente, em importante discurso perante a Camara Alta, transformada em commissão geral, que,

a haver prejuizos, esses deveriam recahir mais fortemente sobre os alliados da sua Patria desde que esta enfeixára em suas mãos todas as grandes compras e os principaes fornecimentos para a campanha travada.

Fazendo então o parallelo entre a situação da Inglaterra e da Allemanha, quer sob o aspecto militar, quer sob o economico, mostrava que ambas deveriam cuidar naquelle instante muito particularmente da sua existencia, uma vez que tinham de procurar para as suas populações e as suas industrias imprescindiveis substancias.

« Podemos tiral-as, ponderava Lloyd George, dos productos do proprio paiz, ou dos *stocks* armazenados, ou da importação ultramarina. A Allemanha não póde importar coisa alguma: deve apoiar-se exclusivamente sobre o que produz no seu sólo ou sobre o que guarda em depositos. A differença entre os dois problemas, o militar e o economico, deveria ser tomada em muita consideração pela commissão.

« Com effeito, do ponto de vista do ministro da guerra, a Grã-Bretanha acha-se numa situação melhor. Do ponto de vista do ministro da Fazenda, as nossas difficuldades agora são maiores. A luta, durando muito tempo, o Ministro da Guerra inglez tem vantagens grandes e sempre maiores sobre o seu rival allemão. Mas o Ministro da Fazenda allemão não tem as mesmas difficuldades na disposição financeira dos seus recebimentos ultramarinos. Temos, pois, de encarar muito seriamente a questão financeira. O saldo de importação da Inglaterra eleva-se em annos normaes a 130.000.000 de libras esterlinas. Este anno (1915) vai elevar-se a 448.000.000 de libras. Nessa cifra, não se acham incluidas nem as compras ultramarinas do governo nem as compras ultramarinas dos nossos alliados. Como sabeis, devemos agenciar as compras da maior parte dos nossos alliados no territorio estrangeiro, isto é, devemos gerir financeiramente em vez de um saldo de impor-

tação de 130.000.000 de libras um saldo de setecentos a oito centos milhões de libras.»

Lloyd George demonstrava em seguida como, não descurando acima de tudo dos seus interesses proprios, a Grã-Bretanha poderia servir com melhor proveito aos seus alliados. Em primeiro logar, garantiria a supremacia nos mares. Em segundo, ser-lhe-ia possivel manter em campanha um grande exercito. Em terceiro, finalmente, incumbir-se-ia, quanto aos onus financeiros da guerra, da parte das outras potencias da Entente, assegurando-lhes ao mesmo tempo e com promptidão o fornecimento de todo o material bellico. Quanto ao primeiro e ao terceiro desses modos de auxilio, o governo inglez não hesitaria como não hesitou, de encarregar-se. Mas a *remessa de soldados inglezes* para as linhas de frente ficaria necessariamente limitada pelo cumprimento daquelles dois outros deveres porquanto, em face das necessidades financeiras do Reino-Unido, convinha que o alistamento para o exercito não perturbasse o fabrico de munições ou prejudicasse a preparação das mercadorias, que as usinas britanicas exportam e cujas vendas serviam para a compra de material, quer para o paiz, quer para os seus alliados.

Bem comprehendidas e examinadas estas declarações do chefe actual do gabinete de S. James, vê-se logo que, mesmo tornada a guerra, pelo desenrolar dos acontecimentos, um *máo negocio* para a Grã-Bretanha. esta procurou logo tirar della desde o principio todos os melhores lucros mercantis, buscando parallelamente o mais possivel poupar a vida dos seus nacionaes.

Na verdade, os imperialistas inglezes, uma vez de posse do governo, nunca imaginaram, ao provocar a grande contenda continental, que o concurso da Russia fosse tão desastrado aos seus planos gigantescos de exterminio do immenso poder eco-

nomico da Allemanha. Ao bloqueio maritimo, acreditavam firmemente que não tardaria a se estabelecer um formidavel cerco das bandas dos Balkans. Os Imperios Centraes se renderiam pela fome si vencidos não podessem ser desde logo pelas armas.

Sir Alfred Milner vira mesmo com admiravel clareza o problema. Ex-secretario da Colonia do Cabo, ex-governador de Transwaal e sub-secretario das finanças do Egypto, com o largo tirocinio de uma vida toda consagrada á expansão commercial da Grã-Bretanha, emittia francamente o seu modo de pensar pelo *London Daily News*, nas vesperas de se fazer a união das tropas ottomanas com as teutonicas:

«Si a Allemanha — dizia elle então, conseguir juntar seus exercitos com os da Turquia, nos Dardanellos, chegará a fiscalizar e a dominar uma extensão desde o mar do Norte até o golpho Persico e o canal de Suez, e rir-se-á da esquadra ingleza, em suas tentativas de sitial-a pela fome. A Inglaterra ver-se-á obrigada a augmentar enormemente as suas guarnições nas Indias e no Egypto.

«A unica fórma de impedir taes acontecimentos é derrotar a Allemanha em terra. Si não o conseguirmos, isso significará a derrota da Inglaterra, visto como terá esta fracassado na realisação de um dos moveis que a levaram á presente guerra.»

Ora, desde que, como este, os mais eminentes estadistas britanicos se convenceram de que o esmagamento da Allemanha era um impossivel, nada mais natural do que tratarem de preparar as cousas de modo a reparar em o seu paiz os desastres da guerra com garantias futuras para o seu commercio e a sua reconstrucção financeira, não só tirando, desde logo, dos seus alliados os maiores proventos, como jungindo-os a compromissos posteriores de que tão facilmente se não podessem desligar depois da paz.

Nasceram dahi as conferencias economicas e, com ellas, o novo projecto de um *Zollverein Britanico,* á guisa do que ideára Chamberlain na sua famosa propaganda de 1903.

E' certo que «Chamberlain, como nos explicava em uma de suas cartas de Londres o erudito publicista contemporaneo, o Sr. A. Amaral, não dava ao seu imperialismo uma fórma aggressiva; o seu projecto consistia em reunir em um pacto fiscal as differentes nações da confederação imperial, estabelecendo o livre-cambismo dentro do imperio e erguendo uma barreira proteccionista impenetravel que eliminasse a concorrencia das outras nações manufactoras nos mercados dos povos federados sobre a corôa ingleza. Completando essa obra de concentração economica das nações britannicas, Chamberlain propunha um accôrdo politico e commercial com a Allemanha e com os Estados Unidos afim de que cada uma das tres potencias supremas do mundo ficasse com uma zona economica privilegiada. Assim esperava Chamberlain poder inaugurar uma nova éra de grande prosperidade para os povos inglezes e ao mesmo tempo assegurar, de um modo mais ou menos estavel, a paz universal.

«O programma de Chamberlain tornou-se inexequivel por mais de um motivo. O grande estadista inglez exaggerára as possibilidades economicas das colonias inglezas e não previra que o apparecimento de outros mercados tornaria relativamente subalterna a posição commercial da Inglaterra, se ella, por ventura, ficasse restricta ás fronteiras do «Zollverein» britanico. Exactamente quando Chamberlain annunciava o seu programma imperialista, começava o periodo de grande desenvolvimento do Brasil e da Argentina que veiu mostrar o papel de suprema importancia economica que a America Latina vae desempenhar no correr deste seculo e que, só por si, bastaria para desequilibrar todo o plano de Chamberlain. Os inglezes perceberam a significação do novo factor;

e ha alguns annos que elles sentem que os mercados do nosso continente lhes são infinitamente mais importantes do que os da Australia, da Nova Zelandia e da Africa do Sul. O resultado deste novo ponto de vista é que a concepção de Chamberlain tomou uma fórma differente no espirito dos seus discipulos e continuadores. A idéa do «Zollveirein» britannico amoldou-se ás novas condições e o objectivo dos neo-imperialistas inglezes comprehende hoje tambem o continente do futuro.

«Sob o ponto de vista do imperialismo mercantil da Inglaterra contemporanea, a posição politica das republicas da America do Sul é uma questão importante e cuja complexidade deixa a mentalidade ingleza um pouco perplexa. Apezar do muito que se tem escripto sobre a inutilidade do dominio politico como elemento de conquista commercial, os inglezes, com a experiencia pratica do seu imperio, continuam a achar que ha um grande fundo de verdade na velha maxima imperialista: — «*trade follows the flag*. Seria mais facil a qualquer grande nação commercial européa adquirir um monopolio economico na America Latina se os nossos paizes estivessem collocados sob a dominação politica dessa grande potencia; mas, comprehendendo sensatamente que a tarefa de repetir em larga escala no continente americano a aventura do Transvaal seria uma empresa superior ás forças da Inglaterra, os inglezes, como homens praticos, estão ha alguns annos procurando adaptar-se aos factos para poder dentro das condições por elles impostas, estabelecer um imperio commercial no continente sul-americano. Na pesquiza dos meios de resolver esse problema politico-economico surgiram varios alvitres entre os quaes o dos imperialistas germanophilos, de que lord Haldane era summo pontifice, e que propunham que a Inglaterra fizesse com a Allemanha um accôrdo pelo qual esta ficaria com uma «esphera de influencia» no Brazil, emquanto

a Inglaterra estenderia os seus dominios commerciaes pela Argentina e pelo Chile. Nenhum dos mysterios diplomaticos dos ultimos tempos seria para nós mais interessante conhecer do que o que se passou em Berlim ha tres annos quando lord Haldane alli esteve em missão confidencial, procurando tornar mais amigaveis as relações anglo-germanicas.»

E concluia o mesmo illustre escriptor, cujas correspondencias de Londres, revelando um alto espirito observador e politico, lhe valeram afinal a expulsão do Reino-Unido:

«Um *Zollverein* dos alliados seria certamente uma grande coisa para a Inglaterra si porventura a Russia pudesse ser induzida a entrar em tal combinação. Mas, como o ministro do Commercio, o Sr. Runciman, muito bem deixou perceber no seu discurso, ao tratar do que sobre esse ponto tinham dito outros oradores, as difficuldades materiaes que separam a Russia da Inglaterra tornam impossivel incorporar o vasto imperio slavo ao grupo economico que a Grã-Bretanha pretende organizar. Para que os commerciantes de Petrogrado, de Moscow e de Kiev viessem comprar em Londres e em Liverpool o que a Silesia e a Hungria lhes podem fornecer com o frete de uma viagem relativamente curta, seria preciso que uma pasmosa epidemia de imbecilidade se tivesse alastrado pelo imperio dos Romanovs. O russo, porém, é pouco susceptivel a essas enfermidades mentaes e, apezar de ser imaginativo e emotivo, não tende a soffrer das crises de sentimentalismo lamecha que confunde as idéas e baralha as questões. Os inglezes sabem, portanto, que a Russia nunca se juntará a uma confederação economica que a exclua dos seus mercados naturaes, que são os dos imperios germanicos e os da Asia Central e da China. Eliminada a possibilidade da combinação commercial com a Rusia, o «Zollverein» dos alliados cáe por terra como um balão furado, porque a França, com a sua população reduzida, com o seu tremendo fardo financeiro e

com as suas colonias atrazadas e mal administradas, não traria ao «Zollverein» um capital sufficiente para tentar a Inglaterra. A França poderá ser uma alliada mercantil muito desejavel, mas não chega para preencher o espaçoso plano da federação commercial que os imperialistas inglezes imaginam.

«Resta saber qual será a fórma que a diplomacia financeira da Inglaterra dará á alliança economica em que ella pretende envolver uma boa parte do globo e na qual as republicas da America Latina estão talvez destinadas a representar um papel de capital importancia.»

Com effeito, as difficuldades internas para a Grã-Bretanha, sob esse ponto de vista, não são pequenas nem menos numerosas. Si é certo que, depois da guerra, o seu imperialismo commercial se desenvolveu de um modo extraordinario, chegando a amedrontar entre os alliados os seus mais decididos partidarios, por outro lado a ideia proteccionista ganhou de tal fórma terreno nos centros industriaes inglezes que se tornou sem duvida um poderoso obstaculo a que possa alcançar fins reaes a *Liga Economica dos Alliados*, ideada para combater sem tregua á *Liga Germanica* que, senhora do coração da Europa, ha de procurar depois da paz açambarcar de novo os actuaes paizes neutros e alguns mesmos dos belligerantes com a sua perigosa e irresistivel infiltração mercantil.

Emquanto assim as Camaras Inglezas de Commercio, em sessão plena sob a presidencia do ministro das Finanças, o Sr. Mac Kenna, lançavam as bases monumentaes que deveriam transformar a *Entente Militar* dos alliados em uma formidavel *Alliança Economica* de molde a esmagar toda a vida de relação dos Imperios Centraes, a commissão especial, nomeada afim de estudar os methodos de defender as industrias do paiz pelo Board of Trade (Ministerio do Commercio e Industria) após a guerra, chegava a conclusões que eram a negação da-

quelles ideaes, architectados pelos mais altos representantes do mercantilismo britanico.

Segundo a proposta industrialista, além de serem estabelecidas uma tarifa, francamente proteccionista, para os artigos manufacturados no paiz e uma pauta aduaneira geral para todos os generos que fossem importados, dever-se-ia separar do *Board of Trade* o departamento commercial afim de formar um novo ministerio e adoptar as seguintes medidas:

1. Augmento dos subsidios consagrados á educação commercial e industrial da mocidade bem como á pesquizas scientificas.

2. Modificação da lei sobre direitos autoraes segundo o modelo americano, de modo a não conceder direitos autoraes senão ás edições impressas e publicadas no Reino-Unido.

3. Esforços no sentido de obter uma unificação das leis sobre patentes em todo o Imperio Britanico.

4. Obrigação estricta de todos os artigos de procedencia estrangeira terem um distico bem visivel que indicasse a sua origem. Os que fossem de procedencia allemã ou austriaca deveriam ter escripto «Feito na Allemanha» ou «Feito na Austria». Os que proviessem de outros paizes teriam o distico «Estrangeiro» ou «Não Britannico.»

5. Constituição de um tribunal permanente destinado a impedir que as companhias inglezas de navegação ou de estradas de ferro déssem preferencias nos fretes ou na reserva de tonelagem aos commerciantes extrangeiros.

6. Melhoramento e prolongamento da rêde de canaes da Grã-Bretanha.

7. Decretação de lei prohibindo que as companhias inglezas de navegação cobrassem fretes mais altos dos portos do Reino Unido do que de outros portos da Europa septentrional.

8. Intervenção do governo para os bancos inglezes prestarem um auxilio mais efficaz ás industrias britanicas.

9. Determinação de que todas as repartições publicas, tanto do Governo nacional como das Municipalidades, deveriam comprar exclusivamente artigos de manufactura britanica. Nenhum contracto seria dado a uma firma extrangeira excepto o caso em que isso fosse absolutamente necessario.

10. Combinação do governo com as casas financeiras e bancarias para que de ora em diante todos os emprestimos extrangeiros fossem feitos sob a condição de que os industriaes britannicos tivessem preferencia nos contractos de obras e nos fornecimentos relacionados com os referidos emprestimos.

11. Organização pelo «Board of Trade» de exposições industriaes tão frequentes quanto possivel.

12. Instrucção do «Foreign Office» aos consules britanicos para que exercessem a mais severa vigilancia sobre as violações das marcas de fabricas inglezas.

13. Nomeação de commissarios commerciaes em todos os paizes extrangeiros que pudessem offerecer importancia sob o ponto de vista economico.

14. Reforma do serviço consular inglez de modo a tornal-o mais efficiente sob o ponto de vista commercial.

15. Emprego dos maiores esforços afim de pôr cobro ao systema usado nos paizes, onde ha tarifas *ad valorem*, por importadores extrangeiros que lançam nas facturas valores inferiores aos das mercadorias.

Adoptadas que fossem semelhantes medidas, como poderia a Grã-Bretanha formar a sua promettida *Liga Economica dos Alliados*, se estes, no fim de contas, ficariam para o Reino-Unido quasi que em uma mesma igualdade de condições que os Imperios Centraes, condemnados embora ao mais terrivel exterminio?

Por seu turno, as resoluções das Camaras Inglezas de Commercio em muito pouco favorecem no fundo os companheiros da Inglaterra na tremenda aventura em que os atirou

com a conflagração do continente. Propondo aquellas instituições as bases da guerra encarniçada que deverá ser movida ao commercio allemão, o que se percebe logo é que, acima de tudo, só cogitaram de conservar e expandir a hegemonia maritima da Grã-Bretanha, em prejuizo mesmo dos seus proprios colligados. E' assim que proclamam que «os navios da colligação germanica jámais serão admittidos a transportar mercadorias entre os portos da Inglaterra e os dos outros paizes da *Entente*. A não ser por perigo do mar, esses navios entrando num porto inglez ou alliado serão submettidos a elevadas taxas. Assim a Austro-Allemanha não poderá mais, por premios especiaes ou abatimentos sobre o frete, favorecer os seus transportes maritimos e o seu commercio de exportação. Os seus navios não serão mais autorizados a embarcar passageiros em portos da Entente ou com destino a esses portos, que recusarão, egualmente, abastecel-os de combustivel. Para impedil-os de contrariar essa medida, os alliados antevêm a possibilidade de intervir junto aos neutros, afim de que estes não autorizem mais nenhuma concessão aos austro-allemães, para a creação de estações de abastecimento e de telegraphia sem fio. E, si fosse necessario, para convencer mais a esses neutros, a Inglaterra lhes poderia impor um direito de exportação sobre todos os carvões inglezes a que recorrerem para os seus proprios navios.»

Além de todas essas condições vexatorias a que, certamente, não escapariam, como se acaba de ver, juntamente com os alliados, mesmo os neutros, ainda vão mais longe as Camaras Inglezas de Commercio:

«Querem que se prohiba por todos os meios que a Allemanha e a Austria fundem em qualquer ponto do globo agencias ou succursaes das suas companhias de navegação, assim como bancos e sociedades de seguros. As naturalizações só

serão legalizadas após uma permanencia de vinte annos, pelo menos, para os germanicos e dez para os neutros.

No que diz respeito ao trafico commercial, uma tarifa maxima e minima seria adoptada. A minima seria applicavel, naturalmente, aos alliados, direitos preferenciaes seriam admittidos, e delles partilhariam as colonias respectivas. Em certos casos, a franquia com reciprocidade obrigatoria substituiria a tarifa minima.

Emfim, os methodos empregados pelos allemães (*cartells, trusts, dumping*) seriam combatidos por taxas apropriadas e um direito de *anti-dumping*, o qual prejudicaria mesmo as mercadorias allemãs vendidas por intermediarios neutros. A tarifa maxima, comprehende-se, só seria applicada aos austro-allemães e aos seus productos.

Essa gigantesca reforma economica se apoiaria em um organismo administrativo renovado. Consules e agentes commerciaes multiplicados por toda a parte forneceriam ao Ministerio do Commercio todas as informações para a conclusão dos tratados e para o desenvolvimento do transito. O proprio ministerio seria, na Inglaterra, auxiliado por um conselho superior não remunerado, composto de industriaes e de commerciantes, com a exclusão de toda a intervenção de homens politicos. As Camaras de Commercio britannicas previam ainda a adaptação do ensino a essas novas necessidades, a revisão das patentes concedidas aos estrangeiros, a vigilancia das saídas e, emfim, a obrigação, para os estrangeiros, de fazerem figurar o seu nome nos titulos das firmas que exploram na totalidade ou em parte.»

Ora, como faz notar consciencioso economista americano, não se pode contestar que, complicando o problema especial do proteccionismo na Inglaterra, surge essa questão da organização do *Zollverein*, que alguns desejam que seja exclusivamente britannico, emquanto outros o preferem estendido

aos actuaes alliados, e, finalmente, uma terceira escola insiste em querel-o bastante amplo para poder apanhar nas suas malhas certos paizes neutros. O *Zollverein*, puramente britannico, é uma idéa sentimental que fala ao imperialismo emocional, mas que não tem valor economico, porque uma liga exclusiva dos povos incorporados sob a corôa ingleza seria destituida de recursos para conferir á Inglaterra a posição de suprema potencia commercial que ella aspira ser. As Colonias inglezas são nações novas que, de um modo geral, estão muito mais atrazadas do que os paizes menos adiantados da America do Sul, e não têm ainda população sufficiente para explorar as suas riquezas naturaes. Além disto, as colonias estão geographicamente tão afastadas da metropole que um accôrdo commercial, como os imperialistas desejam, seria demasiadamente artificial para poder subsistir por muito tempo. A Australia póde comprar muito mais facilmente nos mercados do Japão e da California de que em Londres. O Canadá tem as industrias americanas tão perto que difficilmente se deixaria ficar manietado por um arranjo em que a Grã-Bretanha teria a parte do leão. O *Zollverein* dos alliados é um sonho irrealizavel. Nesse ponto, os inglezes estão procedendo como o individuo que fosse empenhar o dote da noiva antes de fazer o pedido de casamento. Para a Inglaterra. um accôrdo commercial que tornasse a França e a Russia economicamente dependentes da Grã-Bretanha seria certamente cousa muito vantajosa. Mas a Russia de modo algum aceitará semelhante arranjo, que vae de encontro aos interesses vitaes do commercio russo, ligado pelas condições de contiguidade geographica á Allemanha e ao Oriente. E a propria França, que está cheia de ambições e conta com uma nova éra de renascença economica, provavelmente não quererá ficar ligada á cauda do *Zollverein* inglez.

«Todos esses rumores são outros tantos indicios de que a Inglaterra quer preparar-se para continuar depois da guerra, a luta commercial, de que julgou poder sahir victoriosa com um triumpho militar e naval sobre a sua rival. Para continuar com probabilidade de exito esse conflicto, que provavelmente preparará o terreno para *uma segunda guerra*, a Inglaterra precisa, não sómente de assegurar por meio de uma serie de medidas governamentaes e internacionaes o monopolio de certos mercados para a collocação dos seus productos, como tambem obter vantagens especiaes, si não um verdadeiro monopolio, nos outros mercados onde tem de ir buscar materia prima para as suas industrias e de onde está fazendo esforços para excluir a Allemanha depois da paz.»

O mais interessante, porém, é que, emquanto assim se agitavam as classes conservadoras inglezas, o governo de S. James, seguindo a sua velha tactica de promover as cousas sem parecer, todavia, que foi o autor, afim de poder recuar quando o reconhecer conveniente, fazia annunciar pelo redactor-parlamentar do *Times*, e a noticia era logo levada a todos os cantos do universo, que tudo fazia crer que *o pacto militar*, concluido pelos alliados, teria brevemente, como corollario, um *pacto de caracter commercial*, e que a França, a Italia e a Russia não tardariam a assignar *uma declaração pela qual se comprometteriam a não concluir depois da guerra, tratados commerciaes com a Allemanha e a Austria, sem consentimento mutuo*.

E accrescentava o jornalista londrino, orgão officioso das altas personalidades do governo:

«Consta que, já ha algum tempo, o governo francez propuzera uma guerra commercial sem tréguas contra a Allemanha. Ao que estamos informados, a Inglaterra acaba de significar a sua adhesão áquelle projecto, e propõe a conclusão

de uma alliança offensiva e defensiva contra as potencias centraes. Alguns membros do gabinete inglez desejariam ir mais além e proporiam um decreto prohibindo todas as relações commerciaes com a Allemanha durante determinado perido.»

E concluia:

«As colonias inglezas, ás quaes este projecto foi submettido, declararam que delle participarão de todo o coração.

Assim, qualquer que seja a resolução que se venha a tomar, a Allemanha em breve entrará a sentir os rigores dessa alliança commercial.

A Inglaterra está preparada para, na vigencia da guerra, applicar direitos aduaneiros ou lançar mão de qualquer outra medida susceptivel de abalar o credito da Allemanha, e, mais ainda, propõe-se a combater efficazmente o commercio allemão, mesmo depois de terminadas as hostilidades.»

Emquanto, todavia, atravez das conferencias economicas que se teem succedido nas capitaes das differentes nações da *Entente*, o governo de S. James ha procurado por todos os meios subordinar aos seus planos commerciaes no futuro os maios caros e mais instantes interesses dos seus alliados, não se esquece tambem um só momento em plena guerra de tirar destes, como dos paizes neutros, com que ainda conserva relações mercantis e bancarias, todos os lucros imaginaveis de modo que as suas finanças, no fim de contas, venham a soffrer o menos possivel dos effeitos gravissimos de tão aspera contenda.

Tornado o grande commissario da *Entente*, não só foi pouco a pouco enfeixando nas mãos quasi exclusivamente todo o movimento de dinheiro dos seus associados, como conseguio fazer dos portos inglezes o entreposto principal do trafego destes com o exterior, obrigando-os a premios one-

rosissimos e despezas absurdas que lhes pezam tão fortemente sobre o erario, como talvez o maior imposto de guerra.

E' assim que, para se defender dos gastos collossaes, que está fazendo e sobem por dia acima de 130.000 contos em moeda brazileira, a Grã-Bretanha traz os seus companheiros de luta asphyxiados sob um triplice guante: a carestia dos productos que lhes vende (o iodo, por exemplo, de 20 shillings passou a ser vendido á Russia a 130); os fretes decuplicados sobre os que eram cobrados antes da guerra; e o cambio monetario, pelo qual se faz pagar a libra esterlina á razão de 28,50 francos e de 30 liras em logar de 25.

Na verdade, uma tal usura chega mesmo ao absurdo de estarem os alliados comprando na Inglaterra por um preço muito mais elevado do que os neutros; e, para não citar senão um facto, bastará dizermos que o governo italiano tem adquirido o carvão para a sua esquadra por quasi o dobro em tonelada do que continúa a recebel-o o Lloyd Brazileiro!

Ainda agora, na *Revue de Paris*, um erudito economista francez mostrava, que, diante dos planos commerciaes inglezes, quem teria mais a perder eram os proprios alliados, com a excepção da Grã-Bretanha.

Fazendo, desse estudo, admiravel synthese, escrevia eminente publicista brazileiro, o Sr. deputado Leão Velloso, cujas sympathias pela causa dos alliados são manifestas:

« Os planos inglezes de guerra economica aos seus inimigos, os quaes devem servir de base á Entente economica dos alliados e cuja execução, comquanto para vigorar depois da paz, querem seus apologistas seja já iniciada, estão causando vivas apprehensões entre os proprios alliados. Si os planos visam ferir no coração a Allemanha, um exame delles, por menos profundo que se faça, — na phrase de illustre financista francez na *Revue de Paris* — impressiona pelo seu simplicismo intem-

pestivo, pelo despreso das contingencias e do interesse geral dos paizes alliados. Revela-se, emfim, o que é peor, como capaz de acarretar desgostos, attrictos, e até de provocar graves conflictos de interesses entre os alliados. O que os inglezes querem é impor aos povos seus companheiros de luta um regimen aduaneiro commum, «especie de proteccionismo de quatro categorias: — tarifas preferenciaes reciprocas entre o Reino-Unido e suas possessões; tarifas reciprocas e preferenciaes, mas em segunda linha, entre o imperio britannico e as potencias alliadas; tratamento favoravel, mas em terceira linha para os neutros; emfim, tarifas prohibitivas para as potencias actualmente inimigas.»

«A nova politica financeira é principalmente advogada pelas colonias, e o seu grande arauto e propugnador turbulento é Mr. Hughes, primeiro ministro da Australia, actualmente na Inglaterra. Mas a nova politica é lesiva aos interesses dos alliados; e, com ella, a primeira prejudicada seria a Russia. Ha muito que a Russia luta desvantajosamente, no mercado inglez, com a concorrencia dos «Dominions», sobretudo do Canadá. Na importação do trigo do Reino-Unido, no decennio de 1902 a 1911, ao passo que a Russia figura por 15,7 % no total importado, a parte do Canadá, Australia, Indias e Argentina é de 54,6 %. Em 1912, a Inglaterra comprou ao Canadá, £ 12.061.416; á India, £ 10.944.667; aos Estados Unidos, £ 8.327.344; á Republica Argentina, £ 7.775.073; á Australia, £ 5.334.878; á Russia, £ 3.940.464. Adoptadas as tarifas em questão, differenciaes entre os cereaes do Canadá, das Indias e da Australia, e os cereaes da Russia e dos paizes neutros, a Argentina ficará em posição muito inferior á que occupava antes da guerra, e a Russia ainda mais. Os russos, com mais razão, dizem que para boycotar um paiz como a Allemanha, que, antes da guerra, já era o melhor comprador

de seus productos, se faz preciso que os alliados lhes abram largamente seus mercados. E justamente o contrario é que está nos planos inglezes, pelo que os russos repellem a fórmula do novo proteccionismo britannico. Ainda em março ultimo, o Sr. Boradaieverky, membro do «comité parlamentar russo do commercio», concluia em um relatorio apresentado ao «Congresso Agricola Pan-Russo», «pelo dever dos alliados de falicitar a exportação dos productos do solo russo, sob pena de se ver a Russia obrigada a concluir com a Allemanha, depois da guerra, um tratado de commercio comprehendendo a clausula da nação mais favorecida». A Inglaterra não poderá attender, com a politica que projecta, ás aspirações commerciaes da Russia, pelo que esta, longe de adherir ao bloco economico que os inglezes querem organizar, entrará em conflicto com a sua alliada de hoje, e irá procurar, mesmo entre os inimigos de agora, o que aquella lhe recusa.

O Sr. Boublikoff, membro da Douma, um dos especialistas russos em materia financeira, assim se exprimia recentemente, traduzindo a opinião das finanças e commercio russos: «Por mais desejavel que seja o boycotage commercial da Allemanha após a guerra, não é licito perder de vista a situação difficil em que fica a Russia. Por que comprava ella tantas mercadorias na Allemanha? Evidentemente porque as podia obter por melhor preço ou em condições mais vantajosas que na Inglaterra ou na França. E' claro, portanto, que a cessação das relações commerciaes com a Allemanha equivale para os consumidores russos ao encarecimento da vida e á aggravação das condições de credito. Póde o povo russo supportar uma e outra? Não; de modo que, para adherir a Russia á guerra economica, prégada pela Inglaterra, tem os alliados de lhe fornecer os meios de comprar fóra da Allemanha, mas nas mesmas condições vantajosas, mercadorias

de seu maior consumo. A Allemanha continuará, ao menos pela sua situação geographica, a ser tambem o consumidor natural de nova exportação. Acceitando, pois, — continúa o russo — o combate á Allemanha no terreno commercial, devemos reclamar dos nossos alliados a segurança de serem poupados e respeitados os nossos interesses, e que a luta contra o restabelecimento da Allemanha não se faça á custa do nosso empobrecimento.» A Russia, pois, não póde boycotar a Allemanha sem encontrar nos paizes alliados a compensação do vasto mercado perdido. E' justamente o que lhe não será possivel achar, maximé se vingarem os planos inglezes. Estes, profundamente egoistas, inspiram-se nos seus interesses particulares, pouco se lhes dando os interesses dos seus proprios alliados. Mas, estes forçosamente não consentirão no sacrificio proprio para favorecer a Inglaterra, ainda que esta lhes incite o odio e a vingança aos inimigos de hoje. Nas relações commerciaes não ha quem se leve por odio ou outros sentimentos, nem o particular nem as nações. Entre o patriotismo e o interesse raramente não prevalece este. «Ninguem compra para agradar a estes ou áquelles, e as trocas commerciaes seguem as necessidades e possibilidades dos povos.»

E concluia, em outro artigo, o mesmo illustre publicista a série de observações que acima transcrevemos:

«Mas não foi sómente na Russia que os planos inglezes de tarifas proteccionistas, com que elles querem instituir, em seu beneficio, um regimen aduaneiro commum aos alliados, tiveram má repercussão. Os francezes sentem-se egualmente ameaçados em seus interesses. Repetem-se os protestos das camaras syndicaes francezas contra a introducção do proteccionismo alfandegario no imperio britannico. Ellas se levantam contra a politica economica, ora prégada na Inglaterra, a qual redundaria numa guerra de tarifas a seguir-se á *Entente*

cordiale. Já a França foi grandemente prejudicada com impostos, agora, creados, e com outros aggravados para attender ás necessidades do Thesouro inglez impostas pela guerra. Advertia, ha pouco, o Sr. David Mennet, presidente da Camara de Commercio de Paris, dirigindo-se á commissão senatorial de organização economica: «Encontraremos grandes difficuldades no accôrdo com os inglezes e os russos. A nossa especialidade consiste sobretudo em productos de luxo, relativamente aos quaes a tendencia geral é para oneral-os. A Inglaterra, acabando de lançar direitos de alfandega sobre os productos de luxo, attingiu principalmente o nosso commercio. Se quizermos fazer sentimento de mais neste assumpto, poderemos ser gravemente feridos em os nossos interesses.

«Não são sómente os impostos inglezes sobre artigos de luxo que estão prejudicando a França. As chamadas «importações inuteis», cuja prohibição os inglezes justificam pela necessidade de economias do ponto de vista do cambio e do frete, são quasi todas de procedencia franceza. Tambem foram aggravadas as taxas sobre os vinhos e licores francezes. Todas essas medidas causam a maior inquietação ao commercio e á industria dos francezes.» Com effeito, — lê-se em interessante artigo, na *Revue de Paris*, sobre os perigos da guerra economica — si, após a guerra, vierem tarifas proteccionistas sanccionar definitivamente esses ensaios que, hoje, têm ainda um caracter temporario e fiscal, eis a *entente* franco-britannica abalada em seus fundamentos commerciaes. Não esqueçamos que taxas de consumo, extremamente severas, já oneram no interior da Inglaterra os mesmos objectos de luxo, cujo commercio é prerogativa da França.»

«Está assim travado o conflicto de interesses entre os dous grandes alliados, a França e a Inglaterra, como tambem entre esta e a Russia. Mas os francezes, ao regularem defi-

nitivamente a situação economica do seu paiz, ao concluirem qualquer convenção commercial com os inglezes, tomem para si os conselhos que M. Asquith, primeiro ministro da Inglaterra, deu aos membros da Casa dos Communs participantes da Conferencia Economica de Paris: «Seja como fôr, tende todo cuidado em não vos deixar arrastar pela paixão ou pela cegueira, ou por sentimentos muito naturaes, causados não direi pelo desejo de vingança, mas pelo de consolidar a victoria, para tomar medidas que nos farão maior mal que ao inimigo.» E assim commenta estas palavras o financista francez da *Revue de Paris*, a que temos alludido: «Excellente e sabio conselho! Sigamol-o. Eu direi mais: é do nosso dever assignalar o perigo de uma concepção que, applicada á dura realidade das coisas, se voltaria contra os seus autores. Este perigo existe. O plano de acção, o unico emittido até o presente que, segundo os seus autores, deve servir de base á «Entente economica dos alliados», é de natureza a despertar as nossas mais vivas apprehensões.

«Vê-se assim quanto é errada, na politica commercial, a orientação, não conforme as necessidades e possibilidades economicas das nações, mas de todo obediente ás inclinações e sympathias politicas, ás suggestões do odio e da vingança. A Inglaterra a quer, porque lhe é proveitosa. A Inglaterra, apparentemente seguindo aquella orientação, no fundo está fazendo o seu negocio. E' sempre a grande negociante. Para ella, ainda na tremenda luta *business is business*, comquanto, na organização da guerra economica, appareça animada de outros intuitos, qual o anniquilamento da Allemanha em nome do direito e da civilização. Não será ella que, para ferir a Allemanha em pleno coração, se fira a si propria. A' França, que deu para a guerra o melhor sangue de seus filhos, cumpre, reprimindo os seus naturaes impulsos de cavalheirismo e ge-

nerosidade, acautelar-se na liquidação final. Ao *business is bissiess* da sua alliada, responda com o *les affaires sont les affaires*».

Mas não ficou só nisso. Tanto quanto a Italia, que já se tornou uma verdadeira vassala do commercio britannico, a França se tem sentido cada vez mais asphyxiada com as difficuldades impostas pelos armadores inglezes á sua importação. A crise dos frétes hora a hora assume na grande Republica proporções ameaçadoras.

Entre as muitas sessões tumultuosas, que se tem desenrolado no parlamento francez e cujos debates nos são occultados pela censura telegraphica ingleza, houve uma verdadeiramente memoravel que pôz á mostra as odiosidades latentes que agitam já os espiritos contra a *potencia-leader* da *Entente*.

O deputado Guernier interpellou o governo acerca das medidas adoptadas ou que pensava adoptar para pôr um dique á crise dos fretes. O presidente da commissão de marinha mercante insistiu em requerer que o governo se resolvesse a adoptar as medidas necessarias para remediar essa crise, cuja gravidade augmenta sem cessar e que pesa sobre o encarecimento dos meios de vida pela alta que implica nos preços da importação. Assignalou, em seguida, um dos aspectos mais graves da alta dos fretes. Armadores ha que ganham sommas enormes: uma só companhia obteve desde o principio da guerra 40.000.000 de beneficios! Ao passo que, desde o inicio das hostilidades, o pedido de fretes se tornou cada dia mais imperioso devido ás crescentes necessidades creadas pela guerra, a offerta de navios pelo contrario foi-se tornando mais e mais rara, chegando a cessar quasi, em certos momentos. Essa diminuição na offerta começou com a immobilização, primeiro das frotas mercantes, allemã e austro-hungara, e, depois, da russa.

Durante a discussão que foi violenta, ouvindo-se de quando em vez os mais desabridos ataques ao governo inglez, o depu-

tado pelos Alpes Maritimos, Sr. Durandy, denunciou ao parlamento a progressão formidavel dos fretes. Antes da guerra pagavam-se oito francos e 50 por tonelada da Inglaterra a Marselha; esse preço, em fins de 1915, chegou a ser de 75 fs. e, na actualidade, ultrapassa já de 130 frs., com tendencia para a alta.

A França pagava, antes da guerra, aos armadores «inglezes», 350.000.000 por anno: em 1915 pagou mais ou menos 2.000.000.000, e, em 1916, essa somma ameaça alcançar 4 ou 5.000.000.000!

Identicas observações, identicas queixas, formulou o deputado André Hesse. De Cardiff ao Havre, a tonelada do carvão subiu de cinco francos, em 1913; a 42 francos em março de 1916; para Rouen, de sete a 45 francos; para Saint Nazaire de seis francos a 60; para Bordeus de sete a 75 francos; de 11 a 125 para Marselha, e de 11.25 a 132 para Genova.

Commentando tão graves declarações, escrevia o jornal *La Bataille*:

«As repercussões economicas da guerra são innumeras, e uma dellas, a alta dos fretes dos navios mercantes, occupou tambem a attenção dos deputados. Suas queixas bem formuladas, por vezes eloquentes, assignalaram effeitos deploraveis de uma requisição feita sem methodo: vieram á luz especulações curiosas e pouco honestas, a que armadores despreoccupados dos males publicos se entregaram e continuaram a realizar, escudados na elastica lei da offerta e da procura. O sub-secretario de estado da marinha reconheceu francamente que os fretes que, em agosto de 1914, eram de oito francos subiram a 90. As explicações, dadas a este «phenomeno» pelo alludido funccionario não chegam a justifical-o nem mesmo sequer explical-o. Os palliativos propostos por alguns não conseguem tão pouco remediar ao menos o formidavel escandalo. Ao nosso ver sómente o Sr. André Hesse acertou recla-

mando a « taxação » dos armadores, quer na Inglaterra, quer na França.

« O deputado por La Rochelle enumerou as causas de ordem pratica e moral que se opporiam a uma recusa de parte dos poderes publicos da Grã-Bretanha, si lhes propuzessemos energicamente uma acção, neste sentido. Falla-se de « ententes » economicas depois da guerra. Porque não se começa desde já? Isto se impõe como prova de reconhecimento ao paiz que se lava em sangue no interesse da sua causa.

« O custo da vida assume em França proporções collossaes. Esse, custo póde diminuir si a nossa alliada, a Inglaterra, consentir em impôr aos armadores a taxação do frete; eis aqui a verdade clara e terminante.

« Temos dado e continuamos prodigalizando em torrentes o nosso sangue: Os senhores armadores inglezes pódem e devem alienar uma parte de seus lucros super-extraordinarios de guerra para que entre nós cesse de existir tão pavorosa miseria. »

Entretanto, ao passo que, na Russia, na Italia e na França, assim se vão accumulando as decepções e as desesperanças pelos resultados da guerra, e cresce dia a dia o odio contra o inglez, a cuja ganancia já se começam a attribuir exclusivamente os desastres successivos da contenda, chegando bôa parte de opinião franceza a acreditar que a retirada das forças britanicas de Calais será bem cedo um dos problemas mais difficeis para o patriotismo do paiz, ha um unico povo que ainda se não arrependeu de haver entrado na *Entente* — *o* japonez.

Fazendo lembrar a Inglaterra, desde a sua conformação geographica até os seus processos de vida utilitaria, podendo mesmo realizar mais depressa do que aquella o seu grande ideal de supremo dominador do Pacifico, o Japão se tem sabido conduzir nesta guerra como se fosse um emulo perfeito do

John Bull de outros tempos... Começou revellando subitamente a sua alliança com a Grã-Bretanha, mas deixando perceber que havia nella mais alguma cousa do que foi publicado, para metter medo aos Estados-Unidos. Proclamou-se em seguida solidario com os alliados; declarou guerra á Allemanha, mas não levou a sua acção bellicosa além da tomada de Kiau-tchau com mediocres sacrificios de vida. Feito isso, encolheu-se; accenou mesmo com uma barretada gentil ao Kaiser, recordando-lhe que foi a instructores teutonicos que o seu exercito ficou devendo principalmente a sua admiravel organização actual. Cercou até de todas as gentilezas os prisioneiros de guerra; e, quanto aos civis allemães, deu-lhes todas as garantias para continuarem a viver tranquillamente no imperio nipponico, entregues ás occupações que dantes tinham. Passou então a fazer a mesma cousa que os Estados-Unidos, mas, sem os discursos, as mensagens, nem as tiradas academicas e as ameaças espalhafatosas do presidente Wilson. Para o Mikado, o silencio é ouro, e, silenciosamente, principiou o japonez a ganhar rios de dinheiro, vendendo munições, alimentos, tudo, emfim, aos belligerantes de todas as côres, especialmente os russos. Os allemães tambem lhe foram dando bastante a ganhar. E, por isso, rio-se a valer da *black-list*, emquanto as suas visinhas, as Philippinas, com o poderoso pavilhão estrellado a protegel-as, tremiam de susto sob a ameaça ingleza, si, por ventura, continuassem a traficar com os teutos. O partido germanophilo chega mesmo a ter um alto reprezentante no ministerio. E um japonez illustre, publicista vigoroso, o Sr. Seiichi Sakuma, em um pamphleto sensacional, depois de salientar bem alto o que está na consciencia de seus patricios sobre a destinação historica do seu paiz na Asia, e de mostrar que esta, com o Imperio Nipponico á testa, adoptando uma doutrina igual á de Monröe, poderia enfrentar o universo inteiro, acaba affirmando não ser a Allemanha, mas

sim a Inglaterra e a Russia as maiores e naturaes inimigas da sua Patria!

O Japão tomou assim neste momento de tão grandes humilhações para a raça branca o lugar venturoso da famosa Albion de outr'ora. Cresce, prospera e fortifica-se sobre as desgraças dos outros. A philosophia dos seus estadistas e homens de imprensa casa-se admiravelmente com o genio practico e arguto do seu povo. Não é só o pampletista sagaz, inimigo feroz do gabinete Okuma, quem pensa e préga que, em face da grande lei da necessidade ou do *Struggle for life*, os tratados são *papeis sujos*, como os proclamaram ainda agora os europeus em guerra, sem excepção de um só. São todos os japonezes que sentem da mesma fórma e acham que «com igual direito com que a Allemanha invadiu a Belgica, a Inglaterra se assenhoreou de vez do Egypto, a França estraçalhou a Grecia e a Italia se voltou contra a Austria, ao Mikado cumpre expellir da Asia os russos e os inglezes com o auxilio da Allemanha, assim como expulsou da China os allemães com o amparo da Grã-Bretanha.

Dentre os alliados, é, pois, o Japão o unico a não se queixar até hoje da Inglaterra; e, para vêr si esta o retribue na mesma moeda, é o caso de esperar-se pelo tratado da paz quando, sem duvida, o embaixador nipponnico achará muito natural que Antuerpia fique para os Allemães uma vez que não insistam estes em voltar para Kiau-tchau...

X

Belligerantes e neutros

Si, entre os povos, empenhados na luta do lado da Grã-Bretanha, as perturbações internas já se iam tornando insupportaveis depois do segundo anno de campanha, uma vez que os Imperios Centraes, rasgando caminho para o Oriente, escapavam ao bloqueio da fome e, tornando a guerra em um trabalho, não só se refaziam interiormente á custa das prezas feitas nos paizes de que pouco a pouco se apoderavam, como tambem garantiam mercados cada vez mais amplos ás suas industrias e ao seu commercio, não menos difficil e dolorosa todos os dias se vinha accentuando a situação dos neutros.

Para estrangular economicamente a Allemanha e apoderar-se do seu commercio, poderosamente radicado no mundo inteiro por um admiravel apparelho de compras e de vendas, de instituições bancarias e de credito e de transportes commodos, methodicos e baratos, a Inglaterra, ao mesmo tempo que reduzia a uma asphyxiante vassalagem mercantil e financeira

os seus alliados, impedindo-os de se moverem por conta propria, anarchizava toda a vida utilitaria das nações, que se não haviam envolvido no conflicto, sitiando-as por sua vez, quer no seu trafego maritimo, quer nas suas principaes fontes de producção e de riqueza. Nessa guerra de interesses, os que passaram assim a soffrer mais, foram exactamente os que menos interesses tinham em jogo.

Aos rigores do bloqueio, que não tardavam a provocar a campanha submarina, desmoralizando todo o velho orgulho da esquadra britannica e reduzindo-a no mar a uma especie de exercito chinez, cujas grandes massas se aniquilavam outr'ora diante de meia duzia de armas modernas de repetição, seguiam-se os absurdos edictos, em que se incluiam, como contrabando de guerra, artigos que jámais poderiam ser considerados como taes entre povos civilizados, que se respeitassem ou respeitassem os mais sagrados direitos de vida das populações civis, sempre amparadas em pugnas semelhantes pelos proprios paizes em armas.

Si já era um prejuizo incalculavel para os neutros verêm-se privados das materias primas, que recebiam das industrias germanicas e que só estas fabricavam no mundo, e deixarem ainda de fazer transacções com os Imperios Centraes, que constituiam por toda a parte, além de excellentes fornecedores, optimos emporios de consumo, ainda mais se lhes multiplicaram as calamidades internas com os obstaculos levantados á collocação dos seus productos nos outros mercados estrangeiros.

O bloqueio britannico apresentou-se assim sob uma dupla face: implacavel e exterminador para os seus adversarios; extorsivo e iniquo para os seus amigos ou indifferentes. A guerra passou desde então a ser movida, não mais apenas contra o commercio allemão, mas contra o commercio do mundo inteiro.

Era natural assim que, diante de tão brutal realidade de factos e de cousas, cada um procurasse vêr onde estavam os seus interesses para se poder orientar e mover-se. O escopo principal do nosso discurso na Camara dos Deputados não foi outro: Si o fim da guerra era essencialmente economico-commercial, ao Brazil urgia serena e desapaixonadamente buscar conhecer as vantagens que poderia tirar da luta em proveito da sua grandeza material e politica no continente. O mais era fantasia e fantasia ridicula.

As nações neutras sentiram-se, pois, naturalmente divididas em dois grupos distinctos, quer pelas suas necessidades proprias, quer pelos riscos mais ou menos proximos que poderiam correr. Ficaram assim, de uma parte, os paizes do continente conflagrado; de outra, as Republicas da America. Relativamente áquelles, ainda a Hespanha teve de representar uma excepção. Não só pelos seus laços dynasticos, como, sobre tudo, pelos seus mais instantes interesses economicos e pelas sympathias tradicionaes do povo castelhano, a sua posição forçosamente seria a esta hora ao lado da Austria e da Allemanda contra a Inglaterra, que lhe tomou Gibraltar, e contra a França, que a tem torturado tanto em Marrócos, si outras fossem as suas condições de vizinhança. E são essas as conjuncturas, de que tão habilmente se têm livrado o seu governo e o seu Rei, tão prudente quão arguto, e que a collocam em situação, muito mais difficil do que a Hollanda, a Suissa, a Dinamarca e os paizes scandinavos, todos fundamente ligados á economia germanica e della continuando a receber o precioso influxo pelas suas privilegiadas collocações geographicas .

Effectivamente, ao irromper a guerra, o que ninguem mais ousava contestar era que o apparelho economico da Europa já tinha por coração a Allemanha. Si, com o desapparecimento da grande figura de Pitt, Bismarck conseguiu deslocar para a sua patria o grande eixo politico do continente, sob o imperio

fecundo de Guilherme II, em vinte e cinco annos de um labor pacifico, vigoroso e sabio, o trabalho germanico, representado pelo seu commercio, pelas suas industrias e pelos seus progressos nas sciencias, nas lettras e nas artes, havia incontestavelmente dominado todo o Velho-Mundo e delle se irradiado pelos quatros cantos do universo.

A começar pela Grã-Bretanha, a sua terrivel e maior rival, todas as fontes productoras das nações européas dependiam mediata ou immediatamente das usinas ou das manufacturas teutonicas. A *infiltração germanica*, como cognominaram a força expansionista da actividade allemã em todos os ramos do saber ou do engenho humano, sentia-se por toda a parte. Nas proprias colonias inglezas, o commercio e os productos do grande imperio do Rheño disputavam já victoriosamente os da métropole.

Com o desenvolvimento das suas instituições industriaes, mercantis e bancarias, o capital allemão tambem se avolumava dia a dia. Concentrava-se em grande parte no paiz, mas, por outro lado, espalhava-se ainda pelo estrangeiro nas mais variegadas e rendosas especulações. Emquanto o inglez continuava a pensar em ser sómente o commerciante e o banqueiro, o elemento parasitario nas terras estranhas, o allemão, além de um simples agente de trocas, tornava-se por todo o globo tambem industrial e agricultor, proprietario e assalariado, professor e até funccionario publico. Ninguem, como elle, tão bem comprehendeu e tão intelligentemente soube applicar a *politica mundial*, formula mais humana com que se substituir com a *conquista pelo commercio* a posse pela força da chamada *politica colonial*, origem de todo o poder e de toda a grandeza da Inglaterra.

Na verdade, quem a 31 de julho de 1914, na vespera desta grande guerra, lançasse um olhar sobre o mappa da Eu-

ropa e quizesse apreender com segurança o que sobre elle houvera conseguido a politica economico-commercial da Allemanha, chegaria a justificar o desespero e a inveja com que, sobre a sua admiravel organização interna e exterior, não tardaria a atirar-se a sua velha e insaciavel rival.

Naquelle momento, de facto, a *politica mundial* era bem diversa da de vinte annos passados. Já ninguem queria mais saber então, como fazia notar eminente economista belga, si o habitante de Schlesswing pagava imposto ao Imperio Allemão ou ao Rei da Dinamarca, mas fazia-se questão de apurar si o Transwaal ou o Sião comprava os seus ferros em Birmigham ou em Essen e os seus algodões em Leids ou em Chemintz. Mudara-se o objecto da cobiça e tambem as fórmas de annexação. Já não se pensava mais em conquistar pelas armas pedaços de terra ou em organizar o pessoal de um Estado, mais, sim, nas suas riquezas.

Ao provocar, portanto, a guerra, a Grã-Bretanha tinha certeza de que perdera a partida no mundo economico. A Allemanha triumphara em toda a linha, mesmo dentro do continente. A' propria triplice alliança já não eram os interesses militares de 1883 que a inspiravam: convertera-se pouco a pouco em uma alliança economica. Da Austria, tornara-se o allemão o melhor cliente — absorvia-lhe cerca de 48 % das suas exportações. Em compensação, mandava-lhe o carvão, as machinas agricolas, o algodão, os fructos e todos os seus productos industriaes no valor de 57 % das suas importações. Canalizando o Elba, abaixando as tarifas das estradas de ferro, attrahiu-lhe ainda grande parte do trafego maritimo, apertado pelo seu unico escoadouro de Trieste. A Hungria enviava-lhe em grande quantidade o seu trigo.

Com a Italia, as relações commerciaes do Imperio Allemão não eram menores nem menos importantes. A producção agri-

cola da Lombardia quasi que inteiramente se escoava para os mercados teutonicos, emquanto os productos da industria germanica, mais baratos e fabricados ao sabor italiano, se desviavam em profusão para a peninsula, desbancando os francezes, especialmente depois da guerra de tarifas, na qual se haviam empenhado os governos de Roma e de Paris. A perfuração do S. Gothargo foi uma grande conquista para o commercio do Rheno, e a do Simplon, levada a effeito por engenheiros allemães, acabou por quasi monopolizar para os emporios germanicos a principal força mercantil do norte da Italia, ao mesmo tempo que, no sul, as suas manufacturas de algodão derrotavam as inglezas.

Com a sua politica tarifaria, estreita e egoistica, a França ainda mais concorrera para entregar aos braços dos allemães a Suissa, que sempre fôra a sua melhor e fiel cliente. Logo nos cinco primeiros annos de concurrencia com os francezes, o commercio germanico conseguiu 40 % sobre o seu antigo movimento.

A propria Republica Franceza, porém, apesar de todas as suas odiosidades e ameaças continuas de desforra da derrota de 1870, quando agora dava as mãos á Grã-Bretanha para a *Entente* bellicosa, cujo remate se fizera com a eleição presidencial de Poincaré, já se achava tambem fartamente *infiltrada* pelo commercio e pelas industrias germanicas. O numero de allemães, que habitavam a capital franceza e influiam na sua vida economica, era consideravel. E as imitações dos chamados *artigos de Paris* eram de tal ordem, especialmente em manufacturas de luxo, que já chegavam a impressionar os mais conspicuos economistas do paiz.

Por outro lado, o ferro Rühr e a quinquilharia de Solinger inundavam a Belgica. Antuerpia *germanizava-se* dia a dia.

A sua municipalidade chegou a ter maioria de subditos do Kaiser. A Hollanda como que já se tornara um prolongamento geographico do Imperio Allemão. Em Rotterdam, mais de vinte mil allemães exercitavam o commercio.

Os minerios da Suecia desciam quasi todos pelo Baltico e pelo Oder, em busca da Silesia; os viveres da Noruega e da Dinamarca tinham no porto franco de Hamburgo o seu esplendido entreposto. O grande canal de Kiel transformara-se na arteria preciosa de toda essa immensa circulação commercial da Scandinavia para a sua poderosa vizinha. A Russia, apesar da sua alliança com a França, não tinha melhor freguez do que a Allemanha para os seus campos, onde mais de quatrocentos mil teutos, só na provincia de Varsovia, se tinham estabelecido até 1906! Pelo tratado de commercio de 1894, renovado em 1905, todo o trigo russo principiou a entrar francamente em territorio allemão em troca do ferro bruto e manufacturado e das machinas e tecidos de procedencia germanica. A Hespanha vivia quasi exclusivamnete das materias primas que lhe enviavam via Hamburgo e Bremen. A Grecia, antigo appendice commercial da Inglaterra e da França, desde 1900, passou a depender especialmente do capital allemão. Em summa, dos Balkans á Turquia, por toda a parte, a influencia economica, commercial e financeira do grande imperio central se fazia decisivamente sentir no movimento mercantil e industrial, nas estradas de ferro, nas organizações bancarias, em tudo, emfim...

Ora, si era assim, si a propria Inglaterra chegara a vender menos á Allemanha do que lhe comprava, nada mais explicavel e mais logico do que as grandes perturbações soffridas pelas nações européas com o rompimento das hostilidades da Grã-Bretanha e seus alliados contra os Imperios Centraes, especialmente entre aquellas que, pela força das cir-

cumstancias ou pelos seus instinctos de conservação ,se sentiram na necessidade de se manter neutraes no conflicto. Algumas das potencias mesmo, empenhadas na luta, nunca imaginaram que, durando assim muito tempo as operações, viessem a soffrer tanto quanto estão soffrendo pela falta das importações e do trafego maritimo dos grandes centros productores do Rheno.

O bloqueio inglez, aggravando assim mais a situação dos neutros do continente, ainda lhes veiu causar maiores prejuizos, impedindo-os de ir buscar livremente em outros mercados, embora longinquos, succedaneos para o que recebiam da Allemanha.

Além de que, considerando contrabando de guerra artigos que jámais foram nem poderiam ser tidos como taes pòr qualquer nação, em que o direito prevalecesse um só dia sobre a força, sujeitando os navios daquelles paizes a buscas e apprehensões em alto mar e violando-lhes a correspondencia postal, a Inglaterra acabou por impôr-lhes uma situação tão afflictiva que vale quasi o mesmo que si se achassem em estado de guerra e sitiados tambem os seus portos. E essa situação tocou por fim ao desespero diante das reprezalias com que os paizes bloqueados responderam com a furia dos seus submarinos ao *cerco da fome*.

Foi mais longe ainda a politica commercial ingleza. Tratou a todo o transe de forçar os neutros, como havia procedido com os seus alliados, a tornarem a Grã-Bretanha o seu grande e principal commissario de compras e vendas, fornecendo-lhes o que produzia e mesmo o que, como elles ,teria de importar, e ficando o regulador supremo e unico de todo o seu commercio exterior e, o que é mais grave, da sua propria economia interna. A sua primera victima foi nesse sentido a Hollanda; depois, quiz fazer o mesmo com os paizes scandi-

navios, e, por fim, estender os seus perigosos tentaculos ao Novo-Mundo, especialmente á America do Sul.

O povo hollandez teve de sujeitar-se ás mais humilhantes imposições. Instituiu-se no paiz, sob a fiscalização dos agentes britannicos, o *Oversea Trust,* composto de firmas não suspeitas ao governo de S. James, e se lhe deu todo o monopolio da importação. Mas, mesmo assim, a Inglaterra ficou ainda com o direito de impedir ou limitar a consignação das mercadorias, procedentes dos paizes neutros, todas as vezes que o achasse conveniente aos seus altos interesses. O café brazileiro foi um dos generos que não tardaram a soffrer o *veto* dos mercadores de Liverpool, em beneficio do chá e do cacáo, importados das colonias inglezas.

Todo o commercio do norte da Europa, inclusive o da alliada Russia, passou a ser feito quasi na sua totalidade atravez dos portos inglezes. Multiplicaram-se as apprehensões de navios. Os carregadores neutros eram a cada passo profundamente prejudicados com as demoras indefinidas que soffriam as embarcações até poder chegar ao seu destino. O Tribunal de Presas transformara-se em uma esphynge apavorante. As despezas de ancoragem, até serem libertadas as náos e conferida a sua carga, oneravam esta de tal fórma que a maior parte de seus armadores não se animavam a emprehender uma segunda viagem. O caso do *Posteiro,* da Companhia Sul-Rio-Grandense, desvendou logo ás emprezas brazileiras, os riscos e prejuizos a que se expunham si intentassem com mais intensidade o trafego para os paizes septentrionaes da Europa. A direcção intelligente e cauta do *Lloyd Brazileiro* demonstrou mesmo ao Governo em importante documento os perigos, que corria a sua frota e as vexações que pairavam sobre a dignidade e a soberania do Brazil si nos arriscassemos a estabelecer linhas que pudessem, de leve ao menos, concorrer

com as inglezas. Apesar da róta admiravelmente traçada pelo illustrado commandante Müller dos Reis, fazendo os navios nacionaes passarem a oitenta milhas fóra da zona de guerra, assim mesmo as autoridades navaes inglezas declararam não assumir a responsabilidade sobre o que viesse a acontecer diante do modo com que o almirantado britannico imaginasse extender e applicar o bloqueio ás costas neerlandezas e scandinavas.

Demais, si pelas doutrinas do almirante inglez, lord Ficher, proclamadas perante a Conferencia da Haya, doutrinas que tanto encandalizaram os pacifistas presentes, «a violencia constitue a propria essencia da guerra e a moderação na guerra será sempre synonymo de imbecilidade», nada mais natural que, agindo como assim agia contra o commercio dos neutros, a Grã-Bretanha procurasse fazer o seu em grande escala, mesmo com os seus inimigos. E isso é tanto mais explicavel, em se tratando de inglezes, quando é de hontem ainda o caso do Transwaal onde traficaram contra si proprios, vendendo armas e munições aos boers ao mesmo tempo que, a ferro e fogo, lhes conquistavam o paiz.

Era assim que, emquanto o café, o algodão e a borracha do Brazil, o trigo e as carnes congeladas da Argentina, e o salitre do Chile, para não fallarmos sinão dos generos da nossa patria e dos paizes que mais de perto nos interessam no continente, ora eram tidos como *contrabandos absolutos*, ora como *condicionaes*, mas sempre achavam os maiores obstaculos á sua entrada na Hollanda e nos outros paizes neutros do norte do Velho Mundo, enormes carregamentos de cobre passavam livremente pelos mesmos caminhos para os Imperios Centraes com a condescendencia da esquadra bloqueadora. O algodão, exportado pelos Estados-Unidos, deixava tambem de ser contrabando, ao contrario do brazileiro, sendo recebido durante mais

de um anno directamente pela Allemanha, quando o trigo argentino, destinado á população civil e, especialmente ás mulheres e crianças, tão lastimadas pela imprensa alliadophilla, quando se trata das provincias da *Entente* em poder dos teutos, não conseguia transpor a gargalheira de ferro dos couraçados e torpedeiros britannicos. O salitre do Chile, dispensado embora como artigo de primeira necessidade pelas usinas germanicas, que, mesmo antes da guerra, já o fabricavam artificialmente em grande escala, tornava-se uma ameaça para os exercitos alliados si continuasse a ser importado por Hamburgo ou atravez da Hollanda, mas, em compensação, o chá e o cacáo das colonias inglezas, concurrentes sempre batidos pelo café na Allemanha e na Austria, nunca tiveram tão collossal consumo como em 1915 pelos paizes scandinavos.

«E' que o cacáo, como nos explicava a esse tempo illustre publicista brazileiro, tem como padrinho o Sr. Cadbury, de Bourneville, o proprietario do *Daily News*, do *Star* e de outros orgãos liberaes, e o mais generoso contribuinte para a caixa do partido de que o Sr. Asquith é *leader* e Sir Edward Grey figura decorativa.

«O café, o pobre café brazileiro, é um engeitado, que tem por si apenas as fórmulas sonoras do protocollo. Na Allemanha, o café sempre fizera concurrencia ao cacáo do Sr. Cadbury, e, logo no começo da guerra, chegaram noticias que fizeram roer de inveja o grande chefe da «Cocoa Press.»

«Nas usinas de Essen e em todas as fabricas onde se trabalhava febrilmente na manufactura dos artigos necessarios para os exercitos, o café era consumido em profusão, porque as suas optimas qualidades estimulantes pareciam redobrar as energias dos operarios. Cadbury, que tem sempre sustentado que o cacáo possue identicas virtudes, sem os defeitos que o

potentado de Bourneville attribue ao café, viu logo a opportunidade que se lhe deparava si os seus amigos do gabinete retribuissem a gentileza dos cheques, dados outr'ora nas vesperas das eleições como um favor politico de arromba. E como os desejos de Cadbury nunca ficam por satisfazer, a esquadra ingleza intercepta o café do Brazil e Sir Edward Grey manda archivar as notas amaveis do seu ministro, emquanto pela Hollanda e pela Dinamarca o cacáo entra livremente para a Allemanha...

«Esse episodio do cacáo *versus* café mostra a verdadeira funcção do bloqueio inglez. Intervindo com o seu tremendo poder naval para interromper as relações commerciaes dos neutros com os imperios germanicos e até mesmo para impossibilitar o intercambio de um paiz neutro com outro, a Inglaterra não tem em vista obter resultados militares, mas sim annarchizar o commercio universal, de fórma a poder reorganizar mais tarde em seu proveito a vida economica do mundo.

«As excepções, os favores e as concessões feitas a uns, emquanto que sobre outros recae toda a brutalidade do bloqueio, não exprimem uma falta de orientação politica por parte do governo britannico. Todos esses caprichos e todas essas anomalias teem a sua razão occulta e obedecem a um plano friamente calculado para alcançar certas vantagens definidas.»

E' verdade que essas condescedencias do governo inglez, especialmente para com o algodão norte-americano, em um momento em que as usinas dos Estados-Unidos quasi que não faziam outra cousa sinão fabricar munições para os exercitos alliados, não passaram despercebidas no parlamento ás criticas de alguns imperialistas mais exaltados. O ministro do Commercio, o Sr. Runciman, teve de dar por meias palavras ex-

plicações na Camara dos Communs sobre esse facto, dizendo que o gabinete tinha de fazer distincções relativamente a contrabandos «*conforme as circumstancias politicas de cada caso especial.*»

Effectivamente, a attitude dos Estados-Unidos, desde a primeira hora do conflicto, tornara-se deveras singular, para não dizer eminentemente suspeita aos Imperios Centraes. O rompimento das hostilidades encontrara na Casa Branca um quasi philosopho, o Sr. Wilson, e, na chancellaria, um grande idealista, o Sr. Bryan, pacifista por excellencia, sonhando sempre com as grandes conquistas que a arbitragem poderia conseguir na nossa idade, dado o alto gráo de civilização dos paizes mais poderosos do globo, em contraste com o genio essencialmente pratico, por herança ethnica e pelas influencias mesologicas, do povo *yankee*. Emquanto assim o Presidente da Republica divagava sobre as origens e as consequencias da guerra e o seu secretario de Estado se deixava ingenuamente arrebatar pelas primeiras impressões recebidas, chegando a accreditar, do que mais tarde tão tristemente se arrependeu, que a velha e traquejada Inglaterra entrara mesmo na luta pelos ideaes altruisticos da defesa dos direitos e das liberdades dos mais fracos e do combate ao *militarismo prussiano*,a grande massa dos homens de negocios do paiz, descendentes mais ou menos directos da Velha Albion, comprehendendo logo que a contenda travada era do *commercio pelo commercio*, não vacillava um instante e atirava-se ás mais lucrativas e arrojadas especulações mercantis. E esse furôr de ganhar o mais possivel á custa dos belligerantes tornou-se de tal ordem que ao governo não foi possivel resistir á sua voragem e teve de capitular.

A posição neutral da America do Norte apresentou-se desde então *sui generis*, fazendo lembrar o velho Lamartine,

quando dizia que «a neutralidade era uma hostilidade em reticencias...» E, nessas reticencias, acharam-se os Imperios Centraes que, quer pela sua poderosa organização economica, quer pelas difficuldades do bloqueio, foram, dentre as potencias dos dois blocos em armas, as que menores compradores se puderam tornar.

Vendendo, pois, armas e munições abertamente e em grande cópia á Grã-Bretanha e seus alliados, e concorrendo para o prolongamento da luta e para que os exercitos francezes não fossem desde logo esmagados pela escassez do material bellico, os Estados-Unidos entraram virtualmente na guerra. Não lhes convinha, é certo, um rompimento franco, que tambem não sorria aos interesses immediatos dos Imperios Centraes. A guerra submarina ainda não havia dado a estes a certeza da victoria final, tanto mais quanto tambem não tinham a esse momento assegurado o caminho para o Oriente até ao Golfo Persico, consolidando o seu dominio absoluto em terra.

O torpedeamento, todavia, do *Lusitania* veiu accentuar e fortalecer de vez a politica mercantil da grande republica do Norte. Bryan, de decepção em decepção, muitos mezes embora depois do inicio da sangrenta contenda chegava ás mesmas conclusões das theses do nosso discurso de 26 de setembro de 1914, tão acerbamente criticado então pelos principaes orgãos do seu pensamento na imprensa *yankee*. Retirando-se do governo para salvar os seus principios e os seus ideaes, confessava nobremente que se havia illudido e que, em vez das grandes causas do direito e da civilização, o que ora se disputava nos campos de batalha era unica e exclusivamente uma questão de baixos e inconfessaveis interesses economicos. O governo poderia assim abertamente dar as mãos aos grandes *trusts* das industrias da guerra e ir de conflicto em conflicto

da sua diplomacia até ao rompimento franco de hostilidades com os Imperios Centraes.

Em contraste com essa politica de grandes lucros commerciaes dos Estados-Unidos, as outras Republicas Americanas, de origens ethnicas e tendencias espirituaes bem differentes, deixaram-se imbuir, acima de tudo, pelos seus deveres de *neutros*, na verdadeira e digna accepção da palavra. Si algumas, faça-se justiça, como a Argentina e o Chile, além do desempenho leal e estricto dos seus deveres internacionaes, procuraram tambem aproveitar-se da occasião para reorganizar o mais possivel a sua economia interna e desenvolver solidamente o seu commercio exterior, outras, infelizmente se limitaram apenas a ser espectadoras apaixonadas do conflicto, tomando partidos platonicos por estes ou por aquelles dos belligerantes, e fundando ridiculas ligas de apoio moral até a certos povos que sempre as ultrajaram e que, mesmo em plenas operações de guerra, continuaram a desdenhal-as, submettendo-as aos mais aviltantes vexames e violencias.

Na verdade, quer nas duas casas do parlamento inglez, quer nas assembléas dos notaveis da City ou das Camaras de Commercio do Reino-Unido, para só alludirmos ao que se tem dito na *potencia-leader* da *Entente*, apesar de todas as fraquezas, de todas as condescendencias e de todos os prejuizos que hão tido pelos alliados os neutros, especialmente as republicas sul-americanas, ainda assim uma tal attitude não tem satisfeito ao imperialismo mercantil britannico.

Fallando ainda ha pouco em um grande comicio, Lord Devonport, presidente da Administração do Porto de Londres, dizia que «a obra de Foreign Office consistia principalmente em conservar as sympathias dos neutros. Era, porém, necessario que esse resultado não fosse conseguido mediante o sacrificio dos interesses da nação. A Inglaterra estava pe-

netrada por uma convicção que se não deixaria dissipar, qual a de que o bloqueio tinha de ser tornado mais severo, e que a esquadra precisava gosar da liberdade que só ella sabia exercer.»

O orador allegou ainda que «a Allemanha, de maio de 1915 para cá, havia recebido mais de dous milhões de toneladas de minerio de ferro pelos seus portos, e perguntou si o governo havia feito comprehender aos neutros que a batalha em que a Inglaterra está empenhada era tanto por elles como pela propria Inglaterra.»

Mais positivo e mais desabusado, discutindo a moção do Sr. Benn propondo que se tornasse mais efficaz o bloqueio das costas allemãs, estendendo-o aos paizes visinhos até onde fosse necessario», o Deputado por Liverpool, o Sr. Leslie Scott, affirmava na Camara dos Communs, que era preciso dizer-se a verdade núa e crúa e que, para a Inglaterra, *os paizes neutros não mereciam a minima consideração e que o dever do governo, na escolha entre neutros e belligerantes, era optar invariavelmente por estes, por que os seus direitos estavam identificados com os interesses vitaes do Imperio Britannico*. E, assim se expressando, não escandalizou de certo o representante imperialista os velhos fóros de liberalismo da immensa assembléa a que se dirigia.

E' que, como nos explica o eminente internacionalista chileno, o Dr. Alejandro Alvarez, no seu excellente livro — *A Grande Guerra Européa e a Neutralidade do Chile*, a necessidade de isolar a Allemanha e dominal-a pelo esgotamento fez com que a Inglaterra subvertesse tudo que nitidamente estava especificado em notaveis convenções sobre tão magno assumpto. Em meio da desordem juridica em que lançou os belligerantes sem excepção de um só, no mundo internacional, chegou mesmo a firmar a diplomacia britannica uma nova regra absurda pela qual os *deveres dos neutros* continuariam

a ser os mesmos de sempre, não soffrendo modificação alguma; mas, quanto aos seus *direitos*..., esses ficariam subordinados ás restricções que as opportunidades aconselhassem. Acharam-se assim os paizes que não tomaram parte na luta e que interesse algum alimentavam a não ser o mais rapido restabelecimento da paz, expostos a toda sorte de perigos e de violações á sua autonomia e á sua liberdade de commercio e de navegação.

De facto, seria ridiculo que, em face de povos neutros que, na sua quasi unanimidade não se podem impôr pela força, a Inglaterra ainda se desfizesse em condescendencias e considerações quando, nesta luta de vida e de morte com o Imperio Germanico, uma das principaes revistas londrinas ainda hontem exprimia bem os sentimentos do paiz affirmando que a victoria final deveria ser conquistada custasse o que custasse, fosse como fosse, porque «amanhã, si desapparecesse a Allemanha, não haveria mais um inglez que não fosse rico!»

SEGUNDA PARTE

O BRAZIL E A CONFLAGRAÇÃO EUROPÉA

I

O Brazil e os alliados

Das Republicas da America, si, guardando embora o mais possivel os seus deveres de neutro, ha sido o Brazil o paiz que mais tem procurado agradar pelo seu governo e certos elementos sociaes á Grã-Bretanha e seus alliados atravez da guerra actual, é tambem, diga-se a verdade, o que mais tem soffrido da parte destes. Nem mesmo o Uruguay, apezar da acção poderosa de Luis Herrera, o seu grande internacionalista, e de mais alguns homens notaveis na politica e nas lettras, o tem excedido nas zumbaias e nas condescendencias.

Emquanto, no Chile, as classes dirigentes e as populares porfiavam desde a primeira hora em demonstrar as suas sympathias e enthusiasmos pela causa da Allemanha, chegando a *Gaceta Militar*, orgão dirigido pelas suas mais prestigiosas patentes de terra e mar, a endereçar uma carta-official ao ministro teutonico, que alli se achava acreditado, fazendo votos pela victoria dos Imperios Centraes, o que provocou ener-

gico protesto da França (1); emquanto na Argentina, onde o capital franco-inglez aliás exerce forte influencia, a imprensa, sempre arguta e patriotica, rivalizava com os estadistas e os chefes de partido na dissimulação dos seus mais intimos sentimentos, o que não impedia que o prefeito de Buenos-Aires, o ministro do Exterior e o proprio presidente da Republica fossem acoimados de germanophilos pelos agentes alliados em diversos incidentes internacionaes; e, finalmente, emquanto a diplomacia de Londres e de Paris tentava a todo o transe conseguir que os Estados Unidos, em nome da Doutrina de de Monröe, interviessem no Perú, no Ecuador e na Colómbia para esfriar os ardores pelo Kaiser e chamassem á ordem no

(1) Eis esse importante documento:

« Excellencia ! Neste momento em que a vossa patria passa por tão duras provas, viemos trazer-vos a cordial sympathia e o agredecimento que temos pela Allemanha; primeiro, pelos innumeros e aproveitaveis ensinamentos que temos que agradecer á Allemanha, como nossa mestra em todos os ramos da actividade publica e particular; segundo, pelo carinhoso acolhimento que nos dispensaram S. M. o Kaiser e o governo allemão.

« Nossos officiaes, que tiveram a honra de servir no grande exercito allemão, foram recebidos e tratados como allemães, honra que não tiveram em nenhuma outra nação; por isso estabeleceu-se no coração do povo chileno a certeza de que, em caso de ultraje á nossa patria, por qualquer nação americana ou européa, o poderoso imperio allemão se poria desinteressadamente ao nosso lado. E agora a Allemanha, quasi só, declarou guerra á Europa inteira !...

« Como poderemos ficar indifferentes?

« Devemos, abstrahindo do nosso agradecimento, em todos os casos, prestar homenagem a esta herocidade spartana ! A' mais numerosa e mais trabalhadora de todas as colonias no Chile é a allemã. O principe Henrique da Prussia teve a amabilidade de dizer, aqui e no estrangeiro, que o nosso exercito nada deixava a desejar, comparado com o do seu irmão. Por todos estes motivos, admiramo-nos que até agora, ninguem se tenha manifestado aqui. Talvez para não quebrar a nossa neutralidade... Mas podeis estar certo, Sr. ministro, de que quasi todo o povo chileno está com os allemães, com os bravos entre os bravos, com os heroes dos heroes. Temos certeza de que a victoria final será da nação allemã. Só os bravos conquistam a palma da victoria. Nosso hymno nacional diz o seguinte: « A victoria inclina-se para o vosso lado ». Digne-se V. Ex. receber calorosos agradecimentos do exercito chileno, com a certeza de que o nosso povo acompanha a vossa patria com os seus melhores votos, a sua admiração e o seu agradecimento.»

Mexico o general Carranza — na nossa Patria os receios de melindrar os belligerantes, que haviam ficado dominadores do Atlantico e podiam de uma hora para outra estrangular o nosso trafego maritimo, eram de tal ordem que mais de uma vez nos deram as apparencias de verdadeira parcialidade no conflicto.

Apesar de tudo isso, os vexames e as desconsiderações, que pacientemente havemos supportado, não teem sido poucas nem justificaveis.

E' que, infelizmente, da parte dos alliados, a Inglaterra, pelo menos, vem laborando, a proposito do povo brazileiro, ha mais de noventa annos, em um grande erro historico. O facto de termos tido Lisbôa por metropole fez com que, no *Foreign Office*, jámais nos deixassem até hoje de considerar como um prolongamento, nos habitos e tradições, da nacionalidade portugueza. A nossa independencia, apesar da participação que tomaram os gabinetes de S. James no reatamento das relações das côrtes de Pedro I e D. João VI, para nos tornar logo, indebitamente, devedores de fortes quantias, cujas responsabilidades não nos competiam, não chegou a ser bem comprehendida pelos estadistas que, nos governos britannicos, se foram succedendo. E, apesar da energia, argucia e tenacidade reveladas desde 1823 pela diplomacia nacional, na reacção patriotica contra as successivas e iniquas intromissões dos agentes de Londres na vida intima do paiz, teimaram sempre em nos considerar sob o mesmo aspecto de vassalagem, que acabaram por impor ao desventurado Portugal.

Datam dahi, além dos numerosos conflictos em que, desde então até hoje, nos tem procurado sempre humilhar o governo britannico, as prevenções constantes da nossa chancellaria para com a de S. James e a animosidade radicada no coração popular contra tudo que é inglez, animosidade que tem tido

mesmo em diversas épocas da nossa historia as mais graves explosões.

Com effeito, quem conhece bem a nossa vida internacional, sabe perfeitamente que jámais foram sinceramente amistosas as nossas relações com a Grã-Bretanha. De 1823 a 1850, não tivemos um só anno politico em que se não registrasse um protesto ao menos da nossa parte contra violencias sem nome e inauditos attentados das autoridades britannicas á nossa soberania. Em 1863, a *questão Christie,* durante a qual a esquadra ingleza praticou toda a sorte de depredações, bombardeando os nossos portos, aprisionando os nossos navios e injuriando a nossa bandeira, levava-nos a um rompimento de relações e aos mais vibrantes protestos de indignação perante o mundo civilizado. Seguiram-se as guerras do Prata e contra Lopez, contendas essas em que o poder naval inglez nos causou os mais crueis prejuizos. Vieram depois as *Convenções Consulares,* que nos acarretaram os mais sérios desgostos e tanto prejudicaram o nosso desenvolvimento economico. Ainda nos ultimos dias do Imperio, o genio politico e diplomatico de Cotegipe tentava amenizar os dissabores e as desconsiderações que nos infligira o governo de Londres, entre outras pendencias, no caso Waring Brothers. Finalmente, durante a vida republicana, a má vontade da politica ingleza accentuou-se ainda mais contra o Brazil. Floriano teve de reagir energicamente contra as mais crúas affrontas, dizendo ao plenipotenciario britannico que receberia *á bala* a marinhagem da sua esquadrilha, si tentasse esta um desembarque nesta Capital. Prudente de Moraes passou pelo transe angustioso de ter de protestar altivamente contra a brutalidade com que o governo inglez se apossara da Ilha da Trindade, respondendo-nos insolentemente o gabinete de Londres quando lhe procurámos demonstrar os nossos direitos. Campos Salles, em

pessoa, já eleito presidente da Republica, teve de repellir as mais injuriosas insinuações feitas na *City* á honra e á dignidade do Brazil. Rodrigues Alves, emfim, que, com tanta habilidade e energia, soubera defender durante as negociações do *funding-loan* a soberania do Brazil, acabou fazendo do grande nome de RIO-BRANCO o escudo precioso com que, durante dez annos seguidos, nos soubemos brilhantemente defender, ao mesmo tempo que conseguiamos a entrada da nossa Patria no concerto das grandes nações como uma voz autorisada pela sua cultura e glorioso passado de um povo, sempre devotado ás grandes causas da paz, da liberdade e do direito.

Em face de taes antecedentes, si era perfeitamente explicavel que a causa da Grã-Bretanha não achasse echos muito sympathicos ou applausos muito sinceros na opinião brazileira, como a da propria França, a nossa preconizada *mãe* intellectual, cujas offensas internacionaes, datando tambem da nossa independencia, si não teem sido tão numerosas quanto as inglezas, não se hão revestido de menor grosseria e de menos humilhante desdem, nada justificaria muito menos que tomassemos no conflicto travado outra posição que não a que assumimos e nos declarassemos contra a Allemanha, que jámais nos melindrara ou pretendêra aviltar-nos com as mais descabidas e provocadoras imposições.

Tambem, por nosso lado, não nos seria licito querer persuadir os governos das potencias alliadas de que, a não ser para os effeitos theatraes de sua propaganda nos outros paizes civilizados, deveriam levar a credito as manifestações hypocritas e interesseiras em que se proclamava entre nós o grande enthusiasmo pela sua victoria em tão sangrenta peleja. O Brazil-Official, como o Brazil-Economico, isto é, o Brazil que pensa, raciocina e age, não se move a não ser pelos impulsos do seu tradiccional patriotismo e de seus mais caros interesses

sociaes e politicos. E, onde estiverem esses interesses, estará, como sempre tem estado, a vontade da Nação.

Apesar de tudo, no exercicio da sua neutralidade, solemnemente decretada tres dias após o rompimento das hostilidades, si queixas e reclamações poderia ter levantado a Republica Brazileira da parte dos belligerantes, sem duvida não deveriam partir em caso algum dos alliados e, muito particularmente, da Grã-Bretanha. Seria isso mais do que uma grave injustiça: traduziria um clamoroso sarcasmo.

Já não falando das accusações, articuladas contra as nossas autoridades navaes, quando, atravez das denuncias da legação allemã e dos repetidos avisos e testemunhos dos capitães e passageiros dos navios mercantes, appareciam a cada momento como fazendo vista grossa diante da audacia da esquadrilha britannica do Atlantico, tomando as nossas ilhas dos Abrolhos por ancoradouro permamente e preciosa base de operações, um facto só bastaria para demonstrar a nossa longanimidade quasi criminosa em tudo procurar satisfazer os desejos e até os caprichos do governo britannico.

E' sabido que, em virtude de combate no alto mar, duas unidades da frota ingleza abrigaram-se no porto do Rio de Janeiro, sériamente avariadas. Pouco mais ou menos, pelo mesmo tempo, um cruzador allemão, o *Kronprinz Wilhelm,* ancorava em New-Port-News tambem com estragos, causados por um encontro com outra nau adversa.

Noticiando esta ultima occurrencia, o *Times,* o grande orgão londrino, dizia que o cruzador teutonico chegara com diversas chapas amassadas, fazendo agua e fortemente adornado em virtude de uma collisão com o *Nova Scotia.* Accrescentava que, á vista dos orificios existentes naquellas chapas, produzidos por balas, *as avarias occasionadas em operações de guerra não deveriam por fórma alguma ser reparadas, seja*

de que maneira fosse. E concluia categoricamente que «*por disposição alguma do direito internacional, poderia ser permittido o concerto de qualquer navio belligerante em um porto neutro, especialmente quando a necessidade de taes reparos era oriunda de uma acção de guerra.*»

Pois bem: por uma condescendencia excepcional para com o plenipotenciario da Inglaterra, o governo brazileiro contrariava tão salutar doutrina, sustentada pelo *Times;* e, fazendo o que nação alguma neutra fizéra até então nem fez até hoje, consentia que os dois cruzadores britanicos, o *Glascow* e o *Carnavon*, feridos na terrivel batalha em que se empenharam com a esquadrilha allemã, levassem longos dias em um dos diques da bahia de Guanabara, pondo-se de novo em estado de combater, se artilhassem outra vez e sahissem garbosamente barra afóra.

Commentando o caso, assim generosamente se exprimia a *Wileman's Review*:

«Na verdade, comparando a interpretação do direito internacional que faz *The Times* com a applicação della feita pelo governo brazileiro, nos casos do *Glascow* e do *Carnavon*, é forçoso admittir que o governo britanico tem justo motivo para ser grato e demonstral-o effectivamente quando se tratar do interesse do Brazil» (1).

Infelizmente, não se tornaram uma realidade os votos de reconhecimento e gratidão do illustre director da *Wileman's Review*. Esse acto imprudente, embora gentil, do ministro da Marinha, bravo e cavalheiresco almirante, imbuido ainda como todos os nossos velhos e gloriosos marujos, do precon-

(1) Comparing « The Times's » interpretation of international law with its application by the Brazilian Government in the case of the Glasgow and Carnarvon, it must be admitted that the British Govermment has some reason to be grateful and td stretch a point occasionally in the treatment of Brazilian interests. (« Welemans's Review », — May — 11 th — 1915.

ceito fethchista da intangibilidade do poder naval inglez, não foi devidamente levado em conta, como tudo fazia esperar, pelo gabinete de S. James. E, como uma cruel antithese, justamente no momento em que tão fidalgamente assim procedia o chefe supremo da nossa Armada, era ella achincalhada em Londres, quer por um dos seus mais autorizados jornaes, quer em uma publicação, feita sob os auspicios dos estadistas de S. James e sob a directa acção da *Censura da Guerra*.

Commentando acremente esses insultos atirados sobre a marinha brazileira, fazendo até passar os seus mais dignos officiaes como uns vendidos aos allemães, assim se exprimia de Londres o correspondente do *Jornal do Commercio,* no momento mesmo em que este passava por ser um dos jornaes do Rio de Janeiro mais intimamente jungidos aos interesses dos alliados:

« Apezar de escrupulosa neutralidade observada pelo governo brazileiro e não obstante as manifestções de sympathia feitas no Brazil em favor da causa dos alliados, a imprensa ingleza, nestes ultimos mezes, tem mostrado uma crescente má vontade contra o Brazil, cujo credito não perde occasião de atacar. Sem exaggero se póde dizer que actualmente o Brazil é o unico paiz neutro que é violentamente criticado na Inglaterra e aquelle sobre o qual parece se accumular toda a má vontade que, por evidentes motivos de ordem politica, a Inglaterra tem de disfarçar no caso de outros neutros. Mesmo as mais pequenas nações neutras têm sido tratadas com alguma consideração; e ha claramente um desejo, aliás muito natural, de não irritar neste momento quem não esteja francamente ao lado dos inimigos da Inglaterra. Comtudo, o Brazil, que tem *ligas pelos alliados* e que é talvez dos paizes neutros o que se tem adeantado mais em demonstrações de sympathia pela causa de que a Grã-Bretanha é a principal

defensora, não gosa dessa immunidade e soffre constantemente as criticas injustas, os insultos e os commentarios mais absurdos ou mais malevolos sobre a sua situação e sobre o seu futuro.

«Além do ataque systematico, deliberado e calculado, que se faz nas secções financeiras da imprensa contra o nosso credito, insinuando ao publico que o Brazil nunca se levantará da crise que atravessa e que pode ser incluido entre os paizes irremediavelmente perdidos, ha uma outra propaganda, talvez ainda mais curiosa, para a qual convém chamar a attenção, porque ella parece ter um objectivo politico definido. Refiro-me á repetição constante de que o Brazil é um paiz dominado pelos allemães e que estes fazem o que bem lhes parece na nossa terra. Ha muitos annos que se repete na Inglaterra essa historia da influencia allemã no Brazil; mas, desde o principio da guerra, a divulgação dessa idéa falsa é feita com methodo e com tenacidade, como se houvesse por detraz della um plano preconcebido. Não ha muitos mezes que o *Daily Chronicle*, que é o mais influente dos orgams liberaes e cujas relações com o primeiro ministro e com o Sir Edward Grey são muito conhecidas, publicou a proposito das manobras dos teuto-americanos nos Estados Unidos um longo artigo no qual, sem a minima opportunidade, o articulista introduzia a questão de influencia allemã no Brazil. O ponto, que o collaborador do *Daily Chronicle* queria accentuar perante o publico, era que a quasi totalidade da população branca do Brazil era formada por allemães e que estes eram os senhores absolutos do nosso paiz. Tendo sido chamada a attenção do autor desse artigo para o ridiculo absurdo da sua proposição, elle voltou á carga com o intuito de provar que os allemães dominavam o Brazil, não mais pela sua esmagadora superioridade numerica, mas sim por serem superiores aos brazileiros de outras origens.

Aos allemães devia-se todo o progresso do Brazil e, por isso, tinham nas mãos, não sómente a supremacia politica, como a maior parte da riqueza accumulada do paiz. Qualquer pessoa que tenha o mais ligeiro conhecimento do Brazil pode avaliar o absurdo dessas affirmações; comtudo, ellas continuam a apparecer na imprensa ingleza, tanto de Londres como das provincias, com uma insistencia que indica claramente que, por detraz dessas grotescas fabulas sobre o nosso paiz — descripto como uma terra habitada por negros e mulatos e onde um pequeno numero de allemães monopolisa a civilização — ha um objectivo que alguem, que tem nas mãos os meios de fazer repetir essas historias na imprensa de todo o paiz, pretende attingir.

« Não deixa de ser curioso notar que a insistencia em apresentar o Brazil como um paiz germanico, colonizado por allemães e cujo progresso é devido exclusivamente aos allemães, coincidiu com o principio das grandes victorias dos austro-allemães no theatro oriental da guerra e com a verificação de que uma victoria militar dos alliados se tornava mais improvavel de dia para dia. E a coincidencia ainda se torna mais interessante si observarmos que, simultaneamente com as derrotas russas na Galicia e na Polonia, surgiu na Inglaterra uma corrente de opinião pacifica, que insiste sobre a necessidade de « desviar da Europa para outros pontos do globo a actividade imperialista da Allemanha, sustentando que sómente por meio dessa diversão será possivel evitar uma outra guerra no futuro.» E' possivel que não haja a minima relação entre o pensamento dos que se querem libertar da ameaça germanica, lançando-a sobre outrem, e a insistencia da influencia germanica no Brazil e em querer convencer o publico inglez de que a nossa terra já é de facto uma semi-colonia allemã.

«Mas, tendo chamado a attenção para essas curiosas manobras, em que é possivel que as pennas dos jornalistas sejam movidas por outras forças, passarei a tratar de uma nova e calumniosa critica feita ao nosso paiz. Não se trata neste caso de um jornal, mas sim de um livro publicado para ser divulgado entre uma grande massa de leitores. Uma casa editora de Londres, a «Gresham Publishing Company», está publicando, sob o titulo de «The Great World War», uma narrativa popular dos acontecimentos. Essa chronica já se acha em cinco volumes e, no sexto, que acaba de sahir, ha um capitulo sobre a actividade dos corsarios allemães, em que o autor, procurando explicar os motivos que facilitaram ao corsario allemão *Kronprinz Wilhelm* destruir no Atlantico Meridional varios navios inglezes, faz ao nosso paiz e ás nossas autoridades navaes accusações calumniosas, que são tanto mais infames quanto toda gente sabe que, si o governo brazileiro tivesse sido menos escrupuloso no desempenho das suas funcções de manter a neutralidade das nossas aguas, os allemães teriam dado que fazer aos inglezes.

«O collaborador do livro publicado pela «Gresham Publishing Company, affirma que o *Kronprinz Wilhelm* recebeu carvão «nos remansos existentes na costa do Brazil ao sul do cabo de S. Roque», littoral este que elle diz ser em grande extensão apenas visitado por «tribus de indios nomades».

«Para facilitar essas manobras clandestinas, o *Kronprinz Wilhelm* contava com o auxilio e com a inevitavel influencia dos allemães do sul do Brazil», embora o escriptor inglez não explique muito bem como os colonos de Santa Catharina podiam fornecer carvão ao corsario allemão que navegava nas alturas de Pernambuco. Mas o meio como essa influencia se exercia é explicado com toda a clareza. As autoridades navaes prestavam-se a auxiliar os allemães, e, para que nin-

guem possa ter duvidas sobre os moveis dessa cooperação, elle nos diz que «a corrupção universal dos funccionarios publicos na America do Sul colloca os serviços desses homens á disposição de quem lhes quizer pagar».

«Realmente é doloroso que, quando o nosso Governo, com o auxilio da nossa marinha de guerra, foi infatigavel em assegurar a mais absoluta neutralidade nas nossas aguas territoriaes, uma casa editora ingleza proclame *urbi et orbe* que as nossas autoridades navaes foram peitadas pelos allemães».

«Para tornar o insulto, dirigido ao Brazil e á sua marinha de guerra, mais pungente, ha uma circumstancia digna de nota. Ninguem ignora que a esquadra de von Spee violou a neutralidade chilena e que, graças ao uso das aguas territoriaes da Republica do Pacifico, conseguiu obter certas vantagens contra os inglezes. E' certo que os chilenos não tiveram culpa disso e que fizeram o possivel para manter a sua neutralidade. Mas o facto é que alli houve violações de aguas territoriaes, que não tiveram logar no Brazil. Comtudo, o escriptor, que não se envergonha de lançar lama sobre as nossas autoridades navaes, faz timbre em accentuar que o governador de Juan Fernandez cumpriu o seu dever intimando o *Dresden* para se fazer ao largo e em elogiar a attitude do Chile. A um brazileiro é sempre agradavel lêr um elogio ao Chile, mas neste caso o elogio parece ter sido posto de proposito para tornar mais cruel a infame calumnia atirada contra os chefes da nossa marinha de guerra.

«Em um paiz em que o hespede de um hotel, a quem roubam o relogio, não póde fazer uma queixa publica sem ter provas, afim de não prejudicar o credito da casa, é verdadeiramente assombroso que se publiquem calumnias ignobeis, como esta, contra a honra de officiaes de uma marinha

que tem perto de um seculo de honrosas tradicções. E o que torna o caso mais grave é que, diante das disposições do *Defence of the Realm Act*, tudo o que se publica sobre a guerra tem de ser submettido á censura militar. Foi, portanto, com o visto dos fiscaes do Ministerio da Guerra e do almirantado que a «Gresham Publishing Company» mandou para o prelo a pagina em que se faz contra a honra da nossa marinha essa insinuação falsa, miseravel e covarde.

«O Brazil não esperava, e não podia esperar gratidão por ter cumprido com tanto rigor os seus deveres de neutro. Mas um paiz, que sempre foi amigo da Inglaterra e no qual tantos inglezes trabalharam, enriqueceram e onde ainda hoje a opinião publica desinteressadamente se manifesta em favor da Grã-Bretanha, tinha direito de esperar que as autoridades britannicas, que exercem hoje a fiscalização do que se publica sobre a guerra, impedissem a divulgação de uma calumnia. E isto era tanto mais justo quanto as autoridades inglezas sabem muito bem que a infame accusação, feita ás autoridades navaes brazileiras pela «Gresham Publishing Company», é inteiramente destituida de fundamento».

Mas não fôra sómente o insuspeito representante do *Jornal do Commercio* na capital britannica o unico brazileiro a insurgir-se contra tão brutaes aggressões. Diante da insensibilidade da nossa legação, outras vozes se levantaram mesmo em Londres patenteando as injustiças atrozes de que eramos alvo. Difficilmente, conseguiram, é verdade, vêr traduzidas em lettra de fôrma as suas cartas de protestos; mas, no fim de contas, algo se disse em nosso favor.

O effeito, todavia, produzido na opinião nacional por tão estupidos aleives fôra de tal ordem que o plenipotenciario inglez, acreditado junto ao Governo brazileiro, se sentiu forçado a procurar explical-os em uma carta que, enderaçada

ao nosso Ministro da Marinha, é um flagrante delicto, verdadeiramente lastimavel, de inepcia e pouco tino diplomatico.

Na verdade, si as regras de neutralidade, decretadas pela nossa chancellaria, já tinham servido para severa lição que nos inflingira indirectamente a Colombia na réplica á nota do ministro inglez, quando este insinuára a sua adopção pelo governo de Bogotá, por outro lado a sua singular applicação no caso do *Glascow* e do *Carnavon*, que, nas dócas do Rio de Janeiro, repararam livremente as avarias de guerra, bastaria para nos ter assegurado, senão o reconhecimento eterno dos gabinetes de S. James, ao menos um abrandamento sensivel nos rigores e no desprezo com que, ha longos annos, invariavelmente nos vem tratando.

Ainda é de hontem a funda irritação, levantada em Tokio e outras cidades nipponicas, quando, durante a guerra russo-japoneza, o governo de Paris fôra accusado de quebrar a neutralidade por permittir que a esquadra do Baltico permanecesse em aguas de Kamrahu-Bay, no Tonkin francez, onde se presumira estarem sendo abastecidos outros navios da marinha moscovita. A questão foi fortemente agitada.

A diplomacia franceza defendeu-se mostrando que as suas declarações de então eram identicas ás que fizera ao irromper o conflicto hispano-americano. Da mesma fórma que *sempre procedêra a Grã-Bretanha*, «*não seria permittido tambem a navio algum belligerante demorar-se em porto francez, adquirir armamento e munições ou executar, sob pretexto de reparos, qualquer trabalho que viesse restabelecer ou augmentar as suas condições de capacidade bellica.*» (5)

(5) Em relatorio de 2 de março de 1905, dirigido ao almirante Julio de Noronha, então Ministro da Marinha do Presidente Rodrigues Alves, e nosso adido naval no Japão, capitão-tenente Sampaio, occupou-se detidamente desta questão. Uma cópia desse relatorio foi enviada ao Barão do Rio-Branco que nos incumbiu de estudar o assumpto, emittindo parecer.

Ora, apezar de romper assim com todas as praticas estabelecidas em direito internacional e com as nossas proprias tradições diplomaticas para ser agradavel á Inglaterra, não logrou o nosso governo proveito algum.

Logo em seguida, com uma aspereza inqualificavel, negava-se o governo britannico a satisfazer um pedido muito simples do nosso Ministerio do Exterior para que os vapores *Birkhall* e *Lannagton* transportassem um certo numero de toneladas de carvão destinadas á Estrada de Ferro Central. As explicações, com que Sir Edward Grey procurou justificar a sua recusa, foram mesmo tão esfarrapadas que nos causam vegonha em divulgal-as. E, commentando o facto, escrevia respeitavel orgam de nossa imprensa:

«Favores insignificantes, minimos obsequios que são usados pelas chancellarias como lubrificantes da machina diplomatica, concessões e transigencias, que não compremettem e que se fazem a todos os governos, de nada disso o *Foreign Office* julga o Brazil merecedor. O ultimo *não* secco e rispido, com que Sir Edward Grey fechou o caso do *Birkhall* e do *Lannagton*, é apenas um novo élo na interminavel cadeia de humilhações e de provas de pouca sympathia com que a Inglaterra nos tem tratado durante a guerra, apezar das generosas e excessivas manifestações de amisade, que o nosso Governo lhe tem dispensado no tocante á observancia das regras de neutralidade.

«E' possivel que, ao nosso ministro em Londres, deva caber uma parte não pequena da responsabilidade por essa lamentavel série de insuccessos diplomaticos. Mas seria uma injustiça tornal-o principal culpado pelo tratamento que temos recebido da Grã-Bretanha. Hoje, o prestigio pessoal dos chefes de missão raramente póde supprir as deficiencias decorrentes da inferioridade da posição internacional. em que o seu go-

verno se deixa ficar. A Inglaterra conculca os nossos direitos e sacrifica desdenhosamente os nossos interesses, porque o Governo brazileiro não tem sabido fazer com que o poder inglez nos respeite, nem mesmo dentro do territorio da Republica. Os consules inglezes attribuem-se prerogativas de jurisdicção extra-territorial, que apenas são toleradas nos paizes orientaes, sujeitos ao regimen das capitulações ottomanas. O ministro britannico, julgando que é ainda representante de sua majestade junto ao rei de Sião e confundindo o Rio de Janeiro com Bangkok, intervem em negocios meramente administrativos, que escapam á esphera diplomatica, e pretende fazer descortezes e incorrectas imposições ao ministro da Viação. Deante de tudo isto, o governo permanece inerte e impassivel.

« Como esperar que, nestas condições, a nossa legação em Londres possa ter prestigio para obter do *Foreign Office* mesmo os pequenos favores, que a chancellaria britannica não recusa a nenhum outro neutro? »

Effectivamente, a Inglaterra, mesmo agora, atravez de todos os apuros que, com os seus alliados, está soffrendo nesta horrenda peleja, tem continuado a ter para com os nossos homens e os nossos negocios a mesma politica dura, desdenhosa e absorvente que jámais alterara em face do Brazil-Colonia e do Brazil-Imperio, como do Brazil-Republica. E essa politica, que jámais teve coração nem consciencia, desde o leonino tratado de commercio de 1827 ao *bil Aberdeen* e da *questão Christie* á tomada da Trindade e ás ameaças de 1898, 1910 e 1914, não visa outro escopo, desde a primeira hora do actual conflicto, a não ser levar-nos por uma serie de pressões, cada qual mais cruel e aviltante, a quebrarmos a nossa neutralidade e cavarmos para sempre a nossa ruina economica, politica e financeira no continente.

II

A pressão moral — A invasão da Belgica e as barbaridades Allemães

O primeiro cuidado do governo inglez, ao romper a guerra, foi segundo a sua velha praxe, fazer desencadeiar uma impiedosa e ininterrupta campanha de difamação em todos os pontos do globo sobre os seus inimigos.

A invasão da Belgica pelos allemães proporcionou-lhe o thema inicial para essa propaganda que, sustentada a peso de ouro pelo telegrapho e na imprensa dos paizes estranhos, tocou logo aos mais incriveis absurdos e desceu aos mais desabridos e ignobeis insultos.

Emquanto se começou assim a celebrar em todos os tons a epopeia do povo belga e do seu Rei, novos heroi-martyres do seculo XX a deffenderem stoicamente a honra e a integridade da sua patria e a resistirem bravamente, embora tomados de surpreza, ás hordas sanguisedentas do exercito germanico, ainda mais repulsivas dos que os *hunos* da idade média pela sua ferocidade e suas barbarias, a Grã-Bretanha surgia como

a eterna deffensora dos fracos e dos opprimidos, a doce Albion de todas as éras a fallar sempre em nome do direito, da liberdade e da civilização, e como um abnegado Anjo da Guarda, a correr agora em soccorro das pequenas nações cuja soberania, como a sua visinha da Mancha, se compromettera a garantir em solemnissimos tratados, naquelle momento reduzidos a farrapos pelas tropas do *Kaiser*.

Todo o mundo civilizado, na verdade, estremecia naquelle instante de panico e de terror. A conflagração européa desabára para as grandes massas populares como uma subita e tremenda catastrophe. Era como si, da noite para o dia, um terremoto abalasse o universo inteiro.

A primeira impressão foi assim, por toda a parte, profundamente desfavoravel á causa dos Imperios Centraes. O *martyrologio da Belgica* conseguiu sensibilizar milhares e milhares de corações entre as classes menos cultas de todos os continentes. Na America do Sul e, entre nós, especialmente, o sentimentalismo classico do brazileiro teve vibrações fortissimas. A resistencia heroica de Liège, a destruição estupida de Louvain, a profanação selvatica dos templos e das obras de arte, symbolizando o que o culto e a esthetica possuiam de mais sagrado e fino, o arrazamento das cidades, das aldeias e dos campos, o morticinio das mulheres e das crianças, tudo isso, declamado nos mais emphaticos diapasões e descripto nos mais negros e nefandos quadros, não poderia deixar de emocionar, como, de facto, emocionou, as almas simples e bem formadas das populações dos neutros. E, si as lições amargas do passado faziam não se confiar muito nesse altruismo, tão apregoado, dos inglezes, entrando na luta só para defender os direitos e a autonomia de tão pequeno quão valoroso paiz, a França, a gloriosa França da Revolução de 89, a *mãe espiritual do mundo latino*, ameaçada tambem de ser exterminada

pelos gladios brutaes dos barbaros teutonicos, fallava de longo a todos os corações, impulsionados a cada instante pelos telegrammas em que todos os horrores e carnificinas, attribuidos ás hostes germanicas, eram tragicamente descriptos e commentados atravez das mais indignadas e vibrantes maldições...

Só mais tarde, depois da publicação dos documentos diplomaticos encontrados nos archivos de Bruxellas, e da reacção que, na propria Inglaterra, se começou a sentir na opinião publica e forçou o proprio governo a confessar que, acima da defesa da integridade da Belgica, o que o fizera entrar na guerra, fôra os interesses superiores do commercio britannico, é que a verdade dos factos poude surgir em toda a sua exuberancia. Os effeitos, todavia, da grande campanha de diffamação contra os processos guerreiros dos Imperios Centraes, estavam em boa parte tirados; e, em muitos espiritos, só difficilmente se foram apagando as impressões dos primeiros momentos.

Entre nós, no Brazil, assim aconteceu. No prefacio que escrevemos para a edição portugueza da famosa obra de Conan Doyle, o popular escriptor inglez, intitulado *O Crime do Congo ou as Barbaridades dos Belgas*, tivemos ensejo de descrever o que se passou no espirito publico do paiz ao rebentar a guerra.

«Quando chegaram ao Brazil, escreviamos nós, as primeiras noticias de que as tropas allemãs se dispunham a atravessar o territorio belga, afim de invadir a França, não faltou, entre nós, quem se enchesse de enthusiasmos pueris e exaggerados pelo gesto quixotesco e, aliás, muito contestavel em seus nobres intuitos, do rei Alberto, oppondo-se á passagem dessas grandes massas guerreiras, e censurasse a attitude prudente, embora digna, do governo do Luxemburgo, limitando-se a um energico e formal protesto, perante o mundo civilisado, uma vez que não possuia elementos bellicos

capazes de impedirem, atravez dos seus dominios, as marchas forçadas dos exercitos teutonicos. O fogoso successor de Leopoldo II, de famigerada memoria pelas suas dissipações no continente e crueldades na Africa, sacrificando estupidamente os seus soldados e o seu povo, em uma luta em que nada tinha a lucrar e tudo a perder, e directamente concorrendo com o seu orgulho doentio e genio arrebatado para a destruição das cidades, dos campos, dos monumentos, de todas as riquezas, emfim, da sua Patria, passou a ser um heroe e, logo depois, um martyr, nas cordas do sentimentalismo mal comprehendido de certos brazileiros, pouco lidos e ainda menos avisados. A figura serena e nobre da excelsa soberana do Luxemburgo, salvando os seus subditos e as suas cidades de um exterminio imminente, si se atirasse á aventura ridicula de uma resistencia inutil, e exigindo, desde logo, todas as garantias solemnes sobre a integridade do seu territorio, não impressionou, em o nosso paiz, sinão áquelles que sentem de perto as tremendas responsabilidades do que valem a paz interna e as liberdades civicas de um povo, e comprehendem o crime enorme de quem ousa destruir, por um impulso momentaneo de estulta vaidade ou de grotesca bravura pessoal, a obra lenta e portentosa das gerações extinctas em prol da grandeza e prosperidade de uma Nação.

Os dominios do rei Allberto eram uma passagem forçada nesta luta tremenda, ou para os allemães, ou para os francezes, ou, finalmente, para as proprias forças britannicas de desembarque. O que fez o rei da Belgica não foi defender o seu paiz, que não perigava: o que quiz, foi tomar parte na contenda ao lado dos alliados; o que visou, desde logo, foi mover tambem a guerra á Allemanha.

Vencido em breve tempo por lhe faltarem a França e a Grã-Bretanha com os recursos promettidos, expulso do seu

reino e impopularizado naturalmente nas massas, uma vez passada a vertigem collectiva dos primeiros dias de combate, deante da realidade brutal de tantas desgraças e devastações, devidas a um capricho real, tão funesto quão pretencioso, urgia attrahir a piedade humana de todas as partes do mundo civilizado para o pequeno e valoroso povo, assim tão cruamente desbaratado, reduzido á penuria e tornado prisioneiro de guerra.

Surgiram então as *barbaridades allemãs*. Os exercitos de Guilherme II, fortes pela disciplina, pelo preparo technico e, acima de tudo, pela cultura individual do soldado, passaram a ser descriptos como cohortes sanguisedentas e desordenadas de cambiaes, a assaltarem ferozmente cidades, villas e campos, matando, a torto e a direito, homens, mulheres e creanças, commettendo toda a especie de brutalidades, roubos, estupros, assassinatos e degolamentos e, como requinte de crueldade, mutilando creancinhas indefesas e cortando-lhes as mãos para que jamais pudessem pegar em armas contra os Estados germanicos !

Ao ler, todavia, os primeiros despachos, em que as agencias telegraphicas alliadas, monopolizadoras dos cabos entre o velho Continente e o novo, annunciaram essa serie hedionda de attentados attribuidos ás tropas do Kaiser, não deixou de haver, com certeza, quem, como nós, se recordasse de haver já tido conhecimento de delictos semelhantes imputados aos proprios belgas quando, sob pretexto de assistencia moral e material aos habitantes do Congo, acabaram por implantar, nessa vastissima região africana, o que o consul inglez Casement chamou *a mais monstruosa escravidão de que houve até hoje noticia, na historia da humanidade.*

Recordamo-nos então de que, quando estivemos em França, em 1909, era a nota sensacional do dia, interessando

a todos os escriptores e servindo de thema aos mais ardentes protestos de indignação das almas bem formadas e philantropicas a versão franceza então divulgada do famoso livro do illustre escriptor inglez, A. Conan Dyole — O CRIME DO CONGO, — livro que comprehendia todos os documentos officiaes, relatorios de consules e missionarios, narrativas de viajantes e exploradores, pareceres de commissões internacionaes de inquerito, testemunhos insuspeitos de notabilidades inglezas, americanas, allemãs, suissas, francezas, italianas e suecas, comprovando todas as inauditas e inacreditaveis *barbaridades* praticadas pelas autoridades belgas e seus agentes contra os infelizes indigenas daquella extensa região africana.

A obra impressa pela *Societé d'Edition et de Publicacion, rue de l'Odeon 13,* em Paris, fôra exposta á venda pela conhecida livraria *Felix Juven.* Milheiros de exemplares esgotaram-se em poucos dias. A propria capa do volume, capa que sahiu reproduzida na edição brazileira, era suggestiva. Ostentava a photographia de uma menina congolesa mutilada pelos soldados belgas. Haviam-lhe decepado a mão direita e o pé esquerdo, para forçarem os seus paes a trazer, na semana seguinte, maior colheita de cautchuc para o thesouro particular do rei da Belgica, pois essa parte do Congo era o Dominio Privado da Corôa. A figura da mutilada denunciava o seu intenso soffrimento e commovia ainda mais os corações pela etiqueta que a sublinhava com estes ironicos e pungentes dizeres: *Comment vous me protegez?*

A alma parisiense é, por indole, susceptivel dos mais exagerados transportes. A traducção franceza do *Crime do Congo,* desvendando todas as torpezas e crueldades commettidas na Africa pelos governadores belgas e seus sequazes, com apoio e protecção, mesmo escandalosos, do rei, emocionou fundamente os animos. Os auxilios a *comités*, organizados princi-

palmente na Inglaterra e nos Estados Unidos para a defesa e libertação dos indigenas, sociedades que chegaram a ser creadas até mesmo em Bruxellas, choveram de todos os lados. Formaram-se ligas abolicionistas e o movimento contra a escravidão dos congoleses, mantida pelo monarcha belga em pleno seculo XX, cresceu tanto que houve quem accusasse o governo do reino de subornar uma parte da imprensa para fazer a sua defesa ou, pelo menos, silenciar deante dos clamores levantados na Republica Franceza, echos sem duvida da campanha iniciada na Grã-Bretanha e na America do Norte.

Quando o telegrapho nos annunciou assim, em fins de 1910, que a Sociedade Anti-Esclavagista de Bruxellas havia solemnemente protestado contra os massacres do *Satelite*, attribuidos ao governo brazileiro (1), pagina negra, sem duvida, da nossa historia politica, procuramos explicar o facto a muitos que se admiravam de haver, ainda, em plena civilização européa, a necessidade de associações desse genero, recordando-lhes algumas paginas do livro de Doyle e mostrando-lhes que, emquanto se nos afigurava, com a lei de 13 de maio de 1888, termos dado o ultimo golpe na escravidão legalizada pelos povos cultos, na Belgica era a propria dynastia que, naquelle anno, implantava de vez a maldita instituição no Congo, sob o indigno fundamento de prestar assistencia e protecção ás tribus, até então felizes e doceis que o habitavam.

Ao romper, porém, a conflagração européa, novamente nos vieram á memoria os interessantes documentos corajosamente

(1) Essa propaganda contra nós fôra devida principalmente aos artigos em que o Sr. Hannotaux que, depois de haver, como ministro de seu paiz, organizado em 1905, uma expedição para nos tomar Amapá, vive hoje á banquetear-se em Paris com os nossos diplomatas e politicos, alli de passagem, chamava então o Brazil um paiz de negros e selvagens, que estavam necessitando de ser « policiados pelas potencias européas » (sic).

divulgados por Doyle, chamando á civilisação o governo da Belgica e levantando, contra os seus cruentos processos de explorar o cautchuc no Continente Negro, o clamor indignado de todos os povos cultos da Europa e da America.

As descripções dos attentados, attribuidos ás tropas allemães pelas agencias telegraphicas alliadas, não eram, as mais das vezes, senão copias servis de trechos do livro do eminente escriptor e philantropo inglez, acima citado. Havia então episodios que eram de tal cruesa e estupidez que só se justificariam mesmo pela influencia do meio, nas visinhanças das hordas de cannibaes da Africa. Mas, quando, semanas depois, os despachos francezes passaram a nos descrever as *mutilações feitas em innocentes e indefesas creanças*, como castigo aos paes e para que jamais pudessem pegar em armas contra o dominio do Kaiser, luz completa se fez em o nosso espirito e ficamos convencidos firmemente de que taes telegrammas eram fantasticamente elaborados, tendo os seus redactores em frente a obra de Doyle, o tremendo libello dos consules, dos missionarios e dos viajantes inglezes, americanos, suissos, italianos, suecos e francezes, contra o systema nefando de governo, pela escravidão e pela morte, usado no Congo pelos governadores, officiaes e soldados do rei dos belgas.»

Este genero, aliás, de campanhas diffamatorias em tempo de guerra, si se reputa uma invenção dos inglezes, não ficou sendo um privilegio seu.

Da mesma fórma que, para derrocar os planos imperialistas de Leopoldo II imaginando dilatar os seus dominios na Africa em um Estado maior do que a França, os gabinetes de Londres e de Paris moveram a celebre campanha contra as *barbaridades dos belgas* no Congo, e, para desbancar o imperialismo gaulez do Egypto e desmoralizar os seus projectos de expansão na Africa, os jornaes inglezes, reflectindo-se nos

norte-americanos, allemães, italianos, belgas e hespanhoes, viveram mezes seguidos a desvendar as *horriveis atrocidades dos francezes na Argelia e em Madagasgar*, assim tambem os jornaes parisienses, inspirados de perto pelos seus governos, não cessaram um segundo, durante a guerra da Grã-Bretanha contra os *boers* para se apoderar dos seus riquissimos territorios do sul da Africa, de denunciar os *inominaveis massacres e as satanicas torturas*, praticados pelas tropas inglezas contra as cidades e os prisioneiros, e as mulheres e creanças daquelle desventurado e heroico povo.

Em Paris, chegou-se mesmo a editar uma polyanthea — *Paris-Pretoria* — collaborada pelos mais eminentes homens de lettras e politicos da França, alguns dos quaes actualmente partidarios enthusiasticos de Lloyd George. Nessa publicação, Denys Cochin, o conhecido propagandista da *Entente* na Grecia, escrevia:

« Ninguem na França e na Europa póde lamentar o sangue que corre actualmente dos melhores inglezes e destes se apiedar: a causa desses homens é por demais abominavel.»

Boudenott, deputado pelo departamento de Pas de Calais, accrescentava:

« A Inglaterra não se importa com as leis da guerra; ella age de accôrdo com o principio barbaro: A força pretere o direito.»

Morinand, deputado, por Constantine, na Argelia, era mais feroz e simples: « é a industria do roubo, do assedio e do saque.»

Não menos rudemente se mostrava Baudry-d'Asson, deputado pela Vendéa:

« Si eu fosse vinte annos mais moço, em vez de perseguir os javalys de minha terra natal, me dirigiria com meus cachorros para o Transvaal afim de dar caça aos inglezes.»

Fallava em seguida Rivet, deputado por Isèse:

«*Auri sacra fames*», vergonhosa ancia por ouro e avidez por conquistas; uma louca ambição por uma gloria manchada de sangue, o exterminio dos fracos, o desprezo ao direito das gentes, a negação da justiça, taes são as abominações e os crimes dos inglezes.»

Rispal, deputado pelo Sena Inferior, ainda mais ferozmente o secundava:

«Os inglezes, verdugos dos boers, deveriam ser desterrados e banidos de todas as nações civilizadas.»

E, finalmente, Ribot, o celebre ministro das finanças que é hoje o mais submisso servidor da Inglaterra, rematava:

«Essa é a Inglaterra; um paiz com o qual nenhuma nação civilizada póde sympathizar» !

Recordando ainda agora, esses factos e demonstrando quão imbecis foram aquelles que ingenuamente acreditaram, não só nas *barbaridades dos allemães* na Belgica, como na entrada magnanima da sua Patria na guerra, escreve com grande independencia de vistas e admiravel desassombro, o eminente publicista britannico, Sir Bernard Shaw:

«De facto, o que me custa comprehender, é que os não-inglezes, que não estão cégos pelo patriotismo nem influenciados pelo interesse nacional, subitamente descobrissem virtudes e desinteresse na Inglaterra, a quem ha poucos annos chamavam a «Perfida Albion» e accusavam de hypocrita e mercenaria — desde que ella combate ao lado da França. O gallo francez serve-lhe de catavento. O vento agora sopra deste lado da Mancha. Eu me lembro dos jornaes francezes contarem atrocidades inglezas no Transvaal, como agora contam atrocidades allemãs na Belgica, e vi a famosa caricatura de «L'Assiette au Beurre» na qual a rainha Victoria era representada numa situação em que nunca um estranho

viu a decorosa senhora, e o presidente Kruger numa attitude energica, mas indelicada (1).

«O interesse da Inglaterra pela Belgica não a impediu de falar nas atrocidades belgas no Congo, quando de facto a unica atrocidade comprovada era a de terem os belgas praticamente guardado para si o commercio da borracha. Em 1884, na Conferencia de Berlim, a Inglaterra ajudou a Associação Internacional do Congo a espoliar Portugal da riquissima região da bacia do Zaire. Com a condição de manter a porta aberta ao commercio inglez, auxiliou a conversão da Associação Internacional do Estado Livre do Congo. Mas, como o sagaz rei Leopoldo, por um habil systema de concessões em que interessou capitaes americanos, tornasse o Congo absolutamente belga, em vez de baldio para uso de todos, levantou-se a campanha das atrocidades, que tanto serviram para a occupação do Egypto como servem agora para a campanha de França; e, quando a Belgica annexou o Congo, a Inglaterra recusou-se a reconhecer o acto até que, em vista da intemerata pertinacia do governo belga, teve de acceitar o facto consumado.

«A Inglaterra não garantiu a neutralidade da Belgica por amor á Belgica, como não occupou o Egypto ou conquistou o Transvaal por amor ao Egypto ou aos boers. De facto, a neutralidade da Belgica foi garantida pela França porque a não queria ver nas mãos da Prussia, pela Prussia porque a não queria ver nas mãos da França, e pela Inglaterra porque a não queria ver em quaesquer fortes mãos que não fossem as suas.

«A politica ingleza, como a franceza, a allemã, ou a russa, é inteiramente pratica e destituida de sentimentalismo.

(1) O saudoso pintor brazileiro, Chrispim do Amaral, um dos fundadores entre nós das actuaes revistas illustradas, e, entre ellas, o «Malho», foi por causa de uma dessas grosseiras caricaturas contra a Rainha Victoria expulso de Paris por imposição do ministro inglez.

Como a França conquistou a Alsacia, que depois perdeu e quer recuperar, e depois annexou a Corsega, Saboya e Nice, a Argelia, mais tarde a Tunisia e ultimamente Marrocos; como a Prussia conquistou a Silesia, os Ducados, e a Alsacia e Lorena; como a Russia annexou a Finlandia e conquistou a Polonia; assim a Inglaterra tem deitado a mão a uma boa parte do globo — Gibraltar em Hespanha, Malta que era italiana, Chypre e o Egypto que pertenciam á Turquia, e, ainda ha coisa de nove annos, fez uma modesta tentativa, que falhou, para chamar sua á ilha da Trindade, que afinal sempre ficou brazileira, sendo a mediação do rei de Portugal que impediu carrapata maior» (1).

Ninguem, todavia, com mais felicidade e singeleza, deu um golpe mortal em toda essa campanha diffamatoria contra os Imperios Centraes, do que o proprio chanceler allemão:

«O primeiro ministro inglez, no seu discurso no Guildhall, reivindicou para a Inglaterra o papel de protectora dos Estados menores e fracos, e falou da neutralidade da Belgica, da Hollanda e da Suissa, que corriam perigo deante da Allemanha. E' certo que violamos a neutralidade da Belgica, coagidos por dura necessidade. Mas nós tinhamos assegurado á Belgica a sua completa integridade e indemnização de damnos. Si quizesse attender a essa situação de necessidade, á Belgica não teria succedido senão o que succedeu ao Luxemburgo. Si a Inglaterra, como protectora dos paizes mais fracos,

(1) E' sabido que a Inglaterra não nos restituiu a Ilha da Trindade por haver reconhecido os nossos direitos, de que até recusou ter sciencia, o que nos fez quasi romper as relações diplomaticas com S. James. Entregou-a mesmo ao nosso paiz quando menos o esperavamos, devido a uma melindrosa pendencia entre duas emprezas de cabos telegraphicos, uma das quaes pretendia fazer daquelle longinquo archipélago um dos seus pontos de apoio. Nessa disputa, achavam-se envolvidos grandes do Reino, ligados, segundo consta, á Casa Real; e o unico remedio tornou-se assim fazer desapparecer aquella ilha dos dominios inglezes, pondo fim á contenda.

tivesse querido poupar á Belgica o infindo ultrage, então devia ter-lhe aconselhado a acceitar a nossa proposta. *Pelo que sabemos não protegeu a Belgica!* Foi, portanto, a Inglaterra, aquelle desinteressado protector? Sabemos exactamente que o plano de guerra da França previa uma travessia da Belgica para atacar-nos, pois estavamos indefesos na região do Rheno.

« Haverá alguem que creia ter a Inglaterra nesse caso dado um passo em pról da liberdade belga contra a França? A neutralidade da Hollanda e a da Suissa temol-as respeitado severamente assim como evitado a minima incursão na fronteira do Limburgo hollandez.

« Causa especie que o Sr. Asquit só mencione a Belgica, a Hollanda e a Suissa, mas nada diga dos paizes scandinavos.

« Teria mencionado a Suissa com referencia á França, mas a Hollanda e a Belgica estão situadas em frente da Inglaterra, na outra margem do canal. Eis porque a Inglaterra tanto se incommoda com a neutralidade desses paizes. *Porque cala Asquith os Reinos Scandinavos*? Talvez porque saiba que não cogitaremos de aggredir a neutralidade desses paizes? Ou será que realmente a Inglaterra — com o fito dum golpe ousado sobre o Baltico ou a favor da conducta da guerra por parte da Russia — não considere como um « noli me tangere » a neutralidade dinamarqueza? *O Sr. Asquith quer fazer acreditar que a luta da Inglaterra contra a Allemanha é uma luta da Liberdade contra a Força;* está o mundo já acostumado a esse modo de fallar. Em nome da liberdade, a Inglaterra, pela força e pelo mais desrespeitoso egoismo politico, fundou o seu poderoso imperio colonial. Em nome da liberdade, ao abrir-se este seculo, anniquilou a independencia das Republicas dos Boers. Em nome da liberdade, está agora tratando, como sendo colonia ingleza, o Egypto, com a violação de convenios internacionaes e de solemnes promessas.

«Em nome da liberdade, um após outro perdem os protectorados Malayos a sua inteira independencia em proveito da Inglaterra. Em nome da liberdade, a Inglaterra procura, cortando o cabo submarino allemão, impedir que a verdade seja conhecida do mundo. O primeiro ministro inglez engana-se. Desde que a Inglaterra se una á Russia e ao Japão contra a Allemanha, *trahiu a Civilização*, numa cegueira unica e sem precedentes da Historia, e entregou assim á espada allemã a causa da liberdade dos povos e das nações européas.»

Por seu lado, os correspondentes dos principaes periodicos nortes-americanos junto ás forças allemãs em operações, entre os quaes o representante da *Associated Press*, firmavam um importante documento em que, sob a sua palavra de honra profissional, desmentiam tão tòrpes accusações levantadas contra os exercitos do *Kaiser*.

«Atravessamos, escreviam elles, com as tropas allemãs Bruxellas, Nivelles, Bianchi, Bussiéres, Marles, Le Chateau, Solze-sur-Sambre e Beaumont; e, em todo esse percurso, não pudemos adquirir a menor base para accusal-as de um unico caso de desenfreamento. Examinamos varios boatos que teem corrido e verificamos que todos careciam de fundamento. Em toda a parte vimos os soldados allemães pagarem as suas compras e respeitarem sempre a propriedade pessoal e os direitos dos cidadãos.

«Após a batalha de Bussiéres, encontramos muitas mulheres belgas com seus filhos em completa tranquillidade e segurança. Em Merbesle-Chateau, vimos fuzilar um habitante, mas a sua culpabilidade era manifesta. Fugitivos que contavam em toda a parte detalhes de crueldades e violencias, não davam prova alguma concreta de taes factos.

«A disciplina dos soldados allemães é notavel. Nunca presenciamos um caso de embriaguez. O alcaide de Solze-sur-

Sambre, entre outros, negou espontaneamente os boatos de crueldades praticadas naquella região.»

A verdade, porém, é que os primeiros effeitos da propaganda diffamatoria, movida em todas as partes do mundo pelos agentes britannicos, estavam conseguidos. Em muitos espiritos credulos e simples, arraigava-se a convicção de que, de facto, as divisões teutonicas haviam deixado em sua passagem pela Belgica e pelo norte da França traços indeleveis da sua ferocidade e barbaria. E, o que é mais triste, não faltaram individualidades illustres, aqui e alli, na politica, na sciencia e nas lettras, que, ou por persuação mesmo, ou pelo impulso apaixonado de um irreprimivel enthusiasmo pela causa dos alliados, desceram ás mais erroneas apreciações e commentarios sobre a cultura germanica, exprimindo-se em termos improprios dos seus altos talentos e da sua primorosa educação mental.

Entre nós, não foram muitos, felizmente os que assim procederam. A não serem um tão notavel, quão joven scientista que, nos desvarios do seu culto pelas glorias da França, fez a apologia dos infanticidios que praticassem as mulheres, que, naquelle glorioso paiz, fossem violadas pelos inimigos, e um eximio litterato que, sobre tão melindroso assumpto, bordou um drama pungente, de cuja feitura não tardava nobremente a arrepender-se, tudo o mais que se disse ou se escreveu, não passou de producções de fancaria, feitas de encommenda, por jornalistas estrangeiros sem o menor amor ao decoro e á honra da nacionalidade brazileira.

A representação, todavia, daquella peça, levada á scena em um dos pequenos theatros do Rio de Janeiro, não deixára de profundamente sensibilizar os numerosos allemães ou filhos de allemães, existentes no Brazil. Não articularam, apesar disso, um unico protesto. Apenas um delles, espirituoso e

fino, limitou-se a correr a uma das nossas livrarias e a adquirir um dos mais conhecidos livros de Anatole France —*Les puits de Sainte-Claire* — E escreveu então um longo artigo, muito delicado e cortez, em fórma de carta ao talentoso autor do drama.

Depois de mostrar o que era a *disciplina ferrea* do exercito teutonico, tão criticado por isso mesmo, e de provar que muito difficeis se tornavam nas cidades conquistadas os attentados ao pudor, por parte da soldadesca, apezar das grandes massas de combatentes, entre os quaes se tornaria impossivel fazer uma selecção rigorosa de bons costumes, ponderava o malicioso allemão na sua erudita epistola:

«Exercitos menores que o allemão, com um numero de officiaes proporcionalmente maior, exercitos permanentes e não de reservistas, mobilizados em alguns dias, com um largo tempo necessario á regularização da disciplina, eram assim as forças de Napoleão I. Entretanto, V. Ex. sabe que todos os calculos das calumnias agora atiradas contra os soldados allemães na Belgica e na França não se approximam, sequer, das violencias de que foram victimas, á passagem dos gloriosos soldados francezes, as mulheres da Allemanha, da Polonia, da Austria e da Russia... E V. Ex. não ignora certamente que o imperador era avesso aos exemplos de temperança... Não estou senão resumindo os livros de historiadores francezes sobre as aventuras de Napoleão em todas as suas campanhas.

E accrescentava intencionalmente:

«Mas... Anatole France, que eu transcrevo em seguida a esta carta, elucida este assumpto, quanto ás *aventuras* do Exercito de Napoleão na campanha da Italia. V. Ex. vae ler: «*Les Français feraient le tour du monde, renversant partout les trônes et les autels, faisant des enfants aux filles et crevant le ventre aux fanatiques*».

Passava então a transcrever as paginas culminantes do conto historico do eminente escriptor francez, tanto mais insuspeito quanto o documentava com o *Memorial de Saint-Helène*, do Conde de las Casas, e com as *Memoires du Docteur Antommarchi sur les derniers jours de Napoléon*.

« Aprés avoir occupé Livourne et fermé ce port aux navires anglais, escreve Anotole France, le Général Bonaparte alla voir à Florence le grand-duc de Toscane. Ferdinand, qui, seul entre tous les princes de l'Europe, avait tenu de bonne foi ses engagements envers la République.

En temoignage d'estime et de confiance, il vint *sans escorte avec son état-major*. On lui montra les armes des Bonaparte sculptées sur la porte d'une vieille maison. Il savait qu'une branche de sa famille avait jadis fructifié à Florence et qu'il restait encore un dernier rejeton. C'était un chanoine de San Miniato, agé de quatrevingts ans. Malgré les soins dont il était pressé, il avait à cœur de lui rendre visite. Les sentiments naturels étaient très forts en Napoléon Bonaparte.

. . . .

Le vieux chanoine Buonaparte accueillit avec une noble aménité son jeune parent et les Français dont il était accompagné.

C'étaient Berthier, Junot, l'ordonnateur en chef Chauvet et le lieutenant Thézar. Il leur offrit un souper à l'italienne.

. . . .

On but des vins qui avaient le gout sec de la pierre à fusil et l'odeur de la poudre. *On en but beaucoup*. Le lieutenant Thézard était désormais hors d'état de cacher sa pensée. Fier des blessures *et des baisers* dont il avait été couvert dans *cette campagne héroique et joyeuse*, il annonça sans détour au bon chanoine que, *sur pas de Bonaparte, les Français feraient le tour du monde, renversant partout les trônes et les*

autels, faisant des enfants aux filles et crevant le ventre aux fanatiques.

Le vieux prêtre, toujours souriant, répondit qu'il abandonnait volontiers à leur belle furie, non point *les jeunes filles qu'il leur recommandait au contraire de ménager,* mais les fanatiques, grands ennemis de la sainte E'glise.

Junot lui promit de *traiter favorablement les religieuses,* dont il avait à se louer, *leur ayant trouvé le coeur tendre et la peau blanche.*

L'ordonnateur Chauvet soutint qu'il fallait apprécier l'influence du cloitre *sur le teint des filles.* Il avait de la philosophie.

— De Gênes à Milan, dit-il, *nous avons beaucoup mordu à ce fruit défendu.* On se croit sans préjugés; pourtant *une jolie gorge semble plus jolie sous la guimpe.* Je ne reconnais point les vœux monastiques et j'avoue que *j'attache un prix particulaire à la cuisse d'une nonne.*

Oh ! contradictions du cœur humain:

— Fi ! fi ! dit Berthier; peut-on prendre plaisir à troubler la raison et les sens de ces malheureuses victimes du fanatisme? N'est-il donc pas en Italie *des femmes de la bonne société* à qui vous puissiez offrir vos vœux dans les fêtes, sous le manteau vénitien, si favorable aux intrigues? Est-ce *pour rien* que Pietra Grua Mariani, Madame Lambert, Madame Monti, madame Gherardi, de Brescia, sont *belles et galantes*?

« En nommant ces dames italiennes, il songeait à la Princesse Visconti qui, n'ayant pu séduire Bonaparte, s'était donnée à son chef d'état major et l'aimait avec une mollese fougueuse, avec une astucieuse sensualité, dont le faible Berthier était troublé pour la vie.

— Moi, dit le lieutenant Thézard, je n'oublierai jamais *une petite vendeuse de pastéques qui, sur les degrés du dôme...*

«Le général, impatienté, se leva. A peine leur restait-il trois heures pour le sommeil. Ils devaient partir le lendemain au petit jour».

E concluia o illustre missivista com estas palavras, fulminantes de sarcasmo, repellindo as injurias que a peça dramatica levantara contra os seus irmãos em guerra:

«Anatole France não conta — e com elle a Historia — si algum senador italiano daquelle tempo teve a idéa de propôr, em projecto, a impunidade do aborto, para o caso das suas patricias, victimas daquelles soldados francezes que avançavam no seu «*tour du monde — faisant des enfants aux filles*... Mas poderia ter explicado que a Italia não se libertara, nem se libertou até agora, como a França de 1915, do preconceito que domina ainda tantos povos cultos — *os deveres sagrados da maternidade*...

«E hoje poderia mesmo accrescentar que, no começo do seculo XIX, a Italia já previa a alliança com a França em 1915; dahi não poder desaprovar a conducta dos invasores francezes, dos gloriosos soldados de Napoleão...».

A esse tempo já os horrores, costumeiros em todas as guerras, tinham dado elementos para que, da parte dos Imperios Centraes, uma propaganda vigorosa tambem pudesse ser levantada contra as *barbaridades da Inglaterra e de seus alliados*. O caso do *Baralong*, desvendado em toda a sua crueldade ignominiosa ao mundo civilizado, ferira fundo o orgulho britannico. Nenhuma das atrocidades, attribuidas aos allemães, excedia a essa tragedia, passada em alto mar e cercada de todos os requintes da bestialidade humana, tendo por protogonistas um official da marinha ingleza, commandante daquella sinistra unidade da sua fróta, e a guarnição ás suas ordens. Os depoimentos dos norte-americanos, testemunhas imparciaes daquella scena macabra, levantaram os mais indignados pro-

testos. As *barbaridades allemães* foram então por encanto retiradas da téla...

A revolução na Irlanda não tardava a vir ainda mais desmoralizar todos os dithyrambos hypocritas, tecidos em honra da magnanimidade e da solicitude da Grã-Bretanha e seus associados na defesa dos sagrados principios do direito, da liberdade e da justiça e da causa da civilização do mundo contemporaneo. Os fuzilamentos em massa de innocentes em Dublin e em outras cidades daquella desventurada ilha, sem fórma de processo nem respeito á lei, chegaram a irritar os proprios espiritos liberaes em todo o Reino-Unido. A execução cruel de Sir Roger Casement, o chefe dos revolucionarios, emocionou as proprias nações alliadas, especialmente a França, onde era tão estimado pelos seus actos memoraveis de philantropia e de benemerencia. E o protesto do Bispo de Limerik contra as atrocidades britannicas tornou-se um digno emulo das proclamações do Cardeal Mercier, traduzidas em todos os idiomas e em todos os tons divulgadas pelo universo inteiro.

Ao lado dos inglezes, como seus bravos companheiros na sanha de trucidar, opprimir e martyrizar os seus inimigos, não escaparam tambem logo os francezes. A' luz de documentos terriveis, illustrados com photographias suggestivas, denunciavam-se os mais ferozes attentados, praticados pelos commandantes e soldados da grande Republica. Provou-se que, dos Estados Unidos para o Havre, haviam sido expedidas 144.000 facas-punhaes, destinadas aos *nettoyeurs,* perigosa horda de malfeitores que formam a rectaguarda das tropas francezas no Somme e no Mosa, incumbidos de degollar todos os feridos allemães que encontrem nas trincheiras, afim de que não vão encher mais os hospitaes e os campos de concentração. Os assassinatos, assim commettidos, assumem a proporções de malvadez nunca vista ou imaginada. As *ordens*

de ataque nesse sentido, apprehendidas pelos allemães, formam uma litteratura completamente nova no engenho de matar a sangue frio...

Finalmente, a necessidade em que se encontraram os alliados de violar por sua vez a neutralidade da Grecia, afim de impedirem a marcha victoriosa dos exercitos dos Imperios Centraes atravez dos Balkans e paizes circumvizinhos até ao coração da Asia e ao Egypto, lançou por terra o ultimo castello de fantasias e engodos sobre o qual a Grã-Bretanha, em face dos neutros boquiabertos e susprezos, ruidosamente arvorara, em vez do seu rubro pavilhão a verter o sangue de centenas de guerras conquistadoras e vorazes, a bandeira alvissima do direito e da liberdade, como a misericordiosa protectora dos fracos e dos opprimidos...

III

A pressão economica — O bloqueio inglez e a producção brazileira

Mollogrados em bôa parte os planos da politica ingleza, procurando com a pressão moral sobre os neutros, especialmente as republicas americanas, a proposito das pretendidas *barbaridades dos allemães* durante a invasão da Belgica, desviar de vez todo o commercio mundial para a Grã-Bretanha, não desanimaram os estadistas de S. James no desdobramento da acção que, com profundo calculo e frieza de vistas, haviam concebido desenvolver no desenrolar da guerra.

Reconhecendo no bloqueio aos Imperios Centraes a sua principal arma de combate e de esmagamento do poder economico e commercial da Allemanha, desde que ficava esta impedida de manter as suas extensas relações com o exterior, tudo tratou de fazer para que os paizes, em que, como o Brazil e as demais nações sul-americanas, os productos germanicos não encontravam mais competidores, se sentissem forçados, pelas necessidades crescentes dos seus mercados consumidores

e da sua exportação, a mudar de freguezes e a se entregar de mãos amarradas aos contractos leoninos que lhes impuzessem os seus novos committentes de Liverpool e Manchester. Só assim, pensavam os circulos mercantis britannicos, uma vez assignada a paz, não poderiam mais voltar aos seus clientes essas praças que tão fundas e indestructiveis affinidades se afiguravam manter até alli com Hamburgo e Bremen.

Para alcançar tal fim, os meios todos se apresentaram honestos e applicaveis. Não se patenteou assim bastante aos homens de negocio da City a desorganização immediata que o impedimento brusco das permutas com os portos allemães produzira desde a primeira hora da contenda em todos os mercados mundiaes. Como, entre nós, em outras regiões da America, houvera um perfeito e violento collapso em toda a circulação da vida utilitaria. A' desorientação geral pela parada repentina das transacções, seguira-se uma completa anarchia nos methodos de commerciar e de fazer movimentos de dinheiro. As moratorias decretadas não evitaram mesmo as mais graves perturbações nas industrias, no commercio e nas proprias lavouras. As crises se pricipitaram em todos os grandes centros manufactureiros e mercantis. O momento não poderia ser mais azado para uma propaganda intelligente em que, imitando-se o mais possivel os processos de credito e de commercio dos allemães, se lhes procurasse arrancar a supremacia que haviam já conquistado em quasi todos os pontos do globo.

Os methodos britannicos, todavia, não são daquelles que se amoldam ás circumstancias ou transigem com o seu systhema tradicional de encarar sempre o cliente, que o germano, muito ao contrario, busca a todos os momentos empolgar pelo agrado e pela condescendencia, como um dependente, um ser inferior, um misero e servil habitante de qualquer das colonias africanas

do Reino-Unido. Nada ainda poude convencer o commerciante inglez de que o regimen do *dinheiro á vista ou da lettra ameaçadora a curto prazo*, em uma palavra, da *faca ao peito*, já não é para a nossa época e, muito especialmente, para os sul-americanos para os quaes o capital quasi nunca é a base do inicio de um negocio e vivem do credito pelo credito e com o credito acabam por fazer as mais das vezes o seu fundo almejado de reserva.

Realizado assim o bloqueio e cortadas as communicações da Allemanha com os seus preciosos emporios do nosso continente, não se contentou a politica ingleza com a ampla liberdade aberta do commercio britannico para se apossar, por si mesmo e pelos meios naturaes de procura e de offerta, de todo trabalho feito pelos seus inimigos. E essa tarefa se afigurava tanto mais facil quanto, nos mercados da America do Sul, por exemplo, só teriam os seus agentes de enfrentar com a concurrencia do norte-americano, cuja marinha mercante não poderia competir com a do Reino-Unido e cuja orientação commercial, no fundo, si não era tão rotineira quanto a sua, não se mostrava menos rude e aspera nas exigencias de pagamento e de contractos.

Quizeram, porém, ir mais longe os estadistas de Londres. Imaginaram alcançar mais depressa os seus ideiaes desenvolvendo a mais violenta e inexoravel *pressão economica* sobre os governos e a propria actividade domestica dos neutros. E começaram a provocar toda a sorte de perturbações ao seu commercio exterior, creando as maiores e mais irritantes difficuldades á sua exportação, e anarchisando-lhes todas as energias productoras.

Paiz algum, porém, da America do Sul, foi tão flagellado por essa estranha politica de escravização commercial e economica, com o Brazil. Aos primeiros movimentos de reacção

por parte do Chile e da Argentina, sentiu-se claramente um recúo accentuado do governo de Londres. Não desistiu de todo dos seus intuitos absorventes e estranguladores, mas affrouxou um tanto a violencia do impulso inicial. Tambem com as republicas mais fracas do Pacifico os seus impetos de tudo açambarcar e tudo opprimir, não conseguiram ir tão longe quanto desejava porque, ao commercio allemão, senhor dos mercados do Perú, do Equador e da Colombia, além dos Estados Unidos, o Japão jámais deixou de favorecer, enviando-lhe directamente e até por navios seus, tudo o que aquelle carecia para não interromper as suas transacções e os seus fornecimentos.

Ao Brazil, entretanto, estava reservada a mais angustiosa das situações em face do imperialismo commercial britannico.

Diante da timidez e das vacillações com que se portou, logo ao irromper o conflicto, a nossa diplomacia, o gabinete de S. James comprehendeu que, de facto, depois da morte de RIO-BRANCO, eramos um campo aberto a todas as audacias e ás mais desabridas intrujices.

Dadas as nossas precarias condições financeiras, era possivel que, ao par da conquista commercial dos nossos mercados, parallelamente se pudesse decretar a nossa suzerania economica. A' politica brazileira faltava a firmeza dos movimentos, precursora de uma segura orientação no espirito das classes dirigentes. Nada mais simples do que, embaraçando-a ainda mais, conseguir da sua tibieza e dos seus desatinos os mais fructuosos resultados.

O bloqueio inglez passou a ser assim tambem uma gargalheira imposta aos nossos principaes generos de exportação. Já não nos bastavam os prejuizos collossaes que o fechamento dos portos de Hamburgo, Bremen e Trieste nos acarretava. Outras barreiras não tardariam a ser levantadas contra a sahida dos nossos productos e contra a propria navegação na-

cional para outros paizes, tão neutros e tão livres e soberanos como o nosso.

Além de se considerarem *contrabandos absolutos* de guerra artigos que, para uma nação que cultuasse sinceramente o direito internacional, jámais deveriam ser tidos como taes, foram em prejuizo nosso muito mais além os estadistas da *City*. Inventaram um criterio differencial para a producção deste ou daquelle paiz, ou, francamente falando, uma balança para o Brazil e outra para as demais nações americanas; e, na que nos era destinada, tudo passou a pesar descommedidamente e a ser olhado como cousas prohibidas e perigosas...

Era assim que, emquanto o algodão americano entrava francamente nos Imperios Centraes durante mais de um anno seguido e o cacáo das possessões britannicas transitava pela Hollanda em milhares de toneladas, os nossos productos similares eram repellidos em toda a linha. Aprisionavam-se mesmo os navios que ousavam carregal-os para as nações do norte da Europa; arrastavam-n'os para os portos inglezes e submettiam-n'os a taes exigencias que os armadores nacionaes e os nossos negociantes, ou acabavam abandonando-lhes de vez a carga ou supportavam perdas enormes, que os desanimavam de uma nova tentativa. Pela Italia, a borracha de Ceylão e de outras procedencias do Oriente, achava sempre da parte dos consules e agentes britannicos vista demasiado grossa para consentir que se escapasse toda para a Austria, ao passo que a da Amazonia mui difficilmente podia ser negociada nos proprios mercados internos do Brazil, sob a accusação fulminante de que estava sendo vendida ou comprada pelos inimigos da Inglaterra.

Nada, porém, excedeu em brutalidade e em vexames ás violencia praticadas contra o nosso café. E' o producto brazileiro por excellencia, o principal vehiculo do ouro para a

nação. Por isso mesmo, tornou-se da gula ingleza o grande pomo appetecido. Não estivesse o Estado de S. Paulo, o nosso mais importante centro productor, entregue no momento ás mãos seguras, cautas e patrioticas do maior dos estadistas da Republica, o conselheiro Rodrigues Alves, e o golpe premeditado contra essa nossa mais preciosa fonte de riqueza economica teria victoriosamente alcançado os seus fins avassaladores.

Ao romper a guerra eram consideraveis os nossos depositos de café no Havre e em Hamburgo. Entre estes, avultavam as reservas dos chamados *cafés da valorização*. E o Estado de S. Paulo tinha grande interesse em que as vendas destes não cessassem, afim de evitar uma grave perturbação no serviço das suas dividas externas.

Na verdade, como fazia notar um illustre economista pelas columnas do *Commercio de S. Paulo*, ao encerrar-se o exercicio de 1914, a situação do Thesouro do Estado para com os prestamistas de capitaes referentes á «Defesa do café» era esta:

« — Emprestimo Federal, de 1907, 32.360:385$000.

— Emprestimo de 1913, J. Henry Schroeder & Comp.— Société Générale de Paris e Banque de Paris et des Pays Bas— 107.250:000$000.

— Emprestimo de 1914, com J. Henry Schroeder & Comp, 63.000:000$000.

O total dessas responsabilidades attingia, como se demonstra, a 202.610:385$000.

O emprestimo de 1907 para com o Governo Federal fôra de libras 3.000.000; o de 1913, com Schroeder e outros, fôra de libras 7.500.000. e o de 1914, com Schroeder & Comp., de libras 4.200.000.

Por esse tempo, o valor dos cafés armazenados. preço do custo, era de 106.023 contos.

Em consequencia da guerra européa, os cafés que se achavam depositados nos Imperios Centraes em Hamburgo, Bremen, Trieste e Antuerpia — começaram a ser negociados pelo governo em 17 de novembro de 1914, attingindo um valor total de 123 milhões de marcos.

Foi tambem vendido o pequeno *stock* de 9.065 saccas que se achavam em Marselha, restando o do Havre, de 1.216.585 saccas.

O negocio, realizado com a Allemanha, *ex-vi* da requisição, foi reputado excellente em face dos preços alcançados. Os cafés, depositados no Havre, ao contrario, não puderam ser negociados porque o governo francez se propunha a pagar preços baixos, que não foram acceitos, nem pelo representante de S. Paulo nem pelos demais membros do « Comité ».

A operação, realizada com o governo allemão, foi levada a effeito — com audiencia e approvação dos membros do « Comité », representando interesses dos banqueiros credores do Estado de S. Paulo.

O emprestimo de 1914, de libras 4.200.000, a juro de 5 % ao anno, contractado com J. Henry Schroeder & Comp., era resgatavel ao par, no dia 1° de janeiro do corrente anno. Esses banqueiros inglezes eram representados por Theodor Wille & Comp., de Santos.

O producto desse emprestimo foi destinado, parte ao resgate e liquidação dos titulos da emissão proveniente do emprestimo de libras dous milhões, em lettras do Thesouro do Estado de S. Paulo com vencimento para 15 de setembro de 1914, lettras emittidas e garantidas pelo contracto de 8 de agosto de 1913 — e parte com o fim de saldar dividas internas e resgatar outras responsabilidades contrahidas pelo mesmo Estado.

Esse emprestimo de libras 4.200.000, constituiu « obrigação directa » do governo de S. Paulo e ficou garantido pela

sobre-taxa de dois e meio francos, ouro, sobre todo o café produzido no Estado e deste exportado, isto é, por metade da sobre-taxa actual, que todos sabem ser de cinco francos ouro, a cambio do dia. Além disso ficou constituido ainda um — «segundo encargo» sobre os cafés que o governo possuia por aquelle tempo nos portos da Europa — 3.200.000 saccas — e sobre o liquido producto da venda de taes cafés.

Não vale a pena descer a detalhes, clausurados em contracto. Na essencia, e perfunctoriamente, eis ahi o historico das responsabilidades do Estado de S. Paulo ao encerrar-se o exercicio de 1914, na parte interessante a «Defesa do café»; eis ahi a nossa posição, com relação aos banqueiros inglezes J. Henry Schroeder & Comp., assumpto que está levantando poeira a proposito dos cafés requisitados pela Allemanha e com esta negociados pelo governo do Estado, com audiencia e concurso dos membros do respectivo «Comité».

Isto não constitue «segredo de Estado» nem exige reservas. São dados e informações officiaes, em parte, contidos no ultimo «Relatorio» do departamento da Fazenda, impresso e distribuido o anno passado, e que podem ser livremente consultados por quem tiver interesses no assumpto, directos ou indirectos.

E' possivel, mas não é provavel, que a Allemanha deixe de pagar a S. Paulo o preço convencionado pelos cafés da sua requisição. O que é um facto, incontrastavel, é que os cafés depositados no Havre não puderam ser negociados por São Paulo porque a França... queria pagal-os por preços infimos, isto é, queria, commercialmente, tirar partido da occasião; ella que, em impostos aduaneiros e por proteccionismo á producção limitadissima das suas colonias, vem gravando os cafés de procedencia brasileira com francos 1,36 por kilogramma.

Veja-se bem: — como procedeu o governo da Allemanha e como procedeu o da França.»

Illudia-se, comtudo, em um ponto o illustre escriptor paulista; e era quando, mais de uma vez nas suas conceituosas considerações, alludira á *requisição* dos cafés de S. Paulo por parte do governo allemão.

Com effeito, este não *requisitou* as partidas do producto paulista, depositadas em Hamburgo; *adquirio* apenas uma certa quantidade dellas quando, por ordem do governo desse importante Estado Brazileiro, foram expostas á venda.

Replicando a um editorial do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, quando, de certo ignorando essa transacção no seu fundo e nos seus detalhes, aconselhava o governo federal a se apossar dos navios allemães, internados nos portos da Republica, ideia extravagante que só se explicaria pela paixão dos elementos alliados, que se haviam apossado daquelle antigo orgão da nossa imprensa, os Srs. Theodor Wille & Comp. esclareciam devidamente a questão com as seguintes palavras:

«Tendo sido sempre os intermediarios entre o Estado de S. Paulo e a casa Theodor Wille, de Hamburgo, que faz parte do Comité incumbido da administração desses *stocks* na Europa, estamos habilitados a informar ao *Jornal do Commercio*, a verdade exacta a respeito da venda do café do Estado de São Paulo e do deposito do respectivo preço; e pedimos permissão para trazer-lhe esta informação, não só no interesse do publico brazileiro, como por sentimento de justiça, pois no artigo a que alludimos attribue-se ao Governo allemão procedimento diverso do que teve, affirmando-se haver elle requisitado todo o *stock* e não ter até agora effectuado o respectivo pagamento.

«Podemos assegurar que tal não se deu: o Governo allemão, nesse negocio, não só não usou do direito de requisição, mas, ao contrario, «só interveio para facilitar» ao Comité da valorização, em tudo o que poude, «o cumprimento das ordens do Estado de S. Paulo», agindo com a boa vontade e deferencia de sempre, em relação aos interesses do Estado.

« A venda do *stock* da valorisação foi realizada pela casa Theodor Wille, por delegação do Comité e em virtude de ordem do Governo de S. Paulo. O Governo allemão apresentou-se como pretendente á compra de « certa e determinada quantidade », nas mesmas condições que qualquer outro comprador da praça, pagando os mesmos preços, já prefixados, e em dinheiro á vista.

« Para entrar, porém, na posse dos cafés e poder entregal-os aos compradores, teve a casa Theodor Wille, de Hamburgo, de « responsabilisar-se » pessoalmente perante as Companhias de Armazens Geraes, dando garantias sufficientes, á vista da impossibilidade de apresentar os conhecimentos de deposito, que se achavam e ainda estão em paizes inimigos, não podendo chegar ás suas mãos.

« Essas garantias foram, á proporção que se liquidavam as vendas, sendo substituidas pelo deposito em dinheiro, representando o valor do café retirado.

« Tal deposito foi realizado em uma das mais conceituadas casas bancarias de Berlim — « S. Bleichröder, escolhida pelo Governo de S. Paulo », de accôrdo com o seu Comité na Europa e com as Companhias de Armazens Geraes, depositarias do café.

« Do exposto resulta claramente que o preço total dos stocks referidos, na importancia de 125.000.000 de marcos, foi integralmente pago ao Estado de S. Paulo e está depositado, substituindo o proprio café, na impossibilidade da apresentação dos respectivos conhecimentos de deposito. »

Por seu turno, o governo de S. Paulo, pelo orgão autorizado do seu Secretario da Fazenda, o eminente Sr. Cardozo de Almeida, apressava-se a pôr um termo á exploração que se começára a fazer, querendo arrastar para um conflicto diplomatico um negocio que nada tinha que vêr senão com os

interesses domesticos daquella importante unidade da Federação.

Confirmando ponto por ponto as explicações dos Srs. Theodor Wille & Comp., cujos preciosos serviços ao Estado de S. Paulo e ao proprio credito do Brazli não são de hoje que se recommendam á gratidão nacional, accrescentava aquelle illustre homem de Estado em longa entrevista com o *O Imparcial*, do Rio de Janeiro:

«Realizado o negocio, o governo allemão julgou opportuno oppôr-se á sahida desses 125 milhões de marcos, para que os mesmos não fossem parar ás mãos dos alliados, portadores dos titulos da valorisação. Essa precaução, o Estado de São Paulo, só entrando em considerações de ordem generica, considera-a, como é natural, perfeitamente legitima.

«Agora, não é menos natural e legitimo que nós, por nossa vez, procuremos garantir-nos, de fórma que, finda a guerra, em qualquer hypothese, seja qual fôr a sorte das armas, esteja ou não arruinado S. Bleichroder, possamos rehaver a quantia em suas mãos depositada, com os juros que compensem, até certo ponto, os prejuizos decorrentes para nós dessa medida, pois, em virtude della, o Estado de S. Paulo não póde fazer o resgate das obrigações da valorização e é forçado a fazer o serviço de juros, do que já estaria livre.

«Este é, porém, um detalhe da questão em si. Em principio, o que o Estado de S. Paulo deseja é que a União, pelos meios regulares, consiga do governo allemão que se responsabilise pelos seis milhões esterlinos que temos em uma de suas principaes casas bancarias e que não pódem de maneira nenhuma, ficar expostos ás contingencias da sorte.

«O caso do café do *stock* de Hamburgo está, pois, reduzido ás suas verdadeiras proporções. O governo de S. Paulo vendeu, livre e espontaneamente, em circumstancias que lhe pareceram

convenientes e de accôrdo com o *comité* europeu das operações da valorização, o seu *stock* alli existente.

«Impossibilitado, por motivos que reconhece naturaes e perfeitamente legitimos, de retirar da Allemanha o dinheiro proveniente da operação da venda, o governo de S. Paulo recorre á acção diplomatica do governo federal, para obter garantias efficazes na defesa da avultada somma depositada na Casa Bleichroder.»

Essas garantias não tardaram a ser dadas amplamente ao Estado de S. Paulo pelo governo de Berlim.

Ao mesmo tempo, porém, que isso acontecia, uma grave noticia nos chegava do Havre. A França estava disposta a prohibir por cinco mezes seguidos a importação dos cafés do Brazil.

Na verdade, só naquelle porto, deveriam existir então 1.212.000 saccas dos cafés da valorização. Falhara a tentativa do governo de Paris de nos comprar parte desse deposito por preços mizeraveis, o que fôra altivamente repellido pelo Estado de S. Paulo. A venda ulterior que se mandara fazer de cem mil saccas havia sido realizada a 78 francos por 50 kilos da qualidade superior. Fôra um perfeito desastre. E, para bem avalial-o, basta ler-se o que sobre essa operação diziam os correctores de Londres, Srs. R. J. Roux & Comp. em uma das suas circulares:

«No official report has been issued of this sale, but we understand the rates realised were considered to be about 3 fr. below values in Santos». («Não se publicou relatorio official algum com referencia a esta venda, mas entendemos que o preço realizado foi considerado cerca de tres francos abaixo dos valores em Santos»).

Além de tudo, o que tornava mais séria a situação era que o governo francez, interrogado officiosamente sobre as condições em que poderia fazer a acquisição dessas 1.200.000

saccas de café, armazenadas no Havre no valor de quatro milhões esterlinos, astutamente fugira de dar uma resposta tranquilisadora; e, pelo contrario, parecia querer entrar pelo terreno das ameaças ao livre transito das nossas exportações.

Estavam as cousas nesse pé quando a Inglaterra achou que era chegada a hora de intervir tambem no negocio, abolindo de chofre o nosso commercio de café com a Hollanda e os Paizes Scandinavos, sob pretexto de que estavam servindo de precioso vehiculo para que esse nosso producto, considerado já contrabando de guerra, continuasse a entrar nos Imperios Centraes.

A pressão economica, ideada pelo imperialismo mercantil inglez, para deslocar de vez de Hamburgo e, em seguida, de New-York, arrebatando-o para o seu paiz, o principal elemento da exportação do Brazil, tocava assim á sua phase aguda.

Não contente de qüerer impor ao nosso commercio a lista das casas com que, entre os povos septentrionaes da Europa sómente lhe era licito travar transacções, de limitar, além disso, a vinte mil saccas o maximo das exportações, que poderiamos fazer, dos nossos cafés para a Hollanda, e, finalmente, de garrotear a lavoura de S. Paulo com o *corner da aniagem* extendendo as suas desabusadas oppressões até aos campos e ás culturas do coração da nossa Patria, a Grã-Bretanha acabou por impedir de todo a exportação daquelle mais importante dos nossos productos para Rotterdam e os outros portos neerlandezes.

O golpe não poderia ser mais profundo na economia brazileira. Aos protestos vehementes de S. Paulo, seguiu-se um movimento de indignação em toda a Republica. A propria imprensa estrangeira da Capital Federal, partidaria quasi toda dos alliados por laços de sangue ou interesses de dinheiro, não se poude manter em silencio ou tentou justificar tão insolito procedimento do gabinete de S. James.

«Divulgou-se hontem uma noticia, escrevia o *Jornal do Commercio,* que já era esperada: a Inglaterra prohibiu virtualmente a exportação do Café para a Hollanda.

«A medida não sorprehendeu a ninguem, embora entristeça a todos. O Governo inglez tem vindo a apertar de modo cada vez mais rigoroso o bloqueio e, havendo começado por limitar as exportações do nosso principal producto para a Hollanda e a Scandinavia, proseguiu escolhendo e designando as firmas desses paizes que podiam fazer a importação. Agora acaba suspendendo de todo as remessas, sob o pretexto de que a Hollanda já tem café que lhe baste.

«No fundo, o que existe é o receio de que a preciosa mercadoria se escoe para a Allemanha. São consequencias da guerra, que precisam ser consideradas sem irritação. A Inglaterra, para estancar os supprimentos ao inimigo, de modo violento prejudica aos direito dos neutros. Praticamente, nada podemos oppôr a esse procedimento. Não são brasileiros os navios que transportam o nosso café para além da Mancha. A simples notificação da ordem expedida pelo Governo inglez bastou para que os proprios paquetes hollandezes annunciassem a recusa de praça para o café. E' a lei do mais forte dictando soberanamente a regra e impondo a sua vontade como melhor entende. As necessidades da guerra são assim mesmo e muito se engana quem imagina que um protesto vehemente de nossa parte teria força de modificar a situação. Pouco vale retaliar sobre fatalidades irremoviveis. Mas importa muito appellar para a propria consciencia juridica do Governo britannico, ao qual a nossa diplomacia podia perfeitamente, si soubesse o seu officio, fazer sentir em tempo a injustiça clamorosa desses excessos e evitar um pouco semelhantes demasias. A fiscalização tendenciosa dos consules, inscrevendo na *Black-list* nomes de commerciantes brazileiros dos mais respeitaveis e insuspeitos, vem criando uma atmosphera de

descontentamento que os proprios Governos alliados não devem querer que se forme, sobretudo nos paizes como o Brazil, onde as sympathias pela sua causa são inequivocas.»

E, dias depois, voltava ao assumpto com mais accentuada energia e ponderava ainda:

«Injusta é a prohibição por varios motivos. Como preliminar, surge a violação de neutralidade que ella representa, impedindo um commercio legitimo entre dous paizes neutros. Depois, si o intuito da providencia é evitar que o café se escôe para a Allemanha, não podemos esquecer que o limite das nossas remessas para a Hollanda foi fixado em Londres de maneira tão arbitraria e com tão pouco respeito pelos nossos interesses, que soffreu mais tarde modificações radicaes, grandemente restrictivas, dando-nos a exacta impressão de uma Inglaterra entregue á idéa fixa de apertar o bloqueio allemão, e por isso esquecida de tudo, inclusive do direito alheio, dos outros povos que sempre gozaram da sua consideração. E sabemos todos ainda, que violencias e vexames como os que ferem o commercio do Brazil, até agora a Grã-Bretanha nem sequer tentou impôr aos nossos poderosos irmãos da America do Norte.

«Basta esta differença de tratamento para provar a injustiça e, mais, a antipathia irritante da medida ingleza. E o nosso justo resentimento sóbe de vulto ao verificarmos que, além das amputações desastrosas no commercio exterior do Brazil, o Governo britannico tem permittido que os seus consules exorbitem de suas funcções entre nós, e se excedam na execução da lista negra, com grave prejuizo para o nosso commercio interior, puramente brazileiro.»

E concluia:

«Cassando-nos o direito de vender ou comprar, o Governo britannico provoca entre nós uma situação de descalabro financeiro, que prejudicará enormemente o capital inglez, con-

fiado ao nosso Governo e ao nosso povo. E o declive dos prejuizos, nesse terreno, seria verdadeiramente fatal, numa hora tremenda tanto para os belligerantes, como para os neutros.

Continuando a impedir a nossa exportação, vexando e tolhendo o movimento ao commercio brazileiro no interior do paiz, a Inglaterra manterá contra nós a lei do mais forte, a mesma lei brutal da força, que justamente attribuio ao adversario quando no começo da guerra procurou e conquistou o nosso apoio moral.

Será um pessimo negocio para o Governo de Londres alienar sympathias radicadissimas como as nossas, e comprar, num excellente mercado como o Brazil, resentimentos nada desejaveis tratando-se de um paiz de exportação como a Grã-Bretanha, que já se arma para a guerra commercial depois da paz.»

Mais incisivo e sincero nas suas expressões o *Correio da Manhã* assim tambem se manifestava:

«Ha muitos mezes que tratamos deste assumpto, insistindo sobre a natureza inconfessavel de certos motivos que inspiravam a severidade ingleza contra o nosso café e chamando a attenção do governo e do publico para os inevitaveis resultados desastrosos, que a attitude da Grã-Bretanha acarretaria para o commercio do nosso principal producto. Nessa occasião notámos que o desequilibrio economico determinado pelos effeitos do bloqueio acabaria por nos impossibitar de satisfazermos os compromissos do paiz no estrangeiro.

«Essa attitude patriotica, essa defesa serena e desapaixonada dos interesses brazileiros, não foi acceita com bons olhos nos circulos exaltados do nosso ultra-alliadismo indigena.

«Mas, em todas as coisas da vida, surgem compensações para os que têm a paciencia de esperar. A crise, creada pelo bloqueio inglez e por outras medidas illegaes e violentas, como

a *black-list,* vae assumindo taes proporções, que os mesmos que levavam as nossas opiniões á conta de germanophilismo, estão agora repetindo os nossos argumentos e reclamando os mesmos remedios para a situação alarmante que nos confronta.

«A situação do café é tão grave, o problema que o nosso governo tem a resolver é tão urgente, que a unica preocupação de todos os brazileiros deve ser a concentração das energias, de modo a forçar uma solução desta crise intoleravel.

«A prohibição com que o governo britannico vae fazer cessar a exportação do nosso café para a Hollanda, é apenas o corollario natural da politica seguida ha perto de dois annos pela Inglaterra e cujo objectivo é a exclusão do café dos mercados da Europa central. No exame das relações entre a violencia do bloqueio e a situação do commercio do café, é preciso não esquecer que não se trata de um acto militar destinado a ferir os imperios centraes e que indirectamente nos prejudique. O fim da Grã-Bretanha, oppondo os maiores obstaculos á entrada do café brasileiro na Allemanha e na Austria-Hungria, é afastar a concurrencia da nossa rubiacea, de modo a permittir que o cacáo do *trust* britannico e o chá da India conquistem sem opposição os mercados da Europa central. A' medida que se apertavam os tentaculos do bloqueio no mar do Norte, parallelamente ao augmento de severidade na exclusão do café, cresciam as remessas de cacáo e de chá despachadas para a Hollanda e para os paizes scandinavos. A maior parte desses grandes *stocks*, que o bloqueio britannico complacentemente deixava que se accumulassem nos paizes limitrophes á Allemanha, iam servir para abastecer os mercados germanicos onde o café, outr'ora de uso geral, se ia tornando escasso e carissimo. Seria pueril discutir a moral deste abuso do bloqueio como meio de auxiliar o commercio britannico em detrimento dos neutros. Esse aspecto da questão é destituido de valor pratico, porque os inglezes são soberana-

mente indifferentes á opinião que pudermos formar da moralidade dos actos do seu governo. Aliás, neste ponto, a Inglaterra segue a orientação natural de uma nação forte, que se dirige pelos seus interesses e que não sentimentaliza nas horas de crise. A guerra offereceu aos inglezes uma opportunidade para monopolizarem certos mercados. Procuram fazel-o. Os prejudicados por essas manobras têm reagido e, dentro de certos limites, conseguem cortar as vasas ao inglez habil e emprehendedor. Nós, longe de imitarmos esses exemplos de resistencia, convencemo-nos de que, no momento em que toda a humanidade européa affronta a morte sem vascillação, o melhor meio de nos tornarmos respeitados pelos belligerantes seria acceitar com humildade as vergastadas com que nos castigassem. Esperavamos que os inglezes deixassem passar o nosso café livremente, porque faziamos manifestações alliadophilas. Descobrimos parentescos problematicos com a Entente e nos embalámos na illusão de que a França, envaidecida pelos parentes pobres dos tropicos, pleiteasse a nossa causa nos conselhos dos alliados.

«Esta politica hysterica e assucarada, que embaraçou com as suas crises periodicas a acção da nossa chancellaria, deve ser hoje responsabilizada pela crise gravissima que ameaça a lavoura cafeeira e cujos effeitos se farão sentir tambem na posição financeira da União. Resta agora á nossa diplomacia procurar reparar os effeitos da intervenção desses elementos perturbadores, a cujo ultra-alliadophilismo, em alguns casos imbecil e em outros interesseiro e negocista, somos devedores da maior parte dos prejuizos que a guerra nos tem causado. A questão do café offerece margem para varias combinações que a Inglaterra só rejeitará si quizer tratar-nos como potencia hostil e não como nação amiga. Mas será tempo perdido esperar um gesto de justiça do governo britannico, emquanto não

deixarmos a attitude abjecta em que nos conservamos perante o poder inglez.»

Na verdade, instigada pelos instantes appellos do governo de S. Paulo, já então exercido pelo eminente Sr. Altino Arantes a nossa diplomacia tudo procurou fazer para abrandar as violencias britannicas. Em nota ao *Foreign Office*, o nosso ministro em Londres relatava ao governo de sua majestade Jorge V, os factos referentes ao commercio do café, desorganizado, em consequencia da attitude adoptada pela Inglaterra, depois da conflagração, não só nos dois imperios centraes e na Turquia, como ainda na Russia e nos paizes neutros do Mar do Norte.

Levando o caso ao conhecimento da chancellaria ingleza, affirmava o nosso plenipotenciario estar convencido de que não era intenção do governo inglez privar a Noruega, a Suecia, a Hollanda, a Dinamarca e a Russia do uso do café, via-se, porém, forçado a dizer que tal aconteceu. Informava que o mercado distribuidor da Hollanda, constituido pelo «Netherlands Oversea Trust», não estava acudindo nem poderia vir a acudir, em toda a sua extensão, ás necessidades daquelle commercio. O volume da safra, que estava prestes a ser encaminhado para aquelles mercados, era grande demais para ser collocado por uma só empresa, dispuzesse embora de immensos recursos.

Por esse motivo, os interessados, isto é, os exportadores brasileiros e importadores de todas as nacionalidades, especialmente os inglezes, mostravam-se apprehensivos com a incerta previsão deste commercio, não sabendo os compradores da Europa, que dispunham de *stocks*, o que haveriam de fazer de sua mercadoria.

A colheita do café começava brevemente e o consumo desse producto augmentara consideravelmente a despeito da guerra, ou melhor, em consequencia da guerra. Enorme quan-

tidade da safra poderia ser collocada em mercados dos paizes da Europa septentrional, si as restricções do governo de sua majestade Jorge V, a respeito dos embarques, não fossem excessivas.

Os negociantes inglezes manifestavam nesse momento receios de importar café, deante das difficuldades que embaraçavam os negocios, sendo que já bem poucos acceitavam as offertas que lhes eram dirigidas do Brazil. Isto poderia tornar-se uma questão das mais sérias para os paizes interessados.

Depois da Allemanha, os maiores consumidores europeus eram exactamente os paizes neutros e a Russia e justamente contra elles se impunham medidas tão rigorosas no que dizia respeito aos embarques.

Sendo o café o principal producto, do qual depende a estabilidade das finanças do Brazil, facil seria ao governo inglez imaginar que enormes prejuizos não estaria soffrendo a receita nacional com o facto de se achar interrompido o commercio desse genero com os mercados da Allemanha, Austria e Turquia e como se mostrava empenhado o governo brazileiro em prevenir-se contra a perda de outros mercados.

Accrescentava o representante do Brazil que, sendo a Inglaterra o mercado monetario do nosso paiz, as relações financeiras com ella eram tão intimas, que quaesquer influencias adversas se reflectiriam decerto nos interesses inglezes.

Em seguida, para attestar os prejuizos resultantes da prohibição ingleza, o nosso ministro offerecia ao « Foreign Office » alguns algarismos sobre o consumo nos paizes servidos pelo mar Baltico e pelo mar do Norte, em saccas de 60 kilogrammas, conforme as ultimas estatisticas:

	1911	*1912*	*1913*
Hollanda	700.000	700.000	700.000
Belgica	600.000	625.000	625.000
Suecia	555.000	535.000	540.000
Russia	400.000	405.000	415.000
Noruega	225.000	195.000	230.000
Dinamarca	245.000	240.000	270.000
	2.725.000	2.700.000	2.780.000

Estes mercados, antes da guerra, muito pouco compravam directamente do Brazil, sendo a maior parte das suas encommendas, acudida em Hamburgo, que se tornou o maior centro distribuidor de café, no continente.

O consumo da Russia, acima referido, indicava sómente a quantidade importada pelo mar Baltico, sendo que recebia quantidade quasi equivalente por intermedio de Odessa. O consumo na Russia subia assim a mais de um milhão de saccas; e, si então houvesse facilidades de embarque, attingiria a muito mais, em virtude das necessidades creadas pela guerra. A exportação para os portos do mar Baltico e do mar do Norte podia sem esforço ser mantida a uma média de 270.000 saccas por mez.

Antes da guerra, Hamburgo e Bremen distribuiam annualmente cerca de 1.200.000 saccas, mais do que se consumia na Allemanha, servindo o excesso, principalmente, para supprir as necessidades dos paizes do norte.

Procurava então o nosso ministro lisongear, mais do que o amor proprio, a propria gula ingleza.

Londres, insinuava elle, poderia voltar a ser agora um centro distribuidor, exactamente como o fôra ha cerca de trinta annos, antes de Hamburgo attrahir esse commercio. Temiam, entretanto, os negociantes inglezes, importar em grande escala,

a menos que estivessem seguros de poder exportar para paizes neutros.

Seria, pois, da maior importancia saberem elles em que condições poderiam, com segurança, extender as suas operações em beneficio do commercio distribuidor de Londres.

Fôra para esse fim, organizada pela nossa legação, uma lista de compradores dos paizes do norte, comprehendendo 24 em Dinamarca, 105 na Suecia, 55 na Noruega e 66 na Russia.

Essa lista enviou-a o nosso ministro ao chanceller da Grã-Bretanha, perguntando-lhe sobre si seriam todas essas firmas, ou algumas, acolhidas com sympathia pelo governo inglez e si negocios com ellas poderiam ser entabolados.

Lembrou tambem que, além dessas, haviam muitas casas inglezas em Londres e noutras praças, que desejavam adquirir certa quantidade de café, por sua propria conta, quando os preços lhes conviessem, e que teriam satisfação em saber si poderiam continuar as suas negociações, obrigando-se a fornecer garantia absoluta de que o producto seria vendido para consumo em paizes alliados ou neutros.

Concluia o nosso plenipotenciario, fazendo notar que a sua acção visava estabelecer um « modus vivendi » sobre o commercio do café, sem isso importar em reconhecer o governo brazileiro, como legaes, quaesquer decisões relativas ao bloqueio, além daquellas que foram estipuladas em accôrdo internacional, com força de lei entre as nações...

Tudo isso, porém, foi debalde. Sir Edward Grey parece mesmo que nem se dignou lêr tão meticuloso arrazoado; e as tenazes da pressão ingleza sobre a nossa vida economica apertaram-se dahi por diante de tal fórma que chegaram a produzir uma subita explosão de patriotismo e de revolta no seio do parlamento brazileiro.

« A Inglaterra, exclamava o deputado Mauricio de Lacerda, opposicionista embora intransigente ao governo federal, a In-

glaterra, que tinha levado suas medidas de guerra a violar o commercio dos neutros nas suas aguas ou em aguas dos neutros, com que nós tambem commerciamos, começou agora a intervir dentro do nosso proprio territorio, contra a liberdade do commercio garantida pela carta constitucional e assegurada em nosso Codigo Commercial. E os consules inglezes, como proconsules na Judéa, só nos passaram a permittir os dissidios politicos, como os proconsules romanos só permittiam aos rabinos os dissidios religiosos; fóra destas discussões abstractas, na materialidade do que é nossa riqueza e commercio, principiaram a immiscuir-se com franco desconhecimento da autonomia nacional.»

E perorava:

«O Governo da Republica, neste momento, tem de mim, seu adversario constante e combatente da primeira linha, a confiança absoluta de um patriota que, embora acredite que tenham fenecido na alma dos nossos homens publicos os seus melhores estimulos e os seus mais sagrados enthusiasmos, não rebaixa tanto o seu paiz, que acredite haja brazileiro que possa transigir com uma situação de franco dominio e de vassalagem internacional a que querem condemnar o commercio e, com o commercio, a propria soberania politica do Brazil.»

IV

A pressão financeira — As missões francezas e a cobrança das dividas pela força

Ao passo que, dia a dia, procurava oppor mais sérios obstaculos á expansão economica do Brazil, de modo a impedir que, durante a guerra, pudessemos conseguir um tal gráu de florescimento que nos fosse licito aspirar a verdadeira autonomia politica, complemento da geographica, que, de facto, é a unica que possuimos, o governo inglez não havia amortecido no seu velho plano de nos reduzir a ficarmos, mais cedo ou mais tarde, sob a sua effectiva tutella financeira.

Já antes do rompimento das hostilidades, diga-se a verdade, em começos de 1914, aproveitando-se da desordem politica reinante entre nós nos ultimos dias do quatriennio findo, a pressão dos banqueiros da *City* se vinha desenvolvendo de um modo quasi insupportavel sobre o governo federal.

Por uma coincidencia, coubera-nos a opportunidade de acompanharmos passo a passo quasi todas as negociações para o grande emprestimo que se buscara contrahir quando na

pasta da Fazenda se encontrava o actual senador pelo Rio Grande do Sul, o Sr. Rivadavia Corrêa. A tenacidade e o patriotismo, com que esse illustre brazileiro deffendeu então os mais caros interesses do Thesouro e a propria dignidade do paiz, são cousas que só mais tarde talvez se virão a saber nos seus curiosos detalhes. Mas o certo é que os financeiros de Londres, tendo por traz o gabinete de S. James, já nessa época haviam ideiado preparar o terreno para que, no futuro, um golpe de força pudesse ser tentado com a justificação da nossa impontualidade de compromissos e, o que seria mais triste, com as nossas proprias condições de povo ingovernavel, dissipador e caloteiro!

O systhema inglez, porém, como é sabido, basea-se sempre em não tomar de frente essas attitudes aggressivas, ou assumil-as sómente quando em boa companhia. Sob esse pensamento largamente premeditado, ao serem encetadas as primeiras negociações para essa volumosa operação de credito, calculada entre vinte e cinco á trinta milhões esterlinos, os financeiros da City pela primeira vez mostraram melindres e escrupulos em agir sósinhos; e, sob a allegação de que no Brazil, além dos interesses britannicos, não eram menos importantes e delicados os francezes e os allemães, acharam que um tal emprestimo deveria ser realizado sobre uma triplice alliança em que, de commum accôrdo, se recorresse aos grandes capitalistas da Inglaterra, da França e da Allemanha.

O que, todavia, o grande publico brazileiro ignorava e, com elle, quiçá alguns dos seus homens de Estado de mais evidencia, era que, por traz daquelle projectado accordo, parallelamente se tramava um conluio secreto entre os governos de Londres, de Paris e de Berlim para que os tres, em um dado momento, conjunctamente se agitassem e garantissem pelos seus canhões o negocio feito pelos representantes daquelles seus poderosos centros monetarios. Para esse fim, chegaram mesmo

a organizar a lista das emprezas e concessões já realizadas ou a celebrar com o governo brazileiro, assim como das exigencias que se lhe deveriam impor em tempo opportuno até forçal-o a entregar á administração estrangeira as rendas principaes da sua economia.

Nasceram dahi as delongas nas negociações dessa avultada operação de credito até que um dia, com grande surpreza e aborrecimento no nosso Ministro da Fazenda, se veio a saber que o emprestimo estava na imminencia de ficar mallogrado pela difficuldade dos banqueiros allemães chegarem a uma harmonia de vistas com os de Londres e Paris. O que se desconhecia, comtudo, era que o motivo real dessa attitude dos financeiros de Berlim se fundava na recusa formal do governo da Allemanha em acceitar a proposta franco-ingleza na parte que lhe dizia respeito. O *Kaiser* e os seus ministros declararam peremptoriamente que, em caso algum, o Imperio Allemão emprestaria as suas tropas de terra e mar e até o seu proprio apoio moral a emprezas que se constituissem, como essa, entre os banqueiros das tres grandes potencias européas, afim de premeditadamente prepararem um golpe de força contra um povo livre e soberano, como o Brazil, e povo amigo em cujo seio o commercio e os industriaes germanicos possuiam tão largos e capitaes interesses. E foi mais longe o gabinete teutonico: prohibiu expressamente ás suas instituições de credito de se metterem dalli por diante em iguaes aventuras.

O governo do Brazil conhecera essa resolução dos banqueiros allemães em 21 de julho de 1914, si não nos falha a memoria; e, o que é mais interessante ainda, nessa mesma data, estes ainda o preveniam lealmente de que apressasse as negociações do emprestimo si tinha delle grande necessidade, pois a guerra *européa estava imminente, era cousa talvez de dias, diante da mobilização da esquadra britannica e dos preparatativos da França feitos a olhos vistos, só dependendo a*

conservação do statu quo *da prudencia e do amôr á paz do Kaiser e do bom senso do Czar em não atirar a Russia em uma luta em que só tinha a perder...*

Infelizmente, o nosso Ministro da Fazenda, não tendo no Itamaraty a fonte segura que, em outras nações, representam pelos seus autorizados informes as chancellarias como o manancial precioso da orientação dos governos, não ligou ao aviso a necessaria importancia; talvez o attribuisse mesmo a um *manejo de banqueiros*; e o resultado foi que, quando deu por si, os exercitos estavam em luta no Velho Mundo, e o Brazil desarmado dos vastos recursos, com que poderia, atravez da sangrenta peleja, promover a sua independencia economica e, com ella, assegurar de vez a sua soberania politica.

A guerra, entretanto, não veio alterar uma linha a politica do arrocho financeiro que jámais deixou de exercer a Grã-Bretanha sobre o nosso paiz desde os primeiros annos de sua libertação da metrópole.

Passadas as semanas iniciaes da luta, os jornaes financeiros de Londres, reflectindo-se nos grandes centros bancarios da França, em publicações não menos tendenciosas e insolentes, começavam a tratar-nos com as suas costumadas brutalidades e irritantes injustiças. E, a 24 de outubro de 1914, o *Economist*, de Londres, já se manifestava acremente sobre o nosso credito e o nosso futuro, confirmando nas suas entrelinhas tudo que acabamos de expender sobre o sinistro projecto de se implantar na nossa Patria a tutella estrangeira.

« A impontualidade do Brazil, escrevia aquella folha londrina, quanto aos *coupons* dos emprestimos de 1895 e 1910, vencidos em 1 de agosto, passou despercebida por algum tempo na violencia do momento actual. O Brazil não se dignou conceder communicação alguma official sobre o caso aos possuidores europeus dos seus titulos, a não ser a retardada declaração dos Srs. Rothschild, de que, em devido tempo, lhes seria

apresentado um *funding-scheme*. Este appareceu agora, e os possuidores dos titulos, que, parece, não foram consultados absolutamente sobre os respectivos termos, não têm remedio senão acceital-o.

«O annuncio começa assim: «O Governo dos Estados Unidos do Brazil tendo resolvido consolidar por tres annos, desde 1 de agosto de 1914 até 31 de julho de 1917, ambos inclusive, os juros da divida externa...» Nestes termos são os possuidores dos titulos scientificados, de que terão de receber papel inconversivel (mas vencendo juros) em vez dos juros desses titulos, e em referencia aos *coupons* de todos os emprestimos, excepto o de 1913 e o *funding-loan*, de 5 %, de 1898, — um legado da primeira impontualidade — do qual restam ainda a resgatar £ 8.451.060.

«O novo *funding-loan*, que é limitado a quantia não excedente de £ 15.000.000 em titulos de 5 %, será garantido por uma segunda hypotheca da renda da Alfandega do Rio de Janeiro, ja sujeita á primeira hypotheca, em beneficio do de 1898. O manifesto, ora publicado, não contém informação sobre a renda provavel a arrecadar no futuro. Serão suspensos por 13 annos, a partir de 1 de agosto de 1914, os fundos de amortização de todos os emprestimos, inclusive os de 1898 e 1913; e os portadores dos titulos de 4 % do emprestimo de 1911, sorteados para serem resgatados em 1 de setembro, mas não pagos, na importancia de £ 117.000, receberão em pagamento titulos de 5 % do novo *funding*. *O scheme* é de feição a causar grande descontentamento aos portadores dos titulos de 1911, porque estes attingiram preço alguns pontos acima do que comportava naquelle tempo o credito do Brazil, em vista da probabilidade de uma bonificação pelo resgate antecipado,— agora adiado por 13 annos.

«O resgate dos titulos do novo *funding-loan* começará em 1927, por meio de um fundo accumulativo de amortização de

½ % ao anno, para ser applicado á compra dos titulos abaixo do par ou ao pagamento, por sorteio, ao par.

«*O scheme*, é, portanto, nas suas linhas geraes, muito semelhante ao de 1898; mas, no caso actual, não foi julgado necessario estipular a reducção ou a restricção do papel-moeda circulante.

«Em consequencia de ter ficado assim sabido que as remessas do Brazil para a Europa serão consideravelmente reduzidas pela suspensão do pagamento dos juros, o cambio actualmente é de 14 ¾ d. por mil réis, mas não se póde dizer se conseguirá manter-se nesta taxa. Si isto fôr possivel, a situação é muito melhor agora do que em 1898, quando o meio circulante soffreu séria depreciação, o mil reis chegando a cahir abaixo de 7 d.

«Por outro lado, obtivemos do Presidente eleito as mesmas promessas de reducção das despezas, taes quaes tinham sido feitas em 1898, e a historia registra por quanto tempo estas foram cumpridas.

«A ultima crise do Brazil foi precipitada pela guerra européa, que assim constitue boa coberta para occultar anteriores desazos.

«As verdadeiras causas são mais profundas, e a *débacle* vem evidentemente de mais longe. Emquanto a população, e assim tambem a nação, pretender levar a vida em condições que o estado de desenvolvimento do paiz não justifica, a série de impontualidades terá de continuar. O Governo toma dinheiro emprestado e gasta-o na construcção de «dreadnoughts», que só servem de carga para a nação. Contrahe emprestimos para cobrir *deficits* das estradas de ferro, devidos aos extravagantes salarios dos funccionarios que dellas se encarregam. A absurda tarifa concorre para estabelecer um falso systema de vida, e as finanças do Brazil não poderão ter base solida, emquanto o trabalho do povo não tiver por

objectivo principal a producção de generos alimenticios e de outras mercadorias de valor exportavel. A sua melhor fonte de receita é o commercio de café feito na maior parte com os Estados Unidos.

«O que se torna necessario, é *uma especie de autoridade que represente os portadores dos titulos, tal como o «Consil of Foreign Bandholders», que, pela sua força para influir no exito de futuros emprestimos, fosse capaz de infundir algum respeito pela economia e o futuro desenvolvimento do paiz sob a fiscalização das finanças*. Mas o Brazil recusou com firmeza qualquer interferencia extranha. Não o desconcertou nem mesmo o fracasso das negociações para o grande emprestimo que, ao menos por algum tempo, teria refeito a ordem nas finanças, porquanto a sua attitude presente, comquanto não seja exactamente o repudio, equivale ao pagamento por I O U («I owe you», eu lhe devo, isto é, o pagamento de uma divida com outra divida).

«O não pagamento dos juros da divida externa póde por algum tempo sustentar o valor do mil réis; mais o não recebimento de novos emprestimos do exterior será, em seguida, um factor poderoso de sua depreciação, e obrigará o povo brazileiro a passar sem uma parte do luxo importado e sem o emprego decorrente do gasto do capital estrangeiro no paiz. Desta fórma a Nação terá o castigo do seu passado extravagante».

Por seu turno, os jornaes francezes e, entre elle a *Revue de la Bourse*, não se mostravam menos ameaçadores ou mais piedosos para com o Brazil. A nossa diplomacia teve mesmo de intervir para que, em pleno furor da guerra, quando um grupo de brazileiros de bôa fé e superficialmente instruidos, explorados por meia duzia de demagogos e assalariados intellectuaes, vivia entre nós a se desfazer em hymnos ridiculos

de solidariedade aos alliados, fossem retirados das esquinas e de todos os logradouros publicos das principaes cidades francezas, pomposos cartazes em que se aconselhava aos que tinham amor ao dinheiro não adquirirem titulos do Brazil, pois era um paiz de caloteiros e de rapaces !...

Sendo, todavia, a guerra travada puramente economica e financeira, era natural que o imperialismo mercantil britannico possuisse na Republica Franceza, especialmente entre os homens politicos que o ajudaram a organizar a *Entente* e todo o plano tenebroso da conflagração do continente, agentes vigilantes e habeis que tudo empenhassem para que a campanha iniciada não viesse falhar aos seus fins. Sob esse ponto de vista, todos os meios se tornaram licitos. Recorreram-se aos mais variegados e até nefandos processos de acção.

O proprio assassinato de Jaurés, o *leader* do socialismo francez, foi attribuido a uma audacia do syndicato commercial da guerra, destacado em Paris.

Com effeito, em 30 de julho de 1914, na vespera de desencadeiar-se a luta, escrevia elle a Vandervelde, o chefe dos socialistas belgas, uma carta memoravel em que se lia este trecho suggestivo e doloroso:

«Aqui na França se está trabalhando com todo o empenho por uma guerra que deve estalar para satisfazer miseraveis ambições e porque as Bolsas de Paris e Londres especularam em São Petersburgo. Terei agora que me dirigir aos francezes, indo de reunião em reunião; terei talvez que intervir na discussão geral que deverá impedir a mobilização geral franceza. Tambem V. terá de lançar mão de todos os meios possiveis para evitar a guerra».

Publicando estas palavras, dignas da mais profunda meditação, accrescentava o jornal suisso, *Allgemeine Volkszeitung*, em 14 de outubro de 1916:

« O governo da França empregou grandes esforços e recorreu a toda sorte de meios para entrar na posse das cartas deixadas pelo *leader* socialista e grande patriota Jaurés, que foi assassinado ao estalar a guerra. Sem resultado algum offereceu meio milhão de francos por ellas á familia do morto. Fracassado este recurso, o governo francez lançou mão de outros, de uma incorrecção e immoralidade censuraveis, mas com identico resultado.

« Os referidos documentos encontram-se já perfeitamente seguros na Suissa ».

Seja, porém, como fôr, o certo é que, victoriosa que se tornou a politica commercial britannica, arrastando para a guerra o grupo das nações, com que imaginou esmagar economicamente o Imperio Allemão, não se alterou em um só ponto o seu velho programma de cerceamento cada vez mais fórte da vida financeira das republicas sul-americanas, entre as quaes o Brazil nunca deixou de figurar como a mais flagellada e appetecida.

Ao mesmo tempo que, atravez dos nossos antigos agentes bancarios em Londres, nos fazia saber que não poderia dispensar de receber em especie duas lettras do Thesouro Federal, prestes a se vencerem, no valor de dous milheõs esterlinos, o que obrigou o governo da Republica, já exercido pelo actual presidente, o Sr. Wenceslau Braz, a fazer dinheiro na praça a todo o custo com as obrigações do mesmo Thesouro, popularizadas sob o cognome de *sabinas*, transacção essa que, embora muito precaria, nos salvou de entregarmos os armamentos novos que adquiriramos e que eram então alvo da cobiça dos alliados, não se esquecia outro tanto a alta finança ingleza de atiçar os nossos credores de Paris.

Iniciaram-se assim as chamadas *missões financeiras francezas*. O primeiro enviado especial, que nos visitou, veiu antes

em missão de espionagem commercial do que propriamente como representante legitimo dos que, entre nós, possuiam capitaes ou interesses de responsabilidades e de monta. Houve mesmo nessa commissão, segundo dizem, um duplo intuito, um mercantil e outro politico, sendo que este sobrepujara áquelle. O casal Caillaux havia sido protogonista do grande escandalo, que chegara na primeira hora a agitar mais a França do que a propria mobilização das forças, decretada ainda quando o processo, de que fôra ré a esposa daquelle ex-ministro, como assassina do director do *Figaro*, entrava em solemnissimo julgamento. O governo procurara assim um pretexto para affastar da patria por alguns mezes os personagens que tinham scindido a opinião publica em dous formidaveis partidos. O momento era de união e de harmonia geral sob o grande sentimento da defesa nacional. O Sr. Caillaux e a sua corajosa mulher bem poderiam ir assim a uma larga excursão pela America do Sul, fazendo a sua segunda lua de mel e juntando ao mesmo tempo o util ao agradavel...

Si venturoso, porém, não foi o emissario dos homens de negocio de Paris nessa sua peregrinação pelas terras brazileiras, até entre a propria colonia franceza que, em bôa parte, muito mal o recebeu, fazendo um seu patricio diariamente publicar, emquanto aqui esteve, o famoso trecho, do ***Excelsior***, de 28 de julho de 1914, sobre o *Incidente Bernstein* (1), e si daqui

(1) « L'incident Bernstein » — J'ai commis dans ma jeunesse une folie que j'ai regrettée publiquement; je l'ai regrettée non pas à cause des odieuses persécutions que je subissais à cete époque, mais parce que les regrets étaient en moi anciens, profonds et sincères. J'adore passionnément mon pays. J'ai fait mieux que regretter: en 1911, au moment de l'affaire d'Agadir, au moment d'une crise diplomatique presqu'aussi grave que celle d'aujoud'hui, j'ai demandé être reversé dans l'armée. J'ai eu l'honneur d'obtenir la cassation de ma réforme. A' ma premiére période militaire, j'étais entré au service auxiliare, celui qui ne se bat pas. Malgré mon état de santé déplorable j'ai demandé á être versé dans le service armé et je l'ai obtenu. Je suis

sahiu tão mal impressionado pelo que viu e presentiu, ainda mais desastrado foi o Sr. Pierre Baudin na commissão em que o succedeu.

O illustre politico e escriptor francez não era um desconhecido para o Brazil intellectual. O seu livro — *L'empire allemand et l'Empereur* —, publicado em 1911, impressionara-nos vivamente, pois é muito raro ver um filho da grande Republica, já não dizemos enthusiasmado pelo que observa fóra do seu paiz, mas sinceramente admirado das virtudes do soberano germanico e dos progressos dos seus maravilhosos dominios. Si a obra deu que fallar em Paris, foi lida tambem nos meios nacionaes com um grande e especial interesse. O Sr. Baudin desafiara, em eloquentes capitulos, que «houvesse um francez, por mais fethchista que fosse do passado, que, uma vez visitando a Allemanha, não se deixasse arrebatar por uma admiração profunda pelas suas instituições publicas, as suas obras sociaes, a famosa compostura dos seres e das cousas, em summa, pela grandeza do monumento collectivo da Nova Allemanha, com o vasto desafogo da sua respiração, com o rythmo regular, calmo e faustoso da sua vida!» Para elle, a guerra de 70 foi a prova de fogo que faltava ao Imperio para conquistar de todo a sua unidade e fazer della a pedra lapidar da sua grandeza politica, tornando-se a *nação mais bem armada, mais cohesa e mais disciplinada do mundo.* Grande parte desse progresso, além de outras cousas, vem do augmento constante da natalidade e das medidas intelligentes com que, dilatando as probalidades de trabalho, o governo teutonico tem conseguido tornar quasi nulla a emigração. E' que os allemães,

d'une arme combattente, je suis artilleur; je pars le quatrieme jour de la mobilisation, et la mobilisation est peut-être pour demain. Je ne sais pas quel jour part Caillaux, mais je dois le prévenir qu'à la guerre on ne peut pas se faire remplacer par une demme et qu'il faut tirer soi-même. (Acclamations enthousiastes)». (De l'«Excelsior» du 28, Juillet, 1914.)

sendo facilmente assimilaveis, incorporavam-se de tal fórma aos povos em que iam viver, que acabaram por perder a lembrança da patria, como na America do Norte, que já foi considerada o *tumulo da nacionalidade allemã.*

Não menores enthusiasmos despertava ao estadista francez o *imperialismo allemão* em parallelo com o inglez. Este visa e visou sempre « em todos os tempos, o *Imperio dos Negocios* » na phrase de Carnegie, ao passo que o teutonico tem « *a superioridade de não usar da conquista, da posse effectiva dos territorios exoticos como o instrumento da sua expansão commercial* ». Demais, « a Allemanha, commerciante por excellencia, só tem um cuidado supremo: a CONSERVAÇÃO DA PAZ ! » Guilherme II, *sabendo vencer a sua educação bellicosa,* tornou-se a poderosa garantia da concordia continental ! E « a Allemanha, menos do que qualquer outro paiz da Europa se sente disposta a correr os riscos de uma guerra ! ! » E concluia:

« *Tant que* notre politique ne lui *barrera* pas la *route,* elle (l'Allemagne) *n'aura pas* de griefs *sérieux* contre *nous.* SEULE, *une alliance d'activité intense* qui viserait A LA FOIS *à limiter* l'expansion *économique* de l'Allemagne et à ATTEINDRE SON PRESTIGE MILITAIRE serait de nature à la *jeter* dans une resolution EXTREME ». (Pag. 277).

Ha, comtudo, nesse mesmo livro do illustre politico francez que, como agente financeiro não tardava a vir pleitear junto ao nosso governo as mais absurdas e intoleraveis pretenções dos syndicatos que, em seu paiz, se haviam constituido para explorar o nosso, um trecho em que o seu autor como que já previa a rendosa missão que, aqui, nestas terras sul-americanas, teria mais tarde ou mais cedo de desempenhar.

Querendo mostrar a differença entre o modo de agir do francez e do allemão em face dos mercados de que intentam

apoderar-se, tomava o Sr. Baudin o Brazil como um suggestivo exemplo:

« Notre principale faiblesse est que *nous ne nous appliquons pas à cultiver nos amitiés.*

« *Qui parle du Brésil ici?* Quelques journaux spéciaux.

« *La grande presse jamais* ou *presque jamais.* A moins qu'il ne s'agisse de quelque fait sensationnel... ou de marquer le succès des Allemands. Ce n'est pas de cette manière que les pays neufs entendent que l'on s'intéresse à eux. Ils aiment qu'on parle de leur santé et non de leurs maladies, de leur prosperité et non *pas seulement* des crises qui parfois s'abattent sur eux *comme sur nous,* de leur vie *normale* et non de leurs drames, de ce qu'ils font de mieux et non *exclusivement* de leurs erreurs.

« A' CET ÊGARD LA PRESSE ALLEMAND LES COMBLE.

« Quels profits moraux et matériels nous tirerions d'une préoccupation plus constante et plus bienveillante de les entretenir dans notre cercle et *dans nos intérêts* ! Nous croyons avoir tout fait pour eux quand nous leur avons souscrit leurs emprunts, tous leurs emprunts sans discernements.

« En toute chose, il y a la manière: nous pourrions leur prêter notre argent *avec plus de parcimonie et le suivre...*» (Pag. 171).

Infelizmente, enviado quatro annos mais tarde a esse mesmo Brazil, que apontava no seu livro como tão mal tratado sempre pelos seus patricios e tão injustamente comprehendido e desprezado pelos governos, politicos e publicistas francezes, não soube tambem por seu lado ou não quiz pôr em pratica os bons conselhos que tanto preconizara.

A sua passagem pela nossa Patria deixou as mais tristes lembranças. Não se pejou de procurar fazer ao governo federal que, com tanta nobreza e cavalheirismo o accolheu, as

mais vexatorias e dispensaveis imposições. E si, para desgraça nossa, teve a opportunidade de encontrar na direcção do Thesouro um caracter sem escrupulos ao lado de uma mediocre intelligencia, convencendo-se assim de que, de facto, não era um centro de *chantages* o escriptorio de negocios aberto em Paris, por um individuo que se intitulava irmão de um dos ministros de Estado, por outro lado, no gesto digno com que o Presidente da Republica se negou a recebel-o, reconheceu que, ainda assim, se illudira e que o Brazil não é uma *casa para alugar,* como lh'o haviam pintado além-mar.

E' possivel que a honra e credito da Republica não permittissem que outra solução pudesse ser dada á reclamação sobre o contracto do dique da Ilha das Cobras, uma vez conduzidas indecorosamente as negociações como o foram. Ha casos em que é preferivel um sacrificio de dinheiro ao descredito de um nome, encarada a situação em que se acha. Mas, além da severa lição de altivez e dignidade do chefe do Estado, ainda recebeu o embaixador dos negocistas francezes outra não menos eloquente repulsa no discurso em que commentou da tribuna do parlamento nacional, um illustrado representante de Minas-Geraes, o Dr. Augusto de Lima, a entrevista em que, ao deixar as nossas plagas, concedera a um dos jornaes vespertinos da capital da Republica.

Com o desastre, entretanto, do Sr. Pierre Baudin, não desanimaram ainda os syndicatos de Paris, inspirados pelo seu centro propulsor de Londres, na campanha ingrata e iniqua de crear todos os embaraços ao nosso paiz no terreno financeiro.

Enviaram assim o seu terceiro emissario na pessoa do Sr. M. Bouilloux-Lafont, presidente da *Compagnie des Chémins de Fer de l'Est du Brésil* e administrador do *Crédit Foncier du Brésil et de l'Amérique du Sud.*

As credenciaes do novo embaixador do grupo financeiro anglo-francez, ligado a alguns especuladores norte-americanos, não deveriam ser muito agradaveis ao governo do Brazil e a todos que, em o nosso paiz, accompanham de perto a marcha dos negocios publicos. Si, diante dos espiritos praticos das Bolsas de Paris e de Londres, se recommendava, além de outras virtudes, pela fama de conhecer por dentro e por fóra os nossos homens e as nossas cousas, chegando a insinuar-se que, entre os nossos altos personagens de immediatas responsabilidades, contava com uma certa figura, que já lhe prestara em diversas occasiões preciosos serviços de advocacia administrativa, por outro lado não poderia esperar da nossa parte senão as mais justificaveis prevenções.

Coincidindo com a sua chegada ao Rio de Janeiro e para o desempenho de tão delicada missão, publicava o *Diario Official* o relatorio apresentado á assembléa geral da *Caisse Comcerciale et Industriele de Paris* pelo respectivo *Conselho de Administração,* referente ao exercicio de 1914.

Desse conselho, faziam parte, além dos Srs. Baron Amedée, Reille, Edmond Claude e Baron Anthouard de Wasservas (ex-ministro plenipotenciario da França no Brazil ao tempo em que se fizeram as concessões á companhia de que se tornara depois director), o mesmo Sr. Bouilloux-Lafont. E, no citado relatorio, assim se exprimiam tão illustres personagens sobre as relações da sua empreza com o governo do Brazil:

«Il ne faut pas oublier, qu'á tous points de vue, *l'avenir pour tous en France, est suspendu aux succès de nos armes.*

«*C'est sur le front des troupes que se discute le crédit de notre Patrie; c'est la vaillance de nos soldats qui donnera à notre diplomatie toute l'autorité qui lui est nécessaire pour la sauvegarde des interêts français dans le monde.*

«Vous savez que notre activité s'est particulièrement exercée depuis quelques années, dans l'Amérique du Sud.

Dans cette partie du globe, la guerre européenne a inauguré l'érç des économies.

«Mais, si les circonstances rendent ineluctable un ralentissement dans le programme des travaux entrepris et, par consequent, une modification des contractes relatifs á leur réalisation, *nous espérons* que nos commetants seront en mésure d'obtenir des compensations légitimes et équitables pour le préjudice qui nous sera causé.

«La gravité de la situation s'est traduit au Bresil par la nécessité de suspendre pendant trois ans le paiement en or des interêts de la dette extérieure.»

Si assim pensavam os Srs. Bouilloux-Lafont e seus companheiros de negocios, annunciando aos que lhes haviam confiado os seus capitaes que a *garantia destes no Brazil estava dependente da sorte das armas francezas na grande luta, pois, no valor das suas tropas, repousava toda a autoridade da diplomacia da sua patria*, nada mais natural do que, logo depois de desembarcar no Rio de Janeiro, tratasse o desabusado successor do Sr. Baudin de pôr em pratica o seu grande plano de acção.

Aliás, este nada tinha de novo ou de original. Tomando por principio a corrupção, dahi naturalmente se desenvolveria pelas ameaças e, das ameaças, iria até á violencia. E' o que está succedendo.

O primeiro trabalho do Sr. Boiulloux-Lafont foi logo tratar de prender, por uma forte operação de credito, dentro da gaveta do seu syndicato, um dos grandes orgãos da imprensa brazileira e subsidiar outros na proporção dos serviços que lhes fosse exigindo.

Feito isso, conseguia ter nas mãos um precioso instrumento, não só para defender em todos os terrenos os interesses, que representava, attentassem embora estes contra a fortuna e a propria dignidade do Brazil, como tambem para exercer

sobre os poderes publicos toda a sorte de ataques ou de seducções.

Procurava, em seguida, chamar a si um certo numero de individualidades que julgava elementos poderosos para o auxiliarem nas suas aventuras financeiras em torno do Thezouro Nacional, ao mesmo tempo que lhe serviriam, aqui de longe, de propaganda de suas habilidades e de seus feitos junto aos seus committtentes francezes, de modo a obter que cada vez mais lhe abrissem os cordões da bolsa, adiantando-lhe largas sommas que, segundo as suas promessas, não tardariam a multiplicar-se á custa dos canhões victoriosos contra os exercitos teutonicos.

Infelizmente, as facilidades dos primeiros momentos o desvairaram de mais. Apossou-se-lhe do animo ouroxuga uma verdadeira megalomania. Não eram mais as diversas emprezas, que representava, a lhe preoccuparem sómente o espirito. Imaginou alargar muito mais longe a esphera da sua influencia corruptora e absorvente. Da mesma fórma que a sua roda se jactava de ser elle recebido pelo ministro da Fazenda em mangas de camisa, taes a intimidade e os negocios de que ambos partilhavam, como velhos conhecidos e até associados em algumas concessões, acreditou por sua vez que poderia ir de audacia em audacia até ao proprio chefe do Estado, insinuando-lhe soluções administrativas e financeiras, intromettendo-se no seu governo, assessoriando-o, em summa, em tudo, inclusive nos actos de alta politica internacional! E, sob essa desvairada obcessão, além de se persuadir de que, de simples agente mercantil, muito facil lhe seria transformar-se em astuto diplomata, forçando o Brazil a negociar os seus armamentos de terra e certas unidades navaes em troca do resgate de alguns dos seus compromissos externos e a requisitar os navios allemães, internados em seus portos, para entregal-os aos alliados, como acontecera á pobre e desvallida nação por-

tugueza, um bello dia sahiu-se dos seus cuidados e solicitou uma audiencia especial ao Presidente da Republica.

Era assim que, certa manhã, o orgão de imprensa, de cujos creditos manhosamente se apossara, espalhava aos quatro ventos esta tendenciosa noticia, architectada sem duvida para fazer maior effeito no estrangeiro de que em o nosso proprio paiz:

«Na conferencia concedida ante-hontem pelo Sr. Presidente da Republica ao Sr. Bouilloux-Lafont, este banqueiro, depois de ter exposto as diversas questões interassando directamente o seu grupo financeiro, e submettidas actualmente á decisão governamental, aproveitou a opportunidade para, collocando-se em um ponto de vista mais geral, pedir a benevola attenção do chefe do Estado para os capitaes francezes e alliados trazidos para o Brazil, os quaes, em consequencia do *funding* vindo juntar-se á guerra, soffreram grave depreciação. Dos quatrocentos milhões de libras de capitaes extrangeiros, empregados no paiz, cerca de metade é representada por capitaes francezes, sendo que tresentos e cincoenta milhões de libras pertencem aos alliados (francezes, inglezes, belgas, italianos e portuguezes), os quaes soffreram uma depreciação de mais de cento e setenta milhões de libras. Levando em conta os vinte milhões de libras representando os juros, não recebidos em especie, de 1914 a 1917, chega-se a um prejuizo actual de cento e noventa milhões de libras (cerca de tres milhões e oitocentos mil contos) que fazem grande falta aos alliados em um momento em que, pelas necessidades do cambio e augmento de sua força de resistencia financeira, seus governos tratam com a America do Norte operações finenceiras, caucionando titulos sul-americanos fornecidos benevolamente pelos seus proprietarios para esse fim.

«O banqueiro francez pediu especialmente a attenção de S. Ex. para este ponto e ajuntou que, em vista de sua constante preoccupação de conservar a balança escrupulosamente

igual entre os dous campos belligerantes, estava persuadido da importancia das considerações que havia exposto. O Sr. Presidente, tendo acompanhado com interesse a exposição feita, achou que eram realmente grandes os prejuizos soffridos pelos capitaes alliados e, mostrando-se confiante no desenvolvimento do Brazil, pensava que elles seriam amplamente recuperados para o futuro, e que sua constante preoccupação era de fazer respeitar os compromissos governamentaes.»

O escandalo, produzido por tão levianas quão mentirosas palavras, publicadas em um fingido tom officioso, não se fez esperar. Horas depois, agitavam-se os circulos politicos e financeiros na maior e mais justificada estupefacção. Na Camara dos Deputados, o *leader* da maioria empenhava os maiores esforços para evitar que, á indignação dos proprios governistas, se viessem juntar os protestos violentos da opposição parlamentar.

No Senado, os amigos mais dedicados do Sr. Wenceslão Braz tranquillizavam os seus pares affirmando-lhes ser absolutamente inexacto que a audiencia, concedida benevolamente áquelle estrangeiro, méro agente de negocios, tivesse tido a importancia que lhe emprestara o jornal, que a divulgara nos seus intimos detalhes. O chefe do Estado recebera o Sr. Lafont com a mesma lhaneza e afabilidade com que acolhe a todas as pessoas que lhe pedem alguns momentos de attenção. Democrata por excellencia, escutou tudo o que lhe disse o improvisado financeiro francez; mas, como é do seu habito, ouviu e calou-se, apenas promettendo estudar opportunamente o assumpto...

Não tardava assim que, nessa mesma tarde, os diarios vespertinos publicassem o seguinte desmentido, enviado pela secretaria do Palacio do Governo:

«A noticia da audiencia que o Sr. Presidente da Republica concedeu, a pedido, ao Sr. Bouilloux-Lafont, não foi feita nem

autorizada por S. Ex. e não exprime, por deficiente, a sua opinião completa sobre as relações financeiras do Brazil, parecendo excusado accrescentar que S. Ex. não se occupou de apreciações relativas á nossa neutralidade, materia politica extranha ao objecto da audiencia.»

Publicando essas declarações officiaes, *A Noite*, cujo enthusiasmo pela causa dos alliados toca ás vezes aos mais reprovaveis excessos, não poude, todavia, occultar a sua indignação patriotica nestas ponderadas palavras:

«Não foi pequena a emoção com que foi lida hoje no *Jornal do Commercio*, uma *varia* resumindo os termos da conversa entretida pelo Sr. Bouilloux-Lafont, representando um grupo de banqueiros francezes, com o Sr. Presidente da Republica. A impressão primeira que tal conversa nos deixou, como, de resto á maior parte dos leitores, foi a de que, á vista das publicações officiaes informando sobre a angustia de nossas finanças, os capitalistas estrangeiros tinham julgado prudente advertir delicadamente o nosso governo de que para o proximo anno, deante das difficuldades das praças européas, obrigadas a caucionar os titulos brasileiros na Norte America, para levantarem emprestimos, não encontrariamos facilidades de renovação do *funding*. Foi essa a impressão de todo o mundo e, por tal motivo, a *varia* se revestia de profunda gravidade.

«Procurámos informar-nos seguramente sobre o caso e podemos assegurar que as palavras do Sr. Bouilloux-Lafont não possuem a gravidade que lhes emprestavamos.

«Em primeiro logar, falta ao Sr. Bouilloux-Lafont qualidade para fallar em nome dos banqueiros com quem teriamos de discutir o *funding*, caso fosse necessario renoval-o. Nossos banqueiros officiaes na Europa continuam a ser os Srs. Rottschild e exclusivamente elles. Os interesses, representados pelo grupo chefiado pelo Sr. Bouilloux-Lafont, são os das emprezas

constructoras de estradas de ferro, Viação Bahiana, e outras, empresas cujos contractos, segundo as nossas informações, têm sido cumpridos á risca pelo governo. Taes contractos, reputados ainda hoje como escandalosissimos, não têm recebido cumprimento exacto precisamente da parte dos contractantes, e muito benigno se tem mostrado o nosso governo, continuando a fazer face sósinho aos seus compromissos sem reciprocidade dos contractantes.

« Si, pois, os titulos dessas emprezas se acham depreciados, não é por culpa do Brazil. De facto, o governo francez procurou reunir todos os titulos de emprezas sul-americanas para caucional-os na praça de Nova York, mas isso em nada attinge a solvabilidade brazileira, attendendo-se a que o Brazil está pagando os compromissos resultantes dos contractos com essas emprezas.

« O que se dá no momento actual, e razão á qual se attribue esse movimento dos banqueiros francezes, chefiados pelo Sr. Bouilloux Lafont, é que, em obediencia á lei de orçamento, todos esse contractos estão sendo revistos no Ministerio da Viação, e os banqueiros, creando uma atmosphera de alarma nacional, visam apenas atemorizar o Governo de modo a que se faça uma revisão favoravel aos contractantes. Parece, entretanto, que, a despeito dessa campanha de atemorização, o Governo tem resistido na defesa dos interesses brazileiros, e que a revisão dos escandalosos contractos se fará sem influencias de tal natureza.

« Nós não duvidamos sobre a difficuldade da situação financeira. Diariamente mesmo estamos a chamar para ella a attenção do publico e dos dirigentes.

« No caso actual, porém, não se trata sinão de um simples *truc* de defesa de interesse de contractantes em opposição aos do Brazil.»

E o *Correio da Manhã*, orgam nacionalista, liberto de quaesquer ligações com o capital estrangeiro entre nós, dava por fim o tiro de graça em tão deploravel incidente:

«Ha, em todo esse episodio, duas faces, que é preciso distinguir: uma é a do interesse do Sr. Lafont pelas questões ligadas á sorte do grupo financeiro de que é aqui o representante; a outra, a do seu interesse, propriamente de ordem geral, com relação aos compromissos do Brazil para com os seus credores alliados.

«No primeiro caso, explica-se a sua acção junto do chefe do Estado, ainda que se sabendo que o Sr. Lafont pleiteia uma inqualificavel indemnização de oitenta mil contos pela rescisão do contracto da rêde bahiana; mas, no segundo caso, não se comprehende, não se calcula, não se justifica a attitude graciosa, extra-official, impertinente desse banqueiro.

«Em nome de quem, com que intuito, sob que pretexto, arrogou-se elle o direito de fazer ao proprio Presidente da Republica observações acerca da situação financeira do Brazil e das emergencias em que se encontram capitaes das nações alliadas, aqui applicados, e dos quaes o Sr. Lafont não é o representante nem o procurador?

«O banqueiro francez, evidentemente, tomava um caminho sinuoso para chegar a um fim determinado; e este acha-se comprehendido na allusão tendenciosa á constante preoccupação do Governo do Brazil de conservar a balança escrupulosamente egual entre os dous campos belligerantes que jogam neste momento a sorte da Europa. Tal preoccupação, no entender do Sr. Lafont, é motivo bastante para que o Governo fique persuadido da importancia das considerações que elle expoz ao Presidente da Republica. Em linguagem clara, isso quer dizer o seguinte: ou o Brazil quebra a sua neutralidade em face do conflicto europeu, ou arris-

ca-se a não poder regularizar os seus negocios com os grupos financeiros alliados.

«A attitude do Sr. Lafont não representa, é verdade, uma manifestação official; mas tem a apparencia de uma insinuação preliminar.

«Do ponto de vista dos interesses propriamente financeiros dos alliados, póde-se dizer que são os francezes os menos em condições de alludir ás singularidades dos seus negocios no Brazil, pois é notorio que muitos desses negocios só se fizeram devido ao empenho dos intermediarios, seduzidos pela largueza das commissões aladroadas, como a do contracto do dique da ilha das Cobras. Ainda agora, a indemnização de oitenta mil contos, pretendida para a rescisão do contracto da rêde bahiana, é uma prova de que certos negocios francezes entre nós, quando começam a ser máos para a França, já o foram de sobra para o Brazil...

«Do ponto de vista diplomatico, muito menos se comprehendem as allusões maliciosas do Sr. Lafont. Qual o facto ou a circumstancia em virtude de que deveria o Governo do Brazil quebrar os compromissos da sua neutralidade? Até agora, não haveria nada que justificasse um acto de tamanha loucura. Ao contrario, as difficuldades da nossa situação economica, de que a crise financeira com o fracasso dos proprios negocios alliados é um reflexo immediato, proveem sobretudo dos embaraços creados ao nosso commercio, como ao de todos os neutros, pelo bloqueio inglez. Si os alliados reconhecem a necessidade imperiosa do bloqueio, mesmo com a somma colossal de prejuizos que acarreta aos neutros, como admittir que, tendo elles creado uma verdadeira excepção na vida economica de todos os povos, deixem, entretanto, de tolerar, na casa alheia, as excepções que affectam regras não respeitadas, ou sensivelmente modificadas, nos seus proprios paizes?

«Mas não são, nos alliados, apenas as de natureza propriamente militar as influencias depreciativas da nossa vida economica; tambem as ha de ordem administrativa, e muito mais typicas. Entre estas, póde-se citar o caso do governo francez queria agora comprar um *stock* de café brazileiro, depositado na França, com o rebate de 13 francos no seu custo real por sacca. Este facto, que muitos attribuem tambem á especulação de intermediarios francezes, que querem revender, com lucro, o producto ao seu governo, roubando, assim, a propria França, demonstra á evidencia a qualidade do patriotismo de almoeda com que, perante a America do Sul, se ornam alguns Lafonts empanzinados de importancia.

«O Governo do Brazil precisa tirar desse episodio uma lição de experiencia e não intimidar-se, nem ceder. No fundo, o Sr. Lafont *s'en fiche* da guerra. O que elle certamente quer é crear no paiz uma atmosphera de apprehensões, que lhe permitta tirar o maximo de vantagens, e nem sempre de vantagens licitas, nos contractos que estão sendo revistos pelo Ministerio da Viação, em obediencia á lei do orçamento vigente.

«Resta, agora, um ponto do incidente: o da publicação da conferencia do Sr. Lafont, por meio de uma noticia do *Jornal do Commercio*. Sente-se que muito mais importante que a conferencia era para o Sr. Lafont a sua divulgação. Assim, o *Jornal*, ligado pelos mais vivos interesses a esse banqueiro, serviu de vehiculo para o alarma.

«Medite bem o Presidente da Republica em todas estas circumstancias e observe que, o que estão preparando, é um atoleiro, muito mais immundo, muito mais perigoso que o do dique da ilha das Cobras, a que o seu Governo ligou o nome, emporcalhando-o.»

Entrementes, o novo ministro britannico, acreditado junto ao Governo brazileiro, achava asado o momento para tambem

se mover no desenvolvimento das instrucções, que recebera, para exercer em tudo que pudesse a mais forte e constante pressão financeira sobre a nossa Patria.

Sir Arthur Peel, que fôra transferido da Côrte de Sião para o Brazil, viera substituir um fino diplomata de raça, educado no espirito e nos gestos e grandemente sympathisado em o nosso meio social por tão altas qualidades pessoaes. Houve mesmo quem insinuasse que o affastamento de tão illustre plenipotenciario do Rio de Janeiro fôra devido a essas virtudes, que não serviam para o momento, e não ao facto de possuir muito quente ainda o sangue allemão nas veias pela sua descendencia directa de distincta familia germanica.

O facto, porém, é que, bem differente do seu antecessor, o novo representante da Inglaterra, si revelou logo as suas disposições ao desembarcar no modo pouco gentil com que tratou os jornalistas nacionaes, que o cercaram, não se demorou a denunciar tambem os propositos atrevidos e intoterantes de que viera investido no desempenho de suas arduas e melindrosas funcções.

Um dos seus primeiros actos foi rasgar os protocollos da chancellaria brazileira, em nada discordantes aliás dos das outras nações cultas, e procurar fazer diplomacia a seu geito como si continuasse acreditado junto ao chefe de qualquer Estado pseudo-soberano do Oriente.

A primeira impressão, que produziram os seus gestos exquisitos e arrebatos em os nossos circulos diplomaticos, não poderia ser peior. Antes de sua nomeação para ministro entre nós, o governo de S. James designára o Sr. Lanel Carden para exercer esse cargo. A escolha justamente nos alarmára. o Sr. Carden portára-se de tal fórma no Mexico, onde estivera acreditado, intervindo desabusadamente nos negocios administrativos da Republica, que acabara por se compro-

metter de todo na famosa questão do syndicato Parsons, sendo forçado o seu governo a retiral-o para evitar sérias complicações. Pouco durou, entretanto, esse diplomata depois da sua destituição, vindo a fallecer inesperadamente.

Foi esse o motivo que determinou serem as credenciaes britannicas transferidas ao actual delegado de S. James junto ao Presidente da Republica Brazileira. A politica financeira ingleza necessitava não abandonar o seu *brasilian scheme*, na phrase de illustre publicista. E, chegando aqui, o Sr. Peel pareceu que trazia decorados os artigos violentos em que o *Financial News*, de Londres, vivia a diffamar a administração nacional. Começou logo passando por sobre o Ministerio das Relações Exteriores para se entender directamente com o Ministro da Viação, do qual levou, segundo é corrente, uma delicada reprimenda. Tornou-se advogado exigente e intractavel do grupo financeiro da *South American Railway Company*. A sua linguagem, a serem veridicas as noticias da imprensa da Capital da Republica, revestiu-se mesmo de um tom nada gracioso, principiando por fazer sentir, em curioso documento, áquelle secretario de Estado que « a honra *e a boa fé exigiam que o pagamento do material daquella companhia fosse feito sem demora* e concluindo em outro por pedir « *que o informassem se já haviam sido dadas ordens para que taes contas fossem satisfeitas* ». Em summa, no caso da explosão do *Tennyson*, enviando o seu secretario á Bahia exigir medidas policiaes do governador para receber deste tão severa quão modelar resposta, definiu-se francamente e não deixou mais duvida sobre o caracter violento e ameaçador de sua missão diplomatica no Brazil.

Em todo o caso, a não ser pelas suas maneiras por demais bruscas e em nada cortezes, não ha motivos por esses factos para se atacar pessoalmente o plenipotenciario bri-

tannico. Todos devem perfeitamente estar convencidos de que não age por conta propria; e, por traz da sua figura, o que se percebe é o novo imperialismo, instituido em sua Patria, não olhando a processos nem a meios, para tudo opprimir e avassalar a tudo, comtanto que não venha a perder a sua supremacia politica e commercial no mundo.

V

A pressão commercial — A boycottagem e as listas negras

Depois de ousar indebitamente intrometter-se na vida ecomica e na orientação das finanças do Brazil, era natural que a politica commercial ingleza buscasse aproveitar-se da paralysação do nosso trafico com os Imperios Centraes afim de ver si por todos os meios, obtinha a conquista completa e duradoura dos mercados nacionaes.

A sua primeira tentativa, logo nos primeiros mezes da guerra, não teve todavia bom exito. Imaginando ou fingindo acreditar que a attitude ruidosa de um grupo de demagogos, idealistas e especuladores, que começaram a fazer conferencias e festas em honra ás potencias alliadas, exprimia mesmo os sentimentos geraes da opinião brazileira, e suppondo que, por motivo da chamada *alliança anglo-luzitana*, o commercio portuguez, numeroso e rico em toda a Republica, se prestaria a servir de instrumento passivo aos seus insaciaveis interesses mercantis, a Grã-Bretanha, pelos seus agentes entre nós,

achou que poderia desde logo proclamar tambem a *boycottagem* aos productos allemães. Artigos enthusiasticos pelos jornaes a seu salario não tardaram a ser assim lançados levantando a vingadora idéa. Improvisaram-se *meetings* á sombra de boletins incendiarios em que se pregava o repudio a tudo que nos viera ou continuasse a vir da Allemanha. Seria essa, bradavam emphaticamente, uma das grandes armas da nova *guerra santa contra os barbaros do seculo XX, os profanadores cruentos do sólo sagrado da immaculada Belgica* ! Em uma palavra, espalharam-se milheiros de circulares, redigidas na linguagem altisonante dos manifestos civicos, convidando todos os brazileiros, *empenhados moralmente naquelle instante com as nações alliadas na defeza da civilização e da raça latina,* a não comprarem um só objecto nas casas allemães ou que fosse de fabricação germanica !

Apezar de tão espalhafatoso alarido, o convite não foi acceito. Nem a colonia portugueza, nem a população brazileira, representada especialmente pelas suas classes conservadoras, experimentou a menor sensação diante de tão inopportuna quão interesseira propaganda. O commercio allemão, admiravelmente organizado em todo o paiz, fórte pelos seus capitaes, ainda mais poderoso pelos seus processos honestos, brandos e cavalheirescos de transacção, continuou a funccionar com toda a liberdade de movimentos, apenas soffrendo os prejuizos decorrentes da interrupção do trafico para os seus vastos emporios de Hamburgo e de Bremen. A *boycottagem* planejada desmoralizou-se por si propria, uma vez que não tinha a amparal-a o patriotismo do povo brazileiro, sentimento expontaneo e nobre que não se agita ao sopro dos baixos egoismos estrangeiros e só sabe vibrar quando é a Nação que se acha mesmo em causa.

Na verdade, uma vez apenas em toda a historia politica do Brazil, a população em pezo, irmanados então com os na-

cionaes os portuguezes, que representavam quasi 90 % dos estrangeiros no paiz, levantou-se em um impulso de indignação e de colera e resolveu, como unica desforra a tomar contra os insultos recebidos, não manter mais relações mercontis ou de qualquer outra especie com uma nação que, despotica e insolentemente, nos ultrajara. Foi em 1863 quando o Governo de Pedro II, em um gesto de grande dignidade e altivez, soube replicar aos ultrages com que o ministro de S. Magestade Britannica, Sir William Douglas Christie, tentou humilhar-nos, tomando por pretexto a prisão de tres officiaes da fragata ingleza *Fórte*, os quaes, embriagados e á paysana, foram detidos na Tijuca quando faziam disturbios e offendiam á moral publica.

Em represalia á acção da policia brazileira, que aliás procedera com toda a moderação, apezar de brutalmente aggredida, aquelle desabusado plenipotenciario exigiu do nosso Governo satisfacções humilhantes; e, como estas lhe fossem negadas, ordenou ao almirante da esquadrilha britannica, surta na bahia de Guanabara e composta de cinco vasos de guerra, que aprezasse todos os navios nacionaes que estivessem no porto ou que encontrasse no cruzeiro, que deveria immediatamente fazer pelas nossas costas. Dias depois, eram logo feitas prisioneiras pelos corsarios inglezes cinco embarcações brazileiras e trazidas como refens para o proprio ancoradouro da Capital do paiz. E, dahi por diante, não cessaram mais as violencias e as affrontas dentro das nossas aguas e em face das mais altas autoridades do Imperio.

Semelhantes aggressões á honra e á soberania do Brazil provocaram um levantamento unanime da opinião. Organizaram-se logo, por toda a parte, batalhões patrioticos. E, entre as grandes manifestações de solidariedade ao governo, salientára-se pela imponencia e significação o comicio do com-

mercio do Rio de Janeiro, sob a presidencia do Ministro da Agricultura, o saudoso Visconde de Sinimbú.

Interpretando então os sentimentos dos negociantes brazileiros e portuguezes, presentes a tão memoravel assembléa, na qual se assentou a escolha de uma commissão central, composta de nomes respeitaveis como os do Visconde de Ipanema, Theophilo B. Ottoni, Vianna Drummond, Barão de Mauá, José Joaquim de Lima e Silva e Candido José Rodrigues Torres, para fazer a reacção commercial contra a Grã-Bretanha, o desembargador Siqueira pronunciava um notavel discurso em que concluia com a seguinte imprecação:

« Maldito seja o brazileiro que, d'ora em diante, fizer uso de fazendas e de mercadorias inglezas ! »

Commentando essa eloquente oração, escrevia Bellarmino Barreto em importante memoria, publicada em 1863, contendo os principaes documentos de tão triste conflicto diplomatico:

« Effectivamente, o pensamento do desembargador Siqueira era o pensamento geral no Rio de Janeiro. O Banco do Brazil não descontou nesse dia lettra nem papel de credito de casa ingleza alguma. As demonstrações de adhesão á repulsa contra o governo britannico partiam de toda a parte.»

Si, apezar de tudo isso, a *bocoycottagem* contra o commercio inglez não poude tornar-se naquelle tempo effectiva e duradora, quando pungentes affrontas haviamos directamente recebido, muito menos se poderia exigir hoje do povo brazileiro um procedimento identico contra a Allemanha, que é um paiz que jámais nos inflingiu affrontas ou nos ameaçou sequer com os seus canhões. E tanto mais ridicula seria uma tal imposição, feita em beneficio da Inglaterra, que, ao contrario, sempre nos ha tratado com desdem nos successivos conflictos diplomaticos em que nos tem tanto perseguido, chegando apoderar-se de territorios nossos e exigindo-nos, a cada passo, nas mais simples

contendas, indemnizações avultadas ou humilhantes retratações!

Mallogrados, entretanto, todos os esforços da politica ingleza para que, por uma deliberação collectiva de todas as classes sociaes, abandonassemos os grandes interesses economico-mercantis que nos prendem ao Imperio Germanico, não se demorava a passar das insinuações para o terreno das ameaças e das violencias.

E' certo que não foi só no Brazil que se procurou excitar a opinião publica contra os allemães afim de afastal-os da concurrencia aos mercados internos. Nas outras republicas sul-americanas, usaram-se os mesmos expedientes que entre nós, embora sem as pressões e as insolencias com que, depois, buscaram intimidar-nos. Na propria America do Norte, o jornalismo, inspirado pelo gabinete de S. James, pregou tambem o repudio ás mercadorias germanicas, mas não houve quem o levasse a sério.

Diante deste primeiro revez, não desanimou o imperialismo mercantil britannico; e, quando menos se esperava, affrontou os paizes neutros e até alguns dos seus alliados com o edicto instituindo a BLACK-LIST.

Analysando tão monstruoso acto, com que acabou o governo inglez por attentar abertamente contra a soberania e a neutralidade dos povos fracos, perturbando-lhes profundamente toda a economia interna, escrevia notavel publicista patrio:

« Se a *lista negra* não é a mais séria das violencias praticadas pela Inglaterra para com os paizes neutros, ella serve, comtudo, de prova definitiva da inexcedivel audacia do *caucus* imperialista que hoje governa a Grã-Bretanha, procurando fazer das operações de guerra instrumentos de acção commercial destinados a prejudicar interesses dos neutros e, em alguns casos, os dos proprios alliados da Inglaterra.

«A questão da lista negra apresenta varios aspectos que merecem ser analysados separadamente. Sob o ponto de vista geral dos interesses da civilização e do progresso juridico das relações internacionaes, a idéa de transformar uma guerra entre nações em um conflicto entre individuos foi talvez a mais lamentavel das aberrações introduzidas na luta européa. A noção tradicional de que o choque de interesses politicos e economicos de duas collectividades nacionaes não acarretava um conflicto catholico entre os individuos pertencentes aos grupos belligerantes, foi o traço divisorio entre as lutas irregulares dos povos selvagens e barbaros e a guerra organizada entre nações civilizadas.

«Pela acquisição do progresso juridico, synthetizado nessa distincção classica, a humanidade culta libertou-se das principaes causas da extrema ferocidade que caracteriza os conflictos armados entre populações que ainda não emergiram do nivel de barbaria. Mas, si os ataques feitos, em nome da nova doutrina retrograda, á propriedade de subditos inimigos, residentes em territorio belligerante, já representam um attentado commettido contra os principios fundamentaes da civilização, o acto do governo inglez, exercendo a sua ex-communhão a companhias e individuos estabelecidos em paizes neutros, constitue a mais curiosa exhibição do carinho com que o principio da inviolabilidade das soberanias nacionaes é tratado pelo belligerante que, em agosto de 1914, annunciou aos quatro ventos que tinha desembainhado a espada em defesa daquelle dogma fundamental sobre o qual pretendia construir a politica européa no dia que a victoria tivesse assegurado o aniquilamento da Allemanha.

«Mas como não bastasse ao arbitrio inglez exercer um acto de soberania contra os subditos inimigos, residentes em territorio neutro, o gabinete britannico, arrastado pela torrente

de violencia e de illegalidade em que se tinha lançado, acabou por assumir a estranha funcção de juiz dos cidadãos neutros que vivem sob a protecção das suas proprias soberanias nos respectivos paizes. A significação humilhante e o perigo nacional decorrentes da nova phase em que entrou esta questão resaltam tão claramente do exame dos methodos seguidos na organização da lista negra, que uma exposição singela do processo é mais eloquente do que o mais cerrado argumento tendente a provar que cada nome collocado no index britannico representa uma vergastada vibrada pela Inglaterra na soberania nacional do paiz attingido.

«Desde o começo da guerra, o governo inglez estabeleceu um systema de rigorosa espionagem politica, militar e commercial, que é dirigida pelas embaixadas, legações e consulados da Grã-Bretanha com o auxilio de um serviço completo de agentes voluntarios ou remunerados. A's embaixadas e legações estão entregues as questões politicas e militares; aos consulados, foi confiada a tarefa commercial. Até ahi nada ha de censuravel nos methodos inglezes que são, aliás, identicos aos das outras potencias belligerantes. Mas, quando o gabinete inglez decidiu ampliar a lista negra, de modo a estender o caracter de inimigo aos subditos de nações neutras, a funcção dos consules britannicos, que até então havia sido apenas de informantes do seu governo, passou a ser judiciaria. Colligindo as informações dos seus agentes, supplementadas por vezes por delações interesseiras, o consul inglez envia ao seu governo o rol das casas e individuos suspeitos; e, em virtude do veredicto consular, o « Foreign Office » pronuncia a sentença excommunicatoria. A differença entre o que acontecia, quando a lista negra apenas incluia os nomes de individuos e firmas inimigas e o que occorre agora que o rigor britannico se applica tambem aos neutros, póde ser facilmente apprehendida. No primeiro caso, o agente consular agia apenas como um informante que

levava ao conhecimento do seu governo um facto material simples e indiscutivel qual o da nacionalidade de certos individuos. Nas circumstancias actuaes, o consul fica constituido em juiz, que decide sobre a natureza dos actos commerciaes de cidadãos do paiz em que elle está acreditado, e dessa sentença o unico recurso que a victima póde ter é para o governo de uma potencia estrangeira. Em outras palavras, um brazileiro, por exemplo, é julgado no Rio de Janeiro pelo consul britannico e o seu caso é decidido em ultima instancia, pelos burocratas de Whitehall.

« Si a listra negra fosse apenas um index para os subditos de sua majestade britannica, esse estranho processo poderia ser encarado apenas como uma insolente manifestação da arrogancia de uma potencia que, encastellada na sua supremacia naval, pretende acostumar os povos fracos ao regimen do futuro imperio universal. Mas, infelizmente, além de ser suprema nos mares, a Inglaterra tem hoje, como corollario dessa perigosa hegemonia oceanica que a imprevidencia das outras nações consentiu que ella adquirisse, meios de exercer uma absoluta dictadura sobre as relações economicas de todos os povos. Seguindo o sabio conselho de Sir Walter Raleigh, os inglezes conseguiram pelo dominio do mar obter a preponderancia economica no mundo que o colonizador da Virginia lhes promettera como fruto seguro da supremacia naval. Senhores do mar, elles puderam fazer da sua metropole o *clearing house* universal e assim a rêde do systema bancario britannico tornou-se a formidavel tunica constrictora em que a classe dirigente da Inglaterra póde estrangular commercialmente os seus desaffectos em todos os recantos do globo. Graças á supremacia incondicional nos oceanos, quasi toda a rêde telegraphica submarina tornou-se ingleza; e, a um acceno do gabinete de Downing Street, todas as linhas rivaes foram cortadas quando isto se tornou conveniente aos interesses britannicos. De posse

de um vasto e poderosissimo systema de bancos e tendo nas mãos as chaves das communicações internacionaes, a Inglaterra encontra ao seu alcance os meios de tornar a sua lista negra uma arma mortal contra quem bem lhe aprouver.»

Effectivamente, o abalo produzido pela applicação da *Black-list* ás transacções mundiaes e pelas violencias dos consules e demais agentes britannicos nos diversos mercados, em que exercem a sua actividade, foi de tal ordem que acabou por provocar as mais energicas e desesperadas reacções. Si nos paizes fortes e poderosos, se pode dizer que a execução do famoso edicto de Londres não passou quasi que do terreno platonico, mesmo assim os seus governos e as classes conservadoras agitaram-se e resolveram formular os mais violentos protestos. Nos Estados Unidos, a indignação foi tão intensa que, no Senado, depois de discursarem violentamente os Senhores Stone e Waish, o Sr. Thomas declarou que urgia fazer represalias immediatas á Inglaterra. Accrescentou que impossivel seria existirem sympathias nos Estados Unidos pelos alliados diante de tantos e tão brutaes atropellos aos direitos dos cidadãos norte-americanos; e concluiu propondo que se creassem todos os embaraços á exportação dos generos alimenticios destinados ás Ilhas Britanicas. Em seguida, mais de cincoenta membros do Congresso Federal se reuniram e organizaram uma commissão para combinar todas as medidas de combate ás listas negras. Por seu lado, diante das declarações do grande importador Hermann Hefz, affirmando que a *Black-list* se propunha essencialmente a induzir o commercio *Yankee* a não exportar mercadorias no valor de um unico dollar sem o consentimento da Grã-Bretanha, um numeroso grupo de commerciantes neutros fundaram a *União Internacional* contra as medidas prepotentes do governo de Londres. Finalmente, diante de tão fortes e geraes reclamações, a *Casa Branca* enviou logo uma nota incisiva e severa ao *Foreign Office* demonstrando-lhe

os inconvenientes de tão desabusada medida e os perigos das represalias que naturalmente provocaria. E, apezar da replica do governo de S. James procurar justificar esse acto como apenas dirigido aos subditos de Sua Magestade Britannica e affirmar que lhe era impossivel voltar atráz desse plano de guerra commercial posta em pratica contra os seus inimigos, a verdade é que, nos mercados norte-americanos, os effeitos da *Black-list* não se fizeram sentir a não ser pelo que em si mesma possuia esta de irritante, odioso e attentatorio á liberdade de commercio.

O mesmo, infelizmente, não se deu com as Republicas sul-americanas, e, entre estas todas, com a nossa Patria, que foi a nação que, no fim de contas, veio mais a soffrer com os atrevimentos e exigencias dos representantes do governo inglez, espalhados estrategicamente sobre o seu vasto e pouco trafegado territorio.

Si, na America do Norte, em virtude da descoberta do tratado secreto entre os Estados-Unidos e a Inglaterra, pelo qual esta concedia áquelles em troca de sua participação indirecta na guerra contra a Allemanha o direito de baraço e cutello sobre os demais povos do continente, era natural que o Mexico, que se sentia mais de perto ameaçado pelo guante *Yankee*, fosse o primeiro a receber com desdem o edicto Inglez, jogando firme no apoio precioso que lhe ha de dar sem duvida o governo de Berlim em futuro não remoto, bem diversa se aprezentava a situação para as republicas do meridião.

Não cabe nos limites deste livro a descripção minuciosa do que se passou nos povos circumvisinhos em face das exigencias e arrogancias dos delegados do gabinete de S. James. Desde a desditosa e mutilada Colombia, cuja intellectualidade politica é todavia uma das mais brilhantes do Novo-Mundo e onde a diplomacia se tem portado diante da conflagração européa com uma agudeza admiravel de vistas, até ao Ecuador, á Venezuela e

á Bolivia, a execução da *lista negra ingleza* deu logo resultados negativos e só serviu para augmentar as sympathias reinantes pela causa germanica. Porque, facto curioso! nessas nações, a odiosidade inveterada no animo popular contra os norte-americanos se estende tambem aos inglezes como se uns e outros symbolizassem um perigo unico e constante sobre a sua independencia e integridade.

Ainda recentemente, em 1915, no esplendido trabalho do erudito escriptor D. Raimundo Rivas, *Relaciones internacionales entre Colombia y los Estados-Unidos* (1810-1850), se recordavam as palavras memoraveis do saudoso internacionalista, Fernandez Madrid que, na phrase daquelle publicista, fôra em vida sempre a alma da chancellaria de Bogotá, palavras essas que bem traduzem o estado de constante sobresalto patriotico daquella tão altiva quão desventurada Republica: « Povos da America Espanhola! União, união, para que não nos devore a anarchia! União, união! que o Governo Britannico invade já o nosso territorio! União, união, que, aos embustes da Inglaterra, se aggregam os canticos triumphaes dos Estados-Unidos!»

E, sobre a *questão Mosquitia,* ainda accrescentava: « Cuán atróz y amargamente habia sido burlada por el gobierno británico nuestra demasiada y candida credulidad! »

No Perú, porém, nem as autoridades, nem as diversas classes sociaes, se mostraram aterrorizadas em frente das ameaças da *Black-list*. Justificada pelo deputado Seccada, a Camara dos Deputados approvou uma resolução mandando que o Ministerio das Relações Exteriores entrasse em negociações com o governo inglez para que fosse respeitada a liberdade do commercio de numerosas firmas commerciaes e industriaes do paiz, attingidas pelo edicto de Londres.

A nota diplomatica, todavia, com que essa Republica fez sentir ao *Foreign Office* que repellia a affrontosa tutela

commercial da *Black-list*, é um modelo de sabedoria internacional e de dignidade patriotica, recomendando sem duvida á gratidão nacional o nome illustre que a subscreveu.

«Senhor Ministro, escrevia o Sr. E. de la Riva Aguero, eminente secretario das Relações Exteriores daquella Republica, ao Sr. Rénine, enviado extraordinario de S. M. Britannica, os serios entorpecimentos que começaram a produzir-se no movimento commercial do Perú, motivados pela execução dos decretos do governo de S. M. Britannica sobre o commercio com o inimigo «Statury List» de 29 de fevereiro, 25 de abril e 23 de maio do presente anno, me obrigam a chamar seriamente a attenção de V. Ex., rogando se sirva por sua vez fazel-o com o «Foreign Office», a respeito da situação creada e susceptivel ainda de aggravar-se progressivamente. Já em diversas entrevistas, desde que os citados decretos foram conhecidos, tive a honra de manifestar a V. Ex. que o meu governo não podia conformar-se com elles porque não se harmonizavam nem com as faculdades que, em sua condição de belligerante, podiam corresponder ao governo de S. M. Britannica, nem com os foros soberanos e as conveniencias economicas do Perú, como nação independente.

«Em geral e conforme os principios universaes sobre os quaes repousa a soberania das nações, não é admissivel que leis e decretos dictados por um governo, qualquer que seja a sua natureza, se cumpram dentro do territorio de outro paiz em opposição ás proprias leis deste.

«As disposições legaes de um Estado não podem ter vigor mais além das suas fronteiras e as unicas excepções acceitas a respeito, na ordem da constituição pessoal ou sobre materia sanitaria, se fundam em considerações de conveniencia reciproca ou beneficio geral e humanitario, pelo que se aparta completamente desta regra a interdicção commercial decretada contra casas de commercio ou emprezas industriaes que

se dedicam, em territorio neutro, a negocios de indole pacifica sob o amparo das leis nacionaes, que garantem a todos os habitantes do paiz, qualquer que seja a nacionalidade, a mais ampla liberdade de trabalhar, sem outro limite, senão o que podem estabelecer as exigencias da ordem ou da salubridade publicas.

«Resultaria, segundo isto, que as garantias, que com effeito outorgam a nossa constituição e as nossas leis, como obrigação imposta a todo o Estado civilizado, no sentido de assegurar o proprio desenvolvimento das suas fontes principaes de progresso e riqueza, viriam a ficar sopitadas por actos de governos estrangeiros que, encaminhados para um fim odioso e de proveito particular, só por este caracter mereceriam já ser restringidos em sua applicação, quanto possivel e ainda dentro do territorio neutro.

«A guerra, em suas terriveis realidades, é um estado de direito das gentes que cria relações de nação á nação; mas não contra individuos asyladamente considerados.

«São legitimas, na verdade, as hostilidades que se dirigem contra as forças armadas do paiz belligerante e contra os elementos que, dentro das fronteiras inimigas, podem servir para augmentar ou manter a efficiencia dessas forças: mas sahe da orbita da lei internacional a hostilidade feita ao individuo que, alijado de sua propria collectividade, sob a generosa hospitalidade de um paiz neutro e livre, ahi se torna um elemento de trabalho e de prosperidade coadjuvando o adeantamento nacional.

«E não se diga que as restricções impostas só comprehendem as relações directas com os cidadãos ou subditos dos Estados inimigos da Grã-Bretanha, porque, para a efficacia dellas, abrangem e têm que abranger aos intermediarios, qualquer que seja a sua nacionalidade, como de facto está acontecendo entre nós, de sorte que essas restricções veem entravar,

sem direito algum, a liberdade de commercio, não só dos neutros nacionaes, senão em geral de todos os estrangeiros entre nós residentes.

«A estreita engrenagem do commercio é, com effeito, tão indestructivel que resulta della a impossibilidade de affectar a alguns sem comprometter e prejudicar os direitos e interesses de todos. Além de que, o conjuncto das transacções, qualquer que seja a nacionalidade dos que no paiz as realizem, constitue o commercio nacional, fonte de bem estar e de recursos para o fisco, que não se tem o direito de prejudicar em se tratando especialmente de um Estado neutro e amigo.

«Mais inacceitaveis são ainda as prohibições que estabelecem os decretos mencionados, quando se applicam aos empregos de transporte terrestre ou maritimo pela natureza dos serviços que elles prestam, que são de caracter publico, e dos que teem direito de gosar por igual todos os habitantes do territorio, sujeitando-se aos regulamentos nacionaes.

«Ha tambem a observar que essas emprezas não fazem seu trafego por direito proprio, senão devido a concessões e franquias outorgadas pelo Estado, que as obriga a servirem indistinctamente a todos. A exclusão, pois, que se fizesse de individuos de determinada nacionalidade, não só se revestiria do caracter de excepção odiosa e illegitima que as autoridades do paiz não poderiam apoiar, senão que dariam logar a explorações e monopolios oppostos ás garantias, que as nossas leis concedem, e monopolios que viriam a estabelecer-se por mandados emanados de poderes que não são os do paiz.

«Seria muito mal interpretado o pensamento de meu governo si se attribuisse a esta communicação o proposito, si quer remoto, de envolver-se em assumptos relativos a uma luta sobre a qual se apressou em declarar e confirmar a sua neutralidade, ou de criticar actos que, por virem de governo tão amigo e illustrado como o de S. M. Britannica, lhe me-

recem o mais alto respeito. Nesta dolorosa emergencia da guerra européa, a par dos prejuizos consideraveis que, por effeito natural, vem soffrendo o Perú desde que se iniciaram as hostilidades, não nos cabe senão guardar, com o escrupulo que até agora temos tido, os deveres que a nossa condição de neutros nos impõem e fazer os votos mais sinceros pela terminação da luta e para que os seu males se reduzam, ao minimo possivel, para todos os poderosos contendores. Mas, o que não pude deixar de levar ao conhecimento do governo de S. M. Britannica, pelo digno intermedio de V. Ex., foi o conceito que o meu governo formou a respeito dos decretos sobre o commercio com o inimigo (Statury List) e o pedido que sejam modificados de modo a libertar um paiz neutro e amigo como o Perú, da profunda perturbação que, em seus negocios privados, vieram elles produzir.»

Infelizmente, a esse gesto de tamanha coragem civica e de tão digna nobreza politica, não souberam corresponder as demais republicas irmãs do continente, seguindo, altivamente, o exemplo dado. E, não falando no Uruguay que, por uma série de calamidades interiores, já teve a sensação da bandeira ingleza a fluctuar sobre as suas alfandegas e não passa ainda agora de quasi uma colonia commercial da Grã-Bretanha, si a Republica Argentina e o Chile não se deixaram diminuir tanto quanto o Brazil em face das affrontas que, á sombra da *Black-list,* não cessaram todos de supportar, souberam todavia por medidas indirectas de ordem administrativa e judiciaria continuar a garantir a rotação regular do seu commercio, das suas industrias, em summa, de toda a sua economia interna.

E' certo que, tanto no parlamento uruguayo, quanto na representação nacional daquellas duas outras Republicas, vozes autorizadas e independentes se fizeram ouvir mostrando ao imperialismo britannico que as suas ameaças e as suas pres-

sões á vida commercial desses paizes era contraproducente e só serveria para anthipatisar a causa dos alliados.

Em Montevidéo, o discurso, pronunciado na Camara dos Deputados, pelo Dr. Luis Herrera, internacionalista sem par e espirito de raro descortino politico, profligando os absurdos do edicto de Londres, foi o prenuncio da hostilidade surda que logo se manifestou em todas as camadas sociaes contra tão indebita intervenção nos negocios domesticos da Republica.

Na Argentina, não houve um só jornal que ousasse justificar o acto de prepotencia do governo inglez. Desde a *La Nacion* á *La Prensa*, representando os pontos oppostos do sentir e do desejar do povo platino, a condemnação foi unanime á *Black-list*. Por mais que procurassem os agentes britannicos persuadir os espiritos de que a *lista negra* não seria um privilegio do seu governo, que outras brevemente seriam decretadas pelas demais nações alliadas, como um instrumento mortifero contra o resurgimento da politica commercial allemã, afim de conseguir a adhesão da colonia italiana, que representa no Rio da Prata a portugueza em relação a nós, tudo foi debalde.

O projecto Avellaneda, apresentado ao Congresso Nacional, foi recebido com enthusiasticos e geraes applausos. A notavel oração, com que o justificára o seu illustre autor, produziu a mais funda emoção no espirito publico; e o parecer da Commissão de Legislação, concedendo-lhe approvação unanime, bastou para que o governo argentino colhesse do inglez a promessa formal de que os seus consules e mais agentes commerciaes teriam immediatamente instrucções reservadas para que não levassem tão longe as suas imposições e as limitassem o mais possivel aos subditos do seu paiz e ás colonias dos seus alliados.

Logo em seguida, o recúo do gabinete de S. James, relaxando o aprisionamento do navio argentino *Presidente*

Mitre, sob o pretexto de que pertencia a uma companhia allemã, emquanto não attendia em condições muito melhores aos protestos da diplomacia brazileira sobre a detenção de vapores, genuinamente nacionaes, em seus portos, mostrava que uma attitude energica e decidida vale ás vezes muito mais do que os pannos quentes de uma politica titubiante, tortuosa e timida.

Dadas, entretanto, as graves perturbações sentidas no nosso movimento economico e commercial, e as indebitas e affrontosas interferencias dos consules britannicos e seus prepostos na vida intima da Republica, invadindo estabelecimentos mercantis e industriaes, procurando violar o segredo das escripturações, prohibindo transacções com esta ou aquellas firmas e emprezas e tolhendo as liberdades amplamente garantidas pela Constituição Federal a todos que vivem no paiz, igualando estrangeiros a nacionaes e assegurando-lhes todos os direitos civis e todas as garantias individuaes e collectivas, não era possivel que nos conservassemos indiferente e quedo como representante da Nação e Deputado de uma terra onde as tyrannias de qualquer especie jamais acharam acolhimento ou incentivos.

Nós nos achavamos no Brazil deante de uma situação bem singular. Emquanto a Inglaterra, pelos seus delegados de immediata confiança, exigia que não mais comprassemos um só artigo á Allemanha ou aos allemães, forçando os industriaes e commerciantes nacionaes e estrangeiros, aqui domiciliados, a assignarem documentos em que se compromettiam a não mais alimentar transacções com as casas germanicas ou ligadas a estas, sob pena de ser lançados na *lista negra,* e emquanto, para cumprir ordens de sua alliada, a França mandava arrancar dos navios brazileiros, em viagem dos Estados Unidos para as nossas praças, as mercadorias destinadas á essas firmas condemnadas, como no caso do *Tocantins,* apri-

sionado em alto mar e conduzido para a Martinica, onde deixou aquella carga suspeita — os vapores inglezes continuavam a trazer para alguns desses mesmos commerciantes teutonicos, incluidos no *Index* do governo de Londres, artigos diversos e não cessavam de conduzir tambem para a Hollanda e para os paizes scandinavos remessas collossaes de generos britannicos, que não tardariam a transpôr as fronteiras do Imperio do Kaiser.

Ainda em maio e junho de 1916, dois annos quasi depois de romper a guerra, os navios inglezes *Raeburn*, *Dryden*, *Darro*, *Araguaya* e *Drina* desembarcavam no porto do Rio de Janeiro numerosos volumes consignados a firmas genuinamente allemães, isto é, violavam flagrantemente a *proclamação real* que prohibira aos subditos inglezes manterem quaesquer relações de commercio com o inimigo.

Criticando sensatamente todos esses tristes factos, escrevia illustre publicista:

«A leitura dos manifestos dos vapores, que trouxeram volumes consignados a negociantes allemães, revela ainda que todas aquellas mercadorias eram procedentes de Manchester e de Liverpool. Ou fossem embarcados no grande porto do Gersey, ou descessem da metropole do Lancashire pelo seu famoso canal, os artigos destinados aos excommungados commerciantes do Rio de Janeiro só podem ter tido duas origens. Foram productos da industria britannica, ou vieram de algum outro paiz da Europa septentrional, tendo a Grã-Bretanha servido de intermediaria no mecanismo da exportação. Na primeira hypothese, está claro que, não sómente as companhias de navegação inglezas acceitaram frete inimigo, como tambem que esse frete era constituido por artigos manufacturados na Inglaterra por industriaes que os venderam a subditos inimigos, em franca desobediencia á proclamação da graciosa majestade britannica. Mas é provavel que a segunda explicação seja mais

acceitavel. As industrias inglezas, desorganizadas pela guerra e monopolizadas pelas encommendas de material destinado ao exercito e á marinha, não se acham em maré de fornecer com muita facilidade os seus productos ao consumidor estrangeiro. Póde-se, portanto, julgar que uma parte, pelo menos, das mercadorias trazidas pelos navios inglezes aos seus freguezes allemães do Rio de Janeiro procédia de outro paiz do norte da Europa. Qual seria esse paiz? Quem examinar os manifestos e fizer uma pausa sobre a natureza das mercadorias, verá que, em alguns casos pelo menos, os commerciantes allemães do Rio de Janeiro, que se aproveitaram da solicitude da marinha mercante britannica, tiveram, para compensar a tristeza de pagar ao inglez o frete exorbitante, a patriotica satisfação de verem entrar nos seus armazens productos sahidos das fabricas da «Vaterland».

«Não preciso insistir mais sobre o lado moral dessa curiosa situação, em que a potencia, que bloqueia os mares e cerceia a liberdade de navegação dos neutros, está sorrateiramente vendendo aos subditos inimigos os seus productos e servindo de intermediaria entre a Allemanha assediada e os mercados brazileiros. Muito mais importante do que o aspecto ethico do caso é a sua significação economica.»

Ora, a apreciação destes e de outros factos, ao lado das repetidas e accintosas affrontas á autonomia nacional, exigia que demonstrassemos bem alto que a nossa Patria não estava ainda reduzida ás tristes contingencias dos povos possuidos. Foi o que procuramos evidenciar formulando com outros Deputados ao Congresso Nacional um projecto de lei, pelo qual, oppondo uma barreira aos excessos e intromissões dos agentes das potencias estrangeiras, fossem ellas quaes fossem, na vida domestica do paiz, á sombra de *listas negras* ou de quaesquer outros pretextos, garantiamos a mais ampla liberdade de commercio dentro das nossas fronteiras e, ao

mesmo tempo, davamos ao governo federal a solidariedade da representação popular em todos os actos que viesse a praticar em defesa da neutralidade e da soberania do Brazil.

Nessa proposta legislativa, determinavamos que o Poder Executivo da União impedisse que continuassem a representar as suas nações junto ao Governo Brazileiro os agentes diplomaticos ou consulares que, por publicações na imprensa, circulares, cartas ou outro qualquer meio, procurassem directa ou indirectamente cercear a liberdade de commercio, estatuida na Constituição de 24 de Fevereiro. Para que essa providencia fosse tomada, além das informações colhidas propriamente pelo poder publico, bastaria a exhibição ao mesmo poder por um particular de prova plena dos actos ou dos factos, acima referidos.

Propunhamos mais que seriam nullos e não poderiam ser admittidos a registro na Junta Commercial os contractos, que se fundassem sobre esses actos de governos estrangeiros ou de seus respectivos agentes, attentatorios á lei fundamental e ás liberdades civis da Republica, e tivessem por fim a exclusão de se comprarem ou se venderem effeitos a pessoas de determinadas nacionalidades. Nesse ponto, adoptaramos as idéas do projecto Avellaneda.

Finalmente, declaravamos que ficaria expressamente prohibida no territorio nacional a propaganda publica e privada em que, por ameaças ou outros meios violentos, se intentasse perturbar a boa ordem da vida economica e commercial do paiz, impondo a estabelecimentos mercantis, emprezas industriaes e agricolas, companhias de navegação e simples particulares, não comprarem, venderem ou terem negocios com pessoas de determinada nacionalidade, e pela razão dessa mesma nacionalidade. O infractor soffreria assim a multa de cinco contos de réis, elevada ao dobro nas reincidencias.

Justificando então essas salutares medidas, escreveramos uma longa exposição, em que enumeravamos a série immensa

de violencias e actos attentatorios á nossa soberania, já nessa época praticados pelos agentes britannicos dentro do nosso territorio e com flagrante menosprezo das autoridades brazileiras. (1) Do norte ao sul da Republica, por todos os Estados, recolheramos os protestos e reclamações que se haviam formulado. Não nos escapara uma só das representações dirigidas ao Ministerio das Relações Exteriores ou directamente ao Presidente da Republica. Diversos desses documentos tinham sido firmados pelas Associações Commerciaes das melhores praças do paiz e eram escriptos em linguagem que denunciava logo o desespero crescente em que se encontravam as classes productoras. Só um desses protestos, entregues ao governo federal, continha mais de oitocentas firmas das mais conceituadas no Brazil.

Devem estar ainda bem vividos na consciencia publica os memoraveis successos que se desenrolaram então em torno dessa nossa proposta de lei.

Julgada objecto de deliberação por 59 votos contra tres na sessão da Camara dos Deputados de 3 de agosto de 1916, teve de ser submettida dias após a nova apreciação da assembléa, por não chegar aquelle numero ao exigido pelo seu regimento interno.

Nesse interim, importantes razões de Estado aconselharam aos altos poderes da União a retirada do projecto dos debates parlamentares. Fomos nesse sentido consultado; e, depois de conhecermos os motivos ponderosos que agiam no animo do governo federal para assim manifestar esse desejo e de recebermos a promessa solemne de que o *leader* da maioria faria as declarações formaes de que o Presidente da Republica, não só tomaria na devida consideração os protestos do com-

(1) Vide os seguintes livros: «A Black-List» e o «Projecto Dunshee» — 2ª edição — Rio de Janeiro; e «Ainda a Black-List» — Rio de Janeiro — 1916.

mercio, não permittindo a intromissão de agentes estrangeiros na economia nacional, como tambem estava disposto a manter a neutralidade do Brazil nos termos peremptorios do decreto de 4 de agosto de 1914, de boa vontade accedemos em não augmentar as difficuldades penosissimas em que se encontravam os dirigentes da Republica.

Procedendo embora assim, não cessámos um só instante na companha iniciada em defesa da soberania e da neutralidade da nossa Patria. Passo a passo, continuamos a acompanhar e a combater a acção nefasta dos agentes inglezes em torno da *lista negra*, denunciando todos os seus attentados e baixos manejos para amedrontarem as nossas classes productoras. E, a 4 de dezembro de 1916, ainda subiamos á tribuna parlamentar, afim de requerer que ficasse figurando nos *Annaes* do Congresso Nacional a carta-official que, naquelle dia, acabavamos de endereçar ao chefe do Estado, acompanhada de novos e copiosos testemunhos da nefanda intervenção da politica imperialista ingleza na marcha interior dos negocios do Brazil.

Entregavamos mais uma vez ás mãos honradas do Presidente da Republica armas preciosas para que, no momento que julgasse opportuno, pudesse reagir contra os oppressores da nosso Patria, certo de que o apoiaria firme e decisivamente a opinião nacional.

A applicação, entretanto, da *lista negra* em o nosso paiz deveria ter um desfecho inesperado. Com a entrada de Portugal na guerra contra a vontade manifesta do seu povo e, ainda mais, da grande maioria de seus filhos, domiciliados entre nós, imaginou o governo britannico que as maiores facilidades se abririam aos seus planos açambarcadores dos mercados nacionaes. Suggeriram assim os seus agentes a organização dos *Comités Commerciaes dos Alliados* nas principaes praças brazileiras, compostos de um representante pro-

eminente de cada uma das colonias das nações da *Entente*. O de S. Paulo chegou mesmo a redigir circulares em quatro idiomas differentes (francez, inglez, italiano e portuguez) concitando os seus patricios á repulsa em massa de quaesquer transacções ou negocios com as firmas allemães, austriacas e turcas.

No Rio de Janeiro, porém, as grandes casas portuguezas e, ao seu lado, póde dizer-se, a quasi unanimidade do commercio luzitano, comprehenderam sensatamente que a sua Patria fôra compellida a participar dessa cruenta peleja, em que só terá a perder, como tem acontecido todas as vezes em que ha confiado nas promessas da Grã-Bretanha. Nada teriam a lucrar tambem si se mettessem em uma luta ingrata e gratuita com o commercio austro-allemão, com o qual sempre cultivaram as mais solidas e fructuosas relações. Já bastava assim o sacrificio de sangue que os seus irmãos de além-mar estavam sendo compellidos a fazer em prol das ambições e dos interesses dos inglezes, que tem sido os expoliadores eternos do patrimonio colonial do velho e glorioso pavilhão das quinas. Das almas dos portuguezes, já mais se apagaram as paginas pungentes em que Zeferino Candido, synthetizando todas as affrontas, todas as humilhações e todas as depredações, praticadas pelos governos de Londres contra o seu leal e desditoso alliado da Iberia, exclamava que «*o canhão vence, mas não convence!*» Portugal, roubado na India, opprimido na Africa, escravizado monetariamente na Europa, no fundo era o mesmo Portugal, tendo em cada filho um patriota e os patriotas jámais esquecem ou perdoam as injurias e as violações feitas ao seu paiz....

Foi assim que, ao mesmo tempo que as mais importantes casas allemãs dirigiam um protesto solemne á Associação Commercial contra os attentados inauditos e as ameaças sem nome dos commissarios do governo inglez, por seu turno, quinze dentre as mais respeitaveis e poderosas firmas portuguezas, delegadas

de muitas outras, que se declararam solidarias com a sua acção prudente e reflectida, enviavam ao *Comité Commercial dos Alliados*, com séde tambem na Capital Federal, uma sensata representação em que demonstravam que a suspensão de negocios com os inimigos da Inglaterra, especialmente em relação aos generos nacionaes, não só era uma medida antipatriotica e quasi impraticavel, como perigosa, pois os austro-allemães, dispondo de preciosos apparelhos bancarios, mercantis, industriaes e até agricolas no paiz e de capitaes avultados, não soffreriam os graves prejuizos, que se imaginavam, e, comprando á vista, por intermedio de commissarios brazileiros nos estabelecimentos alliados, burlariam a cada passo as intenções exterminadoras da politica britannica e arriscariam de momento os vendedores a serem lançados na *Black-List*.

O commercio portuguez no Rio de Janeiro mostrava desta fórma que não haviamos commettido um exagero quando, na nossa carta-official, endereçada ao Presidente da Republica, apontando os perigos que poderiam advir para a economia brazileira si amanhã a Allemanha resolvesse tambem organizar uma *lista negra* para o Brazil nos mesmos termos da ingleza, affirmavamos as mesmas cousas. «Entre nós, escreviamos então, o elemento germanico, como tambem o chamado *teuto-brazileiro*, não representa hoje apenas o commercio intermediario; não é só o grande commissario da importação, o maior exportador, o mais habil banqueiro, o melhor cliente e o mais liberal dos credores mercantis. Negocia ainda com os generos do paiz, *como acontecia com o antigo* portuguez: é industrial, é lavrador e, acima de tudo, em largas zonas, já chega a ser o pequeno, o precioso cultivador dos generos de primeira necessidade». E concluiamos:

«Feita uma vez a paz, ou mesmo dentro ainda das operações de guerra, si se pretender applicar uma «lista negra

allemã» ao Brazil contra as de suas rivaes, no meio da indifferença e timidez com que se está encarando a *black list*, baixada pela gabinete de S. James, permittindo-se que agentes estrangeiros imponham leis ás nossas transacções internas, devassem as escriptas das casas commerciaes, ditem contractos absurdos e levianos, que escravizem a nossa importação e os nossos pricipaes generos exportaveis, e nos reduzam a colonias africanas ou á tristissima situação em que já se encontrou a nossa Patria por mais de 60 annos em face dos tratados de commercio arrrancados á metropole e, depois, aos primeiros governos do Imperio pela Grã-Bretanha, então poderemos desde já confessar que perderemos mais do que a nossa independencia economica, ficaremos á mercê dos caprichos da nação poderosa que, na guerra mercantil com outras, movida ás escancaras entre nós e em face do poder publico tornado em esphynge, conseguir esmagar as mais fracas e, com estas, o proprio povo brazileiro...»

VI

A pressão diplomatica — O fuzilamento de Fernando Buschmann e os armamentos brazileiros

Sinão mais irritante, pelo menos tão perigosa quanto a pressão commercial, exercida sobre a economia brazileira pela politica britannica, não tardava a mostrar-se tambem a acção diplomatica do *Foreign Office* junto ao governo da Republica.

Desde os primeiros movimentos dos exercitos em guerra, reconhecendo que os orçamentos militares da França e da Russia não tinham tido naquellas potencias a applicação regular e séria como tudo fazia esperar e que urgia, portanto, buscar elementos bellicos fosse onde fosse, o gabinete de S. James começou logo a olhar com olhos cubiçosos as quinhentas mil carabinas e respectivas munições, recentemente adquiridas pelo nosso Ministerio da Guerra. Dizia-se que esse armamento, fabricado nas usinas allemães, era o que se conhecia de mais aperfeiçoado no genero. Por uma rara circumstancia entre nós, o commissario, encarregado dessa acquisição, portara-se com um escrupulo e um criterio dignos de nota.

Já alludimos, em paginas anteriores, quando nos occupámos da pressão financeira cruamente feito ao Thesouro Nacional desde o rompimento das hostilidades, á attitude estranha dos nossos agentes em Londres, os Srs. Rotschild, não atttendendo pela primeira vez a uma proposta do governo brazileiro sobre o resgate de duas lettras, uma de 1.500.000 libras e outra de 500.000, e exigindo o seu pagamento immediato e integral. Essa exigencia, formulada em taes termos, era tanto mais para admirar quanto aquelles banqueiros, ha largos annos, nos representavam na *City* e sabem perfeitamente a seriedade e correcção do nosso paiz na satisfação dos seus compromissos externos.

Si assim, porém, agiam e nos desconsideravam, era porque não passavam no momento de um méro instrumento manejado pelo gabinete de S. James. Para este, fiado sem duvida no que diziam os telegrammas do Rio de Janeiro, reflexo das noticias exageradas do jornalismo de escandalo, unico que, entre nós, se imagina poder existir e fructificar, a nossa situação monetaria era tão premente que, diante de uma tal imposição pelos portadores britannicos daquellas duas lettras do erario, não teriamos remedio sinão nos submettermos ás insinuações que, ao mesmo tempo, nos faziam.

Effectivamente, os mesmos agentes financeiros nos haviam offerecido então uma somma tentadora pela venda dos armamentos que, durante o quatriennio presidencial que acabou de expirar, compráramos á Allemanha.

Emquanto isso se passava na reserva das confabulações telegraphicas entre a casa Rotschild e o nosso Ministerio da Fazenda, felizmente naquella época ainda entregue a mãos limpas e puras, a chamada imprensa *alliadophila* da Capital Federal, inspirada pela diplomacia do *Foreign Office*, continuava na sua campanha de descredito do paiz. A nova emissão de papel-moeda, largamente discutida e votada pelo Congresso

Nacional, servira de thema para os mais impiedosos ataques ás nossas finanças, apontadas como em estado verdadeiramente desesperador. Ao passo que aquella medida era amplamente adoptada, não só pelas nações belligerantes, sendo que a propria Grã-Bretanha chegou a querer inundar com os *bonus* do seu Thesouro os mercados norte-americanos, como tambem pelos neutros de todos os continentes deante das surprezas e das difficuldades, creadas pela guerra, entre nós bradavam emphaticamente que representava um monstruoso attentado, o ultimo passo para a ruina e para a bancarrota! O vocabulo — *inflacção* teve mesmo o seu momento de intensa popularidade! O meio circulante não podia mais supportar o novo derrame de notas do Thesouro... Um recurso unico, um só, nos restava: desfazer-nos desses *dreanoughts*, que ahi estavam a se cobrir de ostras na bahia de Guanabara, e desse *montão de carabinas*, que dia a dia se enferrujavam na Intendencia da Guerra. Para que necessitavamos, apostrophavam em todos os diaposões, de tão grande profusão de armas? Quinhentas mil carabinas para um exercito de vinte e cinco mil homens no papel ! Era até irrisorio... E chegaram a adiantar alguns periodicos, dentre os mais de perto bafejados pelos auxilios dos agentes britannicos, que uma tal quantidade de material bellico, além de ser uma das mais indignas negociatas do governo findo, adquirida como fôra, secretamente, sem o publico saber, seria entre nós, emquanto subsistisse, uma ameaça perenne para a harmonia sul-americana.

Urgia assim que o Brazil se desfizesse de tão pesados e inuteis trambolhos. Eramos um povo pacifico; e, depois da guerra, ainda mais inimigos ficariamos das soluções violentas. Desfazendo-nos nessas condições dos grandes armamentos, que recentemente compráramos, davamos um exemplo edificante a todas as outras Republicas do continente. Poderiamos mesmo aproveitar tão ditoso momento e concitarmos a Argentina e o

Chile a uma acção conjuncta, desarmando-se todos. Seria a victoria final do tratado do A. B. C. Arautos do arbitramento, os seus tres gloriosos signatarios davam uma eloquente e severa lição ás grandes potencias européas. Aqui, e, não no Velho-Mundo, é que estavam o Direito e a Civilização !

Houve mesmo discursos mais ou menos patrioticos e canglorosos levantando tão imponente ideia. Fallou-se ainda em provocar um gesto magnanimo da parte do Congresso Nacional. Noticiou-se que, no Senado, seria possivel ser sob este pensamento nobilitante justificada uma proposta de lei. Mas... como um projecto tinha delongas por causa dos turnos regimentaes, não faltou quem alvitrasse ser pela Camara dos Deputados votada entre acclamações civicas uma moção concitando o governo a tão brilhante acto internacional!

Receiou-se, todavia que, da nossa parte, partisse qualquer movimento de protesto a tão magnificos intuitos. Procuraram-nos então. Expuzeram-nos as excellencias da medida. Buscaram mesmo lisongear-nos a vaidade. Effectivamente, disseram-nos carinhosamente, fôramos o unico brazileiro que havia visto, desde a primeira hora, bem claro e positivo, o problema da guerra imperante. O nosso discurso sobre a conflagração européa ficaria um marco sobre a historia parlamentar do Brazil. Hoje, ninguem tinha mais duvidas, estavam todos convencidos: a guerra era puramente economica e commercial. E, como tinham muito bem comprehendido os Estados-Unidos e a Argentina, o que nos restava, era fazermos tambem o nosso negocio. A venda dos nossos armamentos era uma operação vantajosissima. Conseguiriamos por elles um preço fabuloso. Bôa somma em ouro entraria para o paiz; desafogar-nos-ia naquelle momento de tão graves aperturas financeiras, e dava ensejo ao novo Presidente para iniciar uma administração de largas vistas, fomentando energicamente todas as riquezas e todas as fontes productoras da Republica.

A essa hora, conhecidos advogados administrativos já se agitavam em torno dos Ministerios da Guerra, da Marinha e da Fazenda e do proprio Palacio da Presidencia. Formara-se mesmo, sob o patrocinio dos agentes britannicos, um syndicato internacional, com raizes em Montevidéo, Buenos-Ayres e La Paz. Murmurava-se que, naquellas capitaes estrangeiras, agiam um ex-Ministro das Relações Exteriores, diversos diplomatas, representantes da nação, banqueiros e jornalistas, de accordo com outros altos personagens e homens de negocio do Brazil. Para vencer os escrupulos do nosso governo, a transacção seria simulada com outro paiz neutro, cujo assentimento se garantia ter sido conseguido. Em summa, tão segura se figurava já estar a operação que, de Londres, algumas dezenas de mil libras foram saccadas para as primeiras despezas do syndicato.

Era que, naturalmente, a diplomacia britannica confiava mais na acção da advocacia administrativa junto aos nossos poderes publicos do que na palavra e nos actos do governo brazileiro quando, sob as ameaças dos Srs. Rothschild, preferira fazer os maiores sacrificios administrativos, recorrendo até ao expediente de vender na praça lettras do Thesouro com grande abatimento, a se despojar dos elementos de defesa nacional e quebrar *ipso facto* a louvavel neutralidade, que vinhamos guardando em face do conflicto europeu.

Certamente, que esse facto era real e que o Presidente da Republica tivera de reagir contra o desabusado e atrevido ardil de que usara o governo de S. James, mandando exigir que pagassemos integralmente, no dia do vencimento, os dois milhões de libras, que obtiveramos por adeantamento dos nossos banqueiros na praça de Londres, para nos forçar a lhe entregarmos os nossos armamentos, deixou-o em evidencia, entre outros documentos e declarações, uma carta do senador Victorino Monteiro ao *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. Accusado de pretender justificar no Senado Federal um pro-

jecto autorizando o governo a se desfazer daquelle material bellico, o representante do Rio Grande do Sul, com a franqueza que lhe é peculiar, defendeu-se cabalmente nos seguintes termos:

«O historico feito pelo *Imparcial* de hoje, relativo ao escandalo dos armamentos, no topico que envolve o meu nome, é inteiramente destituido de fundamento.

«Só vim a saber de que se pretendera adquirir armamentos, na reunião do Guarabara, quando o Sr. Presidente da Republica expoz ás Commissões de Finanças do Senado e da Camara a necessidade que teve de vender *Sabinas* para attender a compromissos no exterior, deante da pressão feita por não ter o governo accedido em vender material bellico a interessados na luta, affirmando-lhes peremptoriamente que não admittiria discussão sobre semelhante assumpto.

«Todos nós applaudimos tal procedimento, aliás de elementar correcção neste governo, que não desconhece os interesses da Nação e a estricta neutralidade que deveria ser mantida.

«Jámais cogitei da apresentação de projecto autorizando a venda de armamentos a paizes neutros.

«Isto seria um dislate, verdadeiro crime; e, quando assim não fosse, a venda só poderia ser promovida pelo Poder Publico, unico competente para aquilatar da sua legalidade, conveniencia e opportunidade.»

Commentando estas palavras sensacionaes, escrevia no *Diario do Rio* um eminente brazileiro:

«Como se vê, sahimos do terreno dos indicios vehementes para a realidade nua e crua... Não só nua e crua, mas triste realidade, tristissima, para um paiz, como a Grã-Bretanha, que até hoje tem recebido apenas gentilezas do povo do Brazil nesta guerra, como recebeu sempre, antes della.— No meio, porém, de tanta hypocrisia e miseria, ha uma coisa que sobrenada, que

se eleva para honra nossa — a attitude franca, leal e corajosa do nosso governo, do seu chefe, do seu Primeiro Magistrado, que, acima da pressão financeira, das ameaças veladas e das tentativas deshonestas da baixa politica, collocou a dignidade do Brazil.»

E *o Imparcial*, que fôra o jornal que tão rudemente atacara o representante do Rio Grande do Sul, accrescentava:

«De facto, segundo pudemos verificar, foi o Sr. Presidente da Republica quem, naquella reunião, se occupou do assumpto, nos termos que passamos a narrar:

«Expondo as criticas condições financeiras do paiz e justificando a necessidade em que se encontrava o governo, para obter dinheiro, de encarregar o Banco do Brazil da venda na praça, de uma certa quantidade de «sabinas», referiu-se o Dr. Wenceslão Braz ás difficeis circumstancias que tinham motivado essa deliberação.

«Havia o governo brazileiro recebido duas propostas successivas, formuladas pelos nossos banqueiros em Londres, insistindo para que vendessemos um certo numero de carabinas e respectiva munição.

«Tinha, então, o Brazil, em mãos dos Srs. Rotschild, duas lettras, respectivamente dos valores de £ 1.500.000 e de £ 500.000 e esses banqueiros faziam-nos sentir que careciamos de dinheiro para saldar nossos compromissos e não precisavamos de armas, que nos eram superfluas.

«Recusadas, pelo governo brazileiro, essas duas propostas, pela terceira vez insistiram os Srs. Rotschild, declarando, ao mesmo tempo, com intoleravel impertinencia, que a liquidação das duas lettras, no valor total de £ 2.000.000 não seria adiada sequer por um dia, além do prazo de seu vencimento.

«A essa verdadeira intimação respondeu o Sr. Presidente da Republica, declarando que o Brazil não venderia uma só

carabina, resposta que nos obrigou a tomarmos providencias diversas para fazer face aos nossos compromissos.»

A esse tempo, effectivamente, já havia irrompido o grande escandalo em que mais ou menos ficaram descobertos os tristes personagens que se achavam envolvidos no tôrpe syndicato internacional organizado para conseguir por meios escusos e inconfessaveis a acquiescencia do chefe do Estado á venda dos armamentos nacionaes. Entre essas levianas figuras, aggravando mais o caso, apontava-se o secretario interino da Presidencia da Republica na ausencia do effectivo, e funccionario ainda da mais intima confiança do Ministro das Relações Exteriores, em cujo gabinete longamente trabalhava. E, atravez dos graves e comprommettedores documentos, divulgados em photographia pela imprensa, sobresahia a famosa carta que, firmada por aquelle alto serventuario do Estado e *visada officialmente pelo consul inglez no Rio de Janeiro, com o sello, chancella protocollar e assignatura do vice-consul,* servira de base para todas as operações iniciaes de tão ignobil negociata.

A reacção tambem do governo brazileiro não se fizera esperar no rigoroso inquerito administrativo, que então promoveu, sob a presidencia do proprio Ministro das Relações Exteriores, e na punição immediata do accusado de tão sério quão lastimavel abuso de confiança.

Diante, todavia, do mallogro dessas primeiras tentativas de suborno ás autoridades administrativas da Republica, acompanhadas de forte pressão diplomatica junto á nossa Chancellaria, os agentes britannicos procuraram logo lançar a confusão nos espiritos para evitar a funda indignação que delles se havia apossado, e inventaram meios de tirar dos factos um pretexto para chamar para a Allemanha a odiosidade popular. Era assim que, de Buenos-Ayres, enviavam para os jornaes do Rio de Janeiro a resenha de um tão estranho quão absurdo despacho

telegraphico, publicado por *El Diario,* orgão alli, desde o começo da guerra, dos interesses britannicos, seguido de commentarios não menos estravagantes:

« BUENOS AIRES, 7.— *El Diario,* em telegramma de Londres, annuncia que a Allemanha ordenou, ha tempos, ao seu ministro no Rio de Janeiro que considerasse um *casus belli* a venda de armamentos por parte do Brazil a qualquer nação belligerante ou mesmo a paiz neutral.

« Esta resolução do governo allemão, segundo ainda o telegramma, vinha acompanhada de uma ameaça que consistia no confisco de todo o café brazileiro existente em Hamburgo, o qual era avaliado em sete milhões de libras sterlinas.

« Accrescenta o despacho que o Presidente da Republica, o Sr. Wenceslau Braz, e seu ministro, o Sr. Lauro Müller, responderam altivamente á arrogancia germanica.

« Commenta *El Diario* estas informações dizendo que o confisco do café brazileiro seria mais um acto de pirataria a que o Brazil poderia responder, em represalia, apoderando-se dos valiosos interesses allemães, que, por motivo da guerra, ficaram sob a guarda das autoridades brazileiras.

« Pergunta *El Diario*: « Por que a Allemanha se cala quando os Estados Unidos consentem que as fabricas de armamentos façam da maneira por que é sabido os fornecimentos de materiaes bellicos aos paizes alliados?

« E' sabido como o Kaiser e seus ministros procedem em relação aos paizes debilmente armados ».

Diante de tão calumniosas quão inveridicas affirmações, o governo brazileiro se achou no dever imperioso de desmentil-as e, logo no dia immediato, todas as folhas do Rio de Janeiro divulgavam a seguinte nota official:

« Não tem o menor fundamento a noticia publicada, em Buenos Aires, em telegramma que se diz recebido de Londres,

de que o senhor ministro da Allemanha no Rio de Janeiro, por ordem do seu governo, houvesse declarado ao Governo Brazileiro que o da Allemanha consideraria *causus belli* a venda de armamentos brazileiros, mesmo a paiz neutral, accrescentando que o mesmo governo confiscaria todo o café brazileiro existente em Hamburgo.

«Nem nesses nem em quaesquer outros termos, fez o senhor Ministro da Allemanha ou outro representante de paiz igualmente interessado reclamação alguma ao Governo Brazileiro.

«E' bem natural que, deante das publicações em jornaes e outras manifestações publicas favoraveis á venda de armamentos brazileiros, os representantes dos paizes, aos quaes essa transacção poderia prejudicar militarmente, tivessem procurado informar-se da probabilidade dessa operação. Entretanto, taes informações nunca poderiam ter dado logar a protestos, porquanto é sabido, e o souberam todos os que o quizeram, que o Governo Brazileiro, desde a primeira vez que foi consultado a esse respeito, manifestou o seu proposito irrevogavel de não alienar nenhum material bellico. Como todos se recordarão, o Sr. Presidente da Republica preferiu que fizessemos os maiores sacrificios para a satisfacção de compromissos inadiaveis no exterior, a realizarmos a operação que daria ao Thesouro grandes vantagens pecuniarias ás quaes, no emtanto, o Governo Brazileiro sobrepoz o dever moral e politico de manter lealmente e sem subterfugios as suas declarações de neutralidade».

Já antes de forçarem o Governo Brazileiro a tão altivas e cathegoricas palavras, não haviam cessado a politica britanica e seus negregados agentes nos seus baixos designios de conseguir, custasse o que custasse, fosse como fosse, des-

cessem aos mais torpes processos, os cobiçados armamentos do nosso paiz.

A 27 de julho de 1915, o tribunal de Nottingham, na Inglaterra, condemnara um brazileiro nato, o Sr. Rozendo Villa-Real e o Sr. Alexandre Seelig, commerciantes ambos, respectivamente a 6 e a oito mezes de prisão. O segundo desses cidadãos era socio da firma Seelig & Comp., Ltd, de Nottingham, e velho amigo do Brazil, onde esteve durante longos annos. O nosso compatriota, o Sr. Villa-Real, era viajante commercial da mesma casa.

Qual o crime por que haviam sido castigados? E' o que nos explica a seguinte e curiosa exposição:

« O socio da casa Arp & Comp., casa brazileira do Rio de Janeiro, o Sr. Mutzenbecher, achando-se a inspeccionar a sua filial em Hamburgo, cidade onde se encontrava tambem o Sr. Villa-Real, viajante de Seelig & Comp. Ltd., de Nottingham, encommendou a este senhor uma partida de fios de algodão, que a Casa Seelig deveria enviar directamente da Inglaterra para o Brazil. O juiz, que assignou a sentença condemnatoria dos Srs. Seelig e Villa-Real, fundamentou desta fórma o seu acto ao tribunal superior:

« A encommenda foi feita por intermedio da casa de Hamburgo; e a Justiça Ingleza suppõe que essa casa seja a séde central da Casa Arp, ou então, esteja separada da do Rio, tendo em qualquer das duas hypotheses lucro na transacção. Ahi está o commercio com o inimigo ».

« Antes e, de novo, depois da condemnação, os defensores de Seelig e de Villa-Real, directamente ou por intermedio da diplomacia, fizeram ver á justiça ingleza, com todos os documentos indispensaveis, legalizados como de direito:

1.° Que a casa Arp, de Hamburgo, não era uma casa separada, mas absolutamente uma filial, méra dependencia, méra

succursal da do Rio. Para isso, foram apresentados ao tribunal inglez os seguintes documentos: *a)* certificado da Junta Commercial do Rio, de que a casa em Hamburgo era uma filial da casa na capital do Brazil; *b)* justificação legal de quatro testemunhas informadas sobre o assumpto; *c)* contracto entre Arp & Comp. e Hans Bremer, para este exercer o cargo de director da filial de Hamburgo; *d)* originaes das cartas da filial do «Disconto-Gesellschaft» *em Londres*, pelas quaes se via que o credito aberto á Casa Arp, em Hamburgo, *era em conta com a matriz do Rio* ainda com uma lembrança para a verificação nos livros daquelle banco, como prova de veracidade das mesmas cartas; *e)* apresentação do nome do Sr. Gutschow, *director do mesmo «Disconto-Gesellschaft» em Londres*, cavalheiro *russo* que residiu muitos annos no Rio, para testemunha neste e em todos os outros pontos do caso em questão.

2.º Que a filial de Hamburgo agira no interesse exclusivo da casa Arp, matriz do Rio, e não tivera a menor intervenção commercial na transacção, limitando-se o agente, director da filial, a transmittir o pedido, devido á circumstancia de ahi se encontrarem, ambos de passagem, os Srs. Mutzenbecher, brazileiro e socio da casa Arp, do Rio, e o Sr. Villa Real, brazileiro nato, viajante da Casa Seelig, de Nottingham, este que recebeu e aquelle que deu a ordem para a remessa dos fios de algodão. Para isso, foram feitas as provas com os livros e facturas das casas Seelig, de Nottingham e Arp, do Rio, com as declarações alfandegarias legalizadas como de direito. Essas provas mostraram perfeitamente que a ordem ou pedido dos fios provinha de uma casa brazileira; que a mercadoria viera directamente da Inglaterra para o Brazil beneficiando os commerciantes inglezes; que a referida mercadoria se destinara exclusivamente ao consumo brazileiro; que

o pagamento da respectiva factura fôra feito pela casa brazileira do Rio, — tendo se caracterizado assim, a transacção, de maneira absoluta, como de um paiz neutral *com o qual todo o commercio era legitimo*, conforme a proclamação do governo inglez.

3.° Que a exportação dos fios de algodão para Arp & Comp., no Rio, nada tinha de illegal na Inglaterra, nem por se tratar daquella mercadoria, nem por se tratar da casa Arp ou da casa Seelig. Prova completa disso estava no facto documentado com facturas e declarações alfandegarias de que a mesma casa Arp recebera posteriormente no Rio, despachado livremente na Inglaterra pela mesma casa Seelig, de Nottingham, novo carregamento identico de fios de algodão. A esses documentos, os Srs. Arp. & Comp. juntaram certificados da Junta Commercial do Rio de Janeiro, attestando que a casa Arp existia desde 1895 e era brazileira, com todos os requisitos da lei, e juntaram mais um exemplar e cópia legalizada dos contractos sociaes de Arp & Comp., em 1908 e em 1913.

4.° Que o facto de considerar illegal uma ordem vinda de Hamburgo tinha apenas por base a presumpção de tratar-se de casa allemã e de uma intenção de beneficiar um paiz inimigo, e que essa base, essa presumpção, cahia deante das provas apresentadas. Ficava, quando muito, o erro dos accusados, um simples erro desculpavel, e que, pelo menos, de nenhuma fórma incorreria na penalidade imposta, prevista apenas para o caso expresso de *commercio com o inimigo*.

5.° Que todo o processo fôra conduzido com parcialidade. O Sr. Seelig, tão socio da firma de Nottingham quanto o Sr. Francis Brown, *cidadão inglez*, fôra preso e condemnado, porque a casa commercial de ambos executara a ordem de Arp & Comp. Entretanto, o Sr. Brown nem fôra condemnado, nem preso, nem sequer accusado ! E, « conforme o seu proprio tes-

temunho (extracto do processo pelos « Evening News », de Londres, e « Manchester Guardian ») declarara lealmente á justiça ingleza que havia approvado o negocio !

« E que fez o Tribunal da Inglaterra, deante de todas estas razões de defesa, antes e depois do julgamento?

« A justiça politica da Inglaterra fez apenas isto: condemnou o brazileiro nato Sr. Villa Real e o Sr. Seelig e indeferiu dahi em deante todos os requerimentos de defesa, negando-lhes em absoluto o direito de appellação ! »

A nossa chancellaria, chamada a intervir em caso tão grave, offereceu-se promptamente para agir. Telegrammas sobre telegrammas foram passados para a nossa legação em Londres; mas, todas as vezes em que o nosso ministro junto ao *Foreign Office* se enchia de esperanças, persuadido de que as suas tão justas e documentadas reclamações iam ser attendidas, cortavam-lhe sempre a conversa com phrases maliciosas em que se lastimava o erro do Brazil em não querer ceder aos exercitos inglezes em organização os seus superfluos armamentos...

E o nosso patricio teve de pagar, com alguns tristes mezes nas masmorras impiedosas da Grã-Bretanha, o grave delicto de sua Patria não querer desmentir as honrosas tradições internacionaes com um acto de baixo mercantilismo, digno só de um povo sem consciencia juridica e senso civico.

Procuraram, comtudo, consolar-nos nesse incidente com o facto de não ter sido mais feliz, do que a nossa, a chancellaria chilena que tambem muito se interessava pela sorte do Sr. Seelig, que exercia em Nottingham as funcções de consul da valorosa Republica do Pacifico...

Aguardava-nos, porém, o destino ainda mais amargas e crueis provações diplomaticas.

Era assim que, semanas após este revez da chancellaria

nacional, o telegrapho annunciava que havia sido preso e estava sendo processado em Londres como espião teutonico, um brazileiro, o Sr. Fernando Buschmann.

Quem viveu no meio artistico do Rio de Janeiro, de 1884 a 1898, não póde deixar de ter conhecido o velho Buschmann, socio principal da grande casa de pianos e musicas Buschmann & Guimarães, á rua dos Ourives, na parte hoje occupada pela avenida Rio Branco. Era o pae do destitoso joven, victima da justiça politica ingleza, e, como seu filho, brazileiro e muito estimado pela sua actividade, bom coração e honradez. Casado com uma dinamarqueza, passeava na Europa, quando, em sua estadia em Paris, alli veio ao mundo Fernando Buschmann, cujo nascimento foi logo registrado no consulado do Brazil naquella cidade, afim de não perder os seus direitos de nacionalidade.

Tratava-se assim de um brazileiro genuino, oriundo de pae brazileiro e, como tal, não tendo até então tentado sequer trocar por outra a sua Patria.

Tão atarantada, comtudo, andava a nossa chancellaria com as successivas contrariedades e desconsiderações do *Foreign Office*, que, ao divulgar a imprensa a detenção de Buschmann com a revelação sensacional de que fatalmente seria condemnado á morte, não teve a devida prudencia da averiguar si, de facto, a origem ethnica do indigitado espião cabia ao nosso paiz; e, deixando-se levar pela primeira informação que recebeu, mandou logo um desmentido aos jornaes, affirmando que era falsa a noticia e que o detido não nascera entre nós e era certamente allemão.

Esta leviandade, que serviu mais tarde de cruel argumento á diplomacia britannica, fez com que muito se entibiasse o tom com que tivemos de formular as nossa reclamações, quando a familia do nosso infeliz patricio, com do-

cumentos esmagadores, veiu a provar que elle era ainda mais legitimo brazileiro do que o nosso proprio ministro das Relações Exteriores, nascido de paes allemães, jámais naturalizados no sólo que lhes servira aliás de segunda Patria.

O certo é que Fernando Buschmann, educado embora na Europa (França, Allemanha e Inglaterra) até os dezesete annos, veiu para o Brazil, onde se entregou activamente ao commercio. Mais tarde, regressando ao Velho Mundo, especializou-se em mecanica, tirou diploma de aviador na escola Issy-les-Molineaux; e, tendo inventado um modelo de aeroplano, vendeu-o a uma fabrica de Paris. Casando-se em Londres com uma allemã, filha de importante industrial de Dresden, veiu ao Brazil fazer a sua excursão de nupcias na primeira viagem do sumptuoso paquete *Cap Trafalgar*; e, tendo comprado uma grande fazenda em Las Palmas e estabelecido em Hamburgo uma casa commercial, achava-se de passagem em Londres quando foi detido como espião germanico.

Seria doloroso enumerar nestas paginas todas as amarguras e decepções, soffridas pela chancellaria brazileira, desde que, reconhecendo o tristissimo erro em que cahira, centuplicou de esforços para livrar da morte imminente o nosso joven e innocente patricio. E' verdade que nos faltava em Londres um diplomata que estivesse á altura de tão delicada situação. Todavia, o que lá possuimos, recebeu do nosso departamento do Exterior as mais completas instrucções para agir com toda a actividade, energia e discernimento no caso Tudo, porém, foi debalde .A justiça politica ingleza, sempre bisonha e desdenhosa para com o Brazil desde os primeiros dias da nossa Independencia, não quiz desmentir ainda tão duras e antipathicas tradicções. Fernando Buschmann foi fuzilado, sem que nos fosse dada a mais simples explicação, a 19 de outubro de 1915...

Commentando tão luctuoso successo, escrevia um dos mais autorizados orgãos da imprensa brazileira:

«Ha tres mezes, quando se effectuou a prisão de Fernando Buschmann, este jornal, que a noticiou, declarou tratar-se de um patricio nosso, em favor do qual podia ir, no momento, com o prestigio da sua neutralidade, a nossa chancellaria. Em resposta á nossa observação, o Sr. ministro do Exterior fez publicar na imprensa uma nota official, na qual se declarava não ser Buschmann brazileiro, mas estar, apesar disso, intercedendo em seu favor, visto se tratar de uma familia que se encontrava estreitamente ligada ao Brazil.

«Deante dessas explicações officiaes, a imprensa, que podia ter agitado a opinião publica, fazendo-a interceder pelo patricio ameaçado, silenciou, confiante, esperando que a nossa diplomacia conseguisse modificar os propositos das autoridades inglezas em relação ao desventurado Fernando Buschmann. A nossa attitude em face dos povos belligerantes tem sido tão ostensivamente favoravel ás nações alliadas, que ninguem duvidaria do exito da nossa interferencia em favor de um prisioneiro, brazileiro ou não. Essa confiança era tão profunda, que a propria familia de Fernando Buschmann, a quem então procuramos, foi a primeira a se interessar para que a imprensa não contestasse a nota do Itamaraty, afim de que o Sr. ministro do Exterior se dedicasse de melhor vontade em favor do prisioneiro de Londres.

«Collocada a questão nesse ponto, estava a imprensa na supposição de que o accusado já se encontrava talvez em liberdade, quando chegou, ante-hontem, a noticia da sua formal condemnação á morte. Era a nossa diplomacia que, mais uma vez, havia falhado, e que, por desidia, levava á bocca das carabinas inglezas o peito de um filho do Brazil!

«Nas condições em que se deu o fuzilamento de Fer-

nando Buschmann, ninguem póde afastar do caso a responsabilidade da nossa chancellaria. Não tivesse o nosso ministerio do Exterior publicado a nota compromettedora em resposta á nossa local; houvesse o Sr. ministro dessa pasta, antes de redigir essa nota, syndicado e verificado com segunrança si Buschmann era, ou não, brazileiro, como hoje se póde constatar; tivesse, emfim, a nossa diplomacia deixado á opinião publica, por um gesto de franqueza, a liberdade, que a esta assistia, de se interessar pela vida do nosso patricio, fazendo valer, directamente, perante o governo inglez e o seu representante aqui, o apoio moral que tem dado, com as suas ardentes sympathias, ás nações alliadas — e Fernando Buschmann talvez tivesse a sua pena commutada, a sua vida garantida, como a teve, ha dous annos, o homicida Oliveira Coelho, pelo simples esforço do povo portuguez e, especialmente, da colonia portugueza no Brazil.

« Factos desta ordem, valem, positivamente, pelo attestado de fallencia de uma diplomacia ».

Outro jornal, *A Noite*, apesar das suas intimas relações com os representantes das potencias alliadas entre nós, impressionou-se tanto com o facto de estar para ser passado pelas armas em Londres, como espião, um joven e tão sympathizado brazileiro que providenciou mesmo para que um dos seus correspondentes em Paris fosse á Inglaterra fazer um minucioso inquerito a esse respeito.

Coube essa delicada missão a Medeiros e Albuquerque, publicista illustre e fervoroso adepto da causa da *Entente*; e, dando conta da sua delicada tarefa, escrevia elle:

« Uma sensação interessante, que eu achei em todos os que lidaram com Fernando Buschmann, foi a de uma enternecida compaixão. Era, disseram-me diversas pessoas, um bello rapagão e incontestavelmente muito intelligente. No escri-

ptorio de advocacia que se incumbiu de sua defesa, todos os que o viram ficaram seduzidos.»

Confessava, em seguida, o eminente beletrista, nos dois artigos do seu inquerito, que, contra Buschmann, positivamente, não existia prova alguma de criminalidade. Si a justiça ingleza o condemnou á morte e o fez executar, foi de certo por *alguma prova secreta que continuava até então secreta...*

Um chronista mesmo buscou synthetizar em meia duzia de phrases tudo que apurara Medeiros e Albuquerque:

«O nosso eminente confrade, resumia elle, procurou descobrir a prova secreta da justiça ingleza, indispensavel diante do maximo rigor da pena applicada. Não conseguiu. O ministro do Brazil em Londres *desconversou*. Falando de Buschmann, disse: *pobre diabo, ou imprudente, ou louco, ou criminoso...* E accrescentou que a justiça ingleza sempre lhe mereceu o maior respeito...

«No Ministerio da Guerra inglez, de um dos collaboradores de Lord Kitchner, como informação sobre o caso, ouviu o seguinte:

«O Sr. Fontoura (*o ministro do Brazil*), veiu aqui procural-o (*ao ministro Kitchner*) e interceder pelo Sr. Buschmann. Fez tudo o que era possivel fazer num caso dessa ordem. Lord Kitchner lhe respondeu que ninguem seria executado por simples indicios, por mais vehementes que fossem. Accrescentou que esperava poder dar-lhe uma boa noticia. Dahi, porém, a algumas horas, escrevia ao Sr. Fontoura que nada podia fazer em favor do Sr. Buschmann. O Sr. comprehende que «*alguma coisa de muito grave*» devia ter chegado ao conhecimento do ministro entre a sua promessa e a sua carta...»

E accrescentava o illustre jornalista:

«Essa *coisa muito grave* que devia ter chegado ao conhecimento de Lord Kitchner «*entre a sua promessa e a sua*

carta», esse mysterio que Medeiros e Albuquerque não conseguiu desvendar, o *Correio da Manhã* tentou hontem descobrir nestas lugubres palavras:

«Quando o Governo do Brazil, num gesto de piedade, decidiu intervir junto ao da Inglaterra para pedir a commutação da pena de morte, imposta a Buschmann, accusado do crime de espionagem, o ministro brazileiro em Londres, Sr. Fontoura Xavier, precisou de entender-se com Lord Kitchner, o ministro da guerra inglez.

«Lord Kitchner, depois de polidamente expôr a impossibilidade do governo inglez conceder a commutação, e, como que mudando de conversa, mas, de facto, querendo intencionalmente estabelecer ligação entre um e outro facto, disse ao diplomata patricio qualquer cousa que este ouviu estupefacto e que equivalia a esta pergunta:

«— E os senhores do Brazil, por que não nos vendem o armamento que teem?

E concluia:

«Esta é a ultima explicação até hoje publicada sobre o fuzilamento de Fernando Buschmann.

«Mas é uma explicação horrivel, que não podemos acceitar; esperemos que a justiça ingleza saia um dia de seu silencio mysterioso de agora, para honra de sua tradição ou, então, — lamentemos ainda uma vez que infelizmente não será das ultimas — amaldiçoemos a crueldade infernal da guerra, a tempestade pavorosa que nada poupa, que tudo arrasta quando se desencadeia...»

E as maldições, pelo menos, da familia da victima não se fizeram esperar. Um dos seus irmãos, em pungente entrevista, divulgada pela imprensa, depois de se lastimar da tibieza da nossa diplomacia e de narrar todos os episodios dos tres mezes de martyrologio de Fernando Buschmann no fundo

de um carcere infecto e lugubre até chegar a hora fatidica da sua libertação espiritual, concluia:

«Agora, só me resta uma vingança contra o golpe que recebi: os «Zeppelins». Londres ha de pagar, não com uma, mas com centenas de milhares de vidas, a que hoje tão estupidamente supprimiu.»

Como um profundo contraste a essa explosão de dôr e de raiva, a ultima carta, escripta pelo desditoso joven, horas antes de ser barbaramente suppliciado, era um modelo de doçura e resignação:

«Torre de Londres — E. C. — 18-10-1915 — *Queridos irmãos* — Pela legação soube que vocês trataram da minha defesa. Eu lhes agradeço do fundo do coração. Por intermedio de meu defensor, receberão, cada um, uma pequena lembrança. A você, Carlos, deixo as minhas abotoaduras de punhos, a ti, Nhônhô, o meu violoncello. Peço sinceramente me desculparem qualquer falta involuntaria, pois nunca os deixei de amar profundamente; guardem-me em boa recordação.

«Amanhã pára o relogio, vae ser uma boa e rapida morte. Estou perfeitamente calmo, para, com os sentidos perfeitos, acordar no outro mundo.

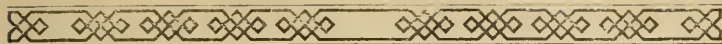
«A sentença contra mim é um erro! Quem póde contra o seu destino?

«Minha mulhersinha! O tempo que a faça esquecer o desgosto!

«E a mamãe? Não devo pensar em tudo isso, mesmo porque já cheguei a tal ponto que não penso mais. Nada mais valho para este Mundo. Eu, que o queria tanto, muito gosei para que fosse de grande duração!

«Saúdo-os meus queridos! Saudades!»

Assim tombou mais um innocente, sacrificado a essa tremenda pugna que ensanguenta a Europa e ameaça ainda acabar convulsionando o Universo inteiro... A historia, porém, já-

mais poderá dizer um dia que cahiu victima de um erro judiciario, como outros tantos que já lá se foram... O que fulminou Buschmann, foi um golpe diplomatico... Pagou com a vida o que a sua Patria não quiz converter em *shilings*...

VII

A pressão naval — O trafego maritimo e a explosão do «Tennyson»

Si a diplomacia da Grã-Bretanha sempre teve a fama de não olhar a meios para chegar aos seus fins, a cada momento invocando o direito e a liberdade, mas, no fim de contas, acabando por tudo resolver pela força e pela tyrannia, ha quem explique ser isso devido não tanto a uma fatalidade ethnica, quanto a um habito adquirido no largo exercicio da pirataria, origem de sua formação como paiz independente e potencia naval de primeira grandeza.

Com effeito, é na conservação de sua supremacia sobre os oceanos, como instrumento da sua sempre crescente expansão colonial e da sua colossal riqueza, espalhada por todos os cantos do universo, que a Inglaterra baseia toda a sua politica absorvente e avassaladora.

Já em 1908, respondendo a uma interpellação do deputado Walker na Camara dos Communs, Sir Edward Grey, alludindo á possivel entrada da sua patria em um grande conflicto entre

as nações do continente, affirmava francamente que «os meios que tinha á disposição para levar victoriosamente a seu termo uma guerra consistiam unica e exclusivamente na sua formidavel força maritima». Accrescentava que, «*si o direito privado fosse inviolavel, não sabia como jámais se poderia terminar uma luta armada!*» E rematava dizendo que, «*o resultado de uma declaração de inviolabilidade do direito privado seria fazer suppor que a esquadra britannica não passaria de uma arma defensiva; e, si a Inglaterra subtrahisse a si mesma os meios com que é capaz de exercer um pressão irresistivel sobre as nações, mediante a propria marinha mercante destas, algumas grandes potencias poderiam dar inicio a uma guerra contra ella sem correr grande risco.*»

Estava ahi o programma inteiro da politica tradicional do Reino-Unido; e, nas suas entrelinhas, esboçava-se todo o seu desenvolvimento na actual conflagração do Velho Mundo.

«A Inglaterra, escrevia ainda ultimamente o illustre publicista, director do *New-York American*, a proposito da perseguição movida pelo gabinete de S. James a alguns productos dos Estados-Unidos, apesar do precioso auxilio que estavam estes prestando aos alliados com o fornecimento de viveres e munição de guerra, zéla acima de tudo o seu commercio e chega a zelal-o mais do que a propria vida. Nunca, em tempo algum, consentiu que qualquer outra nação prosperasse tanto quanto ella sob o ponto de vista mercantil. Não permittirá, pois, custe o que custar, que a Allemanha se torne de sua rival em sua superior. Provocou por esse motivo esta guerra e, para este fim, uniu-se a outros povos «afim de minar a existencia da Allemanha, conseguir que esta ficasse em sérias difficuldades e desta fórma anniquilar o mais possivel o commercio da sua rival.

«Por seu turno, a Inglaterra não quer hoje permittir aos Estados Unidos que approveitem o momento opportuno para

crear um commercio equivalente ao seu. Duas vezes, durante a curta historia da nossa patria, já tentou destruir o nosso commercio, e em todas as duas vezes o conseguiu.

«Nos primeiros annos do seculo XIX, o nosso trafico maritimo se tornara muito importante. O pavilhão americano desfraldava-se nos mais longuinquos portos. As nossas mercadorias eram levadas para onde quer que rolassem as ondas do mar e em que direcção os ventos enfunassem as velas dos navios, e não só negociavamos com os productos do nosso proprio paiz, como tambem com grande parte dos artigos de outras terras.

«Naquella época, a Inglaterra principiou, tal qual como agora, a prejudicar e a lesar, contra todo o direito, illegalmente e com tanta energia como sêde de vingança, o nosso commercio, usando para isto de todos os meios ao seu alcance. Cerrou-nos todos os seus portos e os de seus alliados.

«Mediante decreto pôz as nossas mercadorias já então em uma verdadeira lista negra. Tal qual como ora se dá, tambem nos usurpou os direitos de neutraes. Como perfeita pirata, capturou os nossos navios, retirando delles os nossos marujos. E, por fim, obrigou-nos a entrar em guerra para defender a liberdade que recentemente haviamos conquistado. Em seguida, com a mesma arrogancia, o mesmo descaramento de potencia naval por excellencia, assenhoreou-se dos restos de nosso commercio maritimo e, para completar a sua obra, incendiou e saqueou o *Capitolio* da nossa nação, a *Casa Branca* do nosso Presidente.

«Nos tempos que precederam á guerra dos *boers*, o nosso commercio chegara novamente a grangear grande nome. Os nossos navios excitavam a admiração de todo o mundo; os nossos capitães-*yankees*, destemidos e valentes, navegavam, por todos os mares por mais distantes que fossem. Mas, durante a revolução americana, a Inglaterra soube tirar pro-

veito do perigo que corriamos e das difficuldades em que nos achavamos. De novo, illegalmente e contra todo direito, com despotismo e violação do commercio e dos direitos garantidos por tratados, permittiu que navios inimigos nossos fossem construidos em seus estaleiros e que navios-piratas do adversario se equipassem nos portos inglezes para se apossarem do nosso trafico e destruil-o.

«Nós, porém, não somos os unicos que teem servido e servem de alvo ás aggressões da Inglaterra, não somos o unico povo eleito que a Inglaterra tem invejado e perseguido.

«No seculo XVI, a Hespanha, animada por uma coragem e um espirito emprehendedor que outras nações não possuiam, encontrára o caminho atravez de mares ignotos, descobrindo novas terras e riquezas para si e para o mundo. Sob o seu pavilhão, descobriu-se a America, encontrou-se o maior de todos os rios, viu-se a costa do Oceano Pacifico, fez-se a volta ao redor do mundo, terras incognitas foram exploradas e encontradas riquezas como não se as podia sonhar maiores.

«A Inglaterra seguia com inveja e cobiça todos estes feitos. *O que a Hespanha descobriu e explorou, a Inglaterra lh'o usurpou.* A riqueza da Hespanha desappareceu da terra porque a Inglaterra lh'a roubou no mar. Os Raleighs, Drakes e todos os demais obstinados piratas, que as obras inglezas nos ensinaram a admirar como heróes, só tinham o encargo de saquear o governo hespanhol e arrebatar ás galeras da Hespanha o ouro que traziam em seu bojo. A *Rainha Elisabeth, da Inglaterra,* saudou aquelles piratas quando regressaram á patria, partilhando com elles o producto da sua pirataria e recompensando-os, segundo a praxe real da sua estirpe, com a dignidade de cavalleiros. Por fim, a Hespanha, depois de ver roubados todos os proveitos que lhe traziam as suas emprezas, declarou guerra á Inglaterra, tendo sido derrotada e a sua armada e seu commercio destruidos. Mais uma vez, a Ingla-

terra conquistára a supremacia nos mares, inflingindo temor e medo á vista do seu poder.

«No seculo XVII, a Hollanda conseguira, á custa de paciencia, pertinacia, coragem e resolução, crear um trafico brilhante com os paizes distantes do Oriente. Os navios destemidos desta tão valente quão pequena nação navegavam do norte aos mares do sul, contornando o Cabo da Boa Esperança para se dirigirem ao Oceano Indico. Levavam as mercadorias da Europa áquellas paragens distantes e de lá traziam á patria as riquezas do Oriente. *O trafico hollandez se tornara extenso e valioso — por isso a Inglaterra o cobiçou.*

«Como de costume, a Inglaterra encontrou motivos para a guerra; e a riqueza, que a pequena Hollanda com tanto zelo e trabalho conseguira, foi-lhe usurpada pelos inglezes, com aquelle atrevimento e pouco escrupulo que caracterisam a sua terra. Os inglezes, pois, adquiriram os melhores componentes do commercio hollandez e das suas colonias, claro é que em prol daquellas «instituições de liberdade» e da «civilização mais elevada», que a Inglaterra em suas descripções, se compraz em defender com tanto orgulho e proveito.

«No seculo XVIII, tocou a vez á França que a caro custo conseguia progressos como paiz mercantil e colonizador; tambem ella foi guerreada e vencida pela Inglaterra que destruiu o commercio da França e conquistou as suas colonias.

«No seculo XIX, como já tivemos occasião de provar, foram os Estados Unidos, cujo commercio e riqueza suscitaram a cubiça e inveja da Inglaterra.

«E agora, no seculo XX, é a Allemanha. Eis a razão por que a Inglaterra não firmará a paz «antes que o militarismo da Allemanha esteja de todo extirpado», proseguindo com a supremacia o «marinismo» ou «navalismo» britannico para que possa continuar a dominar os mares e subjugar todas

as demais nações sobre a agua de que estão cobertas tres quartas partes do universo.»

Nós tambem, os brazileiros, como os americanos do Norte, poderiamos reclamar o nosso quinhão em reminiscencias dolorosas diante da guerra surda e minaz que sempre moveu a Grã-Bretanha ao nosso desenvolvimento economico e politico, e, muito especialmente, á nossa expansão maritima, tão promissoramente iniciada desde a primeira hora da nossa libertação da metropole luzitana.

Na verdade, não só pelo nosso extenso littoral, como pela indole da nossa população á beira mar, o Brazil, desde os tempos coloniaes, afigurou-se fadado a ser a potencia maritima por excellencia, da America. Já em 1815, illustre escriptor francez affirmava que os nossos marinheiros não deveriam ter inveja dos melhores e mais dextros do mundo. Nessa época e, mais tarde, nos primeiros annos do Imperio, alcançava mesmo um certo gráo de florescimento a nossa marinha mercante. Chegámos a construir navios em estaleiros proprios e o pavilhão nacional fluctuava, aqui e alli, pelas cinco partes do universo.

Apesar de todos os manejos e pressões da Inglaterra para aniquilar o nosso poder maritimo, apenas esboçado, como já o fizera a Portugal, á Hespanha e á Hollanda e procurava fazer á França e aos Estados Unidos, aliás menos ousados então nesse ponto do que nós, os estadistas brazileiros tudo emprehenderam para que afinal sahissemos triumphantes da empreza.

Exactamente como agora, creando as maiores difficuldades aos nossos navios, a pretexto de medidas de guerra em face da conflagração européa, aprisionando-os sem motivo, expoliando-os e retendo-os indevidamente nos seus portos para lhes causar toda a sorte de prejuizos e desanimar de vez os nossos armadores, os governos britannicos

daquella época inventaram toda a especie de processos para eliminar a nossa patria do trafego dos mares, acabando por estabelecer os famosos cruzeiros, em que, sob o fundamento de proteger a liberdade dos negros da Costa d'Africa, quando lá os mantinha na mais nefanda escravidão, começou por violar todos os tratados existentes, rapinar as nossas embarcações, prender e castigar os seus tripulantes como piratas e desembarcar até contingentes armados em nossas costas, saqueando povoações e tratando os nacionaes como verdadeiros selvagens.

Como medida de reacção contra tão inqualificaveis violencias, que eram sempre acompanhadas de outras de ordem fiscal, o Governo brazileiro baixou em 1847 dois decretos com o fim de proteger a marinha mercante do Imperio, obrigando por esse systema bem ideado de represalias a cessarem contra ella nos ancoradouros dos paizes estrangeiros, especialmente nos britannicos, os direitos differenciaes que lhe tiravam a faculdade de poder efficazmente concorrer com os navios daquellas nações.

Crearam, todavia, os diplomatas inglezes tão graves embaraços á execução desses decretos, que foi por duas vezes demorada, acabando esses actos de alta sabedoria administrativa a se tornarem inuteis para a nossa navegação, diante dos ajustes especiaes que tivemos de firmar com diversas potencias.

Conseguia assim os seus fins o commercio inglez. A marinha mercante brazileira, durante longo periodo, sinão desappareceu de todo dos oceanos, limitou-se quasi ás costas do paiz. Debalde, nos ultimos annos da monarchia, tentou-se reconstituil-a e reanimal-a. A Constituição da Republica procurou reerguel-a investindo-a do monopolio da cabotagem nacional. Mas, muito ao contrario do que se faz em outros paizes onde o poder publico tem sobre os grandiosos destinos

da frota de commercio todos os desvellos e cautellas, aqui, no Brazil, quando a nossa parece tomar um decisivo impulso, como agora, diante da reorganização do Lloyd Brazileiro sob uma administração intelligente e laboriosa que já o libertou da vida precaria de hontem, assegurando-lhe uma renda mais do que sufficiente para se manter por si mesmo e dispensar a propria subvenção do Estado, o que se cuida logo é de propor alienar esse precioso patrimonio da defesa nacional, passando-o sem mais reservas nem reflexões a mãos estrangeiras !

Ao romper a guerra em 1914, era natural assim que, diante de taes antecedentes, o governo inglez não mudasse de rumo na sua velha e iniqua politica de não consentir no desenvolvimento do nosso trafico maritimo, ao mesmo tempo que creasse toda a sorte de embaraços á navegação do nosso paiz para o exterior, mesmo para os outros neutros.

Desde logo, fez-nos sentir que seria um grande perigo se nos arriscassemos a enviar unidades da nossa frota mercante para as nações septentrionaes da Europa, vizinhas da Allemanha. O plano, traçado por Servulo Dourado e o commandante Müller dos Reis no sentido de correr o Lloyd Brazileiro em auxilio da nossa exportação de café para o Velho-Mundo, fazendo os seus navios uma derrota, inteiramente fóra da zona de guerra, teve de ser posto á margem, afim de evitarmos uma logo annunciada contenda diplomatica. E outras emprezas nacionaes que, ignorantes do que se passara nas altas espheras governamentaes, se animaram a enviar as suas embarcações com destino aos portos da Hollanda e da Scandinavia, cedo passavam pelas mais amargas decepções e soffriam os mais inesperados prejuizos.

Um exemplo basta para evidenciar as violencias e extorsões de que fomos alvo nesse sentido.

Em 23 de março de 1915, partia do porto do Rio de Janeiro, com destino ao de Amsterdam e com escalas pelo da

Bahia, o vapor nacional *Posteiro,* da Empreza de Navegação Rio-Grandense, conduzindo 27.973 saccas de café, 14.000 de farello e 2.601 fardos de fumo para aquella cidade hollandeza. Apesar de terem sido devidamente legalizados nos consulados inglezes e hollandezes todos os papeis relativos á carga, conforme exige o Governo de S. James, e a despeito de ter o nosso Ministro do Exterior se entendido com o Ministro britanico junto ao nosso paiz sobre a viagem que o mesmo iniciara, foi esse vapor detido pelas autoridades inglezas, em 28 de abril seguinte, no porto de Weymouth, sem ser tal detenção acompanhada siquer de uma só allegação frivola ou mesmo evasiva.

Excusa pôrmos em relevo o prejuizo que, ao commercio e ao paiz, em geral, veio causar tão absurda providencia, sem se levarem em conta os incalculaveis damnos soffridos por aquella empreza, que acabava de iniciar tão grande e alevantado emprehendimento em prol do commercio nacional.

Logo que aqui chegou tão desagradavel noticia, o Ministerio das Relações Exteriores telegraphou ao nosso ministro em Londres, mandando providenciasse junto ao governo inglez no sentido de ser sem demora desembaraçado aquelle navio. Emquanto assim agia o nosso chanceller, o ministro da Hollanda, no Rio de Janeiro, telegraphava, por seu turno, ao seu governo pedindo promptas providencias no sentido de acautelar os interesses dos consignatarios hollandezes, feridos com a detenção daquelle navio, cujo desembaraço solicitava com insistencia. Esse mesmo diplomata, com o fim de evitar maiores prejuizos e minorar os damnos assim causados aos seus nacionaes, no mesmo dia telegraphava tambem ao consul da Hollanda, em Weymouth, afim de que este, por sua vez, agisse junto ao governo inglez para desembaraçar aquelle vapor, em vista do prejuizo que tal providencia estava acarretando aos consignatarios hollandezes.

O proprio Governador do Estado da Bahia, onde o *Posteiro* recebera 2.601 fardos de fumo, logo que teve conhecimento da violencia daquellas autoridades inglezas, dirigiu-se ao nosso Ministro do Exterior, pedindo-lhe providencias no mesmo sentido, acautelando, dest'arte, os embarcadores daquelle producto bahiano.

Apesar de todas essas dispendiosas providencias, não recebendo solução alguma a respeito nem mesmo qualquer resposta do nosso ministro em Londres, tencionavam já os armadores fazer descarregar aquelle navio no porto de Weymouth, onde estava retido, tendo em vista os incalculaveis prejuizos nascidos daquella medida e que os visava directamente. A esse recurso da Empreza de Navegação Rio-Grandense, oppoz-se, como era natural, o ministro hollandez, em vista dos damnos que dahi adviriam aos consignatarios das mercadorias existentes naquelle vapor, facto que, certamente, não só complicaria ainda mais esse incidente, creado pelas autoridades inglezas, como tambem, trazendo graves consequencias commerciaes, concorreria naturalmente para difficultar ainda mais a exportação brazileira.

Passaram-se, comtudo, longos dias nessa porfia de telegrammas sobre telegrammas; e o resultado foi que, quando a Empreza Rio-Grandense conseguiu libertar o seu navio das garras das autoridades britanicas, os seus prejuizos eram tão grandes que a desanimaram de se metter em novas aventuras !

Como o *Posteiro,* não menores embaraços soffreram outros vapores brazileiros, cujos proprietarios, tentados pelos fretes então em voga, se arriscaram a affrontar a pirataria britannica, organisada á sombra do bloqueio aos Imperios Centraes da Europa. Os cargueiros nacionaes *Paraná, Tibagy, Araguary, Corcovado* e outros foram sendo successivamente aprisionados.

Ao mesmo tempo que assim nos opprimia o trafego maritimo, a politica naval ingleza desdobrava fria e calculadamente

o seu plano infernal de exterminio á nossa desventurada marinha mercante. Apesar do decreto do governo brazileiro difficultando a alienação de navios nacionaes, começaram perfidamente a sophismal-o em contractos de arrendamento de 50 a 90 annos, o que equivalia a uma verdadeira compra. Deste modo, lá se foram vendidos a armadores de Liverpool e de outros portos inglezes o *Campeiro,* o *Merity,* o *Tropeiro* e o *Campista* sem fallar em muitos outros, dos quaes só muito mais tarde se foi tendo noticias. Até os nossos barcos de pesca não escaparam ao assalto.

Emquanto isso succedia, os agentes britannicos pelos jornaes a seu soldo mandavam clamar pela deficiencia da nossa navegação de cabotagem. Começaram estes a insinuar que, durante a guerra ao menos, o Governo brazileiro decretasse uma lei de excepção, violando embora o pacto constitucional, sob a invocação do *salus populi,* e permittisse aos navios inglezes, *unicos que mereciam então confiança completa,* desafogar a nossa producção, incumbindo-se tambem no nosso littoral do serviço de porto a porto. Nesse sentido, chegou-se a persuadir á directoria do Centro de Commercio e Industria do Rio de Janeiro da necessidade de fazer uma convocação dos seus associados para solicitar a attenção dos poderes publicos para tão palpitante assumpto.

O Lloyd Brazileiro, felizmente, tinha á sua testa o benemerito patriota que, ao rebentar a guerra, dera o tiro de morte no poderoso syndicato anglo-americano, que se havia constituido para comprar essa importante empreza de navegação ao governo afim de fundil-a com a de Navegação Costeira que, no fundo, já é ingleza, e assim ficar, finalmente, o Brazil privado da sua marinha mercante, reserva natural e preciosa em todos os paizes, que se prezam de cultos, da marinha de guerra. Demonstrou assim Servulo Dourado em meia duzia de argumentos ao Presidente da Republica que toda essa grita

não passava de uma baixa especulação e que não carecia de certo de material fluctuante para as suas necessidades interiores uma nação que acabava de vender, como o Brazil, tantas embarcações ao estrangeiro.

Nesse interim, occorria um episodio que forçava mais uma vez a politica ingleza a tirar a mascara e tornar bem patentes a sua má vontade e os seus planos machiavelicos em face dos mais caros interesses da nossa Patria. Diante do ruido levantado pela imprensa alliadophila, concitando o Governo a se aproveitar de alguns dos navios allemães, internados em os nossos portos sob a protecção da bandeira nacional, a nossa chancellaria teve uma ideia feliz e preparou um golpe para pôr a calvo a hypocrisia e falsidade de todas essas reclamações do jornalismo entrangeiro da Capital da Republica, assalariado aos agentes britannicos.

Dirigio assim o Ministro do Exterior uma nota ao Dr. A. Paoli, o illustrado e integro diplomata, a cujo talentos o Imperio Allemão confiou entre nós os destinos e os interesses dos seus subditos, manifestando-lhe o desejo nutrido pelo nosso governo de aproveitar na sua navegação de cabotagem alguns dos bellos paquetes allemães, ancorados em os nossos portos.

Dias depois, com pasmo de muitos, recebia o nosso departamento do Exterior a resposta satisfatoria do governo de Berlim, expressa nos seguintes termos, por demais honrosos para o nosso paiz:

« O ministro do Imperio Allemão tem a honra de communicar a S. Ex. o Sr. Ministro das Relações Exteriores, em nome do seu governo, o seguinte:

« O governo imperial recebeu e estudou com a maior attenção o pedido do governo brazileiro, de licença para que os navios mercantes allemães, retidos nos portos do Brazil, sejam utilizados no commercio brazileiro, afim de suavizar a falta de meios de transporte, que actualmente existe. A' sa-

tisfação, porém, desse pedido se oppõem sérias difficuldades resultantes da maneira pela qual os inimigos da Allemanha conduzem a presente guerra. Estas difficuldades, que o ministro do Imperio já teve a honra de oralmente expor em seus detalhes, podem ser em poucas palavras resumidas: os inimigos da Allemanha estão se esforçando por todos os meios para excluil-a completamente do commercio mundial; e existe, nestas circumstancias, o receio de que cada augmento dos meios de transporte maritimos, mesmo limitado ao continente americano, possa offerecer vantagens directas ou indirectas ás potencias inimigas.

«Para dar, porém, ao governo brazileiro uma prova da sua estima e amizade, o governo imperial. apezar das importantes difficuldades mencionadas, autorizou o seu ministro a declarar, em seu nome, que consente no arrendamento pelas companhias de navegação interessadas, ao governo brazileiro, de tres dos vapores allemães actualmente em portos brazileiros, para uso exclusivo da navegação na costa do Brasil, até o fim da guerra européa. A este consentimento se liga, porém, a condição de que o governo brazileiro deverá conseguir uma obrigação effectiva, por parte das potencias com as quaes a Allemanha se acha em guerra, garantindo taes navios de captura ou aggressão por parte daquelles belligerantes.

«Além disso, o governo brazileiro deverá obrigar-se a armazenar a carga que se acha a bordo dos navios referidos, responsabilizando-se pelas suas despezas, até que seja possivel o transporte por navios allemães, ao seu destino.

«Os tres vapores que, nestas condições passam á disposição do governo brazileiro são: vapor *Rauenfels,* 5.472 toneladas brutas de registro, propriedade da Hansa Linie Bremen; vapor *Steiermark*, 4.569 toneladas brutas de registro, propriedade da Hamburg-America Linie; vapor *Santa Lucia,* 4.237 tone-

ladas brutas de registro, propriedade da Hamburg-Suedamerika Linie.

«Estes navios se acham todos em boas condições no porto da Bahia.

«Os agentes das companhias interessadas, as casas Herm. Stoltz & Comp. (pelo paquete *Rauenfels*) e Theodor Wille & Comp. (pelos *Steiermark* e *Santa Lucia*), no Rio de Janeiro, já se acham instruidos a respeito, e estão promptos a entrar em negociações para o fretamento dos vapores. Petropolis, 9 de abril de 1916.»

Registrando tão auspicioso facto, não occultava mesmo o seu enthusiasmo um dos mais importantes orgãos da colonia portugueza no Rio de Janeiro.

«Como se acaba de ler, dizia essa folha, o Governo Allemão, PARA DAR AO GOVERNO BRAZILEIRO UMA PROVA DA SUA ESTIMA E AMIZADE, consentiu no arrendamento de tres dos vapores allemães actualmente em portos brazileiros, autorizando os agentes das companhias a que pertencem esses vapores a tratar das respectivas negociações.

«A nota a esse respeito deixa bem claro que o governo imperial procedeu desse modo, não só porque reconheceu que nenhum arrependimento terá do seu gesto, como tambem por que confia em que cumpramos as obrigações, que nota, devemos assumir para podermos proceder á utilização dos navios.

«Elles estão em boas condições de navegação e se destinarão «ao uso exclusivo da navegação na costa do Brazil até ao fim da guerra européa.»

«Quer isso dizer que a Allemanha, como a Inglatera, como a França, reconhece que, em face do conflicto europeu, a attitude do Brazil é effectivamente MODELAR, como a qualificou o governo inglez. Somos o primeiro paiz a quem a Allemanha faz essa concessão, e é bem possivel que a guerra termine deixando-nos nessa condição excepcional.

«E' sem duvida um grande trabalho e um triumpho, que devem ser levados ao activo dos serviços da diplomacia brazileira.

«Resta que obtenhamos da Inglaterra a permissão para o livre trafego daquelles navios. Como se sabe, a Inglaterra tem-se soccorrido de uma sua velha doutrina para não consentir que os navios allemães sejam vendidos a outras nações, em cujos portos se encontravam no momento da declaração de guerra. A doutrina ingleza estabelece que esses navios permaneçam internados até que se decida o conflicto armado. O principio, que se applica á venda, applica-se, por extensão, ao arrendamento, como se verifica no caso vertente. De qualquer modo, pensam os inglezes que é negocio feito pela Allemanha em plena guerra. Logo, oppõem-se á sua execução. E' o criterio que a nossa chancellaria já agora está encarregada de neutralizar, sobretudo quando se trata da navegação da costa brazileira, da qual nunca os inglezes tiveram, nem poderão ter, motivos de desconfianças.

«Comnosco ha de admittir toda gente que, quando o Governo Imperial dá tamanha prova de ESTIMA E AMIZADE ao de um paiz neutro como o Brazil, mas accusado de parcialidade para com os alliados, o governo inglez não se opporá a que os navios em questão sejam empregados no SERVIÇO EXCLUSIVO de transporte dos nossos productos, de porto para porto nacional.»

Illudiam-se redondamente os que assim pensavam. Com grande desapontamento sem duvida para os mais exaltados alliadophilos entre nós, o governo inglez, não só se oppunha a que realizassemos esse excellente negocio para a expansão do nosso trafego interestadual, como ia mais longe e dava francamente a entender que, si qualquer desses navios ouzasse sahir barra fóra, mesmo tripulados exclusivamente por brazileiros e sob a pavilhão nacional, seria immediatamente apri-

zionado e remettido para a Grã-Bretanha como boa preza de guerra.

Para distrahir, porém, a opinião publica, impedindo que, com esse facto tão expressivo de estima e alta distincção para com o Brazil, augmentassem as sympathias já visivelmente crescentes pela causa da Allemanha, imaginou a politica ingleza uma serie de expedientes, cada qual mais curioso e mais perfido.

Era assim que, dias depois destes successos, a 2 de maio de 1916, a Secretaria das Relações Exteriores recebia alta noite um telegramma urgente da nossa legação em Londres, annunciando que «*o almirantado inglez acabava de informar que o vapor brazileiro Rio-Branco havia sido posto a pique por um submarino allemão.*»

Divulgado logo na manhã seguinte este despacho pelas agencias alliadas, bem se póde calcular o escandalo que se procurou logo fazer em torno de tão sensacional successo. Os jornaes portuguezes do Rio de Janeiro exigiram logo que o Brazil pedisse immediatas e plenas satisfações á Allemanha; as folhas nacionaes, menos exageradas, porém mais patrioticas, limitaram-se a reclamar urgentes providencias por parte do Governo Federal. Surgiram, em seguida, as convocações dos costumados *meetings* para armar ao effeito apenas no exterior, porque, no fim de contas, dentro do paiz, nunca se chegaram a realizar por falta de assistentes. E, sempre com a assignatura de meia duzia de individualidades incolores e sem significação na politica dominante da Republica, não faltaram os manifestos em que se concitava o povo a mais uma vez preparar-se para lutar ao lado dos alliados em defeza da civilização e da raça latina !

A propria chancelaria brazileira, deante de tão grande alarido, portou-se com uma precipitação digna de lastima. Em vez de não se fiar nas communicações officaes do *Foreign*

Office, já tantas vezes desacreditadas pelas suas insidiosas inexactidões, e de esperar que os factos viessem por si proprios esclarecer a situação, preferiu endereçar immediatamente a nota seguinte á legação allemã no Rio de Janeiro, nota que aliás em nada se recommendava pela sua redacção:

« N. 8 — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 4 de maio de 1916. — Sr. ministro — Acaba de chegar ao conhecimento do governo brazileiro, sem todavia haver ainda confirmação, a noticia de ter ido a pique no mar do Norte o navio *Rio Branco*, pertencente á frota mercante brazileira.

« Segundo a versão de telegrammas recebidos pelo governo e os publicados pela imprensa, aquelle navio teria sido torpedeado por um submarino allemão, quando, com destino a portos nacionaes, regressava de Gothemburgo, na Suecia, onde fôra levar um carregamento de café do Brazil.

« O Sr. Presidente da Republica, a quem essa noticia causou funda impressão, como a mim proprio e a toda Nação Brazileira, ordenou-me que mandasse proceder a urgentes e rigorosas indagações officiaes, afim de ficar esclarecido e confirmado o caso, bem como determinadas com exactidão as condições em que elle se deu e as circumstancias que teriam dado logar a semelhante acto.

« No caso affirmativo, o governo brazileiro se reservará o direito, como lhe compete, de fazer o seu protesto formal e necessaria reclamação.

« Tenho a honra de reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração — *Lauro Müller*. — A S. Ex. o Sr. Paoli, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de sua Majestade o Imperador Allemão e rei da Prussia. »

« Em resposta, o Sr. Paoli, ministro do imperio allemão junto ao nosso governo, entregou ao Dr. Lauro Müller a seguinte nota:

« Legação do Imperio Allemão no Brazil — J. N. 1.206

— Petropolis, 5 de maio de 1916 — Sr. ministro — Tenho a honra de accusar o recebimento da obsequiosa nota por V. Ex. enviada hontem, communicando-me que, devido ás noticias chegadas da Inglaterra sobre o afundamento do paquete *Rio Branco*, da marinha mercante do Brazil, por determinação do Sr. Presidente da Republica, foram ordenadas indagações officiaes que verifiquem si o navio foi posto a pique por um submarino allemão e, caso affirmativo, quaes as circumstancias do afundamento.

« Em resposta á prezada communicação, tenho a honra de exprimir, antes de mais nada, a minha viva satisfação por ver que todas as noticias até agora publicadas, nos seus varios detalhes incompletos e não sem contradições, coincidem em affirmar que a tripolação do navio foi completamente salva, não havendo por isso a lamentar a morte de um cidadão brazileiro.

« Não tendo recebido a respeito nenhuma communicação de meu governo, não me acho em situação de antecipar, da minha parte, as suas declarações.

« Seja-me, porém, permittido lembrar que as forças da marinha imperial, inclusive os submarinos, teem ordem de destruir navios mercantes neutros, só em casos nos quaes esta medida é reconhecida como justificada pelos principios do direito das gentes.

« De outro lado, é completamente alheia ás intenções do governo imperial a perturbação do commercio legitimo das nações neutras, principalmente quando se trata de um paiz como o Brazil, com o qual a Allemanha manteve sempre as melhores relações, nunca estremecidas.

« Consequentemente, caso o governo da Republica, depois da conclusão das pesquizas iniciadas, si visse na contingencia de entrar em negociações com o governo imperial pelo seu ministro em Berlim, sobre o afundamento do *Rio Branco*, é

fóra de duvida que as suas communicações serão recebidas e tratadas com o mesmo espirito amistoso que, felizmente, determinou as relações entre os dois governos e nações respectivas.

«Aproveito-me desta opportunidade para reiterar a V. Ex. os protestos da minha mais alta consideração — *A. Paoli.*»

Tres dias depois da troca destes graves documentos, apparecia felizmente a verdade em toda a sua clarividencia; e era o proprio Governo Federal que mandava declarar pela imprensa ter averiguado que a tripolação do *Rio Branco,* que fôra comprado por um norueguez, naturalizado recentemente brazileiro, o Sr. Loretzen, e arrendado a armadores inglezes, tinha a sua tripolação composta de dezoito scandinavos, um inglez e dous norueguezes, naturalizados brazileiros. O vapor viajava de Cristiania para Hull, na Inglaterra, com um carregamento de madeira, artigo esse considerado contrabando de guerra pelo proprio governo britannico. Nenhum dos seus tripolantes perecêra, tendo sido torpedeado o navio a 50 milhas a oéste da Ilha Coquet. Eis a que ficara reduzida toda a affronta feita a soberania do Brazil !...

Não se passaram muitas semanas e novo telegramma de Londres annunciava o aprisionamento, mas agora pelos proprios inglezes, de outro vapor do mesmo Sr. Loretzen, o *Saldanha da Gama,* quando, procurando desviar-se da róta com que sahira do Pará em demanda dos Estados-Unidos, tentara romper o bloqueio, afim de levar um carregamento de borracha para os allemães.

Logo á primeira vista, não faltou quem achasse uma tal historia muito mal contada. De facto, não tardava a chegar da Inglaterra ao Rio de Janeiro o capitão que conduzira o *Rio Branco* á Europa afim de ser vendido aos inglezes; e, com a franqueza caracteristica dos homens do mar, contou em entrevista aos jornaes que uma tal noticia sobre o *Saldanha da*

Gama não passava de uma grosseira fantasia, pois esse vapor, como o que commandara, havia sido enviado ao Velho-Mundo para ter o mesmo destino que o de seu commando. Soube-se então que, além dessas duas naus, a nossa marinha mercante perdêra ainda por terem sido adquiridas pelos armadores inglezes os vapores *Crateús* e *Sobral* e as chatas *Rio* e *Norte*, todos alienados por aquelle commerciante norueguez que, para conseguir com essas transações lucros colossaes, não se importar em se neutralizar brazileiro !

Como si tudo isso não bastasse, ainda a politica naval ingleza fez do fornecimento de carvão uma arma terrivel contra o commercio maritimo do Brazil. Lançando na *lista negra* a casa Hœpcke, de S. Catharina, paralysou em boa parte o trafego fluvial costeiro dos tres Estados do meredião da Republica. Liquidou a Companhia de Pesca, de Santos. Perturbou inteiramente toda a pequena navegação de cabotagem do norte do paiz. No Pará e no Amazonas, moveu as mais crúas perseguições contra os principaes productores de borracha, entre os quaes alguns, como o coronel Contreiras, possuiam vapores proprios para descerem e subirem os rios servindo ás regiões do Acre. De todas essas embarcações, pretendeu apoderar-se por mil e um artificios afim de leval-as para a Inglaterra, como aconteceu aos magnificos barcos de pesca da empreza, que os explorava no Rio Grande do Norte. Emfim, como confessava uma de suas importantes revistas, só não nos privou de todo do carvão porque os Estados-Unidos o produziam e ainda conservavamos os vapores do Lloyd Brazileiro a competir com os cargueiros inglezes !

Contra aquelles, todavia, não teem sido poucas nem menos humilhantes as investidas que os seus navios de guerra e os de seus alliados hão feito, não só em alto mar, como, o que é mais triste, nas proprias costas do Brazil. O aprisionamento do *Tocantins* não foi um acto sporadico de pirataria, prati-

ticado pelos cruzadores francezes. Da mesma fórma que se arrastou esse vapor nacional para a Martinica e fizeram alli descarregar os artigos que entenderam e que conduzia de New-York para o Rio de Janeiro, outras tantas violencias se praticaram dentro das nossas aguas, ,tendo sido abafadas para evitar o escandalo publico sem resultado para nós. Um exame feito depois da guerra nos relatorios dos commandantes das unidades do Lloyd Brazileiro dará paginas emocionantes á indignação patriotica do nosso povo. Só uma vez, por haverem communicado em radiogramma ao Capitão do Porto do Rio de Janeiro, que tinham encontrado um cruzador britannico em determinada latitude, foram destituidos dous velhos e distinctos commandantes de primeira classe, por imposição do ministro inglez. E o mais curioso é que esses bravos officiaes eram um, italiano e outro, portuguez, se bem que naturalizados, ha longos annos, mas filhos ambos de duas nações alliadas da Grã-Bretanha !

Entrementes, a explosão do paquete inglez *Tennyson* nas costas do Maranhão dava ensejo a que a opinião nacional tivesse a ultima prova de quanto é capaz em audacias e atrevimentos a diplomacia britannica no desempenho da politica naval do seu governo.

« O caso do *Tennyson,* escreve imparcial contemporaneo, póde ser resumido em poucas palavras. Quatro ou cinco dias depois daquelle vapor ter sahido do porto da Bahia, quando navegava em aguas neutraes a caminho dos Estados Unidos, houve em um dos porões de carga uma explosão. Allegaram commandante e officiaes do navio que essa explosão teve logar no ponto onde se achavam volumes, que haviam sido embarcados no porto da Bahia. De accôrdo com essa explicação do facto, o agente da Lamport & Holt, tambem consul inglez na Bahia, requereu ás autoridades policiaes daquelle

Estado um certo numero de diligencias para a descoberta do autor ou autores do attentado.

«Quando começaram a ser feitas essas diligencias, dous individuos — Niewerth e Fordham — desappareceram da Bahia, e ésse facto, combinado com algumas circumstancias muito vagas, deram logar a suspeitas de serem os dous individuos responsaveis pelo que occorrera a bordo do *Tennyson*.

«O consul inglez, por intermedio de um advogado que constituira, requereu innumeras diligencias, muitas das quaes eram obviamente inuteis. Mas as autoridades policiaes, querendo dar prova da sua boa vontade em apurar a verdade, satisfizeram todos os caprichos do agente britannico e accederam a todas as suas impertinencias.

«Entretanto, o ministro inglez, o Sr. Arthur Peel, que, na emoção causada pelo attentado, se esquecera das praxes internacionaes consagradas pelos usos dos povos civilizados e fôra directamente ao Ministro da Justiça pedir providencias, saltando assim por cima da nossa chancellaria, á qual cabia receber a reclamação, quiz augmentar a lista das suas *gaffes* com uma proeza ainda mais sensacional. Despachou para a Bahia o Sr. Harold Beresford, secretario da sua legação, com o encargo de intervir directamente em seu nome junto ás autoridades estaduaes, para que se effectuassem as prisões dos culpados e se promovesse o respectivo processo. Si a missão confiada ao Sr. Beresford era estranha, mais estranha foi ainda a maneira pela qual o secretario da legação britannica desempenhou a tarefa que lhe havia sido confiada.

«O Sr. Beresford não encontrou na capital da Bahia o governador, Dr. J. J. Seabra, que havia partido para a Feira de Santa Anna, afim de assistir á inauguração de uma escola. Dirigindo-se ao Chefe de Policia do Estado, o Sr. Beresford, que se fez acompanhar pelo consul e por um advogado, pro-

curou intervir directamente no inquerito a que se procedia e, abusando da cortezia da autoridade que o recebia com gentileza, chegou mesmo a fazer commentarios insolentes sobre a maneira como a policia bahiana exercia as suas funcções.

« Não contente com essa indebita intervenção nos actos das autoridades de um Estado brazileiro, o Sr. Beresford, antes de partir da capital bahiana, escreveu ao governador a seguinte carta que bastaria para inutilizar por toda a vida um diplomata si elle não fosse no momento um méro instrumento da politica audaz, prepotente e tyrannica do *marinismo* triumphante no governo de sua Patria:

« Traducção — Consulado Inglez. Bahia, março 13 de 1916. — Exmo. Sr. — Tenho a honra de informar a V. Ex. que o Ministro de S. M. Britannica no Rio de Janeiro, Sr. Peel, deu-me instrucções afim de vir á Bahia expressamente para expôr a V. Ex. certas considerações de alta importancia, com relação á explosão que recentemente se deu a bordo do vapor « Tennyson », em mar alto. O Sr. ministro pediu-me para informar a V. Ex. que elle considera a questão de tão alta importancia, que teria vindo em pessoa, para directamente tratar de tão grave assumpto. Como fosse isso impossivel, elle não sómente telegraphou instrucções ao Sr. Consul Interino, Benn, para chamar a attenção das autoridades do Porto da Bahia, como, considerando isso insufficiente, decidiu-se mandar-me pelo S|S « Geria » afim de entender-me pessoalmente com V. Ex. Sinto profundamente que, devido a ser obrigado a voltar para o Rio de Janeiro, onde a minha presença é necessaria, não me seja possivel esperar para ter a honra de ser apresentado a V. Ex., o que me força a deixar estas considerações por escripto para lhe serem entregues. Ao termos sciencia da explosão a bordo do « Tennyson », e das provas de que essa era proveniente duma bomba collocada a bordo no porto da Bahia, o Sr. Ministro era de opinião que

a sua intervenção como ministro não seria necessaria e telegraphou ao Sr. Benn para agir e levar os factos ao conhecimento das autoridades policiaes, na qualidade de agentes da Companhia Lamport & Holt, e não como consul. O Sr. ministro assim procedeu, pois julgava que, — deante de um facto desta natureza, pelo qual tão grande numero de pessoas, inclusive cidadãos brazileiros, podiam ter perdido as suas vidas, sendo que tres pessoas de facto morreram; e considerando como um grande crime contra o Estado da Bahia, — encontraria promptas e energicas providencias por parte das autoridades. Nestas circumstancias, o Sr. ministro considerou que qualquer intervenção da nossa parte podia ser considerada uma affronta ao Estado, para o qual deve ser um ponto de honra descobrir e castigar os criminosos sem demora. Quando, porém, são passados tres semanas, durante as quaes as duas pessoas suspeitas Niewerth e Fordham (ou Van Dam) tiveram occasião de fugir, o que praticamente confirma a sua culpa, sem que a policia tenha obstado essa fuga, ou promovido diligencias para prendel-os, ou mesmo dado uma busca no logar onde se presume tenha sido preparada a bomba, nem ao menos requisitado da autoridade judicial a necessaria ordem de prisão preventiva, o Sr. ministro resolveu, que, em se tratando de um assumpto que muito interessa ao Governo de S. M. Britannica, deve ser, sem demora de qualquer especie, apresentado ás autoridades federaes do Rio de Janeiro. O ministro de S. M. Britannica amistosamente visitou S. Ex. o Sr. Ministro da Justiça, e deu-me completas informações sobre este caso que depois foi discutido com o Dr. Gastão da Cunha, sub-secretario do Ministerio das Relações Exteriores, o qual, na ausencia do Sr. Dr. Lauro Müller, estava encarregado dos negocios no Palacio Itamaraty. O Sr. Gastão da Cunha recebeu o Sr. Peel em 9 de março; e, tendo tido sciencia da minha partida naquelle mesmo dia para a Bahia, solicitou do Dr. Guerra Durval,

introductor do Corpo Diplomatico, para entregar-me pessoalmente a bordo uma mensagem communicando-vos que as autoridades federaes estavam estudando o caso com a mais escrupulosa attenção, e entravam em communicação com V. Ex. sobre o assumpto. O Dr. Guerra Durval accrescentou verbalmente que eu podia ter a absoluta confiança na acção energica do Exmo. Governador da Bahia, e expressou a certeza que tinha de que, ao chegar aqui, eu me certificaria de que tudo seria feito, para trazer perante a justiça os criminosos. Infelizmente, sou forçado a confessar a V. Ex. a minha grande decepção, não podendo deixar de declarar que não fiquei satisfeito com as diligencias effectuadas, não acreditando que si tivesse feito nem empregado os meios para evitar a fuga dos criminosos. O Chefe de Policia teve a bondade de receberme hoje em companhia do consul de S. M. Britannica e do Dr. Guerreiro de Castro, e com muita cortezia relatou-me detalhadamente as providencias que havia ordenado. Da sua explicação, cheguei á conclusão de que se não considerava com provas sufficientes contra Niewerth e Fordham para promover a sua prisão, sendo que estas explicações me foram dadas de tal maneira que me forçaram a perguntarlhe si desejava que o Sr. Ministro da Inglaterra denunciasse ás autoridades federaes e ao Governo de S. M. Britannica, que as autoridades policiaes do Estado da Bahia eram legalmente impotentes para trazer os suppostos criminosos perante a justiça, apezar das provas da sua culpabilidade. O Dr. Cova immediatamente garantiu-me que a minha impressão sobre a sua attitude estava errada, pelo que estava decidido a pedir ao juiz uma ordem de prisão preventiva contra os criminosos Niewerth e Fordham, o que lhe habilitava a dar as buscas necessarias e effectuar as suas prisões. Entretanto, ao mesmo tempo que me confesso muito grato ao Dr. Cova, pela cortezia que me dispensou, não posso

deixar de manifestar a minha surpreza, por vêr que as providencias que elle agora prometteu tomar não fossem dadas ha mais tempo, afim de obstar a fuga dos criminosos. Finalmente, apresentei ao Chefe de Policia certas considerações de caracter internacional, as quaes tomo a liberdade de repetir agora a V. E.—Em primeiro logar, o Sr. Ministro de S. M. Britannica encara este caso como um crime publico contra o Estado da Bahia, em cuja consideração, devido á presente guerra, não quer entrar. Mr. Peel comprehende perfeitamente que é impossivel evitar que taes crimes sejam commettidos, mas, confiante, esperava que o Estado da Bahia encararia como uma questão de honra prender e castigar os criminosos com o maior rigor da Lei, sendo que esse castigo certamente serviria para evitar que outro allemão seguisse o exemplo de Niewerth. Porém, desde que tão barbaro crime continúa impunne, é de minha obrigação informar a V. Ex. que, difficilmente, o Sr. ministro poderá convencer o governo de S. M. Britannica de que a Bahia é um porto seguro de escala dos vapores inglezes de passageiros e de que estão livres do risco da repetição de tão hediondo attentado os navios e vapores portadores de mercadorias. Foi suggerido por alguem que tão grande selvageria fôra um acto de guerra, com o qual nada tinham que vêr as autoridades deste paiz. Tenho a satisfação de dizer que o Chefe de Policia garantiu-me não pensar desse modo, e posso asseverar a V. Ex. que, si semelhante opinião prevalecesse e os crimes fossem escapando, essa attitude por parte das autoridades do Estado seriam encaradas pelo governo de S. M. Britannica, e tambem, tenho a certeza, pelo Governo Federal, como uma quebra da neutralidade brazileira, e como uma assistencia dada aos allemães na execução de actos de guerra contra o governo de S. M. Britannica. Finalmente, tenho a honra de chamar a attenção de V. Ex. para as provas evidentes contra os Srs. Niewerth e Fordam, e para o que o

Sr. Benn, agente de Lamport Holt, informou o Chefe de Policia officialmente. As contradicções no depoimento de Raul de Oliveira, que desempenha o duplo logar de despachante federal e estadual, torna-o suspeito. O Sr. Ministro da Fazenda será officialmente informado do procedimento deste empregado, afim do mesmo ser dispensado, ao mesmo tempo que temos a certeza de que V. Ex. comprehenderá não ser possivel continuar elle como empregado official do Estado da Bahia. Terminando, tenho a honra de chamar a sua attenção para o facto de que os criminosos esperavam que a explosão causasse a perda total do vapor, com todas as vidas existentes a bordo, de maneira que não ficassem vestigios do crime, o que fatalmente aconteceria si o fatal caixão com a bomba tivesse sido collocado no centro do vapor. A' vista disto, tenho a convicção de que V. Ex. certamente se convencerá da necessidade de castigar os criminosos, não poupando esforços para que isso se realize no menor tempo possivel. Tenho a honra de ser, Exmo. Sr., vosso obediente e respeitador creado (Assignado)—*Haroldo Beresford Hope,* Secretario da Legação de S. M. Britannica no Rio de Janeiro.»

A resposta do governador da Bahia, então o dr. J. J. Seabra, cuja energia de animo e integridade moral jámais foi posta em duvida pelos seus maiores inimigos, não se fez esperar; e, como já tivemos occasião de dizer, além de um modelo da dignidade civica, altivez patriotica e fino tacto diplomatico, tornou-se uma severa licção de jurisprudencia e de civilidade inflingida a tão desastrado, quão desabrido diplomata.

Eis esse importante documento, destinado a figurar entre os mais notaveis da nossa historia politica:

« Palacio do Governo do Estado da Bahia, em 20 de março de 1916.—Exmo. Sr.—Tenho a honra de accusar o recebimento da communicação que V. Ex. me dirigiu a 13 do corrente mez e anno, e me foi entregue após a minha chegada,

em 15 deste mesmo mez, a esta Capital, de volta da cidade de Feira de Sant'Anna, onde me achava. Sinto não me ter encontrado com V. Ex., que partiu para o Rio de Janeiro durante a minha ausencia para, agradecendo tambem a sua visita, pedir que se dignasse levar ao Sr. ministro de S. M. Britannica o meu mais sincero protesto contra o acto de barbaria e deshumanidade praticado, com animo criminoso e a perversão dos mais comesinhos sentimentos de respeito á vida e á propriedade alheias, pelo auctor do attentado de que foi victima, em alto mar, o vapor *Tennyson*. Não me era licito recusar ao enviado do Sr. ministro, a respeito desse triste caso, qualquer informação e, ainda menos, não agradecer os esclarecimentos que me fornecesse e com os quaes, porventura, me fosse possivel fazer adeantar a acção e pesquizas da policia do Estado para a descoberta e severa punição do autor ou autores do crime, fossem elles quaes fossem.— Tratando-se, porém, de reclamação, exorbitaria eu do poder de minha autoridade, em admittil-a, porque, segundo as leis brazileiras e velhas praxes do Governo Central do meu paiz, é o Sr. Ministro das Relações Exteriores o unico competente para recebel-a e ao qual me cumpria dar, sobre o occorrido, as informações da verdade e os esclarecimentos que eu julgasse necessarios ao conhecimento dos factos, tendo em vista os interesses da justiça e as boas relações de amizade existentes entre o Governo do Brazil e o de S. M. Britannica.— Não me abrigo, todavia, ás formalidades das normas diplomaticas, a que o Sr. ministro da Inglaterra presta sempre o melhor apoio, para me eximir á resposta a que a communicação de V. Ex. tem incontestavel direito, cabendo-me sómente o dever, que cumprirei, de levar, immediatamente, ao conhecimento do Ministro das Relações Exteriores, independente de qualquer solicitação, com o historico das occurrencias havidas, até agora, sobre o attentado do *Tenyson*, os documentos, que demonstram a

acção das autoridades policiaes do Estado e os que, sob a assignatura de V. Ex. e a minha, se trocaram. — Como si verifica da informação do Sr. Dr. Chefe de Policia, informação que, junto a esta por cópia, envio a V. Ex., a autoridade policial, desde que teve conhecimento do facto, procedeu a todas as diligencias para a descoberta dos criminooss. Não lhe autorizavam, entretanto, as provas colhidas, na conformidade das leis que nos regem e que, neste particular não são differentes das que vigoram na livre Inglaterra, a ter procedimento diverso do que tem tido até agora. O crime, como é sabido e V. Ex. o disse na communicação a que respondo, realizou-se em alto mar, a bordo de navio estrangeiro, o que quer dizer, foi commettido em paiz estrangeiro. E' certo tambem que os criminosos bem podem estar aqui, no Estado, e ser aquelles dos quaes se desconfia e contra os quaes ha presumpções de responsabilidade. Mas, na ausencia do corpo de delicto, que é a prova material do facto, no local do crime e do testemunho, pelo menos, de tres pessoas que deponham, contestes, sobre o mesmo facto e o seu autor ou autores, não é permittido pela legislação brazileira, bem como pelas leis liberaes do mundo inteiro, nos paizes livres, prender-se alguem por mais tempo do que o prescripto em lei, sob pena de ser burlada a acção da autoridade, que tenha ordenado a prisão, por uma ordem de *habeas-corpus*, instituição originariamente ingleza e salutar remedio aconselhado pelas leis brazileiras para sustar o arbitrio ou impedil-o. O crime, de que se trata, por mais hediondo que seja e nem de outro modo se deve consideral-o, é um crime commum, sujeito ás leis penaes brazileiras e, como tal, não differe de qualquer outro, no interesse que deve ter o Estado em punir quantos se commettam no seu territorio. — Aquelles sobre os quaes incidiram e se accumulam as suspeitas de serem os autores do attentado contra o *Tennyson* se ausentaram desde que commetteram o crime e

antes, provavelmente, de serem conhecidos os resultados do seu sinistro intento. Não era, por consequencia, possivel, a sua prisão antes do facto, porque se lhe ignorava a preparação; e, depois delle, antes de praticadas as investigações da lei.— Desde que a policia não tinha elementos para presumir ao menos quem fosse o criminoso, não podia evitar que fugissem aquelles sobre os quaes, averiguados os factos, recahiram as suspeitas, sendo que o facto da fuga, ou ausencia, é precisamente o elemento gerador da suspeita contra os fugitivos.— Nenhuma dilligencia, requerida pelo Consul de S. M. Britannica ou pelo Advogado que o acompanha, deixou de ser attendida, por mais desarrazoada ou extravagante que o fosse.— Por minha parte, nada recebi, até o presente, do Governo Federal a respeito do caso em questão, isto porque o Governo Federal sabe, rigorosamente, que todas as diligencias possiveis e legaes serão feitas com o maior cuidado e interesse pelas autoridades para o descobrimento da verdade e punição dos criminosos.— Empregando as autoridades policiaes, no cumprimento desse dever, todos os seus esforços, com o intento de dar satisfação ás exigencias da lei e aos reclamos da justiça, não têm, entretanto, outros juizes de seus actos senão as autoridades a que são subordinadas.— O Advogado de V. Ex. devia ter tido o cuidado de informal-o sobre as disposições das leis que, applicaveis ao caso, vigoram na Republica e aqui foram escrupulosamente observadas, para que podesse ser julgado com justiça o procedimento das autoridades do Estado. Foi acto de simples cortezia, por parte do Sr. Dr. Chefe de Policia deste Estado, o ter dado a V. Ex. amplas e detalhadas informações sobre as medidas que tomára, não sendo admissivel como um acto de méra gentileza pudesse autorizar a estranha ameaça de ser levado ao conhecimento do Governo Federal e, muito menos, ao Governo de S. M. Britannica, como infundada suspeita de serem as autoridades policiaes do Estado da Bahia legalmente impo-

tentes para achar e entregar os suppostos criminosos á acção da Justiça, apezar das provas de sua culpabilidade.— O quanto houve entre o Dr. Chefe de Policia e o representante do Sr. ministro de S. M. Britannica, que V. Ex. o foi, dá exacta noticia o officio, a mim dirigido, por aquelle alto funccionario, officio que, como já o disse, junto a este envio, por cópia.— Nesta data, asseguro a S. Ex. o Sr. Ministro das Relações Exteriores, para que se digne communicar ao Sr. ministro de S. M. Britannica, que a Policia e a Justiça do Estado tudo têm feito e continuarão a fazer para a descoberta dos criminosos e, nos termos da lei, para a sua justa e necessaria punição. — Lamento sinceramente a ameaça de não passar mais por este porto navio de nacionalidade ingleza por não ser, como V. Ex. presume e o declara, um porto seguro.— Releva ponderar que, o que aqui aconteceu, poderia succeder em quaesquer portos do mundo, ainda os mais policiados e seguros, sem meio nenhum de se evitar o crime occorrido, desde que, sem excepção de um só paiz, as mercadorias embarcadas em toda parte só são examinadas nos portos de destino. — Quanto á fuga, si esta pudesse sempre ser evitada, maxime nas condições em que foi praticado o attentado contra o *Tennyson*, não aconteceria, como é frequente. que até aqui chegassem avisos, mesmo da Inglaterra, sobre evadidos que a sua Policia procura.— Meus desejos são de que semelhantes factos, da maior gravidade e, pela sua hediondez, verdadeiramente repugnantes, não se reproduzam, affrontando os sentimentos de humanidade que tanto dominam o espirito da Nação Brazileira.— Esperando poder proseguir, como até aqui, na observancia de neutralidade, que o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores tão justamente recommenda, peço a V. Ex. se digne transmittir ao Exmo. Sr. ministro de S. M. Britannica as homenagens do meu respeito e consideração.—(Assignado) *J. J. Seabra*.»

Accompanhavam esta carta alguns importantes documentos; mas o eminente governador da Bahia, já tendo exercido os mais altos cargos na administração da Republica e revelando mais uma vez uma perfeita e admiravel comprehensão das suas responsabilidades de homem de Estado, pensou e pensou bem que a sua resposta só deveria ser dada por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores, ensinando ainda assim ao desabusado representante inglez o caminho unico que deveria ter trilhado si, á educação pessoal, juntasse o conhecimento real do seu officio. E, assim agindo, endereçava naquella mesma data a seguinte exposição á chancellaria brazileira:

« Palacio do Governo do Estado da Bahia, em 20 de março de 1916.— Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores.— Tenho a honra de communicar a V. Ex. que, chegando a esta cidade, de volta da Feira de Sant'Anna onde me achava, recebi, com a assignatura em lettra de machina, do Sr. Secretario do Sr. ministro de S. M. Britannica, a carta junta (Doc. numero 1), que, por cópia, envio a V. Ex. para o seu immediato conhecimento, tendo deliberado respondel-a nos termos da communicação (Doc. n. 2) que submetto á apreciação da alta autoridade, de V. Ex., que é no meu paiz a pessoa competente para tratar, em nome do Sr. Presidente da Republica, as questões de caracter internacional ou quaesquer outras que digam respeito ás nossas relações com as nações amigas.— Se V. Ex. entender que essa resposta deve ser entregue, rogo que se digne, como gentileza que desde já agradeço, dar as necessarias ordens para que, por intermedio do Ministro das Relações Exteriores, o Sr. ministro de S. M. Britannica a conheça. Si, ao contrario, entender V. Ex. que, por qualquer motivo, não deve a mesma communicação chegar ao seu destino, desde já me conformo com a resolução de V. Ex. que, naturalmente, será autorizada por justa causa. Não devendo nem querendo exorbitar de minha autoridade de Chefe do Estado da Bahia

e reconhecendo a delicadeza do assumpto sobre que versa a minha resposta ao Sr. Secretario do Ministro da Inglaterra, acreditado junto ao governo brazileiro, espero de V. Ex. a fineza de suas indicações na materia. Desde já affirmo que o governo da Bahia neste caso do attentado contra o *Tennyson* tem cumprido rigorosamente o seu dever.— Digne-se V. Ex. acceitar as minhas homenagens de respeito e distincta consideração.—(Assignado) *J. J. Seabra.*»

Salientando essa attitude de tanta dignidade e patriotismo, escreviamos então:

«Não é a primeira vez que um filho illustre desta terra, investido do poder, reage, prompta, energica e intelligentemente, contra uma affronta feita aos brios nacionaes, ou uma intromissão indebita em os negocios internos do paiz, por agentes estrangeiros, trefegos, desabusados ou faltos de luzes bastantes para comprehenderem as instrucções recebidas das suas chancellarias e mesmo as delicadas responsabilidades dos seus encargos. Mas, de todas essas réplicas, firmadas algumas por estadistas que se immortalizaram pelos seus talentos, civismo e habilidade politica, uma só excede á do ex-governador da Bahia na fórma como no fundo, na precisão dos conceitos, na serenidade da desaffronta, na lição de direito e de civilidade e, acima de tudo, no cuidado de guardar a autonomia e altivez do governo da Bahia, ao mesmo tempo resguardando as responsabilidades e attributos soberanos da suprema administração da Republica.

De Caravellas a Cotegipe, o Brazil se deve orgulhar de ter tido sempre homens de Estado e patriotas impeterritos, que jámais consentiram no menoscabo da honra nacional.

Ministros e consules inglezes, em diversas épocas e em centenas de conflictos internacionaes, foram, mais do que outros representantes das demais nações, aquelles que de perto sentiram, invariavelmente, que, embora povo de independencia

recente, não nos faltavam coragem e firmeza para defendermos e sustentarmos os nossos direitos e as nossas liberdades politicas.

Na Republica, além de outros devotados patriotas, a grande figura de Rio-Branco, durante mais de um decennio, bastou para que, lá de fóra, ninguem ousasse procurar denegrir-nos ou humilhar-nos.

O gesto, porém, do illustre Sr. Dr. J. J. Seabra mais uma vez veio demonstrar que a obra do immortal estadista fez escola nas classes dirigentes do Brazil contemporaneo.

Devemos confiar nos destinos da Patria, pois, no momento de qualquer perigo, poderemos carecer de tudo, mas uma unica cousa valerá pelo resto — o civismo com que os brazileiros, sem excepção de um só, saberão defender o patrimonio nacional, como o soube fazer, com tanta galhardia, dedicação e clarividencia, o governador da Bahia.»

VIII

A pressão politica — A neutralidade aggressiva e a requisição dos navios allemães

De intrusão em intrusão na vida interna da Republica Brazileira, chegára afinal o momento em que a politica ingleza imaginou poder vibrar-nos o golpe mortifero arrastando-nos a formar na comparsaria dos povos mais fracos que fôra pouco a pouco forçando a participar da sangrenta pugna com que convulsionou a Europa.

Foi quando Portugal, depois de muito resistir e empregar todos os expedientes e sacrificios para se livrar da pressão desse seu secular alliado, amigo *sui generis* que só se lembra que elle existe quando o procura para despojal-o de mais uma de suas mutiladas colonias, ou para lhe exigir tributos de sangue, se vio na dolorosa contingencia de se apoderar dos navios austro-allemães, internados em seus portos, afim de entregal-os ao governo de Londres, sem outros lucros a não ser ficar em estado de guerra com os Imperios Centraes e expôr, com a vida da flôr dos seus exercitos, as suas ultimas

possessões a se tornarem o triste penhor das futuras indemnizações da grande luta.

Uma revista parisiense chegou mesmo a affirmar nessa occasião que a França e a Inglaterra, com a entrada da Republica Luzitana no conflicto, haviam adquirido um precioso instrumento com que, agitando o fórte e extenso commercio portuguez em o nosso paiz, de cujas finanças já eram os dominadores, bem poderiam de um momento para outro insurgir-nos tambem contra os seus inimigos. Revelando embóra assim tão crassa ignorancia da indole e do caracter do nosso povo e da propria situação moral da grande maioria da colonia portugueza no Brazil, em nada sympathica ás potencias alliadas, exactamente pelo seu odio á Grã-Bretanha, ligado ao mais profundo repudio pelo regimen ora deminante em sua patria, aquelle periodico da capital franceza, não fazia, entretanto, mais do que divulgar a erronea e deploravel persuação em que se encontravam em geral os seus homens politicos e os seus publicistas.

Seja, porém, como fôr, o certo é que, entre nós, desde esse momento, redobraram as folhas alliadophilas a campanha para que imitassemos o procedimento vilão do desditoso Portugal, sempre tão magnanimo e leal em toda a sua gloriosa historia. Um bello dia mesmo, era a opinião publica surprehendida com um estirado e sentencioso editorial do *Jornal do Commercio*, no estylo dos que outr'ora só escrevia nas horas de grande crise social ou politica. Estudava-se nesse escripto em largos periodos o *Momento Economico Brazileiro* em face da grande guerra. Fazia-se a analyse eloquente de um por um dos nossos principaes productos em relação ao inter-cambio internacional. Enumerava-se o que haviamos luctado ao par do que perderamos ou poderiamos ter ainda mais conseguido atravez do sangrento conflicto. Os exemplos dos Estados-Unidos, da Argentina e de outros paizes vinham em seguida em dolorosos

parallelos aos descuidos e aos prejuizos da economia brazileira. Em uma palavra, eram tres fórtes columnas, compactas de algarismos e de argumentos financeiros, apparelhadas de certo para produzir, como aconteceu, uma profunda impressão nas classes conservadoras da Republica.

Preparando assim os espiritos, na manhã seguinte, como um complemento, embora forçado, das largas considerações da vespera, um novo e não menos substancioso amontoado de reflexões economico-sociaes e de conceitos, declarados hauridos no mais e sincero e abnegado patriotismo, exornava ainda a mesma pagina de honra do venerando orgão da imprensa da Capital Federal. Desenvolviam-se com mais precisão e franqueza as theses velladas da edição anterior. E concluia-se provando que, nessa hora dolorosa, a unica salvação para o Brazil estava em apossarmo-nos, o quanto antes, dos navios dos Imperios Centraes, confiados á nossa guarda, com um golpe embora admiravel de força e de civismo semelhante ao que immortalzara para sempre nos annoaes do seculo XX a Republica Portugueza !

Convem ponderar que este segundo artigo do *Jornal do Commercio,* bem ao contrario do primeiro, não produziu a mesma emoção no espirito publico. Apenas os jornaes brazileiros immediatamente o combateram, estranhando que tão bruscamente mudasse de orientação e aconselhasse a quebra da nossa neutralidade quando sempre se vinha proclamando o seu mais fiel e convencido arauto. Nessa reacção digna, os periodicos nacionaes foram acompanhados com surpreza de muitos pelas proprias folhas de propriedade dos partuguezes do Rio de Janeiro.

Um desses diarios, illuminado outr'ora pelo espirito superior de Quintino Bocayuva, escrevia mesmo estas sensatas palavras:

« Os nossos illustres collegas do *Jornal do Commercio* voltaram hontem, na sua edição da tarde, ao caso dos navios

allemães refugiados em os nossos portos, os quaes o decano da imprensa brazileira acha que o governo póde requisitar com o mesmo desembaraço com que o governo allemão requisitou os *stocks* de café em Hamburgo e Antuerpia.

« Confessamos lisamente que não nos espantou o erro doutrinario do *Jornal* da primeira vez que lêmos a sua gazetilha-bomba; mas entristeceu-nos seriamente a persistencia nesse erro. No errar não ha que admirar; perseverar no erro é que é signal de diabo na alma.

« Aliás no primeiro de seus *Topicos do dia*, o *Jornal* teve o cuidado de estabelecer antes um arrazoado algo nephelibata, e, certamente, muito confuso, para só no fim determinar o seu pensamento na seguinte these arrojada:

« A Allemanha mostrou — dentro dos costumes da guerra — que poderia requisitar o nosso café; não poderia « levar a mal que fizessemos o mesmo com os seus navios...».

« E ahi está como se perde facilmente a cabeça, e como é deploravel que a tenha perdido precisamente o mais sisudo dos nossos jornaes, o que dá sempre a nota sensata no meio das discussões violentas da nossa imprensa.

« Já alguns jornaes explicaram mesmo que não houve propriamente requisição de café. Esse café, que a Allemanha pôz á sua propria disposição, era mercadoria caucionada aos portadores de titulos do ultimo emprestimo da valorização. A' medida que elle se fosse vendendo, o dinheiro não viria para o governo de S. Paulo e muito menos para o Thesouro Federal, mas directamente para os prestamistas inglezes, que adiantaram o dinheiro ao governo paulista. O governo do Kaiser quiz apenas impedir a emigração de uma forte quantia para um paiz inimigo, mas depositou o dinheiro nos bancos de Berlim, afim de ser opportunamente entregue ao governo de S. Paulo.

«Essa explicação de algumas gazetas tira, pois, qualquer importancia á requisição do nosso café depositado em Hamburgo e Antuerpia no começo da guerra; mas, quando assim não fosse e a requisição se tivesse feito e o pagamento ainda não realizado, ninguem negaria, de boa fé, que a Allemanha praticou um acto permittido em direito internacional, ao passo que qualquer medida do nosso governo contra os navios daquelle paiz, refugiados nos nossos portos, para nos pagarmos ou garantirmos a divida da requisição, seria clamorosamente arbitraria, illegal e perigosa. O acto do governo seria de pura represalia, e, pois, fundamentalmente hostil, contra um paiz em guerra e em relação ao qual solemnemente promettemos manter uma estricta, e leal neutralidade, visto como, com os paizes em luta na Europa, sempre mantivemos as melhores relações de amizade e não nos consideravamos no dever de intervir a favor de um contra os outros, quando o nosso interesse é viver amistosamente com todos.

«Não comprehendemos bem a reviravolta operada no criterio pacifico do velho orgão nacional. Felizmente, á medida que as horas passam e que se vae melhor pensando na idéa exotica do *Jornal*, a impressão que se tem é de profunda repugnancia a uma doutrina que, si fosse por nós adoptada, só nos poderia causar os mais serios, os mais graves e, talvez irremediaveis dissabores.

«Ao inicio da sua *desastrada emenda* ao *pessimo soneto* do confisco dos navios allemães, o *Jornal* affirmou, com emphase e razão:

«Os povos fortes, prosperos, conscientes, terão sempre «partidos politicos que extremam a combater; mas, na po- «litica internacional, logo que ha crise, logo que ha problemas «serios a resolver, todos se reunem e cooperam para dar força

«e energia ao que convém, ao que representa a corrente do-
«minante, os idéaes e os interesses communs».

«E' o caso do velho orgão baixar a coma e entrar no coro unanime da imprensa carioca, que, sem discrepancia, apesar das sympathias de muitos pelos alliados, protestou contra a idéa de confisco, suggerida e patrocinada pelo decano».

E accrescentava, dias depois, o mesmo orgão da imprensa:

«O *Jornal do Commercio* abriu contra a Allemanha as suas duas poderosas baterias da edição da manhã e da edição da tarde. Quebrou, dest'arte, a linha da neutralidade que vinha mantendo, ha mais de anno, e quer por força que o Brazil se insurja e reaja contra essa «nação desdenhosa, arbitraria, para quem os tratados são pedaços de papel e que vive a commetter os maiores desatinos contra a propriedade e a vida dos neutros».

«O *Jornal* quer, em resumo, que botemos o exercito e a esquadra do Brazil contra a formidavel Allemanha, e já que a Europa ainda não lhe poude dar uma lição, que a demos nós, aqui deste modesto recanto da America e que, perante nós, mais uma vez, se curve o Velho Mundo.

«Vejamos si essa attitude de comprador de brigas dos outros é a que mais nos convém.

«Confessemos com muita franqueza que a entrada de Portugal na guerra veiu modificar sensivelmente a opinião publica nacional. Nós não podemos desinteressar-nos pela sorte do velho Portugal. Viemos todos de lá, e o Brazil não é senão um immenso Portugal, plantado na America. Apenas o Oceano nos separa; mas, de facto, confundem-nos a lingua, a religião, os costumes, as virtudes e os defeitos. Sentimo-nos tão bem na legendaria Lusitania, como os portuguezes se sentem á vontade no nosso meio. Ninguem sabe distinguir brazileiros de portuguezes. Vivemos entrelaçados pelos vin-

culos do sangue. Não ha talvez um brazileiro que não tenha parentes em Portugal. Não ha portuguez que não tenha no Brazil affeições de sangue. Portugal, porém, apesar de compromettido com a Inglaterra por um secular tratado de alliança offensiva e defensiva, julgou, apesar de tudo e de todas as manifestações populares do altivo povo portuguez, que não devia tomar a iniciativa de uma attitude hostil, e acceitou a declaração de guerra, porque ella partiu da Allemanha e estamos certos de que saberá cumprir com bravura o seu dever de nação provocada e nunca provocadora.

« Vê, pois, o *Jornal do Commercio*, que o Brazil não deve manter outro procedimento em relação aos paizes conflagrados. Devemos agir sempre com a nossa tradicional politica de prudencia, sem pruridos de valentias inuteis, fanfarronas e ridiculas.

« Estranhamos, todavia, que só agora o *Jornal do Commercio* se haja lembrado de semelhante attitude, quando a requisição do café se deu acerca de 15 mezes, e não se quiz ver, então, por esse simples acto, permittido em direito, motivo para reacções armadas.

« O *Jornal* entendeu dever dar força ao seu ponto de vista, publicando na edição da manhã e commentando-a na da tarde, uma entrevista com o Sr. Bouilloux-Lafont, banqueiro e homem de negocios francez, a respeito da momentosa e já agora famigerada questão. Claro é que ninguem podia esperar de um francez illustre, e, de mais a mais, ardente patriota, um artigo benevolo aos prussianos; mas não vimos na entrevista nenhum argumento novo, capaz de fazer pesar na balança da nossa neutralidade em desfavor da Allemanha, por motivo da requisição do nosso café.

« O Sr. Lafont affirma que, si a Allemanha quizesse agir de boa fé e « garantir o Estado de S. Paulo, bastava esta-

belecer a condição de ser o deposito guardado no Banco Nacional Suisso até a terminação das hostilidades», em logar de fazer o deposito no Banco Bleichroder, visto como este, depois da guerra, «póde estar arruinado e não ter com que restituir o deposito».

«Vê-se bem como é fraco esse argumento. Qualquer quantia que o governo allemão depositasse em qualquer estabelecimento bancario, nacional ou estrangeiro, estaria sempre á disposição desse mesmo governo. O banco nada tem a vêr com o fim do deposito. Delle dispõe a seu talante, podendo-o retirar a todo o tempo, o depositante. Pouco se dá, pois, ao governo de S. Paulo que o dinheiro do café esteja com Bleichroder ou no Banco Nacional Suisso ou no Banco Hespanhol do Rio da Prata. Si o governo allemão é o responsavel pelos 125 milhões de francos correspondentes ao café requisitado, esperemos que elle nos pague em tempo opportuno. Si não quizer ou não puder pagar, pouco importa o nome ou a nacionalidade do banco depositario.

«Quanto aos juros desses 125 milhões, claro está, correm no banco depositario a favor do governo paulista.

«O facto é que a Allemanha se comprometteu a saldar a sua divida e affirma que o dinheiro está depositado. O Sr. Lafont não se alarma pelo facto desse pagamento só poder ser effectuado pela terminação das hostilidades. O que elle receia é que, no fim da guerra, estejamos sujeitos a um calote possivel, graças á provavel ruina de Bleichroder e de toda a Allemanha. Ora, si isso se der, estariamos fritos do mesmo modo, si o nosso dinheiro ficasse encafuado na casa forte do Banco Nacional Suisso.

«O que devemos é confiar na palavra do governo allemão. Elle prometteu pagar. Ha de pagar. Por que não?

«Dizem, porém, que a necessidade que temos de uma

nova moratoria para o serviço da nossa divida externa é o que nos está creando embaraços. Ahi então estariamos sendo victimas de uma compressão moral desairosa para nós, humilhante e intoleravel. Não podemos absolutamente acreditar que, por detrás das incendiarias *Gazetilhas* do *Jornal do Commercio*, esteja acocorado, atiçando-nos com ameaças, um poder mais forte do que a consciencia da nossa soberania e da autonomia das nossas deliberações de paiz livre.

« Não podemos pensar um só instante que os nossos dignos e patrioticos confrades do *Jornal* se prestem a esses manejos, porque melhor é arriscar um paiz, tudo, tudo e tudo, do que servir, por compressão, aos interesses dos que nos julgam um simples joguete, aproveitando-se da situação melindrosa das nossas finanças ».

A esse tempo, na verdade, já se havia fundado, segundo era voz corrente, um poderoso syndicato anglo-francez, tendo por cavalleiro de prôa o Sr. Bouilloux Lafont, acima mencionado, o agente commercial de quem já nos occupamos em capitulo anterior, quando narramos o triste epizodio em que o Presidente da Republica mandou publicamente desmentil-o e desmoralizal-o. Dispunha-se esse syndicato a comprar um certo numero de jornaes, publicados no Brazil, e, procurando envolver-nos na contenda européa, apoderar-se das nossas principaes fontes de riqueza por uma série de concessões já feitas e por outras que viesse facilmente obter. Sob esse pensamento, já concorrera então com mil e quinhentos contos, conforme se affirmava, afim de saldar um debito avultado da mais antiga das nossas folhas em circulação.

No desenvolvimento assim desse vasto plano avassalador da economia e da propria direcção politica do paiz, não tardavam os seus promotores a intentar os mais audazes e inacreditaveis commettimentos.

Por esse tempo, coincidindo com a excursão do nosso ministro das Relações Exteriores aos Estados Unidos, deveriam realizar-se em Buenos-Aires as festas commemorativas do centenario da declaração de Tucuman. A imprensa alliadophila, soprada naturalmente pelo syndicato referido, levantou a idéa de ser utilizado o Sr. conselheiro Ruy Barbosa como nosso embaixador a tão imponente solemnidade. O governo da União hesitou a principio em praticar esse acto. Como diplomata, o eminente jurista não houvera sido muito feliz nas duas commissões internacionaes, em que já tinha sido experimentado. Da primeira, despedira-se tempos depois com uma carta que collocou a nossa chancellaria em apuros para chegar, sem ser pela guerra, á solução da nossa velha pendencia de fronteiras com a Bolivia. Na segunda, no desejo irresistivel de patentear lá fóra a nossa bravura intellectual, atirou-se apaixonadamente contra o delegado norte-americano á conferencia da Haya; e, desde então, creou para a nossa Patria, em face dos Estados Unidos, uma situação de que difficilmente nos temos procurado libertar, taes as reservas e desconfianças que, na Casa Branca, contra nós se levantaram.

O certo, porém, é que, mais com o intuito principal de acabar com os desgostos que, na politica interna, já começava a sentir o illustre senador bahiano, do que por uma necessidade internacional do momento, acabou o governo federal por investil-o da missão especial de nos representar nas ceremonias officiaes, prestes a serem celebradas na capital argentina. Essa nomeação mesmo se tornara irremediavel, uma vez que a imprensa préviamente a celebrara em todos os tons e prematuramente recebera daquelle venerando brazileiro a declaração de que gostosamente a acceitaria...

Intencional ou não, essa campanha jornalistica em pról

da embaixada Ruy Barbosa ao Rio da Prata, o facto é que, uma vez traduzida em decreto do Poder Executivo, logo se espalhava o boato de que iria decisivamente influir para uma mudança radical na orientação da politica internacional do Brazil. Accrescentava-se até que o afastamento do actual ministro das Relações Exteriores desse departamento do Estado, em um momento internacional tão delicado para o mundo inteiro, significava um pedido tacito de demissão, obedecendo a um accôrdo com o Presidente da Republica afim de evitar os abalos de uma crise governamental. Em lugar do serventuario em villigiatura, ficaria o sub-secretario, cujas sympathias pela causa das nações da *Entente* era mais do que sabida, havia sido publicamente manifestada em mais de uma occasião...

O *Jornal do Commercio,* do Rio de Janeiro, não occultou mesmo o seu regosijo quando, ao noticiar alacremente a partida do ministro, celebrou a *alma latina* do seu substituto, como a garantia segura de que, dalli por diante, sim, a nossa chancellaria estava entregue ás mãos seguras e patrioticas de um *brazileiro sem mescla.* E, contra as defesas que alguns outros jornaes fizeram do estadista ittinerante, replicava o respeitavel orgão:

«O Sr. Lauro Müller póde considerar-se, com razão, um homem feliz. Ausente do paiz e fóra do cargo, não lhe faltam defensores. E é bem justo que assim succeda. Aliás ninguem, que saibamos, atacou o illustre brazileiro, digno, por certo, da estima de todos os seus compatriotas, pelos relevantes serviços que tem sabido prestar á Nação. Elle é, sem favor, entre os nossos homens de governo, um dos que vêm demonstrando mais capacidade administrativa, finura intellectual e descortino de estadista. Seria iniquo negar-lhe essas qualidades superiores, que nelle se completam pelos melhores dons de

seducção pessoal. Talvez até nenhum contemporaneo desfrute, em o nosso meio, maiores sympathias do que o illustre ministro, actualmente no estrangeiro, por motivo de molestia.

« Para reconhecer todas essas virtudes, não precisamos occultar nenhuma das falhas que o distincto brazileiro porventura apresente no seu passado propriamente politico e partidario e na acção administrativa que desenvolveu nas duas pastas que geriu. Não negamos um só desses predicados com a restricção, que alguns quizeram ver, numa phrase nossa endereçada, não a elle, mas ao seu digno substituto, a quem chamamos, sem nenhuma segunda intenção, brazileiro sem mescla, porque realmente o é. Originou-se com certeza a critica do presupposto de que estivessemos alludindo veladamente á gravissima questão que tanto preoccupa aos Americanos do norte e alli recebeu a denominação muito expressiva de questão dos *hyphenated*. Mas nem por sombra encarariamos o problema tomando como ponto de referencia a pessoa de um general do nosso Exercito.

« O Sr. Lauro Müller póde ser, apesar do trema, um optimo ministro e o tem sido mais de uma vez. Reune para isso todas as aptidões.

« Mas dahi não se segue que não devamos dizer que, no momento, a sua presença na pasta do Exterior talvez desperte, e isto muito naturalmente, num grupo de nações belligerantes, não diremos suspeitas, mas prevenções oriundas de sua descendencia, como ninguem sabe si não suscitará, do lado opposto, sympathias, que acaso não se coadunem bem com a tal neutralidade absoluta, preconizada por alguns, como a unica legitima e conveniente no Brazil, e que nós, com Ruy Barbosa e com perdão dos sabios, teimamos em considerar absurda, cega, manca e prejudicial ».

Por outro lado, emquanto o ministro interino do Exte-

rior, si bem que sem as altas virtudes com que o acabrunhavam, figura apenas mundana, mas falha de todo o relevo intellectual, ia procurando sensatamente desobrigar-se das suas delicadas funcções, tendo sempre em vista a linha tradicional da nossa chancellaria, o Sr. Bouilloux Lafont, mais feliz do que o governo brazileiro, recebia em primeira mão do nosso embaixador ás festas argentinas as verdadeiras credenciaes, que talvez o levassem ao Rio da Prata: as provas da conferencia que teria de fazer na Faculdade de Direito, de Buenos Aires e em que seria proclamada a nova fórmula, ideada pelo syndicato anglo-francez do Rio de Janeiro, para a nossa attitude em face do conflicto européo: a NEUTRALIDADE AGGRESSIVA.

O agente commercial dos banqueiros francezes, industriado pela diplomacia britannica, não tinha perdido assim o seu tempo. O rascunho da monumental producção do embaixador brazileiro chegava a Bordeaux e até, segundo dizem, augmentado e corrigido, na vespera de ser espalhado o seu precioso conteúdo aos quatro ventos na capital porteña e a tempo de ser editado pelos jornaes parisienses. Nada faltara assim ao engenhoso e tremendo trama em que se esperava com toda a certeza ser envolvido o Presidente da Republica Brazileira e, com elle, a sórte da nossa Patria perante a conflagração do Velho Mundo.

Com effeito, affastado do paiz o ministro de *sangue-germanico*, posta á testa da chancellaria nacional uma *alma latina*, uma *inconsciencia elegante*, na phrase mordaz attribuida depois ao maior dos nossos publicistas contemporaneos, e confiada a suprema magistratura da Republica á *curta esperteza de um mineiro de aldeia*, como ainda sarcastiamente qualificara o integro chefe do Estado o mesmo emerito burilador de phrases, tudo se afigurava preparado para esse golpe de

audacia, guardado sob o maior segredo até a chegada do grande embaixador brazileiro á *Casa Rozada*.

A' brilhante conferencia, entretanto, do Sr. Ruy Barbosa, lida ás classes intellectuaes de Buenos-Aires, não estava reservada, já não dizemos na Republica Argentina, onde teve a infelicidade o nosso embaixador de se fazer tão pessimamente accompanhar, mas na propria patria, onde o seu talento é tão estimado, a impressão profunda que haviam ideiado os seus esforçados empreiteiros. Sem exagero nem paixão, podemos mesmo affirmar que as palavras do erudito tribuno echoaram menos no animo publico do que o longo editorial do *Jornal do Commercio*, concitando-nos á requisição dos navios allemães e ao rompimento de hostilidades contra os Imperios Centraes. A prova desta verdade teve o proprio embaixador na recepção que lhe fizeram no seu regresso ao Rio de Janeiro. O delirio, com que era acolhido sempre durante a campanha civilista, transformara-se nos enthusiasmos forçados das manifestações de encommenda. O bom senso do povo é sempre o reflexo dos seus proprios instinctos de conservação; e o brazileiro, pacifico por excellencia, si abomina a guerra, é tambem bastante intelligente para conhecer quando o procuram illudir ou explorar...

Debalde, o *Jornal do Commercio* e outros orgãos da imprensa estrangeira procuraram levantar a opinião nacional no sentido de impôr ao governo federal por um movimento de feição patriotica essa nova politica bellicosa que o apostolo do civilismo brazileiro acabava de pregar no Rio da Prata. onde sempre o tinham visto pelo roseo prisma de um Evangelista do Direito, da Liberdade e da Paz.

Todos os processos e todas as armas se usaram mesmo sob esse pensamento audacioso e empolgante. No Senado, o illustre Sr. Alfredo Ellis, e, na Camara dos Deputados, o talen-

toso tribuno, Sr. Pedro Moacyr, requereram em ardorosos e apaixonados discursos que se inserisse nos annaes parlamentares a formidavel conferencia do Sr. Ruy Barbosa. E' sabido como se votam taes requerimentos nas duas Casas do Congresso Nacional. Por deferencia aos seus autores, a mesa annuncia-os á votação por simples formalidade, e a sua approvação jámais importa em solidariedade com as idéas ou doutrinas que venham exaradas em semelhantes documentos.

Não o entendeu assim por calculo politico a imprensa affecta aos interesses das nações alliadas. Immediatamente, annunciou com grande espalhafato a adhesão da representação nacional do Brazil á *Neutralidade Aggressiva*, pregada pelo Sr. Ruy Barbosa na reunião litteraria de Buenos Aires. E foi mais longe: affirmou que o Presidente da Republica, não tendo demittido até então aquelle illustre brazileiro do seu alto cargo de embaixador, *ipso facto* se declarára solidario com elle na nova attitude em face das potencias em guerra.

Ao mesmo tempo que tão flagrantes mentiras eram annuncíadas entre nós em artigos retumbantes e remettidas em telegrammas espalhafatosos para a Europa, motivando até manifestações officiaes ridiculas em algumas das nações alliadas e só servindo quiçá para justificar as despezas collossaes do syndicato-anglo-francez do Rio de Janeiro por conta dos governos, seus committentes, espalhava-se ainda que os representantes diplomaticos dos Imperios Centraes no Brazil haviam dirigido notas energicas a esse respeito á chancellaria nacional. E essas noticias falsas assumiram tal caracter que a imprensa não tardava a publicar a seguinte declaração da secretaria das Relações Exteriores:

«E' inexacto que os Srs. ministros da Allemanha e da Austria hajam pedido informações ou interpellado o Governo

do Brazil a respeito da conferencia do senador Ruy Barbosa. Além disso, o Governo da Republica não pretende reiterar ou fazer novas declarações de neutralidade, *estando dispósto a manter a linha até aqui seguida.*»

Estas palavras rebentaram como uma bomba na imprensa alliadophila. Evolava-se subitamente a *alma latina e sem méscla* do sub-secretario da Chancellaria Brazileira, em substituição interina do ministro ausente, em cujas veias o *sangue germanico* o tornára um *patriota suspeito*; e o *mineiro de aldeia e de esperteza tão curta*, do dia para a noite, desmentia o errado conceito que delle houvéra feito quem ficava assim inteiramente desautorado nos seus planos sinistros de dominar-lhe por um golpe de audacia o animo singelo e recatado...

Essa reacção, indirecta embora, feita naquelle instante pelos altos poderes da Republica contra o espirito subversivo que procurava por todos os meios arrastar-nos para a ruina e para a guerra, não se demoraria a produzir salutares effeitos.

A campanha bellicosa tocára, de facto, ao seu auge. Annunciava-se já segunda e ainda mais violenta conferencia do embaixador das festas de Tucuman no Theatro Municipal, do Rio de Janeiro. Accrescentava-se que, logo em seguida, a convite dos governos alliados, partiria para Paris e para Londres, onde effectuaria outros comicios em prol da entrada do Brazil na guerra; e, conseguida esta, voltaria imposto pelos exercitos victoriosos como o unico brazileiro capaz de receber a pezada successão do actual Presidente da Republica e operar milagrosamente a regeneração do Brazil perante os seus credores externos !

Realizada, porém, aquella segunda exhibição do Sr. Ruy Barbosa em a nossa melhor casa de espectaculos, foi difficil occultar a decepção por ella causada até aos seus compa-

nheiros de luta. O proprio Sr. Bouilleux Lafont, narraram algumas folhas, não occultou o seu desagrado entre os que o cercavam no camarote de onde escutava a palavra olympica do nosso excelso casuista. O tribuno, impellido pelo seu amôr proprio espicaçado, desencadeiara toda a sua ingenita mordacidade sobre a *alma latina e sem méscla*, que ainda pulsava áquella hora no Itamaraty, e o Sr. Presidente da Republica recebia no ar as primeiras pancadas do famoso camartello, de cujos golpes fulminantes até hoje não escapou um só dos seus illustres antecessores...

Fomos nesse momento accusado de haver premeditadamente disposto na Camara dos Deputados o terreno para o tremendo revez, soffrido entre nós pelo syndicato da guerra, ao se tentar de novo provocar um pronunciamento da representação nacional sobre as perigosas doutrinas que o Sr. Ruy Barbosa pretendera impor ao Governo da Republica.

Com effeito, ao formularmos o nosso projecto sobre a *black-list*, não escapára ás nossas intenções o fito de proporcionarmos um ensejo ao Governo Federal para que, sem offender de frente o preclaro embaixador, que enviára ao Rio da Prata, fizesse todavia sentir que elle agira alli por conta propria e que o Brazil, pelos seus altos poderes, continuava a manter-se dentro dos termos do decreto de 4 de agosto de 1914, isto é, na mais estricta e rigorosa neutralidade em face da guerra commercial entre a Grã-Bretanha e o Imperio Allemão. Conseguiramos, sob esse ponto de vista, os nossos fins patrioticos. Em nome do Presidente da Republica, o *leader* da maioria governista fizéra declarações formaes e peremptorias naquelle sentido. Accrescentára mesmo nobremente que, nas conferencias que haviamos tido, ficára firmemente assentado que, si retirassemos o nosso projecto da ordem dos debates, não se permittiria dalli por diante outras quaesquer manifestações sobre a luta travada no Velho-Mundo. E

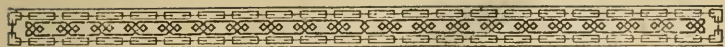
concluia affirmando que, quanto á attitude do Governo da Republica em tão delicado momento historico, essa continuaria a ser inabalavelmente a que traçara no acto, a cujo texto alludiramos e em que nos tinhamos declarado absolutamente neutros na horrifica contenda.

Foi assim uma imprudencia do honrado e talentoso deputado Costa Rego querer repetir o gesto, com que apanhára de surpreza a maioria o seu eminente collega Pedro Moacyr, solicitando a transcripção, na acta das sessões, da nova conferencia do senador bahiano. Ao *leader* da maioria, não era licito voltar atraz dos solemnes compromissos assumidos quando, inspirados ambos pelos mais altos interesses da Republica, combináramos em que fosse subtrahida á decisão da Camara dos Deputados a proposta de lei dispondo contra as violencias de agentes intrusos das potencias belligerantes na vida domestica do paiz. E, insistindo como insistiu o illustre representante do Estado das Alagoas no seu proposito e collocando a questão no terreno em que a formulou, isto é, na homologação pelo poder legislativo da União da politica bellicosa, pregada pelo conselheiro Ruy Barbosa em Buenos Aires e desenvolvida no Theatro Municipal do Rio de Janeiro nas mais aggressivas allusões á attitude até alli guardada pelo Poder Executivo, o resultado foi expor todo o plano guerreiro dos agentes da causa da *Entente* no Brazil ao ruidoso fracasso que soffreram. A Camara, por 110 votos contra 11, não só rejeitou a publicação nos annaes parlamentares da segunda catilinaria do nosso ex-embaixador ás festas de Tucuman, como se manifestou por quasi unanimidade solidaria com a politica, rigorosamente imparcial, mantida pelo Governo Federal em relação á contenda européa.

Si, para uma tal attitude do parlamento brazileiro, podemos ter concorrido, como se affirmou nos injuriosos ataques

de que, mais uma occasião fomos alvo da parte da imprensa assalariada, é o caso de, pela segunda vez, nos vangloriarmos. Em 1914, affrontando todo um temporal desfeito de apodos e de iras inconfessaveis, conseguiramos, com o nosso discurso sobre a conflagração européa e suas causas, restabelecer um justo equilibrio entre as paixões incandescentes em jogo. Em 1916, com a incandescente agitação em torno do nosso projecto sobre as *listas negras*, proporcionavamos ao Governo da Republica a opportunidade feliz de dominar nos primeiros movimentos a vesania bellicosa com que, ao sopro de um vendaval de grandes phrases e de farfalhosas imagens apocalypticas, se tentava insensatamente arrastar a nossa Patria para a tremenda carnificina em que a cobiça mercantil acabára por atirar o Velho-Mundo!

Houve, comtudo, uma profunda differença entre essas nossas duas attitudes. E' que, ao rebentar a guerra, quasi que não quizeram ouvir-nos; injuriaram-nos acerbamente; cobriram-nos de maldições e de aggravos; perseguiram-nos de todos os lados; negaram-nos mesmo o direito de ter opinião; recusaram admittir, em summa, que, no meio do delirio geral que se apossára de certas classes sociaes, a verdade pudesse estar na nossa palavra desautorizada e chã, mas corajosa e convicta.

Agora, muito ao contrario, com a profunda transformação produzida em todos os espiritos pelo desenvolvimento da guerra, já não nos sentimos mais a voz solitaria de hontem; e a consciencia nacional percebeu por fim, que uma convicção, que se batia, como a nossa, serena e desassombrada, pouco se importando com os doestos, o odio e a impopularidade, era porque a inspiravam, acima de tudo, os mais altos e sagrados interesses da Patria!

IX

Depois da guerra — A victoria commercial da Allemanha

A volta ao bom senso, operada na opinião brazileira, foi um phenomeno sociologico, digno de estudo e de critica: uma interessante evolução psychica, lenta, penosa, mas segura e fecunda.

Entre a propaganda ruidosa de mentiras sobre mentiras e de toda sorte de diffamações, feita dia a dia pela imprensa assalariada aos agentes dos alliados ou pelas emprezas jornalisticas estrangeiras, assentadas no paiz e ajudadas pelo baixo demagogismo indigena e pela ingenuidade de meia duzia de brazileiros de boa fé e menos esclarecidos, e a palavra isolada e sincera do humilde deputado que, desde a primeira hora, achára de seu mais immediato dever chamar a nação á consciencia de si mesma — o espirito publico brazileiro não tardava a reconhecer pouco a pouco que a razão estava da nossa parte.

As injurias e as calumnias, com que então nos alvejaram, serviram mesmo para ainda mais chamar a attenção de todos

os que lêm ou procuraram lêr o que dissemos em o nosso discurso de 26 de setembro de 1914, sobre as affirmações que fizéramos da tribuna da Camara. Ninguem se poude mais olvidar do escandalo que haviamos levantado contra aquelles que, egoisticamente, tudo tentavam entre nós para desvairar as massas com a grande illusão de que o conflicto europeu era a nova e santa cruzada, movida abnegadamente pela Grã-Bretanha e seus comparsas, afim de salvarem a *civilização occidental*, a *raça latina* e *as pequenas nações das garras exterminadoras do militarismo prussiano.*

As theses, que sustentáramos, eram simples de mais para se apagar facilmente da memoria popular. Demonstráramos que não eram idéas alevantadas nem sentimentos nobres que estavam em luta nos campos de batalha da Europa, mas questões de facto, provocadas pelos interesses mercantis em jogo.

Não se tratava de uma contenda politica no classico sentido do vocabulo: um choque de raças, um conflicto de crenças, uma reacção do opprimido contra o oppressor, dos tyranisados contra o tyrano, dos conquistados contra o conquistador. Era uma *guerra de commercio, pelo commercio e para o commercio.* E era o *commercio allemão* que *o commercio inglez,* senhor até hontem dos mercados mundiaes, procurava agora destruir, fosse como fosse, custasse o que custasse, uma vez que, hora a hora, se sentia por elle vencido por toda a parte, e dentro mesmo das suas possessões !

Era natural que, á alma brazileira, sempre tão sensivel e generosa, se afigurassem no primeiro momento por demais rudes, brutaes mesmo, essas nossas revelações. Para nós outros, cultuando sempre as gloriosas tradições cavalheirescas dos nossos maiores, só se podem admittir lutas armadas quando se deffendem o sólo sacratissimo da Patria, a nossa honra offendida e as nossas liberdades civicas ameaçadas por aggressão estrangeira. Por um louvavel exagero mesmo desses senti-

mentos patrioticos, houve em a nossa historia uma época em que nos achámos com o direito de correr até em auxilio dos povos mais fracos ou irmãos do continente, quando perigavam a sua integridade e a sua propria autonomia politica na communhão americana...

Sendo assim, apezar da animosidade tradiccional que, em o nosso povo, vem de geração em geração alimentada contra a Inglaterra diante dos multiplos attentados, soffridos pela nossa soberania, e das incessantes tentativas, feitas pelos gabinetes de S. James, para nos arrebatarem pedaços do territorio nacional, não ha duvida que a impressão no espirito publico foi sympathica ao lance épico em que o governo de Londres annunciára que «ia entrar na contenda para deffender a innocente e imbelle Belgica, invadida e barbaramente massacrada pelos exercitos teutonicos.»

Quando, porém, dentro de poucos mezes, a propria opinião ingleza, reflexo do genio pratico e essencialmente traficante dos filhos do paiz, forçava o gabinete britannico a declarar a verdade a nação, confessando pelo seu chefe e pelo seu grande orgão conservador na imprensa que, si a esquadra real se movera intervindo na pugna, fôra porque se tratava de uma questão de vida e de morte entre os interesses economicos da Grã-Bretanha e do Imperio Allemão perante os mercados do mundo, reduzindo assim a França, a Russia e os outros seus alliados sem maior significação politica, a simples interessados nos seus altos negocios em litigio, a decepção foi tão profunda entre nós que não houve quem se não recordasse logo das nossas palavras.

Vieram, assim, as observações intimas aos espiritos. Foram surgindo á consciencia de cada um os paralellos e as ponderações. O que se considerava hoje um crime hediondo por ser praticado pelos teutos era amanhã um feito heroico quando commettido pelos capitães ou pelos soldados da *En-*

tente. A Grecia não era menos fraca nem mais bellicosa do que a Belgica para ser tambem occupada, opprimida e devastada pelas forças alliadas de terra e mar. Si os *Zeppellins* bombardeavam Londres, Paris e outras cidades, não matavam senão crianças e mulheres, só destruiam templos e obras d'arte, eram os emissarios sinistros do luto e da morte; mas, quando os aviões da Inglaterra, da França e da Russia atacavam por seu turno cidades abertas, incendiavam villas e campos, faziam uma grande mortandade de civis, eram os gloriosos libertadores do direito e da civilização, os benemeritos heróes do espaço. Afundava-se o *Luzitania* e um clamor de imprecações subia até os céos contra a ferocidade dos submarinos do *Kaiser*, exaltando-se as victimas de tão lugubre naufragio, como perdas irreparaveis para a humanidade e dignas de excitarem a compaixão universal; e vinha, em seguida, a tragedia fria e horrifica do *Barelong*, o massacre covarde, feito em alto mar pelos officiaes e marinheiros inglezes, de creaturas que expontaneamente se entregavam á sua guarda e protecção e uma palavra só de piedade ou de censura se viu partir dos labios dos alliados. Executava-se uma ingleza, accusada de espionagem, e todas as almas tremiam de indignação e de pavor; na mesma hora, duas allemães, tidas tambem como aquella por innocentes, eram passadas pelas armas, sem a menor fórma de processo, e applaudia-se o seu supplicio, como si não teve um movimento, um só, de revolta e de protesto quando se espalhou que se pretendera negociar a cabeça de Fernando Buschmann com a compra dos armamentos brazileiros. O symbolo sagrado da Cruz Vermelha servia para as mais torpes exploraceõs do lado dos inimigos dos Imperios Centraes; e, quando um transporte de guerra, carregado de tropas e munições e fantasiado em navio-hospital, passava incolume pelos periscopios vigilantes, commemorava-se o caso como um grandioso feito militar, ao mesmo tempo que brutal-

mente se injuriavam as tropas germanicas que alvejavam as metralhadoras inglezas, mascaradas em ambulancias, buscando feridos e moribundos nas cercanias das trincheiras adversas. Enastravam-se sentidas odes em que, em torno de Liège, de Louvain e de outras cidades da Belgica e da França, se amaldiçoavam as tropas invasoras, hordas sedentas de hunnos do seculo XX; e, em hymnos canglorosos, parallelamente se exaltavam as *avalanches russas*, os bravissimos cossacos, que, quando não podiam vencer e esmagar o inimigo, incendiavam e arrazavam magnanimamente as cidades e os campos, que abandonavam, expulsando as populações e massacrando-as si ouzavam protestar, para que os sitiantes não encontrassem cousa alguma de que se pudessem locupletar. A internação na Allemanha de alguns milhares de civis belgas sem trabalho para que pudessem ganhar a vida nas industrias ou na agricultura, era ferozmente criticada como um acto mais de requintada crueldade; e, comtudo, não se balbuciava ao menos um murmurio de commiseração e de horror contra os famosos corpos de *limpadores francezes* (*les netoyeurs*) a retaguarda sinistra dos exercitos em operações, incumbidos de degollar a navalha todos os feridos que encontrassem para evitar que pudessem ainda mais encher os campos de concentração e pezar sobre o Thesouro da Republica !

De reflexão em reflexão, foram assim cahindo em si os numerosos brazileiros que se haviam deixado por demais impressionar com as campanhas de diffamação e de calumnias movidas desde o inicio da guerra pelas nações alliadas, senhoras absolutas dos telegraphos transatlanticos e da imprensa mercenaria do paiz. Esfriaram-se gradualmente os enthusiasmos dos primeiros momentos. Tantas mentiras e tantas falsidades acabaram por fatigar os cerebros mais futeis ou mais bem intencionados. Começaram então a se multiplicar os epizodios internos em que o Brazil, em face da Inglaterra

e da França, era sempre mal succedido ou, pelo menos, fatalmente desconsiderado. Todo o amor e todas as cortezias, com que se procuravam entre nós attrahir as sympathias e as condescendencias da *Entente*, não recebiam uma natural correspondencia. A nossa exportação foi sempre estrangulada friamente sem que conseguissemos um só momento de condescendencia ou de equidade em face de outras nações que logo tudo obtinham em favor do seu equilibrio economico. O café, a borracha, o cacáu, o fumo, não tardavam a ser perseguidos nos paizes alliados, como verdadeiros inimigos de guerra. O governo britanico tornou-se, mais do que inexoravel e desdenhoso em face da nossa diplomacia: começou a humilhal-a e deprimil-a até pelo sarcasmo. A nossa marinha mercante foi prohibida de expandir-se. O nosso commercio quasi que ficou de todo asphixiado pela pressão gradual dos consules e outros agentes britannicos que chegaram a ter a audacia de querer fiscalizar a sua propria escripturação intima. As industrias pereceram pela falta absoluta de materiaes, que não nos deixaram mais importar. Ao mesmo tempo que nos criavam todas as difficuldades áos meios de fazer dinheiro para os nossos compromissos externos e mais instantes necessidades exteriores, tudo se tentava para escravizar-nos financeiramente. Os jornaes bancarios de Londres e de Paris viviam a desacreditar-nos, a pedir a attenção dos seus governos para as *nossas loucuras e deshonestidades*, a reclamar medidas severas de *policiamento da Entente para a nossa administração domestica*, em summa, a ameaçar-nos de que, uma vez finda a guerra, seria á frente dos canhões dos seus paizes que os nossos credores da Inglaterra e da França viriam fatalmente cobrar as nossas dividas!

Tudo isso, ao par de uma serie de pequenas affrontas e grandes desconsiderações, especialmente da parte do governo de S. James, concorreu para que a opinião nacional, em sua

quasi unanimidade, reconhecesse por fim que, por uma providencial inspiração patriotica, procuráramos reagir em tempo e esclarecer os brazileiros sobre a attitude unica que nos restava assumirmos em face do conflicto, isto é, uma neutralidade rigorosa, calculada e fria e um trabalho immediato, energico e previdente para uma solida organização economico-social da Republica. A lição da Allemanha, tornando-se, em vinte e cinco annos de sábia e feliz reconstrucção interna, de uma potencia de terceira ordem, no POVO-LEADER dos progressos contemporaneos, podendo victoriosamente resistir ao universo quasi inteiro contra ella colligado, era digna de ser imitada por nós outros, que possuimos o mais vasto e o mais fucturoso dos territorios do Novo-Mundo. Não mentiamos assim á Patria quando a procuravamos orientar sensatamente como seu obscuro representante no Congresso Nacional. Não falláramos como um apaixonado pelas lettras germanicas, na phrase de uns, ou como um *vendido á Allemanha,* nas injurias de outros. Agiramos como brazileiro e como homem que, amigo sincero do seu paiz, não desejava pelo menos que fizessem lá fóra um máo conceito do nosso adeantamento intellectual e politico.

Na verdade, si a guerra era pela *civilização contra a barbaria,* de certo não poderia ser movida contra a Allemanha que symbolisa a cultura contemporanea no que possue de mais elevado, mais nobre e mais formoso, quer nas sciencias, nas lettras e nas artes, quer nas industrias, no commercio e na agricultura. E' certo que, no Brazil, essa superioridade do allemão em todos os ramos do saber humano e da actividade collectiva dos individuos, não era geralmente conhecida e attestada antes da guerra. Ignorando grande parte dos brazileiros o idioma germanico, todos esses preciosos contingentes para a nossa evolução social nos tinham sido transmittidos atravez de traducções, especialmente francezas, e de livros nacionaes que nunca tiveram a preoccupação immediata de in-

sistir sobre as fontes em que infallivelmente iam haurir tão importantes conhecimentos.

O bloqueio inglez, entretanto, separando-nos quasi inteiramente do trafico assiduo com os portos allemães, teve ainda entre nós essa vantagem para o grande imperio central da Europa: deu-nos a certeza de que, não só sob o ponto de vista mercantil, agricola e industrial, tudo nos vinha do Rheno, como tambem, relativamente ao cultivo do espirito, era nos grandes centros mentaes da Allemanha que iamos buscar o que de mais precioso e indispensavel careciamos para a nossa vida mental. E, como o Brazil, todas as outras Republicas da America; e, como estas, as nações todas da Europa; e, na Europa, a propria Inglaterra que, desde as tintas para as suas bandeiras ao material e ao melhor professorado para as suas escolas e as suas officinas, tudo importava dessas terras privilegiadas, que o genio scientifico do teutão, ainda mais do que a sua educação militar, tornou inexpugnaveis e que os estadistas de S. James, em um triste accesso de megalomania ouroxuga, haviam imaginado destruir do dia para a noite ao pezo collossal e selvatico das avalanches moscovitas...

A opinião nacional reconheceu assim mais uma vez o grande erro com que perfidamente haviam procurado desvairal-a quando lhe descreviam, nas primeiras semanas da guerra, a marcha victoriosa e irresistivel dos exercitos alliados em direcção a Berlim. Por toda a parte, eram os allemães levados de vencida. Mais de um anno, a batalha do Marne serviu de diapasão aos mais exagerados e ridiculos hymnos e ás narrativas mais fantasiosas em torno da figura de Joffre, afinal destituido do commando em chefe dos exercitos francezes pelos successivos revezes que fizeram os teutos solidificarem a sua linha occidental nos pontos tidos como inacessiveis da região de Verdun. Outros longos mezes se celebraram as famosas offensivas do Somme e do Mosa, terminadas ainda

pela tremenda realidade dos factos que nos mostraram que tanta gritaria não pudera occultar que os avanços annunciados não passavam de uma carnificina em que se conseguira apenas marcar passo. A tomada dos Dardanellos foi sete vezes annunciada e sete vezes desmentida, sendo que, da ultima, o que se apurou, foi a desoccupação desastrada pelos alliados daquelle importante passo estrategico. «O dia em que os povos do Oriente virem os inglezes desanimados de se apoderarem da chave de ouro do Bosphoro, afirmara em plena Camara dos Communs, o mais notavel dos oradores liberaes, estará quebrado o encanto da nossa omnipotencia e a sorte da Grã-Bretanha ficará de todo compromettida naquellas regiões até a India, e o Sultão da Turquia será de facto para os musulmanos a alma viva de Mahomet por sobre o mundo oriental.» E os turcos expulsaram os inglezes das portas de Constantinopla. E, pouco a pouco, á semelhança da Servia, o Montenegro, a Albania, a Polonia Russa e a Rumania, foram sendo esmagadas pelas massas das forças conjugadas dos Imperios Centraes com as da Bulgaria e da Turquia. Realizava-se a tragica prophecia de Lord Milner quando, nas vesperas da retirada dos alliados de Gallipoli, exclamava na Camara alta que a victoria da Inglaterra dependia dos Balkans. Aberta a estrada para o mar Negro e o Golfo Persico, estaria tudo perdido. O bloqueio inglez do mar do Norte ficaria desmoralizado. Os allemães estenderiam por alli afóra o seu commercio até o Extremo Oriente; e, em melhores condições do que os russos, sujeitos a tudo comprarem no Japão, não só deste, como de toda a Asia e até da Norte-America e do Mexico pelo Pacifico, receberiam tudo que precisassem e não pudessem produzir nos seus dominios.

O gesto do *Kaiser*, offerecendo magnanimamente a paz aos seus inimigos na hora precisa da queda da Rumania, confirmou admiravelmente o prognostico de Lord Milner. A der-

rota da Grã-Bretanha nos Balkans tornou invencivel o Imperio Allemão. A guerra poderá continuar o tempo que quizerem o engenho e a ambição das potencias em luta. Na hora da deposição das armas, o triumpho final póde ser disputado seja por quem fôr na balança em que pretenderem pezar os lucros e os sacrificios de todos os combatentes. Mas a VICTORIA ECONOMICA, essa ninguem poderá arrancar do Imperio Allemão. O apparelho commercial em quasi todo o mundo permanecerá intacto em suas mãos; e, para que consigam arrebatar-lh'o afinal, será preciso que uma outra guerra, daqui ha longos annos, convulsione de novo, já não dizemos sómente a Europa, mas o universo inteiro...

X

Depois da paz — A desillusão brazileira

Celebrada que seja um dia a paz entre o Imperio Allemão e a Grã-Bretanha, enganar-se-ão mais uma vez os que imaginarem que, finalmente, uma concordia duradoura e fecunda passará a reinar na face da Terra. A horrenda carnificina, que ainda convulsiona o Velho Continente, não representará uma solução para a politica mundial. Derramou-se o sangue inutilmente. O problema social persistirá, como hontem, como amanhã, em equação. A *grande crise*, que vinha trabalhando as instituições humanas até aos seus mais intimos fundamentos, continuará a mesma, — avassaladora e minaz. A luta economica proseguirá cada vez mais intensa e usurpadora entre os povos fortes.

Na Europa, voltará a subsistir o *statu-quo* de Bismarck e, ainda, com a *paz armada*, formula politica que, por mais de quarenta annos seguidos, conteve os exercitos dentro das fronteiras e assegurou a liberdade dos mares. Na America,

as democracias irrequietas do sul e do centro se sentirão ainda mais e mais apertadas entre o *imperialismo* estrellado do norte e os *imperialismos multicôres* de aquem e de além occeanos. No resto do globo, mais do que o solo, os braços para o trabalho e os mercados para os productos, dia a dia serão mais accesamente disputados. A' testa dos contendores, a Inglaterra, os Estados Unidos e o Japão, seguidos de perto pela Russia e, mais de longe, pela França enfraquecida e pela Italia anarchisada, não cessarão um só instante de insistir no ideal absorvente de enfraquecer afinal a supremacia economico-mercantil, definitivamente consolidada após a guerra, pela Allemanha entre todas as suas rivaes. E a obra do *chanceller de Ferro*, proseguida firmemente por Guilherme II, apezar de todas as provações deste tremendo momento historico, sobreviverá intangivel e incontrastavel por muitos annos ainda...

Realizar-se-ão assim as ultimas previsões que ousamos formular em o nosso tão malsinado e discutido discurso de 26 de setembro de 1914 na Camara dos Deputados, si previsão se póde chamar a analyse imparcial e fria de phenomenos sociaes e politicos ao alcance de qualquer espirito, despido de preconceitos e paixões...

Discursando, ultimamente, em Ruscow, o grande escriptor, Maximo Gorki, estudando tambem a conflagração européa pelo mesmo prisma pelo qual a encaramos, annunciava com admiravel clarividencia o futuro que mais ou menos aguardaria a amanhã á sua Patria e ás outras nações do velho continente depois de tão porfiada quão ingrata contenda.

«A guerra, exclamava elle, revela a alma de um povo, descobre as forças e as fraquezas de uma nação. Os povos aprendem na luta sangrenta a se estimar mutuamente: sem estima pelo adversario , sem reconhecimento dos valores moraes deste, a guerra seria uma matança inutil. Quanto maior

fôr a nossa consideração pelo adversario, tanto maior será o nosso estimulo para provar que nos achamos á altura delle. Devemos estimar a Allemanha. Vemos seu povo partir de coração tranquillo para a mais terrivel de todas as guerras; mãos inexperientes empunham voluntariamente as armas, sujeitando-se com alegria aos rigores da vida de soldado, não porque assim é mandado, não, porque todo allemão sente a necessidade de que o seu sangue vermelho e quente pertence á patria, e deve correr para o pensamento allemão.

«O que significa o pensamento allemão? A Allemanha é um paiz de grande cultura, o sol póde alumiar qualquer recanto do seu territorio sem que alli encontre chagas sociaes. O allemão quer aprender, o allemão exige escolas, exige saber, exige luz. As escolas allemãs são os viveiros do pensamento allemão; e a Allemanha possue nove vezes mais escolas do que a Russia. A sciencia é accessivel a todos, e todos querem aprender, e é a esse afan de saber que a Allemanha deve a sua grandeza. Evitemos de querer combater o allemão sómente por ser elle o mais activo e o mais habil. Aprendamos desse inimigo a causa do seu patriotismo!

«A Allemanha conquistou o mundo pacificamente, e a presente guerra não é mais que o sangrento protesto contra essa pacifica conquista. A sciencia allemã reina em nossas universidades; o capital allemão construiu as nossas estradas de ferro; a industria allemã fabricou as nossas machinas; temos tido electricidade allemã; e negociantes allemães regularizaram o commercio russo. O allemão conhece o espirito russo melhor que nós mesmos. Perguntae a um collegial allemão sobre Tolstoi, Dostojewsvi, Puschkin e Gogol, e elle vos saberá responder. Perguntae aos russos sobre os nossos poetas e pensadores e a maioria delles ficará calada. A Allemanha não tem Siberias para os seus pensadores, e é por isso

que ella se desenvolveu tão prodigiosamente. Si quizermos vencer a Allemanha, então será preciso que nos eduquemos com toda a independencia. Os nossos pensadores deverão ultrapassar os da Allemanha, o nosso capital deverá girar abundantemente na Allemanha, a nossa industria deverá dominar o commercio allemão; os nossos negociantes deverão governar o commercio allemão, e os nossos funccionarios deverão ser mais honestos e amigos da verdade que os da Allemanha. Sómente então é que poderemos vencer os allemães.»

Não menos profundo observador, ainda recentemente, se revelava notavel escriptor *yankee*, partidario embora decidido da causa da *Entente*, em largo estudo sobre a situação do continente americano, uma vez terminado o actual conflicto europeu:

«A guerra, escrevia elle, só póde ter duas soluções, além da possibilidade de um conflicto prolongado no qual a Europa se barbarizará e do qual emergirá um continente, politica e economicamente anniquillado. Eliminada por emquanto esta ultima hypothese, restam as duas soluções a que nos referimos e que são uma victoria allemã ou uma victoria ingleza. No primeiro caso, o supremo poder mundial ficará nas mãos de uma combinação das potencias germanicas com a Russia; no segundo, as duas forças da equação serão a Inglaterra e a Russia. Isto é, o grande imperio slavo representa neste momento o factor constante que, em qualquer hypothese, entrará no futuro arranjo do poder politico no Velho Mundo. As tendencias deste elemento slavo não podem preoccupar a opinião americana porque as aspirações russas estão concentradas sobre a Europa Oriental e sobre a Asia Central. O futuro destino do nosso continente está apenas sob a dependencia da influencia dous elementos que, em um caso ou em outro, se unirão á Russia como força decisiva da politica universal.

«A questão para os Americanos é saber o que decorrerá da victoria allemã e quaes serão os resultados do triumpho britannico.

«A questão tem sido posta na imprensa americana por uma fórmula feliz na expressão «Militarismo *versus* Marinismo.» De facto, trata-se de um choque entre a supremacia do militarismo continental teutonico e a supremacia do poder naval da Inglaterra. Qual das duas dessas forças ameaça pelo seu predominio incondicional a inviolabilidade do nosso continente por uma fórma mais definida e mais perigosa? Esta é a questão que a opinião publica procura resolver nos Estados Unidos e que os mais lucidos pensadores politicos americanos estão discutindo com reserva de fórma a não infringir as regras de severa neutralidade, que a nação se impoz a conselho dos seus governantes.

«Ambas as potencias belligerantes affirmam que, em qualquer hypothese, respeitarão o principio fundamental do Monroismo e que não procurarão fazer annexações territoriaes na America do Sul, ou nos territorios da America do Norte, territorios que não se acham sob a soberania politica dos Estados Unidos. Mas os proprios Americanos, que gozam de uma reputação de excessiva boa fé internacional, não podem, deante dos factos recentes, ter pela palavra das grandes potencias do Velho Mundo mais do que uma confiança sujeita a muitas restricções, pois toda a questão dos perigos, que o futuro reserva para as duas Americas, gyra, não em torno de promessas e de idéas de moralidade internacional que a diplomacia européa não toma á sério, mas, sim, ao redor da analyse fria do interesse que a Allemanha e a Inglaterra podem ter respectivamente na violação da inviolabilidade pan-americana.

«Até um certo ponto, tanto uma como outra das duas grandes potencias rivaes da Europa falla com sinceridade quando diz que não pretende fazer annexações na America

Latina, si ficar victoriosa. A Allemanha não sómente não teria necessidade de taes annexações, porque a victoria lhe daria as possessões inglezas e francezas fornecendo assim campo sufficiente para a colonização e para a expansão economica, como ficaria mesmo durante um longo prazo, impedida de tentar qualquer empreza arriscada na America. Victoriosa a Allemanha, cujo principal objectivo é annexar territorios europeus, contiguos ás suas actuaes fronteiras, teria de lutar durante decadas com o problema que a confrontou na Alsacia-Lorena, mas que se apresentaria agora em uma escala incomparavelmente maior. Cercada pelo rancor das nações vencidas e embaraçada pela hostilidade dos povos incorporados ao imperio allemão pela conquista, a Allemanha não poderia disperdiçar energias em regiões remotas e teria todo o interesse em cultivar relações muito amigaveis com os Estados Unidos e com as outras Republicas Americanas.

«As possibilidades decorrentes de uma victoria ingleza são um tanto differentes. Sem duvida, a Inglaterra não tem o minimo desejo de annexar novos territorios, por isso que o seu imperio colonial já ultrapassa os limites da capacidade da metropole, para exercer uma autoridade effectiva sobre elle. As colonias, que ora estão sendo tomadas aos Allemães, si os inglezes forem victoriosos, serão distribuidos naturalmente pelos seus alliados.

Mas, si a Inglaterra não deseja annexar vastos territorios, ella sem duvida tem em vista um certo numero de alterações do mappa, com o intuito de tornar mais solidas as bases do imperio maritimo universal, que os inglezes consideram dever ser o epilogo da victoria para a qual tantos sacrificios estão fazendo.

«Nos circulos navaes inglezes, a experiencia das guerrilhas, que estão sendo feitas pelos corsarios allemães contra o commercio britannico, está despertando a idéa de que é indispensavel augmentar consideravelmente o numero de elos da grande

cadeia de bases navaes, que fórma o alicerce do imperio maritimo da Inglaterra. Esta inspiração faz com que surjam possibilidades de natureza a tornar difficil a realização do programma britannico, sem um choque com os interesses vitaes de algumas das nações latino-americanas, interesses que os Estados Unidos, segundo a fórmula pan-americana, identificaram com os seus proprios. O caso do Atlantico meridional é provavelmente aquelle em que será mais difficil conciliar os interesses britannicos com os direitos das nações americanas. Os officiaes da marinha ingleza queixam-se dos defeitos resultantes do caracter incompleto da cadeia estrategica que, segundo as ambições do almirantado inglez, deveria fazer com que o grande oceano meridional fosse um «Mar Inglez». A posse de todos os pontos estrategicos da costa africana não tornará possivel aquelle dominio absoluto, emquanto estiverem fóra das mãos da Inglaterra os pontos correspondentes situados no littoral sul-americano e nas ilhas occeanicas adjacentes á costa do Brazil. Essa lacuna estrategica é tão sensivel que, apezar das reservas impostas pela actual situação, os escriptores navaes inglezes não teem podido impedir que escape uma ou outra expressão indiscreta, que traduz o pezar por não se acharam agora aquelles pontos ao alcance do almirantado britannico para servirem de bases aos cruzadores inglezes.

«Em tempos normaes, essas opiniões dos escriptores navaes inglezes não podiam ser tomadas muito a sério e, em todo o caso, não passariam de opiniões pessoaes. Mas, em um momento em que a Inglaterra está envolvida em uma guerra, cujo objectivo, francamente confessado pelos orgãos da opinião publica, é o estabelecimento de uma supremacia naval absoluta em todos os mares, os olhares cubiçosos que os marinheiros inglezes estão lançando para os lados da costa sul-americana, não podem deixar de causar alguma inquietação em todo o continente.»

Na verdade, si já em 1908, o governo de S. James achava que, para a segurança do seu poder commercial, no Atlantico Sul, a ilha de S. Catharina não podia deixar de ser tornada *porto franco*, e exigia a todo o transe de D. João VI esse acto de alto alcance internacional para os seus interesses maritimos, era que, desde essa época, o almirantado britannico tinha inteiramente delineado o seu vasto plano estrategico de formar entre a Africa e as costas do Brazil, do Uruguay e da Argentina o seu suspirado *mar inglez*.

Não é essa, pois, uma aspiração que surgisse agora ou se consolidasse com os ensinamentos desta grande guerra, E' um programma que, de longe, vem sendo lentamente desdobrado pela politica naval ingleza desde a retenção calculada de certos grupos das Antilhas, da defesa militar da Guyana e da tomada brutal das Malvinas aos argentinos, até as conquistas futuras, tidas como imprescindiveis e fataes, de Cabo-Verde, Fernando de Noronha, Ilha Grande, S. Catharina e Martin Garcia. Apenas o archipelago da Trindade, que nos foi em 1896 arrebatado pela esquadra britannica e, mais tarde, restituido pelo seu governo, não chegara a figurar nessa cadeia formidavel de pontos de apoio ás operações navaes do Reino-Unido...

Seja, porém, como fôr, o certo é que, assignada que seja a paz entre as duas grandes potencias rivaes do Velho Mundo, o Brazil e, com elle, as demais republicas americanas de origem espanhola, terão de enfrentar ainda maiores embaraços do que os que já os assoberbam e correr mais graves riscos ainda quanto a sua autonomia e integridade no continente.

Si, como bom norte-americano, o escriptor *yankee*, acima citado, deixou talvez de incluir entre os dois *formidaveis imperialismos*, com que nos ameaça, esse outro não menos temeroso e voraz que mui naturalmente vem agitando, ha alguns annos, a sua Patria, contra ella erguendo as prevenções de

algumas das republicas mais visinhas do Isthmo, encarou todavia com perfeita segurança de vistas as catastrophes que poderão sobrevir após a guerra para todas as outras democracias do continente. O *perigo britannico* e o *perigo germanico* virão a ser assim as formidaveis tenazes com que, a cada instante, se procurarão atrophiar toda a expansão economica e os proprios destinos politicos das nações sul-americanas. E', emfim, nestes mercados preciosos, não só pela sua propria natureza, como por terem tão mal organizada a sua defesa commercial, que se irá intensificar especialmente a grande luta economica de amanhã e luta essa tanto mais renhida e audaciosa quanto terá por primacial espoco amontoar as sommas collossaes com que se haverá de fazer frente aos incalculaveis compromissos assumidos com o custeio da tremenda campanha, prestes a entrar na sua phase decisiva.

Sob tal ponto de vista, o Brazil, mais ainda do que a Republica Argentina e o Estado Oriental, parece fadado a offerecer o campo mais vasto e propicio á nova contenda de vida ou de morte entre as grandes potencias mundiaes. Dos dois perigos com que, desde já nos apavoram, o britannico é o que, em uma rapida synthese, mais facilmente se pode entre nós demonstrar nas suas raizes historicas. A Grã-Bretanha e a França foram sempre as nações que, desde a nossa Independencia, mais nos têm maltratado e opprimindo até hoje. Durante mais de meio seculo, pode dizer-se, não houve um anno em que uma ou outra não nos inflingisse os mais sérios desgostos, quando não as mais tristes humilhações. Si nos tempos coloniaes, ambas nos quizeram arrancar a Amazonia, extendendo por ella afóra os seus dominios das Guyanas, e si, com a fuga de D. João VI para o Rio de Janeiro, o governo inglez tentou aproveitar-se do ensejo para fazer das nossas terras um appendice do seu mundo colonial e, não podendo apoderar-se de S. Catharina, impoz ao soberano portuguez o tratado de com-

mercio de 1810, com o qual nos quiz escravisar para sempre, mais ditosos dias não nos proporcionavam depois da nossa suspirada libertação da metropole. Os novos pactos internacionaes, que fomos forçados a celebrar diante das exigencias tyranicas dos governos de Londres e de Paris, convenios humilhantissimos em que nos sujeitávamos a permittir que a justiça britannica funccionasse em o nosso sólo como se fosse o seu, estrangularam desde o nascedouro toda a nossa expansão economica. Até 1854, para não dizer, até 1872, vivemos uma vida quasi vegetativa, de méra e desprezada colonia ingleza. Por mais que as lutas memoraveis dos primeiros annos do Imperio revelassem que, além de um povo livre, generoso e progressista, possuiamos estadistas que nada ficavam a dever aos maiores homens da Europa, e por mais que as grandes leis, decretadas de 1831 a 1842, attestassem brilhantemente a nossa cultura juridica, ao par dos grandes acontecimentos politicos que determinaram a abdicação de D. Pedro I e o advento da maioridade do segundo Imperador, nada disso poude de leve ir minorando o desdem e as brutalidades com que ininterruptamente fomos sempre tratados pelos governantes da França e da Grã-Bretanha.

Ao passo que, do lado dos francezes, os ultrages á nossa soberania se multiplicavam de 1825 a 1868 para, depois de uma pausa, motivada pela derrota de 1870 na guerra com a Prussia, se transformarem na pressão irritante, com que o gabinete de Pariz, pretendeu negociar o reconhecimento da Republica Brazileira com a cessão do Amapá, seguida da audacia com que o Sr. Hannoteaux, então ministro dos extrangeiros e hoje tão cheio de ternuras para com a nossa Patria nos banquetes da *Alliança Latina*, tentou organizar em 1895 uma expedição de dez mil homens para nos invadir o Amazonas, e culminada pelo insolito *ultimatum* com que, logo depois, se exigia o pagamento immediato pela União do *coupon* em atrazo da divida do Espirito-Santo, por seu turno, não ficavam atráz

os gabinetes de S. James nas suas exigencias e ameaças. Si, em relação á França, que alguns brazileiros desfructaveis vivem prezentemente, em vigilliatura rendosa por Paris, a proclamar a *mãe intellectual* do nosso paiz, de braço dado com os mesmos politicos e jornalistas francezes que, ainda agora, em 1910, durante a revolta dos marinheiros, achavam que não passavamos de uma nação de negros e selvagens que deveriam ser *policiados* pelas grandes potencias», a nossa situação sempre foi assim precaria, com menos falta de estima e consideração nunca nos trataram os gabinetes de Londres. A impressão mesmo que se tem, é que eternamente esses dois grandes paizes como que viviam a porfiar nas suas aggressões contra a dignidade e a soberania do Brazil. Depois de nos reduzirem á verdadeira servidão economica, apertando-nos dia a dia com a gargalheira dos seus monstruosos tratados de commercio, de lado a lado começaram a disputar sobre qual politicamente mais vexames nos poderia inflingir. Aqui, é o almirante Roussin a querer imitar o acto brutal de 1711 de seu compatriota Duguay Trouin, affrontando em 1828, em plena bahia de Guanabara, o Governo Imperial, ameaçando-o com os seus canhões e exigindo-lhe o pagamento immediato das mais absurdas indemnizações. Alli, são as violencias inauditas dos navios francezes vizitando nas nossas aguas as embarcações nacionaes, aprezando-as em plena paz e enviando-as para o seu paiz. Mais além, é o consul Sentis, no Recife, a desrespeitar o mandado de um juiz, a insultar em seguida o presidente da Provincia e a exigir-nos ainda, com a mão forte do gabinete de Paris, o castigo iniquo de tão altos funccionarios do Estado, além de uma publica e solemne satisfacção do proprio governo brazileiro. Durante a discussão do litigio do Oyapoc, repetem-se as injurias e os desrespeitos á dignidade nacional. Tudo se nega, tudo se difficulta ao Brazil. Emquanto, dos estaleiros de Toulon, partem vasos de guerra, adquiridos em plena guerra

civil pelos revolucionarios do sul dos Estados-Unidos, prohibe-se terminantemente que uma corveta, comprada pelo nosso Thesouro e já commandada sob a nossa bandeira por um official brazileiro, zarpe daquelle porto, ainda quando ñão haviam rompido as hostilidades do Paraguay contra a nossa Patria. Dahi por diante, os factos decorridos são muito recentes para ser remonerados.

Com a Grã-Bretanha, ainda mais numerosos e crueis são os episodios em que sempre nos tem procurado diminuir e aviltar, no intuito de reduzir-nos á triste condição dos povos opprimidos, sem esperanças no futuro e sem fé nas suas proprias energias. Si já, em 1809, era o plenipotenciario inglez Lord Strangford, que punha e dispunha dos destinos do Brazil, como nos contam as cartas do Conde de Linhares ao Marquez de Aguiar, e si, além do pacto leonino de 1810, o tratado de 1817 ainda mais nos aferrava ao jugo britannico, uma vez feita a Independencia de todo nos obrigavam a ficarmos amarrados de pés e mãos. Começamos então a mourejar entre as indemnizações e o *ultimatum*. Exterminaram-se logo no nascedouro a nossa marinha mercante e os nossos estaleiros navaes. Tutelou-se a producção nacional. Tornaram-se os consules inglezes, com as suas bancas assentadas dentro das alfandegas, os terriveis espiões da nossa economia interna e os desabusados fiscaes da nossa importação. Sob o ponto de vista financeiro, para principiar, impuzeram-nos logo aos primeiros passos de nação, geographicamente autonoma, uma divida externa, onerosa e humilhante, contrahida por Portugal. Em synthese, depois da expiração dos tratados, com que nos atrophiaram ao despontar da nossa constituição politica, ainda perturbaram, atravez das campanhas externas em que perfidamente nos precipitaram, toda a nossa vitalidade de nação nova e dotada de uma população intelligente, sóbria e avida de florescer e progredir.

Seria difficil resumir em poucas palavras o que tem sido,

durante um seculo de lutas intimas e cautelosas dos nossos governos e da nossa diplomacia, a vida de relação do Brazil em face do imperialismo mercantil inglez. Os mais notaveis debates dos parlamentos do Imperio, na sua phase caracterizada pelas grandes figuras que tanto o distinguiram, gyraram em bôa parte em torno dos protestos de indignação e de revolta, formulados contra a série ininterrupta de attentados dos consules e ministros do *Foreign Office* junto aos poderes nacionaes. Mas, acima de tudo isso, falam mais eloquentemente os relatorios sucessivos dos nossos ministros dos Estrangeiros, desde aquella época memoravel até os nossos dias, e, ainda mais do que elles, os documentos preciosos que sempre os instruiram. E' raro abrir-se uma de suas paginas sem se sentir no fundo d'alma um impulso immediato de ira patriotica. Annos e annos seguidos, levamos a receber e a discutir as mais estranhas e arrogantes reclamações diplomaticas. A cada passo, sentiam-se os nossos governos por esse motivo entravados nos menores movimentos administrativos. Era uma pressão constante sobre tudo. De Caravellas e José Bonifacio a Cayrú, de Abrantes a Uruguay e ao primeiro Rio-Branco, e, dahi por deante, atravéz de Cotegipe, Saraiva, Sinimbú até nos nossos dias á figura immortal do segundo Paranhos, o maior trabalho da nossa chancellaria sempre constituiu supportar, repellir ou quasi sempre desviar o mais possivel dos terrenos irritantes as successivas e audaciosas investidas dos plenipotenciarios de S. James contra os brios e os mais caros e mais legitimos interesses da nossa Patria.

«Estes insultos, feitos em mares territoriaes do Brazil, escrevia em 1850 o visconde de Uruguay em energica nota ao governo inglez diante das depredações praticadas pela corveta *Rittleman* nas nossas costas e nos nossos portos, não precizam de commentarios; basta expol-os para que a indignação se apodere de todos aquelles que têm algum sentimento nobre ao

suppôr que iguaes affrontas podem ser amanhã feitas á dignidade e independencia do seu paiz». E, annos depois, a proposito de iguaes aggressões commettidas no porto de Paranaguá pelo cruzador *Cormorant*, justificando o acto da fortaleza da barra intimando-o a cessar as violencias, ainda accrescentava que, si ao navio inglez não assistia o direito de visitar e aprezar embarcações nacionaes, ao Brazil, e não á Inglaterra, é que competia exigir satisfações em vez de ter obrigação de as dar».

Mais tarde, o Marquez de Abrantes, em face de mais um insolito *ultimatum* do governo de Londres, declarava que «por muito que deplorasse os males que, da deliberação tomada pelo Governo Brazileiro, pudessem resultar, julgava preferivel e mais honroso soffrel-os do que sacrificar o decoro e a dignidade nacional».

Mais positivo e franco, o grande Silva Paranhos escrevia em 1856:

«A ameaça que, tão injusta e acremente, se faz ao governo imperial, poderá servir para despertar a lembrança de que a Grã-Bretanha é uma nação mais forte do que o Brazil, e que não duvidará usar, ainda sem motivo legitimo, do seu grande poder material, mas não poderá encobrir a sem razão de um semelhante procedimento, nem abalar a tranquilidade que, ao governo imperial, inspira a consciencia de sua dignidade e da inteireza de seus actos!»

Finalmente, para não nos fatigarmos com citações, que não acabariam tão cedo, basta lembrarmos as palavras memoraveis com que um dos mais illustres dos nossos diplomatas, acreditados em Londres, fazia sentir amargamente ao *Foreign Office* a tristeza e a revolta que nos causara o facto de «*ser sempre com a ameaça ou com o sarcasmo nos labios que o governo inglez se dirigia ao do Brazil*. E, desse sarcasmo, ainda agora si poderia queixar o nosso plenipotenciario junto ao gabinete

londrino si lhe forrassem o espirito as mesmas virtudes civicas e o peregrino talento daquelle saudoso patriota...

Quanto ao outro grande perigo de que nos fallou o publicista *yankee* — *o perigo allemão, esse*, para dizermos a verdade, até hoje ainda se não esboçou em um só facto positivo em todo o curso da nossa historia politica. Si é certo que, de todas as colonias estrangeiras, fixadas no paiz, foi a germanica a unica que expontaneamente nos deu contingentes numerosos de trôpas para nos auxiliarem a combater no Paraguay, e si foram ainda os teutos de S. Catharina que correram logo a se alistar, durante a revolta de 6 de setembro, nas forças da legalidade, no intuito alevantado e nobre de prestar braço forte aos poderes constituidos da Republica, tambem dos governos de Berlim não recebemos até hoje o menor aggravo ou a mais simples contrariedade.

Affirma-se por ahi que o *perigo allemão* tanto é verdadeiro que já houve quem organizasse na Allemanha um mappa, em que, sem o cunho official embora, se decorara as regiões do sul do Brazil com as côres symbolicas do grande Imperio do Rheno. Mas, combatendo essas e outras supposições sem base séria nem argumentos ponderaveis, escrevia o Barão do Rio-Branco poucos mezes antes de morrer:

« As colonias allemães no Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Paraná foram fundadas pelo Governo Imperial, pelos dessas tres provincias, e depois pelos desses Estados da União.

« Os governos da Allemanha, particularmente o da Prussia, embaraçaram sempre a immigração para o Brazil, e, só a partir de 1902, comprehendendo afinal que essas colonias tinham concorrido para o desenvolvimento do commercio entre os dois paizes, a chancellaria de Berlim modificou a politica que havia seguido até então.

« Ainda hoje, o governo não consente que os Estados de S. Paulo e os do Brazil Meridional tenham agentes de propa-

ganda ou de emigração na Allemanha, como me foi declarado ha mezes, em resposta a um pedido do governo de S. Paulo.

« Os despropositos escriptos pelo Dr. Walter Kundt e outros sonhadores allemães não podem ser imputados ao governo allemão, que apenas deseja favorecer o desenvolvimento do seu commercio com o Brazil e, em geral com a America do Sul.

« E' por isso que os concurrentes commerciaes da Allemanha (inglezes, portuguezes, francezes e norte-americanos) se esforçam por desacreditar a Allemanha e levantam o espantalho do perigo tedesco.

« Estamos muito satisfeitos com a colonia allemã do Brazil, com os brazileiros de origem allemã, e desejamos que os allemães emigrem em maior numero para o Brazil.»

Outra accusação, não menos futil, que se tem articulado contra a colonização germanica em nucleos isolados no meridião da Republica, é que tanto mais perigoso se vão tornando dia a dia para a integridade do nosso territorio quanto vivem uma vida aparte da communhão nacional, chegando a repellir em massa o conhecimento do idioma que falamos. Entretanto, contra tamanha injustiça feita a essas operosas colonias, cujos progressos espantosos a cada passo se manifestam, como excellentes cooperadores do desenvolvimento economico da Republica, erguia-se ainda ha pouco a palavra autorizada e erudita de Carlos de Laet, quando recordava que, si esses allemães não teem tido um ensino melhorado do vernaculo, a culpa não lhes pertence, mas aos poderes publicos do Brazil, pois «um deputado brazileiro (o autor deste livro) foi, muitos mezes antes de rebentar a guerra, orgão das constantes reclamações dos immigrantes teuto-brazileiros que, não sabendo a lingua do paiz, naturalmente não a podiam ensinar aos filhos, mas muito folgariam em que de ordem do Governo, ella lhes fosse ministrada, o que assás facilitaria as suas relações commerciaes com as povoações convizinhas.»

Levanta-se, finalmente, como terceiro e ultimo argumento para nos prevenir contra o *imperialismo allemão*, o incidente diplomatico da *Panther*. Mas a realidade é que esse episodio seria a melhor defesa para o governo de Berlim. A' reclamação energica, formulada pelo Barão do Rio-Branco contra o procedimento incorrecto do commandante daquella canhoneira, a chancellaria allemã replicou dando-nos as mais amplas e completas satisfações. *Foi além mesmo dos nossos desejos*, declarou lealmente o nosso immortal chanceller. O official, que chefiava aquella unidade de guerra, foi castigado immediatamente com todo o rigor, além de destituido para sempre das funcções de commando, e a bandeira brazileira foi desaggravada com todas as honras do protocollo. O proprio Imperador Allemão fez chegar ao conhecimento do nosso Ministro do Exterior o seu grande pesar por tão lamentavel occurrencia. E, para nós, a solução da pendencia, foi tanto mais honrosa quanto, além de tudo isso, se averigou que os allemães, residentes em Santa Catharina, se manifestaram em peso a favor da causa do Brazil.

Podemos nós mesmo dar testemunho dessa nobre attitude da colonia germanica em a nossa Patria. Viviamos então na grande intimidade do Barão do Rio-Branco que nos honrava com a sua illimitada confiança. E um grupo de allemães, sabendo quanto nos esforçaramos, como elles, para que a amizade entre o Brazil e a sua grande Patria não se resfriasse uma linha com tão deploravel incidente, levaram a sua generosidade ao ponto de offerecer á Camara Municipal da cidade em que nascemos, o nosso retrato, acompanhado de uma mensagem em que gentilmente registravam os serviços que acabavamos de prestar aos dous paizes amigos.

Por outro lado, é força confessarmos que a Allemanha sempre se recusou systhematicamente a cooparticipar de actos de força contra o governo brazileiro. Em 1893, durante a Re-

volta de 6 de Setembro, convidados os navios allemães pelos chefes das esquadrilhas da Inglaterra e da França, surtas na bahia de Guanabara, para uma acção conjuncta e para o desembarque de forças afim de garantirem os seus nacionaes e suas propriedades existentes no Rio de Janeiro, o Governo de Berlim, consultado, respondeu immediatamente que não lhe era possivel acceder aos desejos dos gabinetes de Londres e de Paris, porque *isso importaria em uma affronta á soberania da Republica Brazileira, cuja amizade o Imperio Germanico muito prezava*. E, durante todo esse sangrento periodo da historia republicana, apezar dos graves prejuizos inflingidos lado a lado aos subditos teutonicos, residentes em Santa Catharina, no Paraná e no Rio Grande do Sul, não foi a nossa chancellaria incommodada com reclamações irritantes e atrevidas, como aconteceu com as outras potencias européas.

Annos depois, como não é segredo, não só nos circulos diplomaticos dos dois continentes, separados pelo Atlantico, como entre todos que acompanham a politica mundial atravez dos escriptos e dos discursos dos seus grandes oradores e publicistas, o grupo dos germanophilos inglezes, pois os ha ainda hoje enthusiasticos e convictos apezar de todos os ardores da guerra, intentou uma vez mais evitar o actual conflicto, procurando um meio de auxiliar os interesses economico-mercantis das duas grandes potencias rivaes da Europa. Realizou-se assim a missão confidencial de Lord Haldane a Berlim; e no largo plano com que se imaginára delimitar no mappa do universo a vasta acção da Inglaterra e da Allemanha para que, de lado a lado, se pudesse exercer sem choques muito fórtes e perigosos, reservavam os imperialistas britannicos para a sua Patria a Argentina, o Uruguay e o Chile e uma certa parte do centro do Brazil e offereciam o resto do nosso paiz á gula teutonica.

A proposta foi recusada *in limine*. O governo allemão accentuava novamente que a sua politica commercial era de todo

despreoccupada da conquista ou da absorpção de terras alheias, quando pertencentes a nações organizadas, como as republicas americanas. E, afinal, durante as negociações em 1914 para o grande emprestimo brazileiro, reaffirmava esse seu modo de ver e de agir prohibindo aos banqueiros allemães firmarem com os inglezes e os francezes o accordo em que estes queriam que os seus respectivos governos se comprometessem a ajudal-os com a força si o Brazil viesse a faltar a fé dos contractos.

Venham, porém, de onde vierem as ameaças para o futuro economico e politico do Brazil e de todas as republicas irmães da America do Sul, surjam de fóra ou irrompam mesmo dentro do continente, o que se não pode contestar é a triste, a dolorosa verdade de que, pelo menos, em a nossa Patria, não cuidamos de aproveitar o momento excepcional, que estamos acabando de atravessar na historia, para emprehendermos sériamente a organização da nossa defesa interior sob todos os pontos de vista e prepararmos forças, senão para lutar tambem victoriosamente no campo commercial, ao menos para resistir ás ambições que, de todos os lados e de todas as fórmas, procurarão devorar-nos.

Com effeito, uma vez firmada a paz na Europa, a desillusão será completa, pungente e acabrunhadora para uma grande parte dos brazileiros. Assistimos quasi todos ao conflicto como os grandes idealistas, os eternos contemplativos do Novo-Mundo. Estranhos embora á luta, com que nada tinhamos directamente que ver, tomamos comtudo partidos platonicos por estes ou por aquelles dos belligerantes. Em declamações canglorosas, ninguem nos excedeu; mas nunca nos lembramos de agir. Nem ao menos fizemos, como outros, da guerra um *sport* instructivo. Continuamos a fantasiar e a discutir nos mesmos torneios academicos.

A conflagração européa, entretanto, abalando a humanidade inteira, levantara logo um alvo para o qual convergiram,

de todo o mundo civilizado, os olhares aquilinos dos pensadores, dos economistas, dos homens de Estado, emfim: a NOVA ALLEMANHA, um imperio muito maior do que o sonhára o grande Frederico, um povo muito mais poderoso e mais bem constituido do que o ideára Bismarck. A estupefação foi geral diante de uma tão formidavel organização economica, politica e social; mas a reacção sobreveio tambem rapida nos espiritos dirigentes de quasi todos os povos cultos. Não houve quem não procurasse desde logo aproveitar os ensinamentos revelados. Entre os proprios belligerantes, de armas na mão, sedentos de odios e de vinganças, os governos da *Entente*, buscando embora por toda a parte diffamar, destruir e desmoralizar o seu maior inimigo, procuravam intimamente copial-o, não só nos seus preciosos elementos militares de ataque e de defesa, como na sua maravilhosa preparação civil. A obra de Guilherme II ostentava-se assim o mais formoso monumento da civilização contemporanea!

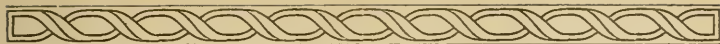
No Brazil, entrementes, nada se fazia... Declamava-se ainda, discutia-se, philosophava-se... E, quando uma voz ousou vibrar mais forte chamando a attenção para a realidade brutal dos factos, houve um panico geral e tudo se fez para supprimil-a e abafal-a...

Felizmente, embora um pouco tarde, a illusão passou. A consciencia brazileira está voltando á posse de si mesma. Já se fala em reagir...

Reajamos, pois. E' tempo ainda. A lição ahi está para todos no exemplo magnifico da Germania invencivel. E, em vez de nos amesquinharmos a cada passo como si fossemos um povo inferior e possuido, vivendo a lisongear os que sempre nos procuraram desprezar e opprimir, tratemos de assegurar, como fez o grande Imperador Allemão, a nossa independencia economica, base de todo o nosso engrandecimento social no futuro, para que, em opposição ao brado agoirento com que ainda agora

se nos tentou amedrontar, possamos nós mesmos, com energia, altivez e ardor civico, proclamar tambem que só conhecemos e entoamos um hymno, na paz ou na guerra — o hymno sacratissimo da Patria!

Ave! Brazil!

FIM

NOTA FINAL

Já se achava impresso este livro quando se deu o rompimento de relações do Brasil com o Imperio Allemão.

Esse facto, profundamente deploravel, não altera todavia o espirito e os fins altamente patrioticos desta obra. E' uma consequencia logica do erro inicial da nossa politica exterior ao irromper o grande conflicto. Não tivemos a felicidade de saber defender desde a primeira hora a nossa neutralidade e, com ella, a propria soberania nacional. Faltaram-nos a argucia nas vistas e a tenacidade e a decisão nos movimentos. Passo a passo, de vacillação em vacillação, acabamos por ceder á pressão mais proxima de um dos blócos belligerantes. Quebramos a linha tradiccional da nossa diplomacia; renegamos o nosso glorioso passado de apostolos da paz e do arbitramento; perdemos a força moral no continente; e, politicamente, despedaçamos os laços da solidariedade sul-americana, para apparecer no Novo-Mundo como o instrumento docil e perigoso dos interesses politicos e economicos dos Estados Unidos do Norte.

E' natural assim que eu me mantenha cada vez mais firme e mais tranquillo nos meus principios e nas minhas convicções: principios que são os da velha escóla conservadora, fazendo da unidade da patria a pedra angular da nossa grandeza continental; convicções que jámais tiveram duvidas sobre os fins e os resultados desta sangrenta guerra mundial.

O Brasil perdeu a opportunidade de conquistar a sua libertação economica. Oxalá não venha a comprometter tambem a sua liberdade politica... Que Deus nos presérve ainda uma vez de tão tremenda provação...

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1917.

Dunshee de Abranches.

INDICE

SEGUNDA PARTE

O BRAZIL E A CONFLAGRAÇÃO EUROPÉA

DO MESMO AUTOR

SOBRE A GUERRA EUROPÉA

I — **A conflagração européa e suas causas** — Discurso sôbre a Allemanha na Camara dos Deputados — Setembro de 1914 — 10ª edição.

II — **Em torno de um discurso** — Entrevista com o « Commercio de São Paulo » — 4ª edição.

III — **A Inglaterra e a soberania do Brazil** — Representação do commercio do Rio de Janeiro ao Presidente da Republica com o discurso proferido na Camara dos Deputados por Dunshee de Abranches sobre a Inglaterra e suas violencias no Brazil.

IV — **O crime do Congo ou as barbaridades dos belgas** — Edição brazileira do celebre livro de Conan Doyle.

V — **Brazil and the Monröe Doctrine** — Memoria apresentada ao Congresso Pan-Americano, de Washington, contendo a critica sobre a attitude do presidente Wilson perante o conflicto europeu.

VI — **O A. B. C. e a politica americana.**

VII — **A expansão economica e o commercio exterior do Brazil.**

VIII — **A Black-list e o projecto Dunshee** — 2ª edição.

IX — **Ainda a Black-list** — Carta official ao Presidente da Republica e documentos sobre os abusos e attentados dos consules inglezes.

X — **A Allemanha e a Paz** — Appello ao Presidente da Camara dos Deputados.

XI — **Contra a guerra** — Voto contrario á quebra de neutralidade brazileira.

XII — A Illusão Brazileira.

DEPOSITOS PARA VENDA

Almeida Marques & Comp. — Rua da Quitanda n. 58, Rio de Janeiro.
Livraria Brazil — Rua Quinze de Novembro n. 29, S. Paulo.
Livraria dos Dois Mundos, Bahia.
Livraria Contemporanea, Recife.
« Revista do Norte », Maranhão.
Alvaro Pires (representante), Pará.
João Brigido (representante), Manáos.
Carlos Echenique, Porto Alegre.
Echenique & Comp., Pelotas e Rio Grande.

Para os outros Estados, todos os pedidos devem ser dirigidos directamente a Dunshee de Abranches, rua Ferreira Vianna n. 32, Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1917